



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Mensagem ao Congresso Nacional





Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Mensagem ao Congresso Nacional



Brasil. Presidente (2003 -) : L. L. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura / Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2005.

300p. – (Documentos da Presidência da República)

I. Política e governo – Brasil. I. Lula da Silva, Luiz Inácio, 1945. II. Título. III. Série.

CDD 320.981



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Laix Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Antônio Palocci Filho

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues

Ministro de Estado da Educação

Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Ministro de Estado da Previdência Social

Amir Francisco Lando

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde

Humberto Sérgio Costa Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Luiz Fernando Furlan

Ministro de Estado de Minas e Energia

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino

Nelson Machado

Ministro de Estado das Comunicações

Eunício Lopes de Oliveira

Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia

Eduardo Henrique Accioly Campos

Ministros de Estado do Meio Ambiente

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministros de Estado do Esporte

Agnelo Santos Queiroz Filho

Ministros de Estado do Turismo

Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto

Ministros de Estado da Integração Nacional

Ciro Ferreira Gomes

Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário

Miguel Soldatelli Rossetto

Ministros de Estado das Cidades

Olívio de Oliveira Dutra

Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

José Dirceu de Oliveira e Silva

Ministros de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Luiz Soares Dulci

Ministros de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política

e Assuntos Institucionais da Presidência da República

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministros de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

da Presidência da República

General-de-Exército Jorge Armando Felix

Ministros de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo

e Gestão Estratégica da Presidência da República

Luiz Gushiken

Advogado-Geral da União

Alvaro Augusto Ribeiro Costa

Ministros de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Francisco Waldir Pires de Soaza

Secretários Especiais dos Direitos Humanos da Presidência da República

Nilmário de Miranda

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Nilcéa Freire

Secretário Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República

José Fritsch

Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Jaques Wagner

Secretário Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

da Presidência da República

Matilde Ribeiro

Sumário

Apresentação, XV

Introdução, XIX

I CONTINUAÇÃO DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

1) Reforma Tributária e da Previdência, 3

2) Reforma do Judiciário, 4

3) Reforma Sindical, 6

a) Objetivos da Reforma Sindical, 7

II A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1) Ampliando o acesso ao crédito e ao sistema financeiro, 12

2) Regulamentação das reformas estruturais, 14

3) Novo arcabouço institucional para o desenvolvimento, 17

III DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

1) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 23

a) Estímulo à inovação de produto, processo e gestão, 23

b) Estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial, 25

c) Semicondutores, software, biotecnologia, nanotecnologia, bens de capital e fármacos, 25

d) Política Nacional de Propriedade Intelectual, 27

e) Tecnologia industrial básica, 27

f) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico, 30

(1) Capacitação de recursos humanos para pesquisa científica, tecnológica e inovação, 30

(2) Promoção da biotecnologia, 31

(3) Gestão da política de C,T&I, 31

(4) Amazônia, 32

(5) Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), 32

(6) Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN), 33

(7) Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (INSA), 34

(8) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e apoio à infra-estrutura institucional de pesquisa, 34

(9) Transferência de tecnologia para inclusão e o desenvolvimento social, 35

g) Difusão e popularização da ciência, 36

h) Expansão e consolidação de parcerias internacionais estratégicas, 36

i) Realização da 3ª Conferência Nacional de C,T&I, 36

j) Conhecimento e usos sustentáveis da biodiversidade, 37

- l) Mar, 37
 - m) Clima, tempo e recursos hídricos, 37
- 2) Política de Comércio Exterior, 38
- 3) A competitividade do agonegócio brasileiro, 40
 - a) Fortalecimento dos instrumentos de política agropecuária, 41
 - b) Fomento e organização da produção, 45
 - c) Pesquisa agropecuária e desenvolvimento tecnológico, 48
- 4) Política Nacional para o Turismo, 49
 - a) Plano Nacional do Turismo, 49
 - b) Promovendo o turismo brasileiro, 50
 - c) 1º Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, 51
 - d) Acordos internacionais, 51
 - d.1) Acordo Brasil-China, 51
 - d.2) Acordo MERCOSUL-Japão, 52
 - e) Impulsionando o turismo regional, 52
 - f) Produção associada ao turismo, 53
 - g) Melhorando a infra-estrutura turística, 53
 - h) Qualificando o turismo, 53
 - i) Aumento do turismo no Brasil, 54
- 5) Trabalho e Emprego, 54
 - a) Aumento do emprego formal, 54
 - b) Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a geração de emprego e renda, 55
 - c) Redes de proteção ao trabalhador, 56
 - d) Aumento da cobertura do seguro salarial, 56
 - e) Primeiro Emprego, 57
 - f) Seguro Desemprego, 58
 - g) Plano Nacional de Qualificação, 59
 - h) Segurança e saúde no trabalho, 60
 - i) Intermediação, 60
 - j) Economia solidária, 61
 - l) Relações de trabalho, 62
- 6) Inclusão bancária, 62
 - a) Microcrédito popular, 63
 - b) Microcrédito produtivo orientado, 64
 - c) Crédito consignado, 65
 - d) Criação da Conta Investimento, 66
- 7) Políticas às Micro, Pequenas e Médias Empresas, 66
 - a) Exportações por remessas postais, 68
- 8) Política de Incentivo à Aquicultura e Pesca, 68
 - a) Terminais pesqueiros públicos, 68

- b) Arrendamento de embarcações pesqueiras. 69
 - c) Subsídio ao preço do óleo diesel. 69
 - d) Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados. 70
 - e) Promoção de exportação do pescado brasileiro. 70
- 9) Fortalecimento da agricultura familiar. 71
 - a) O maior investimento da história do PRONAF. 71
 - b) Seguro da Agricultura Familiar. 73
 - c) Garantia-Safra. 73
 - d) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). 74
 - e) Bolsa Seca Sul. 74
 - f) Comercialização e agroindustrialização. 74
 - g) Apoio ao cooperativismo. 75
 - h) Participação social e desenvolvimento territorial sustentável. 76
 - i) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). 76
 - j) Estratégia de desenvolvimento rural sustentável. 76
- 10) Plano Nacional de Reforma Agrária. 77
 - a) Assentamento de novas famílias. 77
 - b) Crédito fundiário. 78
 - c) Reforma Agrária de qualidade. 78
 - c.1) Assistência técnica. 78
 - c.2) Apoio ao desenvolvimento dos assentamentos. 79
 - c.3) Eletrificação dos assentamentos. 79
 - c.4) Saneamento básico e saúde. 79
 - d) Quilombolas. 79
 - e) Educação do campo. 79
- 11) Desenvolvimento regional. 80
 - a) Novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR-163. 81
 - b) Revitalização e integração do rio São Francisco. 82
 - c) Abordagem em escala sub-regional. 83
 - d) Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. 84
 - e) Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL) em regiões menos desenvolvidas do País. 85
 - f) Infra-estrutura hídrica. 86
 - g) Irrigação. 86
 - h) Defesa Civil. 87
 - i) CONVIVER com o Semi-Árido. 88
- 12) Cuidar do meio ambiente para o desenvolvimento do Brasil. 89
 - a) Promoção do desenvolvimento sustentável. 90
 - a.1) Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 90
 - a.2) Programa Nacional de Florestas (PNF). 90
 - b) Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. 91

c) Inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas.	91
d) Fortalecimento do SISNAMA.	92
e) Política Nacional de Recursos Hídricos.	93
13) Minas e Energia.	93
a) Energia elétrica.	93
a.1) Novo marco regulatório para o setor elétrico.	93
a.2) Expansão da oferta de geração de energia elétrica.	94
a.3) Expansão da oferta de linhas de transmissão.	96
a.4) Leilão de energia existente.	98
a.5) Exportação de energia elétrica.	98
a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA).	98
b) Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.	99
b.1) Exploração e produção de petróleo, valorizando os fornecedores nacionais.	99
b.2) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PRONIP).	100
b.3) Exploração e produção de petróleo e gás pela PETROBRAS.	100
b.4) Expansão da infra-estrutura de gás natural.	102
b.5) Refino de petróleo pela PETROBRAS.	104
b.6) Atuação internacional da PETROBRAS na área de petróleo e gás natural.	104
b.7) Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico pela PETROBRAS.	105
b.8) Rastreabilidade de preços e qualidade dos combustíveis.	105
c) Biodiesel.	105
d) Alcool.	106
e) Mineração.	107
e.1) Levantamentos geológicos e aerogeofísicos.	107
e.2) Sistemas estaduais de mineração.	108
e.3) Implantação da Rede Geométrica.	108
e.4) Reestruturação e modernização do DNPM.	108
e.5) Formalização da atividade mineral.	108
14) Transportes.	109
a) Modernização do setor.	109
b) Transporte rodoviário.	110
b.1) Principais corredores.	110
b.2) Concessões rodoviárias.	110
b.3) Manutenção e conservação da malha rodoviária federal.	110
c) Transporte ferroviário.	113
d) Transporte aquaviário e portos.	114
e) Ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária.	115
f) Marinha mercante.	115
g) Hidrovias.	116
15) Comunicações.	117
a) Radiodifusão.	117

- b) Serviços postais, 118
 - b.1) Setor postal, 118
 - b.2) Lançamento de novos serviços, 119
 - b.3) Banco Postal, 120
 - c) Telecomunicações, 120
 - c.1) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL), 121
 - c.2) Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), 121
- 16) Desenvolvimento Urbano, 122
- a) Habitação, 123
 - a.1) Ampliação dos investimentos em habitação e mudança nos programas, 124
 - a.2) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), 124
 - a.3) Habitar-Brasil/BID - Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), 124
 - a.4) Programa de Arrendamento Residencial (PAR), 124
 - a.5) Programas com recursos do FGTS - Carta de Crédito Individual e Associativa e Pró-Moradia, 124
 - a.6) Programa Crédito Solidário, 125
 - a.7) Ampliação do mercado imobiliário, 125
 - a.8) Nova Política Nacional de Habitação (PNH) e um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH), 125
 - a.9) Programa Papel Passado - regularização fundiária, 125
 - a.10) Campanha Plano Diretor, 126
 - a.11) Áreas centrais, 126
 - b) Saneamento, 126
 - b.1) Ampliação dos investimentos em saneamento, 126
 - b.2) Marco regulatório e nova política nacional do saneamento ambiental, 127
 - c) Transporte, mobilidade urbana e trânsito, 127
 - c.1) Cotredores de transporte coletivo urbano, 127
 - c.2) Apoio ao pedestre e ao ciclista, 127
 - c.3) Princípio e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável, 128
 - c.4) Trânsito, 128
 - c.5) Transporte ferroviário urbano - Metrô, 129

IV CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

- 1) Prioridade para os mais pobres, 133
 - a) Programa Fome Zero, 134
 - a.1) Distribuição de cestas de alimentos, 135
 - a.2) Restaurantes Populares, 136
 - a.3) Combate ao desperdício: Banco de Alimentos, 137
 - a.4) Educação alimentar - promoção de hábitos alimentares saudáveis, 137
 - a.5) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), 138
 - a.6) Acesso à água para consumo doméstico, 139

- b) Programa Bolsa Família, 140
 - b.1) Desempenho do Programa Bolsa Família, 142
 - b.2) Aperfeiçoamento do Cadastro Único, 144
 - b.3) Gestão do Programa e parcerias, 145
 - b.4) Programa Luz Para Todos, 146
 - 2) Assistência Social, 147
 - a) Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), 147
 - b) Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), 148
 - c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), 148
 - d) Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela), 150
 - e) Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude (Agente Jovem), 150
 - f) Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência (PAC), 150
 - g) Proteção social à pessoa com deficiência, 151
 - h) Programa de Proteção Social à Pessoa Idosa, 152
 - i) Fortalecimento do Conselho Nacional de Assistência Social como instância deliberativa e de controle social, 153
 - 3) Educação, 154
 - a) Alfabetização e educação de jovens e adultos, 156
 - a.1) Programa Brasil Alfabetizado, 156
 - a.2) Educação de Jovens e Adultos (EJA), 156
 - b) Melhoria da educação básica, 157
 - c) Educação infantil, 157
 - c.1) Política Nacional de Educação Infantil, 157
 - c.2) Formação continuada dos professores em exercício na educação infantil (PROINFANTIL), 157
 - d) Ensino fundamental, 158
 - d.1) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), 158
 - d.2) Ampliação do ensino fundamental para nove anos, 158
 - d.3) Apoio ao transporte do escolar, 159
 - d.4) Livro didático, 159
 - d.5) Dinheiro direto na escola, 159
 - d.6) Formação continuada dos professores em exercício no ensino fundamental, 159
 - d.7) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação, 160
 - e) Ensino médio, 160
 - e.1) Apoio emergencial ao ensino médio, 160
 - e.2) Currículo do ensino médio, 160
 - e.3) Livro didático para o ensino médio, 161
 - f) Programas que atendem a mais de uma etapa da educação básica, 161
 - f.1) Programa Nacional de Alimentação Escolar, 161

- f.2) Formação Continuada de Professores da Educação Básica, 161
- f.3) Escola de Gestores, 162
- f.4) Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 162
- f.5) Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (SAFE), 162
- f.6) Escola Aberta, 163
- f.7) TV Escola, 163
- f.8) Educação profissional, 164
- f.9) Integração do ensino médio e curso técnico, 164
- f.10) Escola de Fábrica, 165
- f.11) Curso superior em Escola Agrícola Federal (EAF), 165
- f.12) Reforma da educação superior, 165
- g) Fortalecimento do ensino superior federal e gratuito, 166
 - g.1) Expansão das universidades federais, 166
 - g.2) Valorização profissional, 166
 - g.3) Mais recursos para o ensino superior federal, 167
 - g.4) Qualidade do ensino superior, 167
 - g.4.1) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 167
 - g.5) Regulamentação de novos cursos superiores, 168
 - g.6) Democratização do acesso, 168
 - g.6.1) Programa Universidade para Todos (PROUNI), 168
 - g.6.2) Política de cotas em universidades federais, 169
 - g.6.3) Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), 169
 - g.6.4) Ensino superior a distância, 169
- h) Pós-graduação, 170
 - h.1) Formação de mestres e doutores no País, 170
 - h.2) Avaliação de programas de pós-graduação, 170
 - h.3) Formação de recursos humanos no exterior, 170
 - h.4) Respeito às diversidades, 171
- i) Educação especial, 171
 - i.1) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 171
 - i.2) Formação continuada de professores da educação especial, 171
 - i.3) Distribuição de kits para alunos com deficiência visual, 171
 - i.4) Implantação de Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CA5), 172
 - i.5) Educação no campo, 172
 - i.6) Educação nas áreas remanescentes de quilombos, 172
 - i.7) Educação indígena, 173
- 4) Saúde, 173
 - a) As grandes prioridades da saúde, 173
 - a.1) Programa Brasil Sorridente, 174

- a.2) Farmácia Popular do Brasil, 174
 - a.3) QualiMUS, 175
 - a.4) Serviço de Atendimento Móvel às Urgências – SAMU/192, 176
- b) Ampliação do acesso da população à atenção ambulatorial especializada e hospitalar, aos medicamentos e insumos estratégicos, 177
 - b.1) Empresa Brasileiro de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRAS, 180
- c) Atendimento às necessidades de grupos estratégicos, 180
- d) Combate às epidemias e endemias, 182
- e) Saneamento básico em saúde, 183
- f) Vigilância sanitária, 183
- g) Gestão, participação popular e educação em saúde, 184
- 5) Políticas afirmativas, 185
 - a) Mulheres, 185
 - b) Promoção da igualdade racial, 187
 - b.1) Programa Brasil Quilombola, 187
 - b.2) Ações afirmativas, 189
 - b.3) Povos indígenas, 190
- 6) Direitos Humanos, 191
- 7) Previdência Social, 194
 - a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 195
 - a.1) Arrecadação – recordes históricos, 195
 - a.2) Recuperação de créditos, 195
 - a.3) Fiscalização, 196
 - a.4) Gestão da receita previdenciária, 197
 - a.5) Informações estratégicas e gerenciamento de riscos, 198
 - a.6) Cobertura e inclusão previdenciária, 198
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 200
 - c) Previdência Complementar, 201
- 8) Cultura, 202
 - a) Principais ações, 203
 - a.1) Audiovisual, 203
 - a.2) Inclusão pela cultura, 204
 - a.3) Memória e patrimônio cultural, 205
 - a.4) Difusão e acesso cultural, 206
 - a.5) Livro, leitura e biblioteca – redução de carga tributária, 207
 - a.6) Identidade e diversidade cultural, 207
- 9) Esporte, 209
 - a) Conferência Nacional do Esporte, 209
 - b) Segundo Tempo, 209
 - c) Esporte e lazer da cidade, 210
 - d) Inserção social – geração de emprego e renda, 211

- e) Saneamento e modernização do futebol, 211
- f) Pan-Americano – Rio 2007, 212
- g) Esporte de alto rendimento, 213
- h) Descoberta de talento desportivo, 213
- i) Jogos Nacionais, 213
- j) Diagnóstico do esporte no Brasil, 214
- l) Diplomacia do esporte, 214
- 10) Justiça e segurança pública, 215
 - a) Sistema Único de Segurança Pública, 215
 - b) Campanha do Desarmamento, 218
 - c) Força Nacional de Segurança Pública, 219
 - d) Combate à criminalidade, à lavagem de dinheiro e à corrupção, 220
 - e) Sistema Penitenciário, 222
 - f) Democratização do acesso à Justiça e à Informação Legislativa, 223
 - g) Defesa de direitos difusos, 224
 - h) Defesa econômica e da concorrência, 224
 - i) Defesa dos direitos dos consumidores, 225
 - j) Estrangeiros, 226
- 11) Inclusão digital, 226
 - a) Programa Brasileiro de Inclusão Digital, 226
 - b) Programa GESAC, 228

V INSERÇÃO SOBERANA

- 1) Representação diplomática e consular no exterior, 231
- 2) Assistência a brasileiros no exterior, 231
- 3) Ação contra a Fome e a Pobreza, 232
- 4) Haiti, 232
- 5) Organização das Nações Unidas, 232
- 6) Direitos Humanos, 233
- 7) Meio Ambiente, 233
- 8) Terrorismo, corrupção e narcotráfico, 234
- 9) Promoção cultural, 235
- 10) XI UNCTAD, 235
- 11) Organização Mundial do Comércio (OMC), 236
- 12) Contenciosos na OMC, 237
- 13) Promoção comercial, 238
- 14) Cúpula América do Sul – Países Árabes, 239
- 15) MERCOSUL, 239
- 16) Programa Calha Norte, 240

VI DEMOCRACIA & DIÁLOGO

- I) Articulação Federativa, 243

- 2) Relação com a sociedade civil. 243
- 3) Política Nacional para a Juventude. 246
- 4) PPA Participativo. 246
- 5) Sistema de Participação Social. 246
- 6) Novo marco legal das ONGs. 247
- 7) Diálogos com a sociedade civil. 247
- 8) Diálogo com a sociedade civil internacional. 247
- 9) Encontros regionais para ampliação do ensino fundamental para nove anos. 248
- 10) Encontros de Capacitação de Conselheiros Municipais. 248
- 11) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). 248
- 12) Agricultura, pecuária e abastecimento. 250
- 13) Educação. 250
 - a) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação. 250
- 14) Saúde. 250
 - a) Vigilância sanitária. 251
 - b) Gestão, participação popular e educação em saúde. 251
- 15) Mulheres. 251
- 16) Previdência. 251
 - a) Conselhos de Previdência Social. 251
- 17) Esporte. 252
 - a) Conferência Nacional do Esporte. 252
- 18) Relações com a sociedade civil. 252
 - a) Reforma Agrária. 252
 - b) Reforma Sindical. 252
- 19) Outras conferências nacionais. 253
- 20) Outros encontros realizados em 2004. 253

VII GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1) Projeto Piloto de Investimento. 257
- 2) Metas Presidenciais. 257
- 3) Gestão do Plano Plurianual. 258
- 4) Grupos de Trabalho para Políticas Específicas. 258
- 5) Modernização da gestão. 259
- 6) Defesa Judicial da União. 260
- 7) Gestão dos recursos públicos, cidadania e garantia do equilíbrio fiscal. 262
- 8) Combate à corrupção. 262
- 9) Valorização do serviço público. 263
- 10) Inovação da gestão pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados. 267
- 11) Otimização do uso dos recursos públicos. 270
- 12) Valorização do planejamento. 272
- 13) Projeto Brasil em 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022. 274

Senhores e senhores membros do Congresso Nacional.

Os dois anos que se passaram desde que assumi a Presidência da República tornaram ainda maior o respeito e o reconhecimento que sempre tive pelo Poder Legislativo, do qual tenho a honra de um dia ter feito parte. Ressalto, sobretudo, o seu caráter republicano, responsável pela viabilidade de tantos avanços nas reformas e nas legislações necessárias ao aprofundamento da democracia e da justiça social em nosso País.

Imbuído de tal espírito, portanto, cumprio o dever constitucional de apresentar esta Mensagem ao Congresso Nacional, contendo, nas páginas que se seguem, a síntese da atuação do Executivo em 2004 e do nosso Plano de Ação para 2005.

O Brasil já é hoje um País diferente, que está avançando democraticamente em seu processo de mudanças. A enorme vulnerabilidade externa decorrente da crise de 2002 já foi superada e nos encontramos, atualmente, em um momento virtuoso de nossa economia, combinando de forma criativa disciplina fiscal e crescente solidez financeira com crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda e forte avanço das políticas sociais.

Temos realizações importantes em cada uma das pastas do nosso Governo, mas vou me limitar, nesta apresentação, a fazer apenas alguns destaques.

O PIB brasileiro cresceu mais de 5% durante o ano passado. As exportações ultrapassaram US\$ 96 bilhões e o nosso saldo comercial foi superior a US\$ 33 bilhões. Melhoramos o perfil da dívida externa e o risco-país, que havia ultrapassado 2000 pontos em 2002, caiu abaixo dos 500 pontos no final de 2004.

Tudo isso foi acompanhado pela geração de mais de 1,5 milhão de empregos formais e de uma ousada política de inclusão bancária e de microcrédito. O resultado foi a criação de mais de 4,6 milhões de contas-correntes e significativo aumento do crédito a juros muito menores do que os do mercado para os cidadãos de baixa renda – seja por meio do próprio microcrédito, seja através de empréstimos consignados em folha de pagamento para trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas do INSS.

O Programa Bolsa Família – a principal das grandes ações do Fome Zero – já assegura uma renda mínima a 60% das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha de pobreza. É o maior

programa de transferência de renda da América Latina, presente em 6.571.830 lares, já são mais de 20 milhões de pessoas que participam do Bolsa Família, das quais 15 milhões de crianças têm a obrigação de frequentar a escola como parte das condicionalidades exigidas pelo Governo.

Temos nos empenhado igualmente em aperfeiçoar a execução do Programa, fazendo inclusive com que os cadastros das famílias beneficiadas se tornem cada vez mais rigorosos.

Realizamos também um conjunto de ações de fomento à agricultura familiar – com programas de capacitação, orçamentos governamentais e um volume inédito de financiamentos à produção (mais de R\$ 7 bilhões foram destinados para a atual safra) – o que, juntamente com a reforma agrária de qualidade em execução, está mudando, e muito, as condições de vida no campo.

A extrema capacidade produtiva do agronegócio continua se expandindo, ampliando exportações e beneficiando direta e indiretamente o mercado interno.

Nossa diplomacia, soberana e ativa, combinada com uma política de comércio exterior ousada e persistente, tem obtido resultados muito importantes para o Brasil. Conquistamos mercados, firmamos novas parcerias com países em desenvolvimento na África, na Ásia e no Oriente Médio, e seguimos ampliando nossas boas relações políticas e comerciais com a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

A prioridade dedicada à América do Sul tem acarretado maior fortalecimento e expansão do Mercosul e substancial avanço da integração política, cultural e de infra-estrutura física dos nossos países, transformando o que era, no passado, uma frase de efeito em realidade concreta, inclusive com a recente criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Iniciamos, assim, o ano de 2005 com a certeza de que podemos avançar ainda mais no desenvolvimento econômico sustentado e no fortalecimento das políticas sociais do Governo. Para isso, estamos convencidos de que continuaremos a contar – como contamos nestes dois anos – com a ação independente, autônoma, firme e responsável do Congresso Nacional.

Um bom exemplo dessa atuação é a lei das Parcerias Público-Privadas, aprovada no final do ano passado, que cria um promissor mecanismo de financiamento de obras essenciais ao nosso modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, deixo lembrar também a Reforma do Judiciário – que agiliza o sistema judicial, gerando benefícios econômicos e sociais para a população – e a aprovação de novas regras de financiamento para o setor de habitação, fundamentais para o

nosso País, sem deixar de mencionar a Política Industrial, a Lei de Inovação, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, entre outras iniciativas.

Quero destacar que o Congresso Nacional tem tido especial sensibilidade para iniciativas de caráter eminentemente social, como é o caso do Programa Universidade para Todos, que tramitou com grande agilidade.

No ano de 2005, com certeza, é que as legislações importantes como as PPP e a Reforma do Judiciário começarão a produzir resultados. É o ano também em que o Congresso tratará de novas reformas, absolutamente necessárias ao maior desenvolvimento do nosso País, como a segunda parte da tributária, a sindical, a universitária, que começam a ser discutidas na sociedade, entre outras.

Respeito mútuo, constante diálogo e intensa parceria democrática em favor dos objetivos maiores do Brasil são valores e métodos que têm marcado muito positivamente as relações entre os Poderes da República – e que certamente continuarão a ser fortalecidos e intensificados.

É disso que o nosso País precisa para avançar ainda mais nesse novo ciclo de desenvolvimento sustentado com democracia e inclusão social que, esperamos, vai perdurar por muitos e muitos anos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2005.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Concluída a primeira metade do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o País apresenta consistentes resultados decorrentes do esforço empreendido nesse período para aumentar a inclusão social, resgatar a capacidade de planejamento e gestão do Estado brasileiro e de seus instrumentos de atuação, fortalecer as instituições, recuperar a credibilidade da ação governamental, bem como para fortalecer os fundamentos macroeconômicos e implementar reformas microeconômicas que estão contribuindo para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

Os dois primeiros anos deste mandato foram caracterizados pelo esforço para debelar a crise que aconteceu no final de 2002 e, paralelamente, pela parceria com o Congresso Nacional para aprovação das medidas fundamentais para o estabelecimento das bases para o desenvolvimento sustentável do País, com a necessária inclusão social. É importante destacar-se, nesse primeiro período, o ciclo inicial das Reformas Tributária e Previdenciária, além do início da discussão e da elaboração do segundo ciclo dessas reformas.

As Reformas Previdenciária e Tributária foram objeto de intenso debate com diversos setores da sociedade, além de análise pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ao final, o próprio Presidente da República, acompanhado dos Governadores dos Estados, entregou pessoalmente no Congresso Nacional o texto das duas Propostas de Emenda à Constituição, que consubstanciaram as referidas reformas.

Em 2005, haverá a continuidade das reformas estruturais, com a esperada conclusão da votação no Congresso Nacional do segundo ciclo das Reformas da Previdência e Tributária. Essa Reforma Tributária contribuirá para o aumento da eficiência econômica, especialmente no que tange à reformulação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Está prevista a simplificação desse imposto, com a aprovação de regulamento único, número reduzido de alíquotas – atualmente o ICMS tem 44 alíquotas –, mantendo a competência estadual desse tributo. Busca-se também a solução para a chamada guerra fiscal, que desequilibra as condições de concorrência empresarial e prejudica as relações interfederativas.

A proposta de Reforma Sindical, que está em fase final de preparação para ser encaminhada ao Poder Legislativo, também foi democraticamente debatida e aprovada no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho. Esse Fórum – criado neste Governo – tem o objetivo de estabelecer uma instância privilegiada em que trabalhadores, empregadores e Governo possam debater e avaliar em todos os seus aspectos os elementos necessários à proposição da Reforma Sindical e Trabalhista.

As políticas públicas passaram a ser objeto de intenso debate com a sociedade. Exemplo dessa prática foram as diversas Conferências Nacionais, antes nunca realizadas, nas quais foram debatidos pelo conjunto da sociedade os diversos aspectos de políticas públicas setoriais. Assim, foram realizadas de forma inovadora as primeiras Conferências Nacionais das Cidades, da Pesca e Aquicultura e dos Esportes. As Conferências já tradicionais, como da Saúde, da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, também receberam o apoio do Governo.

A compatibilização das abordagens social e econômica caracterizou a regulamentação das Reformas da Previdência e Tributária. Dessa forma, foi adotada uma série de medidas que, ao mesmo tempo em que busca criar condições para a operação mais eficiente da economia e para que o crescimento seja o mais acelerado possível nos próximos anos, busca também melhorar a distribuição de renda.

Nesse sentido, o Governo estabeleceu uma desoneração completa de tributos incidentes sobre uma série de produtos da cesta básica, como arroz, feijão, ovos, farinha de mandioca e hortifrutigranjeiros, beneficiando a parcela da sociedade menos favorecida. Na área de investimentos, cujos projetos ao final também revertem em benefícios sociais, foram adotadas medidas para desoneração tributária dos bens de capital, como a redução do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos, a instituição de regime temporário de depreciação acelerada dos investimentos e a redução, de dez para quatro anos e posteriormente para dois anos, do prazo de compensação dos créditos do PIS e da COFINS na aquisição de bens de capital. A criação da Cédula de Crédito Bancário, dos novos instrumentos de crédito e securitização para o setor imobiliário e para o agronegócio também representaram avanços objetivos para a constituição do novo arcabouço institucional para o desenvolvimento.

A ampliação da poupança de longo prazo também constitui importante elemento para a sustentabilidade do desenvolvimento. O Governo adotou uma série de medidas nesse sentido, entre as quais devem ser destacadas, no âmbito industrial, a ampliação do prazo de recolhimento do IPI, no âmbito da previdência complementar, a tributação com alíquotas decrescentes ao longo do tempo; a nova sistemática de tributação do rendimento de títulos de renda fixa e variável; e a conta de investimento, utilizada exclusivamente para migração entre aplicações financeiras sem a incidência da CPME.

O estabelecimento de um marco regulatório estável, com regras claras e dispositivos ágeis para estimular o investimento, assegurar a fiscalização das atividades e garantir os direitos do consumidor, constitui um pré-requisito para a consolidação de um processo de

desenvolvimento sustentável. O Governo trabalhou no ano de 2004 em diversas iniciativas que contribuíram para o estabelecimento desse novo arcabouço institucional.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) representam um dos pilares desse novo arcabouço, constituindo importante instrumento para ampliar investimentos na área de infra-estrutura, com a participação da iniciativa privada em projetos com alto retorno social. As obras de infra-estrutura na área de rodovias, portos, aeroportos e energia serão, com a utilização das PPPs e de outros instrumentos, prioridades do Governo para 2005.

A nova Lei de Falências, que tramitava há anos no Congresso Nacional, também representará um relevante instrumento para tornar mais eficientes os processos de resolução de conflitos, além de estabelecer condições para que empresas viáveis, que apresentem dificuldades conjunturais, consigam recuperar-se, mantendo empregos, investimentos e ativos produtivos.

A melhoria do ambiente de negócios também está contemplada nesse novo arcabouço. Nessa linha, destacam-se os projetos para aperfeiçoamento do marco regulatório do sistema de defesa da concorrência e dos setores de infra-estrutura. Outro projeto integrante desse arcabouço refere-se ao apoio à pesquisa e à difusão de novas tecnologias – cuja Lei, de nº 10.973, foi sancionada pelo Presidente da República e publicada em 2 de dezembro de 2004. Não menos relevante é o novo marco legal sobre biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cujo Projeto de Lei nº 2.401 está em análise final na Câmara dos Deputados.

A nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), definida em 2004, além de contribuir para a redução da vulnerabilidade externa e para o enfrentamento dos gargalos econômicos, valorizará os setores produtivos de alto valor agregado. A PITCE prioriza o estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial, à inovação de produto, processo e gestão, a um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial; o apoio às áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia e a concretização de opções estratégicas relativas aos setores de semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos. Criados em 2004, por meio da Lei nº 11.086, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) serão importantes instâncias para a implementação dessa política.

Esse conjunto de medidas macro e microeconômicas, aliado à participação cada vez mais efetiva da sociedade nesse processo de desenvolvimento sustentável, configura as condições para que o

Brasil consolida o progresso econômico e social, viabilizando a inclusão de setores historicamente injustiçados.

Melhorar a qualidade do ensino é uma orientação de Governo que vem sendo implementada, tanto por meio da ampliação dos recursos destinados à área de educação como pela adoção de medidas que têm por finalidade garantir o aprimoramento de todo o sistema educacional.

Em 2004, a consolidação do desenvolvimento sustentado com inclusão social na área da educação foi caracterizada pela implementação de programas prioritários nos setores de alfabetização e educação de jovens e adultos, melhoria do ensino básico, expansão do ensino técnico e fortalecimento do ensino superior federal e gratuito. Em 2005, esses programas contarão com recursos adicionais significativos e, em consonância com as prioridades para a educação, buscarão agregar qualidade ao ensino ministrado.

O ensino médio constitui, para o ano de 2005, prioridade fundamental. Está em fase final de elaboração uma Proposta de Emenda à Constituição, que será encaminhada brevemente ao Congresso Nacional, com a finalidade de equacionar o financiamento da educação básica, por meio da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esse Fundo representará um avanço no pacto federativo, representando um novo patamar de financiamento para a educação com a participação da União, dos Estados e dos Municípios. O FUNDEB contribuirá efetivamente para o êxito da prioridade – a qualidade do ensino –, porque seus recursos possibilitarão melhorar a capacitação e a remuneração dos professores, o aparelhamento e a manutenção das escolas públicas.

Outras ações estruturais estão sendo executadas no âmbito da educação, como a reforma da educação superior, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a integração do ensino médio e curso técnico, e a inserção dos Centros Federais de Educação Tecnológica no ensino superior. São medidas concretas que reiteram o princípio da educação como um direito de todos os brasileiros e também contribuem para a melhoria da qualidade do ensino.

O objetivo geral de prover a população brasileira de uma atenção à saúde integral e de qualidade será uma prioridade governamental. Assim, a melhoria da qualidade do acesso e a redução das desigualdades em saúde serão os objetivos específicos que orientarão a atuação do Ministério da Saúde em 2005.

O Programa Bolsa Família, que já beneficiou mais de 6,5 milhões de famílias em 2004, continuará a ser implementado em 2005, com a inclusão de novos beneficiários e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, fiscalização e controle. Para alcançar esse objetivo, será ampliada a parceria com a sociedade, os Municípios, os Estados e as entidades, como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União.

Apesar de no ano de 2004 o Governo haver duplicado os valores investidos por família, que passou de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil, compreendendo a elaboração de projetos produtivos, assistência técnica, construção de moradias e obras de infra-estrutura, muito há ainda por fazer no âmbito da Reforma Agrária. O objetivo de implantar uma Reforma Agrária com qualidade e sustentabilidade continuará a nortear a ação do Governo Federal em 2005 e constitui um dos aspectos basilares para que haja inclusão social no processo de desenvolvimento sustentável.

A redução das desigualdades regionais é uma das referências para nortear as ações do Governo Federal. A estratégia básica é valorizar a diversidade regional brasileira, implantando um inovador padrão de gestão e de articulação com a sociedade. Essa nova postura já está sendo adotada no desenvolvimento do Projeto de Integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Esse Projeto tem como objetivo básico contribuir para a sustentabilidade do semi-árido nordestino, reduzindo a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas, minimizando as desigualdades sociais e viabilizando oportunidades econômicas no âmbito regional. Essa mesma diretriz de desenvolvimento regional está sendo adotada no Novo Modelo de Desenvolvimento na Área de Influência da BR-163 – o chamado Plano BR-163 Sustentável.

O Governo continuará a executar uma ação articulada na área de segurança pública, buscando fortalecer nossas instituições nas áreas policial, penitenciária e judiciária. Nesse sentido, foi implementado o Sistema Único de Segurança Pública, como forma de viabilizar a execução de ações articuladas por meio das instituições federais, estaduais e municipais na área da segurança.

A ação conjunta Estado-Sociedade é fundamental para a consolidação do desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Mas, além disso, o Governo vem aprimorando permanentemente seus instrumentos de gestão, para eficácia e efetividade de sua atuação, bem como implementando uma política de combate à corrupção. Entre as diversas medidas já adotadas para melhoria da gestão e modernização do Estado, devem ser destacadas a reestruturação de carreiras do serviço público; a realização de concursos públicos em áreas que

há muito sofriam com os efeitos do sucateamento e da terceirização; a valorização dos servidores; a retomada do planejamento estratégico; e a otimização do uso dos recursos públicos.

O combate à corrupção está sendo viabilizado por meio de mecanismos de combate à sonegação e às fraudes, do fortalecimento dos órgãos de controle, bem como por instrumentos que aumentam a transparência da administração. Associando as instâncias de controle social, esse conjunto de mecanismos tem colaborado significativamente para o combate à corrupção e para o aprimoramento da relação Estado-Sociedade.

Há de se reiterar que para a consolidação do desenvolvimento sustentável com inclusão social, não apenas nas ações de combate à corrupção, mas nos demais aspectos da vida socioeconômica do País, deve ser estimulada a permanente interação Estado-sociedade. A implementação de políticas públicas, notadamente na área social, não apenas requer a realização de parcerias com as organizações do Terceiro Setor – o que demanda, inclusive, a revisão do seu marco legal, para assegurar maior transparência a essa relação – como também sua fiscalização e acompanhamento devem se dar de forma participativa para garantir que os benefícios sejam, efetivamente, auferidos pelos que deles necessitam. As iniciativas adotadas pelo Governo nessa direção serão, em curto prazo, intensificadas, demonstrando que, com a participação da sociedade, se fecha ainda mais o espaço para a corrupção e o desvio.

A coordenação das ações de Governo, nesses dois anos de mandato, foi intensificada, dando aos ministérios oportunidade de promover uma atuação articulada como há muito não ocorria. O papel das Câmaras do Conselho de Governo, criadas ou reativadas pelo Governo Federal, a criação de novos conselhos, a reativação de alguns que há muito não se reuniam, a realização de reuniões ministeriais e outras formas de coordenação foram essenciais não apenas para que se identificassem prioridades ajustadas ao Programa de Governo aprovado pelas urnas em 2002, mas também para que ações decisivas para o cumprimento desse Programa sejam alcançadas no seu horizonte temporal.

No ano de 2005, o Poder Executivo direcionará sua ação cada vez mais, para os resultados que a sociedade espera, estruturados no Plano Plurianual e em seu Programa de Governo, de forma que não somente assegure condições para o desenvolvimento da economia, mas também que esse desenvolvimento se dê com inclusão social e participação da cidadania.



Continuação das reformas estruturais

2005



1) Reforma Tributária e da Previdência

O ciclo de reformas estruturais iniciado em 2003 com o objetivo de aumentar a eficiência econômica do País, estimulando a geração de emprego e renda, o investimento produtivo – no que se refere à Reforma Tributária – tornando o sistema de aposentadorias e pensões mais justo e equilibrado – no âmbito da Reforma da Previdência – continua a ser executado em 2004.

Dessa forma, a segunda fase da Reforma Tributária, em estágio avançado de tramitação no Congresso Nacional, também contribuirá para o aumento da eficiência econômica, especialmente no que tange à reformulação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). O ICMS, que é um dos principais tributos do País, tendo representado cerca de 22% da carga tributária brasileira em 2003, encontra-se atualmente prejudicado pela complexidade de sua legislação e pela armadilha da "guerra fiscal".

Atualmente, o ICMS possui grande diversidade de alíquotas (44) e de benefícios fiscais em vigor, contemplados em 27 diferentes normas estaduais. Apresenta estrutura complexa e ineficiente, que compromete a arrecadação, favorece a sonegação e prejudica a economia, gerando insegurança na definição dos investimentos privados. Além disso, o modelo atual tem um viés antiexportador, pois os Estados exportadores acabam tendo de ressarcir créditos referentes às mercadorias exportadas (que não geram débito do imposto). Em consequência, alguns Estados estão deixando de reconhecer esses créditos, o que impacta profundamente a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A proposta em exame pelo Congresso Nacional prevê a instituição de legislação nacional para o ICMS, com aprovação de regulamento único, com número reduzido de alíquotas, mantendo a competência estadual do tributo. A importância dessa medida é introduzir regras uniformes de tributação, assegurando a harmonização tributária interna, maior transparência para o contribuinte e facilitando a cobrança e o pagamento do imposto. Em consequência, o custo da obrigação tributária, tanto público como privado, será seguramente reduzido. Também se buscará a solução para a guerra fiscal, que desequilibra as condições de concorrência entre as empresas e prejudica as relações intrafederativas brasileiras, mediante a mudança na sistemática de cobrança origem-destino.

Na área previdenciária, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 227, de 2004, conhecida como PEC Paralela, trõe os acréscimos e as alterações discutidas no Senado Federal quando da discussão da PEC nº 40, de 2003. Naquela fase, o Senado decidiu manter o texto desta PEC, já



aprovado na Câmara dos Deputados, que resultou na Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 2003. A nova proposição foi gerada com o intuito principal de viabilizar o acordo para votação da proposta de Reforma da Previdência encaminhada pelo Poder Executivo e, entre outros dispositivos, estabelecer novas regras de transição para concessão de aposentadoria aos servidores e amenizar as regras da EC nº 41, de 2003, especialmente as que tratam de integralidade, paridade, subsídio, contribuição de inativo, aposentadoria especial e aposentadoria compulsória.

No que concerne aos critérios de concessão de benefícios, a principal alteração da PEC nº 227, de 2004, é a aposentadoria com proventos integrais, com idade inferior àquela mínima fixada pela EC nº 41/2003, mantendo-se a paridade de reajustes, desde que atenda a regra conhecida como "Fórmula 85 e 95". O texto atualmente em discussão prevê ainda aposentadoria compulsória aos 75 anos apenas para professores de instituição pública de ensino superior; aposentadoria especial para portadores de deficiência, servidores em atividades de risco e condições que prejudiquem saúde e integridade física; contribuição dos inativados nessas condições somente sobre o dobro do teto do RGPS; e paridade integral para os aposentados pelo art. 6º da EC 41/03.

Além disso, está previsto valor mínimo para os subsídios dos governadores, exclusão de parcelas indenizatórias do teto remuneratório e concessão de autonomia aos Estados e ao Distrito Federal para fixar, como limite único para a remuneração dos servidores, o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça.

A PEC Paralela, inicialmente aprovada no Senado, está em tramitação na Câmara dos Deputados, que já aprovou o texto base do substitutivo do Relator em primeiro turno. Resta a conclusão da votação dos destaques apresentados. Após a votação dos destaques e da realização do segundo turno na Câmara, o texto deverá retornar ao Senado, em face de alterações no texto original.

2) Reforma do Judiciário

Desde seu início, este Governo tratou a Reforma do Judiciário como questão prioritária, sendo criada no âmbito do Ministério da Justiça uma Secretaria especialmente para consolidar as discussões em torno do assunto. O resultado desse esforço veio com a aprovação da Reforma, em apenas um ano e dez meses, depois de esta matéria ter tramitado no Congresso Nacional por 13 anos. Em 8 de dezembro de 2004, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 45, conhecida como Reforma do Judiciário.

A Reforma do Judiciário contempla os cinco pontos prioritários defendidos pelo Governo Federal: (i) a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público; (ii) a autonomia das defensorias públicas; (iii) a federalização dos crimes contra os direitos humanos; (iv) a quarentena para magistrados; (v) a unificação dos critérios para ingresso na carreira.

O Conselho Nacional de Justiça terá como principal função o planejamento e a padronização das atividades do Poder Judiciário. Terá, entre suas atribuições, o controle sobre a atuação administrativa e financeira do Judiciário, bem como dos deveres funcionais dos juízes. O Conselho será composto por 15 membros, dos quais nove do Judiciário e seis entre representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da sociedade civil, estes indicados pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. O Conselho Nacional do Ministério Público, instância similar à da Justiça, vai promover o controle externo das ações de Procuradores da República e terá 14 membros. Ambos os Conselhos entram em funcionamento 180 dias após a promulgação da Emenda Constitucional.

A autonomia administrativa e financeira das defensorias públicas foi outro ponto importante aprovado na Reforma, dando um grande passo para a democratização do acesso à Justiça.

Os crimes contra os direitos humanos poderão ser julgados pela Justiça Federal caso haja manifestação nesse sentido por parte do Procurador-Geral da República junto ao Superior Tribunal de Justiça, que deverá aprovar o requerimento.

A EC nº 45, de 2004, estabelece a "quarentena" de três anos para que juízes e desembargadores exerçam advocacia nos tribunais de origem após aposentadoria do serviço público. A medida será estendida aos membros do Ministério Público. Também foi determinada a unificação de critérios para o ingresso nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura.

A adoção da súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é outra inovação aprovada na Reforma. A súmula, que deve ser aprovada por pelo menos oito dos 11 ministros do STF, obriga as instâncias inferiores a seguirem as decisões sumuladas do Supremo.

Outros pontos importantes da Reforma: o fim do recesso nos Tribunais de Primeira e Segunda Instâncias; a distribuição imediata de processos; a determinação para que Tribunais de Justiça (TJ), Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) e Tribunais Regionais Federais (TRF) criem projetos de Justiça itinerante; a eleição direta para 50% dos membros dos órgãos especiais dos tribunais e a possibilidade de descentralização dos TJ, dos TRT e dos TRF.



Com a promulgação da EC nº 45, de 2004, novos princípios foram incluídos na Constituição, como o que determina que a tramitação de processos deve acontecer num prazo razoável (princípio da celeridade processual) e que a criação de novas vagas de juízes deve seguir critérios de proporcionalidade em relação à população e à demanda judicial da área.

Importante registrar que, em 15 de dezembro último, os três Poderes do Estado reuniram-se a fim de subscrever um Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano. Firmaram o Pacto o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Promulgada e publicada a EC nº 45, de 2004, as ações para 2005 estarão focadas na articulação para a regulamentação de pontos dessa Emenda, para alterações na legislação processual – de modo que se acelere a prestação jurisdicional –, na elaboração de diagnósticos e pesquisas sobre o funcionamento dos órgãos do sistema de Justiça brasileira, e no desenvolvimento de projetos que visem à modernização dos tribunais.

Dentre as principais ações programadas destacam-se: (i) o acompanhamento da instalação e da regulamentação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público e a regulamentação de pontos da Emenda Constitucional da Reforma do Judiciário; (ii) a articulação para aprovação, no Congresso Nacional, de projetos de alteração da legislação processual civil e penal; (iii) o estudo de sistemas alternativos de solução de conflitos e mapeamento nacional das iniciativas hoje existentes no País nessa área; (iv) o projeto de interligação Executivo-Judiciário, que consiste na criação de sistemas de comunicação que permitam aos órgãos do Poder Judiciário acessar bancos de dados do Poder Executivo – desenvolvimento de projeto-piloto com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; (v) a instalação de Juizados Especiais Federais nos Centros Integrados de Cidadania (CIC).

3) Reforma Sindical

As linhas gerais da proposta da Reforma Sindical foram aprovadas, em 2004, pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que instituirá, quando aprovado pelo Congresso Nacional, um novo paradigma nas relações sindicais no Brasil está na fase final de preparação para encaminhamento ao Congresso Nacional. A proposta busca fortalecer e direcionar as relações de trabalho por meio do diálogo social, compromisso posto em prática pelo Governo Federal por meio do FNT, que realizou um extensivo processo de negociação tripartite.



A Reforma Sindical é, na verdade, o primeiro passo para um amplo reordenamento jurídico-institucional do sistema de relações de trabalho, que do ponto de vista normativo deverá envolver o direito sindical, a legislação do trabalho, os órgãos de administração pública do trabalho, a Justiça do Trabalho e o direito processual do trabalho.

A proposta elaborada pelo FNT considerou a realidade atual do sindicalismo brasileiro e as mudanças pretendidas pelos próprios atores coletivos das relações de trabalho, sem perder de vista a necessidade da incorporação de princípios já consagrados pelo direito internacional e supranacional.

a) Objetivos da Reforma Sindical

- Fortalecer a representação sindical, de trabalhadores e de empregadores, em todos os níveis e âmbitos de representação.
- Definir critérios de representatividade, organização sindical e princípios democráticos que assegurem ampla participação dos representados.
- Estabelecer garantias eficazes de proteção à liberdade sindical e de prevenção de condutas anti-sindicais.
- Eleger a boa-fé como fundamento do diálogo social e da negociação coletiva.
- Promover a negociação coletiva como procedimento fundamental do diálogo entre trabalhadores e empregadores.
- Estimular a adoção de meios de composição voluntária de conflitos de trabalho, sem prejuízo do acesso ao Poder Judiciário.
- Democratizar a gestão das políticas públicas na área de relações de trabalho por meio do estímulo ao tripartismo.
- Extinguir qualquer recurso de natureza parafiscal para custeio de entidades sindicais.
- Disciplinar o exercício do direito de greve no contexto de uma ampla legislação sindical indutora da negociação coletiva.



- Definir regras claras de transição para que as entidades sindicais preexistentes possam adaptar-se às novas regras.

Essa Reforma pretende valorizar a nossa cultura sindical e, ao mesmo tempo, incorporar o princípio da autonomia privada coletiva, elevando a negociação coletiva à condição de meio preferencial para o reconhecimento e plena eficácia da liberdade sindical, em sintonia com o cenário jurídico predominante nas democracias contemporâneas.



A consolidação do desenvolvimento sustentável

2005

Os dois primeiros anos deste mandato foram caracterizados pelo esforço em reorganizar a economia, recuperando a credibilidade do Governo na gestão econômica e fortalecendo os fundamentos macroeconômicos necessários para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Nesse período, o Governo reverteu a crise iniciada no final de 2002, adotando medidas fortes, mas necessárias, cuja eficácia se comprovou rapidamente. Em pouco mais de um ano, a taxa de inflação foi reduzida para quase a metade, o País gerou o primeiro superávit em transações correntes desde 1992 e houve significativa ampliação do emprego com carteira assinada, o que reduziu a taxa de desemprego. Esse sucesso foi acompanhado da redução na volatilidade da taxa de câmbio e do crescimento do consumo, permitindo que o PIB, após um aumento tímido em 2003, iniciasse uma tendência de expansão com uma taxa acima de 5% em 2004.

A conjunção de crescimento e estabilidade econômica é o resultado extremamente positivo do esforço empreendido pelo Governo, nos últimos dois anos. Com o ajuste macroeconômico realizado – e a manutenção de políticas fiscal e monetária responsáveis e de uma situação sólida nas contas externas – estão colocadas as condições para a redução sustentada das taxas reais de juros nos próximos anos e para uma trajetória consistente de crescimento de longo prazo. Crescimento este que deve ser acompanhado por um grau de volatilidade da economia muito menor que aquele observado nas últimas décadas – pois o Brasil está hoje muito mais preparado para absorver mudanças no cenário internacional –, o que aumenta o grau de previsibilidade para os empresários e os consumidores.

A solidez macroeconômica, embora seja um elemento essencial, é apenas a base sobre a qual se assenta a política de desenvolvimento deste Governo. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, são essenciais medidas de inclusão social, sem as quais é impensável o desenvolvimento a longo prazo, bem como reformas institucionais que criem condições efetivas para que o crescimento seja o mais acelerado possível, fortalecendo esse processo. Essas reformas envolvem a construção de marcos legais eficientes, modernos, com regras claras, juridicamente seguras, que consigam atrair e facilitar os investimentos privados, fundamentais para viabilizar o padrão de desenvolvimento que almejamos.

Para este Governo, a redução das imensas desigualdades sociais do Brasil não é um objetivo acessório ao crescimento econômico, mas sim parte essencial do próprio projeto de desenvolvimento. A enorme exclusão social do País não é apenas um problema social, por si só bastante grave, mas é também um fator limitante ao crescimento da economia a longo prazo. Nesse contexto, as políticas sociais que estamos implementando, voltadas para a inclusão e a

redução da desigualdade de renda, são parte central do projeto que visa garantir que o processo de desenvolvimento seja duradouro.

1) Ampliando o acesso ao crédito e ao sistema financeiro

Outra importante linha de atuação do Governo tem sido no estímulo ao microcrédito e as microfinanças. As ações nesses dois campos têm sido realizadas com o objetivo de ampliar o volume e facilitar o acesso ao crédito para os microempreendedores, contribuindo assim para geração de renda e trabalho e para facilitar o acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, garantindo maior cidadania, além da redução das taxas de juros cobradas nos financiamentos para esses segmentos da população.

Entre as medidas adotadas, uma das mais relevantes foi a criação da conta corrente simplificada, que é isenta de tarifas e da CPMF e não exige comprovação de renda e de endereço. O sucesso dessa política é claro: apenas nos bancos oficiais já haviam sido abertas até o final de 2004 mais de 4,6 milhões dessas contas.

Para mobilizar os recursos destinados ao crédito popular, o Governo regulamentou a obrigatoriedade de as instituições financeiras aplicarem no mínimo 2% dos depósitos à vista em operações de microcrédito a taxas favorecidas, atendendo diretamente as pessoas de baixa renda e aos empreendedores de pequeno porte. Outra medida de grande impacto para facilitar o crédito pessoal foi a regulamentação do crédito consignado em folha de pagamento para trabalhadores assalariados e aposentados e pensionistas da previdência social.

Especificamente no que se refere ao apoio aos micro e aos pequenos empreendimentos, o Governo lançou, no final de 2004, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, que tem como objetivo a concessão de crédito e o apoio técnico aos microempreendedores por intermédio de instituições de microcrédito, como os Bancos do Povo, as Cooperativas de Crédito e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor.

Mas além das ações direcionadas para as microfinanças, o Governo não se descuidou de outro importante setor que também é carente de recursos – os investimentos em infra-estrutura. Esses investimentos, historicamente realizados com recursos públicos, têm sido progressivamente comprimidos nos anos recentes em virtude de restrições fiscais. Embora essa restrição dificulte uma rápida recuperação dos investimentos públicos em infra-estrutura, o Governo vem alocando, a cada ano, uma parcela crescente de recursos no orçamento para viabilizar esses investimentos.

Nesse contexto, o grande desafio é criar um ambiente favorável e seguro para que o setor privado possa ampliar os investimentos em infra-estrutura, permitindo que os escassos recursos públicos sejam direcionados para o gasto em políticas sociais e investimentos em outras áreas nas quais o retorno em termos de bem-estar para a sociedade seja superior ao retorno recebido pelo investidor privado. Para tanto, é essencial ter marcos regulatórios e instituições reguladoras que reduzam o grau de incerteza e deem segurança ao investidor privado e aos usuários sem onerar o consumidor, o que está sendo construído, por exemplo, com a nova regulação do setor elétrico e com o projeto de lei das agências reguladoras, que ratifica o compromisso do Governo com a autonomia das agências em sua atividade de regulação e fiscalização.

Um conjunto importante de medidas visa, em especial, criar condições para o desenvolvimento do mercado de crédito, tornar mais eficientes os processos de resoluções de conflitos e melhorar o ambiente de negócios. Várias dessas medidas já foram implementadas nos últimos dois anos, outras estão em trâmite no Congresso, e um terceiro conjunto será encaminhado ao Poder Legislativo nos próximos meses.

Especificamente no que se refere ao mercado de crédito, o objetivo é criar um ambiente juridicamente mais seguro e instrumentos mais eficientes para ampliar a oferta de crédito e reduzir seu custo para o tomador de recursos. O Brasil apresenta uma baixa relação crédito/PIB, mesmo quando comparado com outras economias emergentes, como Chile e Coreia do Sul. O reduzido volume de crédito acaba limitando a expansão do consumo e do investimento no nosso País e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Algumas dessas medidas adotadas pelo Governo já estão surtindo efeito, como por exemplo, a Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que permitiu a realização de crédito como consignação em folha de pagamento. Em pouco mais de um ano em vigor, o volume de crédito concedido nessa modalidade já é superior a R\$ 10 bilhões, e o que é mais importante: é uma das modalidades de financiamento que apresenta uma das menores taxas de juros praticadas pelo mercado. Após sua implementação, as taxas de juros para essas operações caíram de 7% a 8% ao mês para 2,8% ao mês.

Outras medidas recentemente aprovadas têm como objetivo gerar benefícios semelhantes aos da consignação, podendo-se citar a cédula de crédito bancário e os novos instrumentos de financiamento e securitização de crédito imobiliário e do agronegócio. Tais instrumentos permitirão financiar atividades produtivas de uma forma mais eficiente e a custos mais baixos do que os disponíveis anteriormente, contribuindo para ampliar a disponibilidade de recursos financeiros para a produção brasileira e o crescimento econômico.

Ainda no que diz respeito às medidas de ampliação do crédito, foram introduzidos aperfeiçoamentos e novos instrumentos para facilitar a concessão, em especial no segmento imobiliário, como novos tipos de cédula de crédito e a segregação do imóvel à venda do patrimônio da incorporadora, reduzindo o risco para o adquirente. Para ampliar os instrumentos à disposição do setor agropecuário, também foram instituídos instrumentos específicos para o financiamento da comercialização.

2) Regulamentação das reformas estruturais

A inclusão social é parte central da agenda de reformas do Governo, mas não constitui o único objetivo dessa agenda. Um conjunto amplo de medidas visa criar condições para que a economia opere de forma mais eficiente e para que o crescimento seja o mais acelerado possível nos próximos anos, sem comprometer a estabilidade alcançada, e permita uma rápida redução das desigualdades econômicas e sociais. A agenda econômica avançou muito nos últimos dois anos e tem como objetivos centrais criar condições para a expansão do investimento, viabilizando seu financiamento adequado, e aumentar a eficiência da economia, reduzindo custos, melhorando o ambiente de negócios e racionalizando o mercado de crédito.

Por sua vez, a busca de uma melhor distribuição de renda permeia o conjunto das ações do Governo, ultrapassando os limites das políticas sociais propriamente ditas. No âmbito da legislação tributária, estabeleceu-se a desoneração completa de PIS e COFINS para uma série de produtos da cesta básica, como arroz, feijão, ovos, farinha de mandioca e hortifrutigranjeiros. No mesmo sentido, o projeto da Reforma Tributária prevê a isenção ou a cobrança de alíquota mais baixa de ICMS para medicamentos e produtos da cesta básica. A redução do custo de produtos essenciais de consumo beneficia de forma absolutamente clara a parcela menos favorecida da população, que dispende uma grande parte de sua renda na aquisição desses produtos.

Para reduzir o custo dos investimentos, foram adotadas várias medidas voltadas à desoneração tributária dos bens de capital. Dentre estas merece destaque a redução do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos – de 5% para 2%, devendo chegar a zero em 2006 – como importante fator para redução do custo de aquisição de bens de capital. Também foi instituído um regime temporário de depreciação acelerada dos investimentos, e o prazo de compensação dos créditos de PIS e COFINS na aquisição de bens de capital foi reduzido de dez para quatro anos e, posteriormente, para dois anos. Essas mudanças têm impacto significativo na redução do custo do investimento, estimulando o aumento da capacidade produtiva, do produto e da renda nacional e indicam o compromisso do Governo de – observado o equilíbrio das contas públicas

adotar medidas de desoneração tributária que aumentem a eficiência da economia e criem condições para o crescimento mais acelerado.

Se o incentivo ao investimento é importante, o financiamento adequado dos recursos também é essencial para evitar que o crescimento não comprometa a solidez macroeconômica. Nesse contexto, diversas medidas foram instituídas para ampliar a poupança de longo prazo, para que haja um fluxo de fundos adequado às necessidades de recursos dos investimentos produtivos. As mais relevantes foram: no âmbito das indústrias, a ampliação do prazo de recolhimento do IPI, o que melhora o fluxo financeiro das empresas e reduz o custo operacional; e no âmbito da previdência complementar, a tributação com alíquotas decrescentes ao longo do tempo, a nova sistemática de tributação de rendimentos de títulos de renda fixa e variável e a conta de investimento, utilizada exclusivamente para a migração entre aplicações financeiras sem a incidência da CPME.

Para os investimentos na área portuária, foi instituído um regime especial de incentivo à modernização e à ampliação dos portos (REPORTO), que reduziu a zero a incidência de IPI, COFINS, PIS/PASEP e Imposto de Importação no caso de aquisição de máquinas e equipamentos destinados a investimentos nos portos. Essa medida, amparada em um amplo diagnóstico dos portos brasileiros, que está sendo elaborado por grupo interministerial, identificando problemas e buscando soluções, incentivará a ampliação da capacidade portuária. Assim, espera-se, em curto prazo de tempo, remover um dos principais gargalos do setor exportador, reduzindo os custos de transporte e facilitando o escoamento da produção nacional.

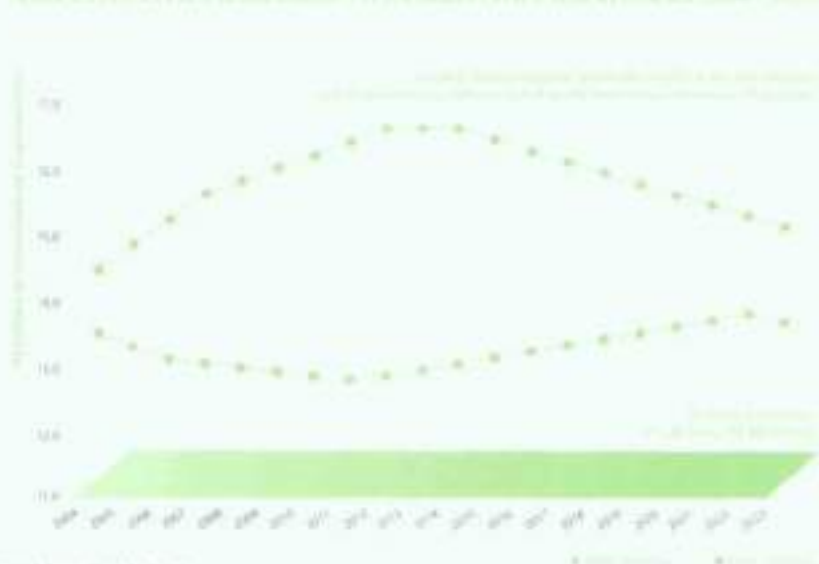
Ainda no âmbito da área tributária, a alteração no PIS/COFINS estabeleceu o princípio da não-cumulatividade sobre o faturamento das empresas, eliminando os efeitos perniciosos da cobrança de impostos em cascata que comprometia a eficiência econômica ao gerar distorções relevantes na alocação de recursos. A aplicação do PIS/COFINS sobre os produtos importados, por sua vez, promoveu a isonomia entre o produto nacional e o estrangeiro, eliminando uma forte distorção que favorecia a importação em detrimento da produção doméstica.

No Programa de Governo, o então candidato a Presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs a constituição de um "sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado", ao lado de um "sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores". O Programa previa ainda que a constituição de um sistema único, básico e universal não seria imediata, mas dar-se-ia em um "processo de longo prazo".

A Emenda Constitucional nº 41, promulgada em 31 de dezembro de 2003, representou o passo inicial e fundamental para esse processo de constituição de um sistema único, básico e universal de previdência social. Foram estabelecidas as condições básicas para uma maior convergência entre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), aos quais se encontram vinculados os servidores públicos, e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ao qual estão vinculados os trabalhadores da iniciativa privada. Tal convergência pautou-se pelo respeito aos direitos adquiridos dos atuais aposentados e pensionistas, bem como pela criação de regras de transição que permitissem o amadurecimento das estratégias dos atuais servidores às novas normas de aposentadoria.

Como resultado da aproximação das regras dos dois regimes, o País passa a ter, primeiramente, um sistema previdenciário socialmente mais justo, tanto por apresentar deveres e direitos bastante próximos para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, quanto por contar com a previsão de um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda. Em segundo lugar, dá-se uma reversão da perspectiva sombria para o serviço público brasileiro, que veria parte significativa dos seus quadros mais experientes se aposentar com idades relativamente baixas nos próximos anos. Finalmente, em termos fiscais, a reforma representa um alívio nas contas previdenciárias – a estimativa para os próximos vinte anos é de uma economia da ordem de R\$ 49 bilhões, conforme o gráfico seguinte.

ESTIMATIVAS DA ANUIDADE DA DESPESA COM APOSENTADORIA E PENSÃO EM REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) E PARA OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) (2004 - 2024)



Fonte e elaboração: MPV/MPG.

* Executivo: C40 - SLAPE, ABIS e RACEN; Judiciário - Justiça Eleitoral, Trabalhista e TJDF.

Obs.: cenário comportamental; hipótese de que 50% aposentam-se assim que possível e 50% esperam até completar a aposentadoria integral.

Baseado no volume 21 da Coleção Previdência Social, intitulado "Análise Atuarial da Reforma da Previdência dos Servidores Públicos Civis da União", MPV, Brasília, 2004, no prelo.

Mas, para implementação dessa Reforma, era necessária a aprovação da respectiva legislação regulamentadora. Para isso, o Governo editou uma Medida Provisória (MP nº 167, de 19 de fevereiro de 2004) que, após um processo de negociação e aperfeiçoamento pelo Congresso Nacional, foi convertida na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Com isso, um dos principais pontos da Reforma foi regulamentado, ou seja, a introdução da média de todo o período contributivo do servidor como base de cálculo do valor de sua aposentadoria.

Foram também objeto de regulamentação: (i) o redutor de 30% para as pensões que superem o limite máximo do benefício concedido pelo Regime Geral, atualmente no valor de R\$ 2.508,72; (ii) os limites mínimos e máximos da contribuição do órgão público para o regime de previdência dos servidores públicos; (iii) a contribuição da União para o regime de previdência dos seus servidores, com alíquota de 22% sobre o total da remuneração dos servidores ativos.

Cabe ainda ressaltar a decisão do STF reconhecendo a legalidade da cobrança de contribuição dos inativos, o que representou mais um passo importante na busca do equilíbrio do sistema de previdência dos servidores públicos.

Está em fase final de elaboração a proposta de regulamentação do Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos civis da União, que permitirá a aplicação, no Governo Federal, do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social para os servidores e a instituição de fundos de pensão para administrar planos de benefícios sob a modalidade de contribuição definida, destinados a complementar os proventos de aposentadoria.

3) Novo arcabouço institucional para o desenvolvimento

Coerente com sua proposta de criar condições para o desenvolvimento – aliada à prioritária política de inclusão social – o Governo trabalhou ao longo de 2004, com a efetiva participação do Congresso Nacional, em projetos legislativos para o estabelecimento de um novo arcabouço institucional que contribuirá sobremaneira para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) reforça a importância atribuída pelo Governo aos investimentos em infra-estrutura, criando um marco legal para viabilizar a captação e o direcionamento dos recursos necessários ao desenvolvimento de projetos, o que permite agregar a experiência e a agilidade de um empreendimento privado sem comprometer o equilíbrio da gestão fiscal.

Dentre os projetos de lei, alguns de natureza de lei complementar, voltados para tornar mais eficientes os processos de resolução de conflitos, destacam-se a nova Lei de Falência e as mudanças no Código de Processo Civil. No caso do processo falimentar, houve um importante avanço em direção a uma legislação mais moderna e eficiente, que dá condições efetivas para que as empresas viáveis, que estejam em dificuldades momentâneas, consigam recuperar-se. Além de não mais permitir longos processos de concordata e falência, as novas regras do processo de recuperação judicial e da falência permitirão preservar com muito mais eficácia os empregos, investimentos e os ativos produtivos dessas empresas.

Outro conjunto de projetos visa melhorar o ambiente de negócios. Esse novo arcabouço institucional abrange o aperfeiçoamento do marco regulatório do sistema de defesa da concorrência e dos setores de infra-estrutura. Destaque-se ainda o apoio à pesquisa e a difusão de novas tecnologias, de que faz parte a Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, aperfeiçoando os incentivos ao setor de informática e automação.

A implantação de um novo marco legal sobre biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados também é um dos mais importantes componentes do novo arcabouço institucional para o desenvolvimento. Nesse sentido, já em outubro de 2003 o Governo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.401, que, já aprovado pelo Senado Federal, está atualmente em análise final na Câmara dos Deputados.

Para dar prosseguimento à agenda de reformas que tem por objetivo o desenvolvimento do mercado de crédito – que teve importantes avanços no ano passado com a criação da Cédula de Crédito Bancário, dos novos instrumentos de crédito e securitização para o setor imobiliário e para o agronegócio –, o Governo pretende encaminhar em 2005 projeto de lei que regulamenta os bancos de dados privados de proteção ao crédito, preservando o direito dos cidadãos em relação às informações e a forma como poderão ser utilizadas pelos próprios bancos de dados. Esse novo marco legal abre espaço para o desenvolvimento dos bancos de dados de informações positivas, que têm a vantagem de permitir o aumento da competição entre as instituições financeiras ofertantes de crédito, incentivando-as a conquistar os bons pagadores. Os cadastros positivos, ao reduzir a assimetria de informação entre o concedente e o tomador do crédito, permitirão aos bons pagadores tomar empréstimos a custos mais baixos e em condições mais favoráveis (prazos mais dilatados para pagamento e menor necessidade de apresentação de garantias).

Esse amplo conjunto de medidas e as que ainda estão sendo estudadas permitirão sustentar o novo ciclo de crescimento por um período longo, rompendo com os surtos temporários de crescimento que ocorreram nas últimas décadas. Esse ciclo virtuoso, que já se iniciou, está promovendo de forma contínua a redução da desigualdade econômica, por meio da geração de emprego e de renda, e criando oportunidades para que todos os brasileiros possam beneficiar-se desse novo tempo de prosperidade.



Desenvolvimento sustentável com inclusão social

2005

1) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Segundo as diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007, o Governo Federal, mediante ação coordenada de seus diversos ministérios, trabalhou para atender aos anseios pela redução da vulnerabilidade externa e o enfrentamento dos gargalos econômicos. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), definida em 2004, foi determinante nesse processo ao valorizar os setores produtivos de alto valor agregado. Nesse sentido, houve desdobramento em cinco grandes temas: estímulo ao investimento produtivo e à modernização industrial; estímulo à inovação de produto, processo e gestão; estímulo a um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial; apoio às áreas de biomassa, biotecnologia e nanotecnologia; a concretização das opções estratégicas relativas aos setores de semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foram criados em dezembro de 2004, por meio da Lei nº 11.080, e vão contribuir para o ambiente favorável ao incremento da indústria, pois promoverão e articularão ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade.

As ações de ciência, tecnologia e inovação contribuíram com resultados importantes para a PITCE. Os instrumentos de gestão do fomento à pesquisa científica e tecnológica foram aprimorados visando apoiar essa Política. Aproximadamente 60% dos recursos livres dos fundos setoriais foram utilizados no financiamento de projetos nas quatro áreas prioritárias: software, bens de capital, microeletrônica, fármacos e medicamentos.

Foram implementadas medidas para estimular um ambiente de investimento no País, como a desoneração de bens de capital (IPI), o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e a ampliação da lista de produtos do regime ex-tarifários, que representaram investimentos da ordem de R\$ 7,8 bilhões.

a) Estimulo à inovação de produto, processo e gestão

A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, Lei de Inovação, incentivará as empresas a apoiar e a investir em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, criando ambiente propício para aumentar o número de projetos inovadores. A Lei de Inovação será o marco na viabilização

de mecanismos de desenvolvimento tecnológico e na expansão da cultura da inovação nas instituições de pesquisa e nas empresas nacionais. O texto da Lei foi concluído depois de intenso debate com a sociedade, resultando em contribuições importantes de instituições científicas, acadêmicas e do setor empresarial. Com ela será possível ampliar o fomento de parcerias entre o meio acadêmico e a iniciativa privada. As instituições públicas e de pesquisa poderão, por exemplo, permitir ao setor privado o uso de equipamentos das universidades públicas, mediante contratos, e permitir a participação de pesquisadores em empresas de tecnologia, favorecendo a incorporação de processos inovadores no dia-a-dia das empresas. Todo esse processo deverá ser regulamentado, definindo-se prazos, remuneração, contrapartida e a participação nos resultados. A relação entre universidades, fundações de apoio e pesquisadores para prestação de serviços de consultoria especializada também será regulamentada.

Ainda quanto à inovação de produto, processo e gestão, a partir do Decreto nº 4.928, de 23 de dezembro de 2003, ocorreu um forte incentivo ao processo de certificação e patenteamento, ao possibilitar que as empresas descontem as despesas com depósitos de patente, certificação e com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Por sua vez, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) iniciou em 2004 seu processo de reestruturação, que objetiva primordialmente a aceleração do processo de obtenção de marca ou patente. Ademais, houve esforços para a disseminação da cultura da propriedade intelectual no País e a ampliação do uso de normas técnicas, regulamentos e instrumentos de propriedade industrial.

A Rede Brasil de Tecnologia (RBT) articulou diferentes áreas do Governo, os institutos de pesquisa, as empresas e os agentes financeiros, com foco no apoio ao setor empresarial para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Os dois principais eixos de atuação da RBT foram a substituição competitiva das importações de bens e serviços e a agregação de valor à produção nacional para exportação. Atualmente, fazem parte da RBT 432 empresas, 652 laboratórios e 159 instituições que realizam serviços tecnológicos.

Em 2005, serão realizadas o financiamento a trinta empresas no PROINOVAÇÃO, a equalização de financiamentos (FINEP), o lançamento do Programa Juro Zero e o atendimento a 400 empresas. Outras ações visam propiciar o investimento em 500 empresas nascentes – CRIATEC, atingir as 27 Unidades da Federação por meio do PAPPE, apoiar APLs com foco em biodiversidade, nas regiões de fronteiras e semi-áridas apoiar projetos de P&D no PROCOOP e atender 1.000 médias e pequenas empresas (MPEs) no Programa ASSISTEC. O Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (PNI) fortalecerá o surgimento e a consolidação

de incubadoras de empresas de base tecnológica, mistas e tradicionais, assim como parques tecnológicos, processos e serviços.

b) Estimulo ao investimento produtivo e à modernização industrial

No que diz respeito ao investimento produtivo e à modernização industrial, houve a desoneração dos bens de capital, por meio da redução da alíquota do IPI, a redução do prazo para aproveitamento de crédito do PIS e da COFINS e desconto na CSLL da depreciação acelerada para bens de capital. Ademais, o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ), criado com o prazo de vigência de 12 meses, contou com recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Tendo se iniciado em agosto de 2004, o Programa já concedeu um montante de financiamentos de R\$ 136,78 milhões, com 299 operações aprovadas. Também ocorreu a redução do imposto de importação para máquinas sem produção nacional e a ampliação do período de apuração do IPI.

Ainda mediante a desoneração tributária, trabalhou-se para a redução dos gargalos portuários, implementando-se o REPORTO. Trata-se da instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e ampliação da estrutura portuária, com bens enquadráveis definidos pelo Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004. O regime é temporário, com vigência até o final de 2005, podendo ser prorrogado por mais um ano, tendo como característica principal a desoneração tributária de máquinas e equipamentos destinados a investimentos nos portos. Os equipamentos adquiridos por meio do REPORTO serão desonerados da incidência do IPI, da COFINS, do PIS/PASEP e do imposto de importação (no caso de equipamentos sem similar nacional).

c) Semicondutores, software, biotecnologia, nanotecnologia, bens de capital e fármacos

Nesses setores, apoiaram a formação e capacitação de recursos humanos na área de projeto e fabricação de componentes semicondutores, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado, com recursos do Fundo de Informática (FI-INFO), e a formação de especialistas em projeto de circuitos integrados, com recursos do Fundo Verde Amarelo e de empresas incentivadas pela Lei de Informática. Foi solicitado o trâmite em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, para o Projeto de Lei nº 1.787/96, que trata da proteção à tipografia de circuitos integrados, considerando a relevância do assunto para a atração de empresas interessadas em desenvolver e fabricar esses circuitos no Brasil. Realizaram-se diversas reuniões com empresas estrangeiras interessadas em realizar investimentos na produção desses circuitos. Teve continuidade o programa

de implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), em Porto Alegre, que será importante centro tecnológico na área de microeletrônica. Em outubro de 2004, foi publicado o edital para a construção dos prédios das unidades de administração e do centro de projeto de circuitos integrados do CEITEC.

Em março de 2004, foi concluído o documento "Termo de Referência da Política de Softwares e Serviços", contendo o conjunto de propostas que deverão nortear as ações do Governo no âmbito da PITGE, para estímulo ao setor, agrupadas nas seguintes categorias: ampliação das exportações, fortalecimento da empresa nacional, capacitação e infra-estrutura, e segmentos emergentes. O setor foi beneficiado com o novo Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT), que, operacionalizado pelo BNDES, financia investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil. O Programa já tem 39 operações em carteira que correspondem a um montante de financiamento de R\$ 162,8 milhões, que viabilizam um montante de R\$ 288,62 milhões em investimentos.

Também foi instalado o Fórum de Competitividade de Biotecnologia, que tem a função de estruturar uma Política Industrial de Biotecnologia. Nesse sentido, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) contou com investimentos em equipamentos e instalação de 11 novos laboratórios. Foi implantada a Rede de Pesquisas em Proteoma e apoiou-se o Centro de Biologia Molecular Estrutural do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o que permitirá ao País gerar conhecimento na produção de fármacos e na agroindústria, entre outras aplicações biotecnológicas. A nanotecnologia também foi um foco em 2004, e está sendo analisada a criação de um Laboratório Nacional de Micro e Nanotecnologia. Suas aplicações prometem ser inovadoras, a ponto de causar obsolescência de diversos produtos e processos. O Programa de Nanotecnologia foi criado para evitar o comprometimento da competitividade da indústria brasileira e do desenvolvimento econômico do País em razão dessa obsolescência. Nessa área, foram lançados dois editais pelo CNPq e um edital pela FINEP, totalizando 12 projetos de pesquisa cooperativa com empresas.

O Programa de Financiamento a Supradores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados apoia a produção de bens de capital, também por meio do BNDES, que disponibilizou R\$ 500 milhões e já possui carteira de financiamentos da ordem de R\$ 210 milhões. O setor de fármacos também tem uma linha especial de financiamento do BNDES, que, por meio do PROFARMA, viabilizou R\$ 456,28 milhões em financiamentos.

Também foram criados novos espaços permanentes de diálogo entre o Governo e o setor

produtivo. Em 2004, os Fóruns de Competitividade abrangeram os setores de gemas e jóias e de biotecnologia, além do Fórum Setorial de Franquia.

d) Política Nacional de Propriedade Intelectual

O Governo Federal visou ao fortalecimento da capacitação tecnológica nacional por meio da implementação da Política Nacional de Propriedade Intelectual, a promoção da capacidade de inovação tecnológica das empresas brasileiras e o desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica básica. A fim de viabilizar a implementação da Política, em 2004, iniciou o já mencionado processo de reorganização do INPI, para torná-lo mais ágil e articulado com os setores produtivos e de pesquisa. O Programa Brasileiro de Design, buscando apoiar a agregação de valor ao produto nacional, foi o responsável por 18 premiações na Feira Mundial de Design, na Alemanha, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão. Foram firmados dois Acordos de Cooperação Tecnológica com a União Europeia: um buscará a capacitação técnica e operacional de centros tecnológicos nos setores de plásticos e de eletroeletrônicos; e o outro focará a inserção internacional de pequenas e médias empresas.

Ampliou-se a infra-estrutura laboratorial da Metrologia Científica e Industrial do Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (INMETRO) e sua prestação de serviços com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas, bem como na proteção do cidadão como consumidor. Dentre as ações do INMETRO, as mais importantes são o Bônus de Certificação, os investimentos no campus de laboratórios, a Certificação Florestal (CERFLOR), que já atinge 216 mil hectares de florestas, a certificação de frutas e de cestas de alimentos.

e) Tecnologia industrial básica

Com o objetivo de dar suporte ao acesso de bens e serviços brasileiros no mercado internacional, o Programa Tecnologia Industrial Básica vem contribuindo para adequar e expandir a infra-estrutura de serviços tecnológicos no sentido de responder aos desafios das exigências técnicas aplicadas a produtos e serviços, processos produtivos e sistemas de gestão, consubstanciadas em normas, regulamentos técnicos e programas de certificação. Em 2004, foram aprovados 35 projetos, no valor de R\$ 35 milhões, para apoio à metrologia científica, redes metroológicas estaduais, laboratórios de ensaios, programas de avaliação da conformidade, normalização, centros de referência em tecnologias de gestão, núcleos de apoio ao patenteamento e escritórios de transferência de tecnologia. Esses projetos incrementam a competitividade das empresas brasileiras e ajudam a prevenir o ingresso de bens com nível de qualidade inferior ao requerido pelo mercado interno.

O Governo Federal, em 2005, tem como objetivo aprofundar a implementação da PITCE, sustentando a expansão do comércio exterior e fortalecendo as economias regionais, com vistas à geração de emprego e renda, à inclusão social e à redução das desigualdades regionais.

Para estimular o investimento produtivo e a modernização industrial, dará continuidade à desoneração tributária de bens de capital e de máquinas sem produção nacional, à redução de gargalos de logística mediante os Programas MODERMAQ, REPORTO e de Modernização da Frota de Caminhões (MODERCARGA). Ademais, será implementado o programa de simplificação de registro de empresas visando à redução dos custos associados à abertura e ao fechamento de empreendimentos, incentivando a formalização de empresas e desestimulando a informalidade.

Na área de inovação de produtos, processos e gestão, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ampliará o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC), com a elaboração de 15 novos programas, contidos no seu Plano de Ação Quadrienal 2004-2007, tendo como critérios o fortalecimento do mercado interno, os impactos na saúde, na segurança e no meio ambiente e na balança comercial. Entre os produtos e os serviços que serão certificados em 2005, podem-se destacar os seguintes: softwares, capacete de segurança para uso industrial, embalagem para produtos perigosos, armazenamento de produto agropecuário e serviços de instalação de postos de Gás Natural Veicular (GNV). Além disso, o INMETRO implantará os laboratórios de metrologia química e de materiais que garantirão a rastreabilidade na determinação da propriedade de materiais e produtos químicos, propiciando um aumento da qualidade dos produtos nos setores de fármacos, agroindústria, segurança alimentar, cosméticos, petroquímica, cerâmica e fibras de carbono. Ocorrerá, também, a ampliação e a modernização da infra-estrutura da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ) com vistas ao aperfeiçoamento da fiscalização de produtos regulamentados e verificação de instrumentos de medição, promovendo a concorrência justa, o aumento da competitividade de produtos e a proteção ao consumidor.

Em relação aos setores de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa, deverá haver significativo aumento no debate sobre esses segmentos. A orientação da PITCE permitirá um envolvimento maior da sociedade no desenvolvimento dos núcleos de excelência no Brasil nessas áreas. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) tem como perspectiva para 2005 o fortalecimento do processo de implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus, (CT-PIM) e a operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), mediante a implantação da estrutura total do centro. Também serão desenvolvidos estudos e

coordenação de ações interministeriais visando à elaboração de política de utilização da biomassa como fonte alternativa de energia.

Nos segmentos estratégicos, para o setor de software a meta de exportação é de US\$ 2 bilhões acumulados até 2007. Dessa forma, o Governo Federal financiará investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil, bem como a comercialização no mercado interno e as exportações de softwares e serviços correlatos por meio do Programa de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT).

O Governo, por intermédio do INMETRO, implementará o Programa Nacional de Certificação de Softwares e Serviços com a finalidade de desenvolver e produzir softwares e serviços correlatos nacionais com o adequado grau de confiança em relação aos aspectos operacionais e de segurança dos dados, otimizando o potencial exportador do País. O Governo buscará inserir na era digital o empresário da microempresa e da empresa de pequeno porte para criar oportunidades de negócios e trabalho que induzam o crescimento da produção e da geração de emprego e renda, mediante a expansão significativa do programa de Telecentros de Informação e Negócios. No setor de fármacos, o PROFARMA continuará financiando a produção de medicamentos e insumos e estimulando atividades de pesquisa e fortalecendo a indústria nacional. No setor de semicondutores, há clara sinalização de empresas internacionais com interesse em investir no Brasil.

Os Fóruns de Competitividade, instrumento de interlocução entre o Governo, setor produtivo e trabalhadores, são de importância fundamental no processo de implementação das medidas estabelecidas na PITCE. No ano de 2005, requererão permanente coordenação por parte do Governo Federal nos 17 Fóruns existentes e na instalação de três novos Fóruns.

A fim de sustentar a expansão do comércio exterior, buscar-se-á o atingimento da meta de US\$ 108 bilhões em vendas externas, mediante, entre outros esforços, a remoção dos gargalos da logística de exportação, a continuidade das negociações multilaterais, o esforço de assinatura de acordos bilaterais, a instalação dos Centros de Logística Avançados de Distribuição no exterior e a criação da Marca Brasil. Para tanto, serão realizadas, em conjunto com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil), missões empresariais, feiras internacionais e eventos para promoção comercial visando à criação da Marca Brasil, que facilitará a inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional pela sua característica de tecnologia de ponta com responsabilidade ambiental.

Entre as principais ações, pretende-se capacitar cerca de 1.750 profissionais em comércio exterior e realizar 12 Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), que visam abordar assuntos

de relevância nacional ligados aos exportadores, bem como mobilizar todo o empresariado e instituições parceiras para difundir a cultura exportadora.

Nesse contexto, fundamental é a atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que tem como meta para 2005: a aprovação de 64 novos Processos Produtivos Básicos (PPB); a aprovação/implementação de novos projetos de P&D (5% da Lei de Informática); a aprovação de 50 novos Projetos Industriais para Frução de Incentivos Fiscais e de 150 novos Projetos Agropecuários/Agroindustriais; a realização de estudo de viabilidade econômica para implantação do Polo Petroquímico; o fomento a seis projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santarém e o apoio à Capacitação de Capital Intelectual (convênio para formação de mestres/doutores).

F) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) constituem elementos de importância estratégica para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

O Governo Federal, consciente da necessidade de equacionar problemas sociais e de impulsionar o crescimento econômico, colocou CT&I como elementos fundamentais da política de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.

L1) Capacitação de recursos humanos para pesquisa científica, tecnológica e inovação

A formação de recursos humanos para a pesquisa desempenha papel fundamental no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Significativos avanços merecem destaque em 2004: concessão de 2.072 bolsas adicionais e aumento do seu valor em 18%, iniciando processo de recuperação do valor dessas bolsas, congelado há oito anos; retomada do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional, elevando-se em 128% a quantidade de bolsas, até outubro, em relação a 2003; indução do desenvolvimento tecnológico empresarial, com a criação de novas modalidades de bolsas-doutorado-sanduíche no País, doutorado-sanduíche empresarial e pós-doutorado empresarial, implementadas a partir de julho de 2004.

O Programa de Formação de Recursos Humanos inclui o segmento formado por estudantes de ensino médio por meio da Bolsa de Iniciação Científica Júnior (BIC-Júnior). Dobrou-se o financiamento aos pesquisadores mais produtivos do País mediante a Bolsa Prêmio. Foram introduzidos mecanismos de parceria com os Estados, com a sistemática de concessão às

Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de quotas de bolsas IC-Júnior.

Merece destaque, também, o Programa de Apoio a Cursos de Pós-Graduação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Casadinho). Trata-se de importante incentivo à cooperação científica inter e/ou intra-regional entre grupos de pesquisa associados aos programas de pós-graduação não-consolidados das regiões mencionadas com grupos já consolidados. São esperados diversos impactos, como uma melhor distribuição geográfica dos núcleos de excelência em pesquisa no País, reduzindo-se a concentração institucional verificada na C.T&I e a melhoria dos programas de pós-graduação não-consolidados. Esse Programa já resultou no aporte de R\$ 30 milhões exclusivamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foram aprovadas 90 propostas, com a seguinte distribuição regional: 57 do Nordeste (63%), 17 do Centro-Oeste (19%) e 16 do Norte (18%), apresentadas por 21 instituições de ensino superior das mencionadas regiões.

Em 2005, será fortalecida a capacitação de recursos humanos para áreas prioritárias, focos estratégicos de políticas industriais e sociais. Isso propiciará a implantação de 5.500 bolsas para o Programa de Extensão, 400 bolsas para o Programa de Produtividade Tecnológica, 1.185 bolsas (tecnológicas e acadêmicas) para o Programa de Fármacos, 340 novas bolsas para o Programa de Microeletrônica, 570 novas bolsas para o Programa de Software e 14 mil bolsas para o Programa Residência em Software.

1.2) Promoção da biotecnologia

O apoio a projetos de sequenciamento genético de diversos organismos pelo Programa de Biotecnologia do Governo Federal posiciona o Brasil como um dos líderes mundiais neste tema. Dentre os avanços obtidos, destacam-se: conclusão do sequenciamento da bactéria *Mycoplasma Sinoviae*, agente causador de doenças endêmicas na avicultura, que possibilitará o desenvolvimento de testes diagnósticos eficientes e profilaxia da doença por meio do desenvolvimento de vacinas; decifração de 98,2% da sequência da bactéria que ocorre em cana-de-açúcar e retira do ar o gás nitrogênio, transformando-o em um sal capaz de ser absorvido pela planta. O estudo possibilitará a utilização de bactérias melhoradas, reduzindo o consumo de adubo nitrogenado, com uma economia para o País de cerca de US\$ 1,8 bilhão.

1.3) Gestão da Política de C.T&I

Reativou-se o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) restabelecendo-se o canal de diálogo governo-sociedade-comunidade científica. O CCT construiu agenda de trabalho

expressada na seleção de temas e realização de estudos geradores de proposições políticas de interesse para o desenvolvimento do País, focalizando os temas inovação tecnológica, Amazônia, mar e Semi-Árido.

Resalta-se, ainda, o empenho do Conselho no levantamento completo e detalhado dos gastos de C&T promovidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Para essa finalidade, criou-se o Grupo de Trabalho Interministerial, cujos resultados, adicionados aos trabalhos desenvolvidos no setor privado, permitirão a identificação mais acurada dos investimentos nacionais em C.T&I.

1.4) Amazônia

A região amazônica é uma das prioridades do País, não apenas por sua importância estratégica, mas também pelo patrimônio de sua biodiversidade. No âmbito das ações transversais dos fundos setoriais, foram investidos R\$ 13 milhões, prioritariamente, no financiamento de bolsas de mestrado e de doutorado para a região. Está sendo executado o Projeto Fronteiras, que utiliza quartéis da região como bases logísticas para pesquisas científicas.

A Amazônia, em 2004, passou a ser monitorada ambientalmente pelo sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que utiliza sensores com alta frequência de observação para fornecer, a cada sete dias, informações sobre as ocorrências de desmatamento. Com isso, o Governo Federal tem um instrumento eficiente para apoiar medidas de contenção e prevenção de desmatamentos ilegais na região, e a sociedade brasileira passa a dispor de ferramenta inovadora de gestão territorial.

Como parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, criou-se, em março de 2004, a Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA). A Rede GEOMA tem como finalidade principal desenvolver modelos computacionais capazes de analisar e prever a dinâmica espaço-temporal dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas da Amazônia.

1.5) Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

O Programa tem por objetivo capacitar o País para o desenvolvimento e a utilização de tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais, buscando autonomia no projeto e na

fabricação de sistemas espaciais, em benefício da sociedade brasileira, nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente e vigilância das fronteiras.

O ano de 2004 foi marcado pela articulação e pela estruturação das ações necessárias para revitalizar o Programa Espacial Brasileiro, possibilitando seu desenvolvimento e execução em bases mais sólidas e consistentes. Destacam-se como resultados: lançamento, com sucesso, do novo foguete de sondagem VS B-30; constituição de Comissão Interministerial para tratar da implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA); importantes progressos nas questões relacionadas ao desenvolvimento de Alcântara, com a instalação do Grupo Executivo Interministerial para tratar das questões sociais, fundiárias e de desenvolvimento sustentável do Município; conclusão do Seminário de Revisão do PNAE, no qual foi definido o Programa Decenal cobrindo o período de 2005 a 2014; assinatura de convênio para reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) do veículo lançador VLS; cooperação espacial – início do desenvolvimento dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) 3 e 4, acordos com a China para o desenvolvimento do CBERS -2B e comercialização das imagens CBERS e com a Rússia na área de lançadores, incluindo revisão do projeto VLS.

Em 2005, serão realizadas ações visando à complementação da infra-estrutura geral do CEA, a implantação do Sítio de Lançamento do Foguete Cyclone e a construção do Terminal Portuário de Alcântara, assim como a reconstrução da TMI, o desenvolvimento do VLS e a construção do satélite CBERS -2B.

1.6) Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN)

O PNAN tem como objetivo garantir o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para utilização na medicina, na indústria, na agricultura, no meio ambiente e na geração de energia, bem como no atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para a indústria nuclear e de alta tecnologia.

Sob a coordenação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conduziu-se a revisão do PNAN, concebido como programa estratégico para o desenvolvimento e a soberania do País. Foram negociadas as bases de um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para aplicação de salvaguardas nucleares e monitoramento da produção de combustível nuclear na Unidade de Enriquecimento de Urânio da empresa estatal Industrias Nucleares do Brasil S.A. (INB).

Buscou-se o domínio do ciclo de produção do combustível nuclear com a construção da unidade

industrial de enriquecimento de urânio em Resende (RJ). Pretende-se dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra I e Angra II. Procura-se também criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração nuclear e das exportações brasileiras de urânio enriquecido, produto de alto valor agregado.

Ao longo de 2004, foram executadas várias atividades relativas à implantação da unidade de enriquecimento de urânio, destacando-se a conclusão da montagem eletromecânica da primeira cascata de ultracentrífuga. Em 13 de dezembro de 2004, a INB obteve da CNEN a autorização para a operação inicial da primeira cascata do módulo 1 da unidade de enriquecimento, que poderá operar com teor de enriquecimento máximo de 5%.

1.7) Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (INSA)

O Instituto tem a responsabilidade de propor programas e subsidiar políticas públicas que minimizem os problemas provocados pela seca que castiga 22 milhões de pessoas em nove Estados nordestinos e parte de Minas Gerais, por meio da utilização de novas tecnologias, adequadas à região. Nesse sentido, foi lançado edital para projetos de pesquisa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIT) no âmbito do Semi-Árido brasileiro. O valor global do edital é de R\$ 12,7 milhões, parceria do MCT com os Bancos do Nordeste. A participação do MCT corresponde a R\$ 7,7 milhões até 2005.

1.8) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e apoio à infraestrutura institucional de pesquisa

Promoveu-se a atualização e a expansão da infraestrutura nacional de rede de comunicação avançada, a Nova Geração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNPng), integrando instituições de educação superior e pesquisa, com conexões internacionais a redes semelhantes na Europa e nas Américas.

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) é responsável pelo projeto de expansão, atualização e manutenção da infraestrutura da rede de comunicação de caráter científico e tecnológico de alto desempenho. A infraestrutura nacional de comunicação dessa rede interliga mais de 300 instituições de ensino e pesquisa do País, atendendo a um público estimado de um milhão de usuários. Em 2004, a rede nacional teve sua capacidade ampliada em 177%, alcançando a banda agregada total de 1,4 GBPS, com uma redução de 17% do custeio em relação a 2003. Também tiveram início a implantação e a operação da rede regional na América Latina (Rede Clara).

e sua conexão direta com a Europa. Em 2005, pretende-se criar infra-estrutura nacional de fibra óptica de alta capacidade (múltiplos gigabits), integrando ações da RNP, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). A viabilização do projeto possibilitará a implantação de redes metropolitanas comunitárias em 13 capitais, da RNP backbone e a revitalização física de redes internas das instituições federais de ensino superior (IFES), dos institutos de pesquisa e da rede nordeste.

E9) Transferência de tecnologia para inclusão e desenvolvimento social

Os resultados da promoção da difusão de tecnologias apropriadas, de baixo custo, que aproveitem a mão-de-obra e os insumos locais são a melhoria da qualidade de vida da população carente e o aperfeiçoamento das cadeias produtivas. Destacam-se as seguintes iniciativas: financiamento de 97 projetos voltados para a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias apropriadas para agricultura familiar, no valor de R\$ 6 milhões. Também foram apoiados 73 projetos de disponibilização e apropriação de tecnologias para agricultores familiares brasileiros, no valor de R\$ 5 milhões, voltados para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e para as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (UEPAS). Houve a retomada do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), apoiando-se 14 projetos no valor de R\$ 8 milhões, visando ao aumento da competitividade nas cadeias produtivas, por meio da resolução de gargalos tecnológicos. Os recursos são oriundos de ações transversais dos fundos setoriais Verde e Amarelo, Agronegócio e Mineral.

No âmbito dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), foram firmados convênios no valor de R\$ 19,3 milhões, com a implementação de 38 CVT. Superou-se, substancialmente, a meta de 2004, que era de 10 CVTs.

No âmbito da FINER, no Apoio a Ações para o Desenvolvimento Social, os temas priorizados foram: tratamento de águas de abastecimento provenientes de mananciais eutrofizados, salobros ou que contenham microcontaminantes; reutilização das águas de esgoto sanitário; tratamento, recuperação e disposição integrados de resíduos sólidos; alternativa de usos para lodos de estações de tratamento de água e esgoto; desenvolvimento de alternativas técnicas de saneamento ambiental para separação e tratamento de dejetos humanos na origem e sua disposição final, visando à redução do consumo de água.

g) Difusão e popularização da ciência

Tendo como pontos focais a Semana Nacional de C&T, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, o apoio aos museus de C&T e ao ensino de ciência, o projeto objetiva melhorar o ensino e incentivar o interesse de crianças e jovens pelas ciências, democratizar o debate sobre C&T, informar a população sobre temas científicos e tecnológicos, promover a imagem positiva do Governo para crianças e jovens, melhorar e avaliar as condições do ensino de matemática nas escolas públicas, identificar novos talentos e fomentar o desenvolvimento tecnológico, assim como o aumento de competitividade das cadeias produtivas. Em 2005, deverá-se à realizar a II Semana Nacional de C&T, apoiar/implantar 100 museus de ciências, lançar editais para formação de professores e laboratórios nas escolas, atingir de 3 a 5 milhões de alunos de escolas públicas e implantar 200 centros tecnológicos.

h) Expansão e consolidação de parcerias internacionais estratégicas

Por meio da cooperação científica, o Brasil está consolidando novas parcerias internacionais, em formatos e geometrias variáveis, como é o caso do Programa Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o Programa Sul-Americano de Cooperação em C&T (PROSUL) ou o Programa de Cooperação Científica com Países da África (PROÁFRICA). Parcerias estratégicas, conforme as que vêm sendo aprofundadas com a Ucrânia, a Rússia, a China e a União Europeia, serão perseguidas, já que representam alternativas para o Brasil viabilizar seus programas nacionais em áreas complexas, sensíveis ou controladas, como a espacial, ou em áreas de futura importância econômica, social e cultural, como as tecnologias da informação e das comunicações.

i) Realização da 3ª Conferência Nacional de C,T&I

O objetivo principal da 3ª Conferência será demonstrar como C,T&I produzidas no Brasil podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do País. Os grandes temas da Conferência – geração de riqueza, inclusão social, investimentos em áreas estratégicas, contribuição internacional e gestão e regulamentação – correspondem a indicadores comumente utilizados para medir o desenvolvimento de um país e deverão contribuir para o desenvolvimento das gerações futuras.

j) Conhecimento e usos sustentáveis da biodiversidade

O conhecimento e os usos sustentáveis da biodiversidade viabilizarão a instituição da agenda governamental unificadora de pesquisa e desenvolvimento sobre a diversidade biológica brasileira, a fim de otimizar a relação existente entre obtenção de resultados de pesquisa e investimento em ciência e tecnologia, além de articular atividades de pesquisa com estratégias de inovação e uso sustentável de componentes da biodiversidade.

Os impactos esperados mais expressivos são: i) a redução da biopirataria; ii) o estímulo à justa repartição de benefícios, à participação social na definição de políticas públicas, à interação universidade-empresa (via Lei de Inovação); iii) a geração de emprego e renda; iv) o aumento da competitividade dos setores produtivos envolvidos; v) a exploração sustentável da biodiversidade; vi) os investimentos nas fronteiras do conhecimento.

l) Mar

Para o desenvolvimento do País, é fundamental a integração do sistema de C.T&I nas áreas marinhas, incluindo a zona costeira, a plataforma continental e o mar profundo, em função da influência das áreas costeiras sobre as marinhas e oceânicas. Terá como impacto a inserção do tema mar nos programas estratégicos do Governo, geração de emprego e renda, aumento da competitividade dos setores produtivos envolvidos, exploração sustentável dos recursos vivos e não vivos do mar. Tem como meta promover a definição do modelo de gerenciamento e consolidação das parcerias e construir e equipar navio de pesquisa oceanográfica.

m) Clima, tempo e recursos hídricos

A meteorologia é um setor estratégico para a soberania e o desenvolvimento nacionais, isto é, fornece subsídios para o Governo agir preventiva e corretivamente a fim de diminuir a vulnerabilidade do Brasil provocada por acidentes naturais, ocupação não racional do território, exploração e uso indevido de recursos naturais que impactam negativamente ecossistemas e as decorrentes mudanças climáticas. Nesse sentido, produz grandes impactos (curto, médio e longo prazos) nas políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, agronegócio, transportes, integração nacional, geração de energia e nas ações da Defesa Civil ao melhorar a identificação, a previsão e a redução de vulnerabilidades da sociedade e do setor produtivo, particularmente em relação aos eventos meteorológicos extremos.

Portanto, é fundamental a viabilização de meios para a implantação da Rede Nacional de Meteorologia e Clima e a organização do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

2) Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior trouxe resultados superiores às metas estabelecidas. Em 2004 as vendas externas totalizaram US\$ 96,5 bilhões, acima da meta de US\$ 80 bilhões. Esse desempenho se deve, entre outros aspectos, ao amplo processo de diversificação das exportações e aos seus destinos. A promoção de exportações por meio de feiras e missões no exterior também foi um fator decisivo para a conquista de novos mercados. O melhor resultado foi alcançado na China, com a realização de negócios da ordem de US\$ 462 milhões. Com a Rússia, o valor dos negócios chegou a aproximadamente US\$ 11,6 milhões.

Dentre as ações para a melhoria do ambiente necessário ao crescimento das exportações brasileiras, merece destaque o início das atividades do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFGE), resultante da unificação do Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações (CGFE) e do Comitê de Crédito às Exportações (CCEX), que permitiu maior agilidade nas respostas aos pedidos dos exportadores. Esse Comitê tem a responsabilidade de examinar e enquadrar operações de exportação para financiamento ou para equalização das taxas de juros, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), bem como no Seguro de Crédito à Exportação.

Com o advento do COFGE, foram aprovadas, em 2004, 30 novas operações que poderão viabilizar exportações de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, sendo US\$ 569 milhões referentes a obras de engenharia, US\$ 95 milhões a máquinas e equipamentos, US\$ 838 milhões a transportes, US\$ 850 milhões a plataforma da Petrobras e US\$ 31 milhões relativos a softwares e outros serviços. Merecem destaque, ainda, as exportações realizadas com linhas externas e equalização do PROEX para operações intercompany no valor de US\$ 1,1 bilhão.

É também prioridade do COFGE a viabilização de operações para obras de infra-estrutura necessárias à integração sul-americana, que, além de fazerem parte da política externa brasileira, contribuem para o aumento das exportações nacionais. Já foram aprovadas as condições para a concessão de financiamento e de seguro de crédito para a construção de estradas interoceânicas que irão fazer parte dessa infra-estrutura. A primeira liga o Acre aos portos peruanos de Ilo Matareni e San Juan; a outra estrada consiste na construção do trecho Rubore/El Carmen/Arroyo Concepción, integrando Brasil e Bolívia, as quais contribuirão para exportações brasileiras de aproximadamente US\$ 700 milhões.

O novo modelo SISCÔMEX-Exportação possibilitará agilidade e rapidez nas operações de exportação, simplificação do Registro de Exportação (RE), melhor acompanhamento gerencial, interface amigável e interativa com os usuários, redução de custos e acesso 24 horas.

O Portal do Exportador, importante instrumento para a política de comércio exterior, foi criado para auxiliar principalmente os micro, pequenos e médios empresários a ingressarem no comércio internacional. O Portal atingiu, em 2004, a marca de 1 milhão de acessos desde sua criação, disponibilizando informações sobre o processo de exportação e pesquisa de mercado, dentre outras. Nesse mesmo sentido, foi criado o novo serviço 0800 – o Fala, Exportador – para atender a quem não tem acesso à Internet para sanar dúvidas sobre comércio exterior, procedimentos, legislação e barreiras internacionais.

O Governo ampliou a assistência técnica do Alerta Exportador, ferramenta eletrônica disponível na Internet, por meio da qual o pequeno, o médio ou o grande empresário brasileiro recebe gratuitamente as notificações encaminhadas à Organização Mundial do Comércio (OMC) por países importadores do Brasil, relativas a regulamentos técnicos e exigências a respeito de produtos a serem exportados por empresas nacionais. Em 2004, foram atendidas 1.504 empresas, contra 1.273 em 2003.

O aumento da inserção brasileira no mercado internacional também foi marcado por meio de negociações internacionais voltadas para a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias que em 2004 tiveram grandes avanços. Concluíram-se as negociações de Acordos de Preferências Fixas com a Índia e com o Southern African Custom Union (SACU), constando de cada lado, respectivamente, 450 e 950 produtos, que incluem bens de capital, produtos industrializados, produtos químicos, pesca e produtos agrícolas processados.

Reconhecendo que os gargalos portuários são alguns dos principais problemas para o escoamento e a consequente ampliação sustentável das exportações brasileiras, o Governo Federal adotou duas iniciativas importantes. A primeira refere-se ao já citado REPORTO, que é a instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e à ampliação da estrutura portuária, com bens enquadráveis definidos pelo Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004. O regime é temporário, com vigência até o final de 2005, podendo ser prorrogado por mais um ano. Sua característica principal é a desoneração tributária de máquinas e equipamentos destinados a investimentos nos portos. Os equipamentos adquiridos por meio do REPORTO não sofrem a incidência do IPI, da COFINS, do PIS/PASEP e do imposto de importação, estes últimos no caso de equipamentos sem similar nacional. A segunda frente de ações diz respeito à implantação de uma série de medidas que traduzem a diminuição de gargalos na rede portuária.

em curtíssimo prazo. Ao todo, foram listadas 46 ações a serem implementadas nos cinco principais portos do País: Santos, Rio de Janeiro, Rio Grande, Paranaguá e Vitória.

A fim de sustentar a expansão do comércio exterior, o Governo Federal buscará atingir a meta de US\$ 108 bilhões em vendas externas, durante o ano de 2005, mediante, entre outros esforços, a concessão de financiamento, a remoção dos gargalos da logística de exportação, a continuidade das negociações multilaterais e a assinatura de acordos bilaterais.

Para concretizar as perspectivas de comércio exterior via inserção competitiva do País no mercado internacional, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) realizará, em conjunto com a APEX-Brasil, missões empresariais, feiras internacionais e eventos para promoção comercial visando à criação da Marca Brasil, a qual pretende associar aos produtos brasileiros a característica de tecnologia de ponta com responsabilidade ambiental, e instalar centros de distribuição e logística no exterior.

Além disso, o Governo Federal pretende envolver ainda mais os Estados e inserir Municípios em suas ações de fomento ao comércio exterior. Na esfera estadual, ampliará o Programa de Expansão Industrial Exportadora (PEIEX), que atualmente contempla seis Estados (PB, BA, GO, SE, RS e DF), passando a atender, em 2005, os demais Estados da Federação; e também o Programa Estado Exportador, que atualmente atende a oito Estados (AC, AP, PI, RO, RR, SE, TO e DF) com exportações de até US\$ 500 milhões em 2004, e passará a assinar dez unidades federativas em 2005, com a inserção de Alagoas e Paraíba. Para contemplar os Municípios, será lançado o Programa de Fomento à Integração dos Municípios no Comércio Internacional – Exporta Cidade, com vistas a incentivar as empresas locais a se inserirem no mercado internacional.

Visando ao aperfeiçoamento e à manutenção da desburocratização das operações de comércio exterior, pretende-se simplificar os procedimentos operacionais, manter o serviço de atualização e consolidação normativa dos atos de comércio exterior, enfatizar as remessas comercializadas pelo Programa Exporta Fácil e, ainda, dar prosseguimento às ações de modernização dos sistemas, em particular o Sistema Integrado de Informações e Operações para o Comércio Exterior (SISCOMEX), e à atualização permanente da base de dados do Radar Comercial, com acesso ao público via internet.

3) A competitividade do agronegócio brasileiro

O agronegócio brasileiro é responsável por 34% do PIB (R\$ 508,27 bilhões), 43% das

exportações e 37% dos empregos, sendo 17,7 milhões desses empregos somente no campo, contribuindo significativamente para a diminuição dos índices de desemprego na área rural. Em 2004, as exportações totalizaram US\$ 39 bilhões, enquanto o superávit do setor atingiu US\$ 34 bilhões. Com isso, o agronegócio foi responsável pela manutenção do superávit da balança comercial brasileira, que foi de US\$ 33,6 bilhões.

Procurando minimizar impactos ambientais, a política agrícola governamental incentiva as exportações, ao mesmo tempo em que garante o abastecimento interno, a estabilidade de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população, promove a inclusão social com geração de empregos e renda e, conseqüentemente, contribui para o desenvolvimento sustentável de toda a economia.

Com o aumento da participação do Brasil no comércio agrícola internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, com níveis de exigência cada vez mais rigorosos. Tal tendência reflete-se no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. Consciente desse cenário, o Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem envidado esforços na negociação e conclusão de acordos internacionais, somando 80 acordos em vigor em ambas as áreas e mais 41 em processo de negociação.

a) Fortalecimento dos instrumentos de política agropecuária

O Plano Agrícola e Pecuário é um dos principais instrumentos utilizados pelo Governo para alavancar o desenvolvimento econômico. No período 2004/2005, o Governo aumentou em 43,3% a oferta de crédito para agricultura empresarial e em 42,7% a oferta de crédito para a agricultura como um todo. Além do aumento de recursos, foram desenvolvidos novos instrumentos de comercialização, com o objetivo de fortalecer a competitividade por meio de operações nos mercados futuros, atraindo mais investidores. Entre eles, pode-se destacar o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Esses novos instrumentos foram aprovados por meio da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

Adotou-se um conjunto de medidas para reduzir a carga tributária, objetivando estimular o agronegócio, evitando impacto negativo na formação dos preços dos alimentos e até mesmo sua redução, em alguns casos. Entre elas destacam-se: alíquota zero do PIS/COFINS para hortifrutigranjeiros, ovos, arroz, feijão e farinha de mandioca; alíquota zero do PIS/COFINS para

adubos, fertilizantes, defensivos, sementes e vacinas para uso veterinário; concessão de crédito presumido do PIS/COFINS para a agroindústria, inclusive cooperativas de produção e vitivinicultores, em relação às aquisições dos insumos adquiridos de pessoas físicas, com impacto positivo nos preços dos alimentos; e isenção de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para cooperativas.

No Programa de Minimização de Riscos do Agronegócio, as ações de meteorologia, climatologia e zoneamento agrícola têm contribuído para o aumento na frequência do monitoramento das situações meteorológicas, climáticas, agrometeorológicas, agronômicas e hídricas dos solos, graças à maior rapidez na coleta, na transmissão e na precisão do dado, permitindo melhora significativa das previsões de tempo e clima, bem como na disseminação antecipada de alertas e avisos.

Além disso, foram realizados 179 zoneamentos agrícolas contemplando as principais culturas nas áreas aptas a seu desenvolvimento, com definição, para 4.823 Municípios das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, dos períodos favoráveis ao plantio, consoante os tipos de solos e cultivares indicados, visando à minimização de perdas de safras por eventos climáticos adversos, bem como o incremento da produção, produtividade e competitividade do setor agrícola.

Outro importante projeto em execução é o GEOSAFRAS, que visa reduzir a subjetividade do processo de avaliação e previsão de safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas de colheita e localização da produção. Desse modo, permitirá melhor gestão de estoques e de escoamento da safra.

As ações do zoneamento agrícola, implementadas pelo MAPA, deverão estender seus indicativos para as culturas de cevada não-irrigada para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; cevada irrigada para o Estado de Goiás e Distrito Federal; mandioca para todas as unidades da Federação, masomina nos Estados da região Nordeste; banana nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Estados da região Nordeste; café nos Estados da Bahia, da região Centro-Oeste, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo; cana nos Estados da região Nordeste e erva nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Foi aprovada a Lei de subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003), que é instrumento fundamental para ampliação do mercado de seguro rural, promovendo o aumento do número de usuários, a ampliação da distribuição geográfica da cobertura e um maior número de culturas beneficiadas. Foram disponibilizados recursos da

ordem de R\$ 18 milhões para aplicação da subvenção.

Com o aumento de produtividade, o agronegócio brasileiro ganhou projeção no cenário internacional. O Brasil é o primeiro país no ranking de produção e exportação de açúcar, laranja e café e primeiro em exportação de carne bovina, frango e soja, consolidando e conquistando novos mercados. Entretanto, não basta apenas abrir mercados, é preciso garantir a qualidade dos produtos para que o consumidor interno e externo continue a comprar produtos brasileiros. A confiança do consumidor é conquistada com ações de controle sanitário, avaliadas de forma permanente.

Em 2004, foram recebidas 22 missões estrangeiras. As ações de fiscalização no âmbito nacional acontecem no mínimo de três formas: inspeção permanente, supervisões e auditorias. De acordo com a legislação, o sistema de inspeção permanente mobiliza uma grande equipe de técnicos para a montagem e o acompanhamento da programação das missões, bem como da redação dos tratados e acordos sanitários envolvendo o comércio de produtos de origem animal para garantir essa mesma qualidade aos consumidores de nossos produtos.

Nesse sentido, o Governo tem desenvolvido importantes projetos de combate e controle de pragas vegetais e doenças animais para o abastecimento interno e as exportações. Entre eles, destacam-se: erradicação da febre aftosa, prevenção da doença da vaca louca (BSE), Newcastle, morte súbita dos cítricos, influenza aviária, sigatoka negra e combate à varroa-de-bruxa do cacaneiro. Em outubro, foi lançada em Parnamirim (RN) a etapa Nordeste do Projeto-Piloto de Educação Sanitária Brasil Livre de Febre Aftosa. O Projeto levará noções de educação sanitária à população, além de organizar seminários regionais com enfoque na erradicação da doença. Atualmente, 15 Estados são mantidos livres de aftosa, além de Rondônia, que foi declarado livre pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2004, o que corresponde a 92,3% da população bovina e 62% do território nacional.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças melhorou a qualidade da carne bovina brasileira. A qualidade dos alimentos também é garantida por meio da rastreabilidade em toda cadeia produtiva, bem como pela qualificação dos serviços agropecuários e da revisão de normas operacionais do setor. Além disso, houve um incremento de 30% no processo de fiscalização, o que assegura a qualidade dos serviços e dos insumos utilizados na agropecuária.

O Programa de Combate à Fraude do Frango realizou, em 2004, 1.767 análises, e o número de empresas monitoradas subiu de 67% para 74,6%. Foram apreendidos 43.416 kg de frango.

As ações de defesa sanitária contribuíram para a continuidade do aumento das exportações no setor avícola, pois oito unidades da Federação foram reconhecidas como livres de newcastle (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Em 2004, exportaram-se 2,5 milhões de toneladas de frango, gerando US\$ 2,6 bilhões, um aumento de 45,8% em relação a 2003. Com relação às doenças exóticas – influenza aviária e doença da vaca louca –, a atuação do MAPA tem garantido que o País seja considerado área livre.

No campo fitossanitário, o Brasil implementou o Alerta Máximo para Moscas das Frutas, causador de sérios entraves ao comércio internacional. Foi implementada a Biofábrica Moscamed, que possui o sistema de controle biológico mais moderno no mundo para prevenção e erradicação da praga. Para controle da ferrugem da soja, foi criado um consórcio que planejou o treinamento de 200 mil produtores em diagnóstico precoce e controle químico e foram aplicados 30 milhões de litros de fungicida nas lavouras.

O Governo disponibilizou recursos financeiros para a realização de levantamentos fitossanitários, bem como para elaboração e publicação de nova Instrução Normativa sobre Sistema de Mitigação de Risco para a Prevenção e Combate à Sigatoka Negra, praga que afeta os bananais. Essas ações proporcionaram o reconhecimento de três áreas livres da sigatoka negra (duas em Mato Grosso e uma em Minas Gerais). No caso das frutas cítricas, diversas ações preventivas e de erradicação do cancro cítrico e da morte súbita dos cítricos têm sido executadas, principalmente no Estado de São Paulo. As ações são realizadas em parceria com o setor privado, por meio do FUNDECITRUS.

Além do combate a doenças e pragas, é fundamental o controle no processamento dos alimentos. Assim, o Sistema de Inspeção Federal (SIF) trabalha para garantir que o processamento de alimentos e rações ofereça produtos de qualidade aos consumidores brasileiros.

Com o incremento contínuo das exportações do complexo de produtos agropecuários, torna-se necessário adquirir mais eficiência no combate à fraude e nas ações de supervisão, auditorias e fiscalização sanitária e fitossanitária dos produtos em trânsito internacional, minimizando a possibilidade de introdução e disseminação de doenças e pragas exóticas que possam comprometer a saúde dos animais e dos vegetais e nossa competitividade. Vale ressaltar também as ações do MAPA para 2005 em termos de análises físicas e periciais de produtos, subprodutos de origem animal e vegetal de insumos agropecuários, tais como produtos veterinários, alimentos para animais, sementes e fertilizantes, além do estabelecimento de laboratórios de referência em organismos geneticamente modificados e agrotóxicos e resíduos e da implantação do Sistema Informatizado Rede Clay (Coordenação de Laboratórios de Análise Vegetal).



b) Fomento e organização da produção

O apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural é uma das principais políticas governamentais para a organização da produção agropecuária, que está contribuindo significativamente para a melhoria das condições de vida da população, garantindo empregos e renda no campo. As ações do Governo Federal visam à criação e à modernização de cooperativas, ao treinamento de associados, dirigentes e funcionários e à promoção da autogestão de cooperativas e associações de produtores, e estão sendo desenvolvidos preferencialmente na forma de parcerias com centrais e confederações de associações, sindicatos e cooperativas rurais; com instituições dedicadas à educação, à pesquisa, à assistência técnica e à extensão rural; com organismos internacionais de cooperação e também por meio de parcerias com entidades estaduais e municipais.

O Cooperativismo de Crédito representa R\$ 4,48 bilhões em operações de crédito, praticando taxas de juros em média 4,4% menores do que os bancos comerciais. Esse é um fator relevante para a política do Governo – redução de taxas de juros. São aproximadamente 2 milhões de brasileiros associados a 1.079 cooperativas, 32 centrais e 2 bancos cooperativos.

O Sistema Agrícola de Produção Integrada (SAPI) foi instituído pelo MAPA em 2004. Ele propicia as condições necessárias à certificação, à identificação de origem e à rastreabilidade de alimentos. Um exemplo de sistema de produção integrada são as Produções Integradas de Frutas (PIF), que constituem parte do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura.

Para estimular a produção e a exportação de frutas, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que, entre outras medidas, institui normas técnicas para a produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros. A produção integrada tem por objetivo elevar a qualidade e a competitividade da fruticultura brasileira, em atendimento a requisitos internacionais de rastreabilidade, trabalho justo e sustentabilidade ambiental, com a racionalização do uso de agrotóxicos, fertilizantes e água nos cultivos, diminuindo impactos ambientais, institucionalizando normas técnicas de produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico) constante no Plano Plurianual Um Brasil de Todos – PPA 2004/2007 está sendo implementado para apoiar e fortalecer os setores de produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e estimular o crescimento desse segmento no agronegócio brasileiro. É composto por um conjunto articulado de ações que passam pelo desenvolvimento e pela capacitação

organizacional e tecnológica, pelo aprimoramento e pela adequação de marcos regulatórios que serão desenvolvidos por todas as unidades do MAPA e por suas empresas vinculadas em articulação com o setor público e privado do segmento orgânico.

A política de apoio à cadeia do leite está tornando viável economicamente a produção nacional, a ponto de deixar de ser um importador passivo de produtos lácteos e passar a ser exportador. Nos últimos dez anos, o Brasil aumentou sua produção de leite em 62%, passando de 14,5 bilhões de litros para aproximadamente 23,5 bilhões em 2004, ou seja, quase 3% ao ano. E quanto mais produz, melhor para o desenvolvimento do País. Pela primeira vez, as exportações brasileiras de produtos lácteos superaram as importações. O valor das exportações brasileiras em 2004 foi de US\$ 95,3 milhões, enquanto o valor referente às importações foi de US\$ 83,9 milhões.

Para o fomento da economia cafeeira, foram aplicados recursos em pesquisa agrônômica da cultura; na produção e na divulgação de informações mais precisas sobre safras e estoque, foi aplicado, na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o montante de R\$ 2,4 milhões; no financiamento da produção, com recursos do FUNCAFÉ, foram aplicados, com base em resoluções do Conselho Monetário Nacional, R\$ 821 milhões em custeio, colheita e estocagem; para promoção e marketing do café, foram aplicados R\$ 4,6 milhões; e, ainda, foi concedido alongamento das dívidas dos cafeicultores para 12 e 18 meses.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacao por meio de suas ações de geração, difusão de tecnologia, controle da enfermidade da vassoura-de-bruxa, ensino e capacitação técnica para o agronegócio cacao e sistemas agroflorestais contribuiu, em bases sustentáveis, recuperando 57 mil novos postos de trabalho, com receita aproximada de 590 milhões de reais/ano no setor. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) emvidou esforços no sentido de intensificar o processo de diversificação da agropecuária, do resgate da agricultura familiar e da agroindustrialização, que contemplou em torno de 30 mil propriedades e 40 mil famílias de agricultores familiares. Outro fator relevante foi o fornecimento da base tecnológica gerencial na organização social e produtiva, mediante Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atendeu a 829 organizações (cooperativas e associações) nas regiões produtoras de cacao. Vale ressaltar, ainda, a importância do fomento, em 2005, de sistemas agroecológicos de produção, com destaque para a cacauicultura, cuja produção alcançará 200 mil toneladas neste ano.

Outra área de importante atuação do Ministério é a da agroenergia, com ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de biocombustível, com destaque para a mamona e a palma, considerada matéria-prima para o setor no médio e no longo prazos, e para a operacionalização da



Unidade Piloto de Produção de Biocombustível de dendê, em parceria com a Petrobras.

Com o crescimento das exportações do álcool combustível e o aumento da demanda interna impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2005 baseiam-se na negociação dos critérios técnicos para a distribuição de cotas de importação ao mercado norte-americano, na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e na co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes.

As principais medidas para garantir o abastecimento interno e a segurança alimentar da população são o fornecimento de crédito orientado à produção de gêneros alimentícios, adequada à capacidade de armazenagem, formação de estoques estratégicos, previsão de safras e garantia de preços mínimos adequados ao produtor.

Para aumentar a capacidade de armazenagem no País, direcionou-se maior volume de recursos para o financiamento da construção de armazéns em nível de produtor e para a revitalização da capacidade pública de armazenagem. De um lado, o MODERINFRA, que disponibiliza recursos do BNDES a juros fixos para a construção e a modernização de unidades armazenadoras nas propriedades rurais, ofereceu R\$ 500 milhões em 2003/2004 e R\$ 700 milhões em 2004/2005. No biênio 2003/2004, a CONAB ampliou sua rede de armazéns de 33 para 84 unidades, aplicando R\$ 8,1 milhões em investimentos e manutenção corretiva e preventiva.

O Governo também adquiriu maior volume de produtos, garantindo renda ao produtor e formando estoques estratégicos. Em 2002, havia menos de 300 mil toneladas disponíveis, enquanto em 2004 os estoques chegaram a 2,1 milhões de toneladas, principalmente de milho e trigo.

Com objetivo de sustentar a renda do produtor rural, o Governo reajustou os preços da tradicional Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em até mais de 50% e aprimorou os novos mecanismos de ação governamental, como os contratos de opção de venda e o prêmio para escoamento de produto (PEP). Exemplo disso foi o dispositivo da Medida Provisória nº 221/2004, que passou a permitir a equalização de preços de contratos de opções lançadas pelo setor privado, possibilitando ainda maior eficiência dos recursos públicos disponíveis para o apoio à comercialização e à sustentação de preços. Um outro produto que recebeu aporte de recursos públicos para estocagem e normalização do abastecimento ao consumidor foi o álcool etílico combustível. Foram disponibilizados, anualmente, cerca de R\$ 500 milhões para financiamento da estocagem e R\$ 50 milhões para equalização de encargos financeiros. A ausência de surtos de

escassez de álcool ou oscilações abruptas de preços nos últimos dois anos indica o sucesso do programa governamental no esforço de estabilização do mercado do produto.

No que se refere à formação dos estoques públicos, a previsão de aquisição em 2005 é de 4.038.000 de toneladas de produtos agrícolas, sendo os custos de aquisição e manutenção dos estoques estimados em R\$ 1,9 bilhão.

Dentro das estratégias do Governo para o fortalecimento e a ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, a Rede Solidária de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REEAF), também implantada pela CONAB, objetiva promover a articulação dos pequenos varejistas e seus fornecedores para que façam compras em conjunto e assim obtenham melhores preços.

c) Pesquisa agropecuária e desenvolvimento tecnológico

No campo da pesquisa, a EMBRAPA tem em carteira 978 projetos de P&D, dos quais 206 foram iniciados e 121 foram finalizados em 2004, em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a EMBRAPA manteve o pioneirismo, colocando o País na vanguarda da pesquisa em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o sequenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Nesses dois anos, nasceram dois clones bovinos. Foram realizados os sequenciamentos genéticos do café, da banana, da bactéria que causa pneumonia em frangos e do vírus da lagarta da soja. Foram obtidas autorizações para o plantio de experimentos a campo de feijão, batata e mamão transgênico, e foram registradas noventa novas cultivares no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares do MAPA.

A Empresa também ajudou a enfrentar as crises da ferrugem asiática da soja, criou técnicas de prevenção da sigatoka negra nos bananais ao disponibilizar mais três variedades resistentes à doença e, com uma nova metodologia, desenvolvida e patenteada pela EMBRAPA, que permite identificar a presença de proteínas anormais nas rações destinadas à alimentação de ruminantes, contribuiu para a prevenção do mal da vaca louca. Para tanto, conseguiu R\$ 4,3 milhões da FINEP (Fundos Setoriais) para pesquisas em sanidade animal e vegetal.

As diretrizes da EMBRAPA para 2005 estão representadas pela continuidade das ações vinculadas ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para Inserção Social e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio Brasileiro, enfatizando neste último as ações de Pesquisa e

Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária. Foram definidos como temas estratégicos de pesquisa: biotecnologia; agroenergia; prioridades da iniciativa amazônica; uso sustentável da biodiversidade; aquicultura; segurança dos alimentos/agregação de valor; gestão ambiental (boas práticas); agricultura de precisão; agricultura familiar e território; agricultura orgânica e agroecologia.

A CEPLAC também tem importante papel na pesquisa agropecuária com destaque para a genômica que resultou no mapeamento do gene ligado a resistência à doença vassoura-de-bruxa. O sequenciamento do genoma, fungo causador da vassoura-de-bruxa, permite identificar genes de resistência a doenças/pragas na cacauicultura.

4) Política Nacional para o Turismo

A criação do Ministério do Turismo, uma iniciativa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vem enfrentando o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública para o segmento, de forma descentralizada e participativa, visando gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais.

A missão do Ministério é promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e da competitividade dos produtos, da ampliação e da melhoria da infra-estrutura turística e da promoção comercial do produto turístico brasileiro.

a) Plano Nacional do Turismo

Na execução das ações e dos programas do Plano Nacional do Turismo, em 2004, o Governo primou pela forma participativa, ampliando a discussão em todas as regiões brasileiras e envolvendo todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Fórum Nacional de Turismo e das suas oito Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, buscando constituir um processo dinâmico de construção permanente. Teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de empregos e ocupação e a geração de divisas para o País.

b) Promovendo o turismo brasileiro

No ano de 2004, o setor foi contemplado com o maior volume de recursos orçamentários executados dos últimos cinco anos. Foram aplicados R\$ 111,5 milhões em ações que focaram a promoção, o marketing e o apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também o apoio à realização de eventos que evidenciaram as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro.

Os ativos turísticos dos diversos Estados brasileiros foram escolhidos pelos fóruns estaduais de turismo para compor os materiais promocionais desenvolvidos. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu que uma verba de R\$ 20 milhões fosse descentralizada. As propostas foram avaliadas por cada fórum, que decidiu pela liberação da verba de acordo com critérios específicos para cada Estado, contemplando, em 2004, 22 Unidades da Federação.

Merce destaque a implantação de quatro Escritórios Brasileiros do Turismo (EBT) no exterior, sendo um nos Estados Unidos, com sede em Nova York, e três na Europa, em Portugal (Lisboa), Reino Unido (Londres) e França (Paris). Outros dois, na Alemanha (Frankfurt) e Itália (Milão), estão em fase de estruturação. Na sede da EMBRATUR, em Brasília (DF), funciona, desde o final de 2003, o EBT responsável pela América do Sul. Com unidades avançadas de promoção turística do País no exterior, esses Escritórios têm a missão de consolidar a imagem do Brasil como destino turístico competitivo. Neste ano, esses Escritórios envolveram mais de 1.100 pessoas – entre operadores de turismo, agentes de viagens e representantes de companhias aéreas – em seminários de venda e mais de 25 feiras internacionais de turismo. Além disso, garantiram a presença de 48 operadores estrangeiros no País, divididos em oito viagens da Caravana Brasil. Em 2005, será aberto um EBT em Madri, na Espanha.

O Brasil marcou presença em quarenta feiras internacionais de turismo, 16 a mais que em 2003, ano em que a EMBRATUR lançou a Agenda de Promoção Comercial do Turismo Brasileiro no Mercado Internacional, ampliando assim a presença do País em eventos no exterior. A média anual de participação era de 15 feiras até 2002. Cerca de 450 co-expositores – entre órgãos públicos, empresas de turismo e companhias aéreas – apresentaram seus produtos, serviços e destinos nos diferentes eventos. Sempre atrelada à agenda das feiras, a inovação ficou por conta da organização de Noites Brasileiras (Chicago, Barcelona, Lirna, Buenos Aires e Santiago), que enfatizaram a diversidade da nossa cultura. Foram também realizados oito seminários de venda Descubra o Brasil (Nova York, Nova Jersey, São Francisco, Los Angeles, Paris, Londres, Santiago e Montevideo), que reuniram aproximadamente 1.170 participantes.

O programa denominado Caravana Brasil, que leva operadores de turismo para conhecer “in loco” a infra-estrutura turística de cidades brasileiras, realizou 19 viagens ao longo do ano, visitando 80 cidades, em 15 Estados. Oito dessas viagens foram voltadas exclusivamente para profissionais estrangeiros.

Para organizar a comercialização do Destino Brasil no exterior, a EMBRATUR também apoiou e incentivou a criação de dois escritórios: o Bureau Brasil de Ecoturismo, Aventura e Mergulho e o Bureau Brasileiro de Pesca Esportiva, que se juntaram ao Bureau Nacional de Golfe e à Associação Brasileira de Resorts, já existentes, que também contam com apoio do Instituto.

c) 1º Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável

O evento em Salvador contou com a presença de palestrantes, especialistas e personalidades representando mais de 60 países, inclusive os ministros do Turismo dos 29 países que compõem o Conselho Executivo da OMT. Nessa ocasião, discutiu-se o processo de mobilização e articulação de organizações e pessoas, em escala mundial, em prol do desenvolvimento do turismo, suas concepções e práticas, de modo que sejam promovidas condições para a paz, desenvolvimento social, diversidade cultural, preservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico, a partir de dezenas de casos concretos, acontecidos no Brasil e no exterior. A realização do evento em território nacional e a agenda técnica de discussões permitiram a troca de experiências quanto ao desenvolvimento de novas práticas do turismo no Brasil, bem como o fortalecimento de sua imagem interna e externa como destino turístico sustentável internacional. O evento contou com um público de 2.585 pessoas inscritas para acompanhar a programação e 1.753 visitantes, totalizando 4.338 participantes.

d) Acordos internacionais

d.1) Acordo Brasil-China

Um dos fatos mais relevantes, em 2004, foi o estabelecimento de um acordo entre os Governos do Brasil e da República Popular da China, que garantiu ao Brasil o status de Destino Aprovado para os turistas da República Popular da China, possibilitando a abertura do País para viagens de turismo dos chineses. O acordo abre para o Brasil um grande mercado emissor de turistas, que certamente, a médio e a longo prazos, irá gerar um grande impacto no total de entrada de turistas estrangeiros e contribuir para o alcance das metas do Plano Nacional do Turismo.

d.2) Acordo MERCOSUL-Japão

Foi assinado acordo entre o MERCOSUL e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) para a implantação de projeto que prevê ações visando ao fortalecimento do MERCOSUL, ao seu desenvolvimento como destino turístico e à sua promoção no mercado japonês, um dos mais importantes emissores de turistas. O projeto será inteiramente custeado pela JICA e abre a perspectiva de otimização do ingresso de turistas japoneses nos países do MERCOSUL. O projeto visa, ainda, a criação do Escritório de Promoção Conjunta do MERCOSUL, no Japão, sob a coordenação de um representante do MERCOSUL.

e) Impulsionando o turismo regional

O Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Nordeste (PRODETUR-NE), após a fase de elaboração e aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITIS), está na fase de contratação dos empréstimos pelos Estados. O Programa de Desenvolvimento do Turismo na região Sul (PRODETUR-SUL) está na fase de elaboração e aprovação dos PDITIS pelos Estados e já foram iniciados os primeiros repasses para aplicação dos recursos da contrapartida do Governo Federal. Este Programa já recebeu a aprovação pelo Comitê de Empréstimo do BID, visto já estarem em fase de aprovação 62 projetos, mais de 80% da amostra. A contrapartida federal foi de R\$ 20,9 milhões, valor significativamente superior aos R\$ 5,6 milhões aplicados em 2003. Quanto ao PRODETUR-JK, os trabalhos encontram-se na etapa de preparação para o financiamento, que envolve a elaboração dos projetos necessários à implementação do Programa. Para essa etapa, foi acordada com o Banco Mundial a viabilização de uma doação do Fundo Japonês no valor de US\$ 1 milhão.

O Programa de Regionalização do Turismo, denominado Roteiros do Brasil, elemento central da política nacional do turismo e referência para todas as ações do Ministério, traduz uma ação que tem como um dos seus aspectos principais a contribuição para a redução das desigualdades regionais e a interiorização do desenvolvimento por meio da integração das três esferas de governo, em estreita articulação com a iniciativa privada. Tem por fundamento a consagração coletiva de um Planejamento Territorial Turístico para o Brasil, mediante a constituição de roteiros integrados, articulando os Municípios em uma escala regional. No seu processo de implantação, em 2004, foi construído, em discussões nos Fóruns Estaduais nas 27 UF's, o mapeamento das regiões turísticas em todo o País, que culminou com a identificação de 219 regiões turísticas, envolvendo 3.213 Municípios. O Programa foi lançado pelo Presidente da República, em rede nacional, no dia 29 de abril de 2004. Encontram-se em fase de definição as

regiões prioritárias, a serem trabalhadas no estágio da promoção e da comercialização para sua apresentação no Salão Brasileiro do Turismo, previsto para junho de 2005.

f) Produção associada ao turismo

O Governo Federal vem desenvolvendo ações de estruturação, qualificação e promoção da produção associada ao turismo, abrangendo a qualidade, a diversidade e o design dos mais diversos itens, como vinho, cachaça, jóias, artesanatos, têxteis, música e manifestações culturais. Houve apoio direto ao desenvolvimento e à melhoria da produção associada ao turismo em três Estados: Tocantins, Mato Grosso do Sul e Acre.

g) Melhorando a infra-estrutura turística

Em infra-estrutura turística, o Governo Federal aplicou o montante de R\$ 186,5 milhões, implementando ações que compreendem a participação na execução das mais diversas obras de infra-estrutura em todas as regiões e Estados brasileiros, compreendendo construção, reforma e ampliação de ativos imobiliários que compõem os produtos turísticos brasileiros, bem como adequação de patrimônio histórico e sinalização turística. Esse montante é superior em 116% ao que foi aplicado em 2003.

h) Qualificando o turismo

Já está em andamento, no âmbito do Programa Alimento Seguro do Turismo (PAS-Turismo), presente em 19 Estados, a qualificação de restaurantes, bares, quiosques e ambulantes que atuam no ramo de alimentação. É importante salientar que o convênio firmado com o SENAI deve dobrar o que foi realizado até o presente momento na área de alimentos prontos para consumo, além de ter a capacidade de dotar o Brasil de um diferencial competitivo, uma vez que o País deverá ocupar posição de destaque entre os países que mais investem na segurança do alimento oferecido ao turista.

As ações voltadas à qualificação profissional estão presentes em 82 Municípios de 10 Estados, contemplando cerca de 20 mil profissionais. A demanda por cursos que foi atendida envolve gestão de negócios, hospitalidade, ocupações básicas, trilheiros, mateiros e condutores de ecoturismo, culinária, captação e organização de eventos.

No âmbito das ações de apoio à certificação, destacam-se: (i) apoio à publicação de 35 normas técnicas ocupacionais e de competências da ABNT; (ii) apoio à criação do Sistema de

Certificação em Turismo de Aventura, que compreende normas de segurança e informações e manual de resgate; (iii) apoio em atendimento à recomendação da Organização Mundial do Turismo (OMT), ao desenvolvimento do projeto de certificação em turismo sustentável para meios de hospedagem, em conjunto com outros ministérios, SEBRAE e organizações não-governamentais, e apoio financeiro do BID e da APEX-Brasil.

1) Aumento do turismo no Brasil

No que se refere exclusivamente ao meio de transporte aéreo, o Brasil obteve em 2004 resultados que evidenciam o êxito das iniciativas adotadas, como o desembarque de mais de 5,7 milhões de passageiros de vôos internacionais – considerando passageiros brasileiros e estrangeiros –, superior em 5% ao total de desembarques de 2003 (5,4 milhões), também em decorrência do aumento de vôos charter. Destacam-se também outros expressivos resultados, tais como: o desembarque de mais de 35,2 milhões de passageiros de vôos nacionais – superior em 14,6% em relação a 2003 (30,7 milhões); o total de 289,96 mil desembarques por meio de vôos charter, enquanto em 2003 esse número foi de 172 mil; a receita cambial turística no montante de US\$ 3 bilhões, superior em 25% em relação ao ano anterior (2003/US\$ 2,4 bilhões), registrando um superávit da ordem de US\$ 340 milhões, o maior dos últimos 10 anos; e a captação de 32 eventos internacionais para o Brasil.

Em 2005, prevê-se a aceleração da execução do PRODETUR-NE II, em função da autorização do Governo para aumentar em US\$ 80 milhões a contrapartida federal, substituindo as obrigações de contrapartida dos Estados integrantes do Programa. No âmbito do PRODETUR-SUL, o Governo irá assinar o contrato de empréstimo do BID, no valor de US\$ 150 milhões. A receita cambial turística para este exercício está projetada em recursos da ordem de US\$ 3,8 bilhões e superávit cambial de US\$ 400 milhões, em decorrência dos esforços e das estratégias adotadas e do ingresso de 5,6 milhões de turistas estrangeiros no País – considerando todas as modalidades de transporte –, em consequência da elevação em 20% dos desembarques internacionais de passageiros e em 100% dos vôos charter.

5) Trabalho e emprego

a) Aumento do emprego formal

O esforço deste Governo para estabilizar a economia no ano de 2003 e a consolidação da trajetória de crescimento econômico em 2004 vêm mostrando seus reflexos no emprego formal.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – registro administrativo de toda movimentação no emprego formal celetista, segundo informações das empresas privadas de todo o País – apresentou, em 2004, o melhor desempenho anual desde o início da série histórica do CAGED em 1992. O saldo positivo alcançou 1,523 milhão de postos de trabalho formais, representando um aumento de 6,55% em relação ao mesmo período de 2003.

Houve aumento do emprego com carteira assinada em todos os setores. Na indústria, o saldo foi de 304.601 postos de trabalho, o que representa um crescimento de 9,36%. Nos serviços, de 470.123, com aumento de 5,06%. O comércio teve saldo de 403.940 vagas (7,86%), enquanto no setor agropecuário o crescimento foi de 6,34%, com 79.274 empregos formais. Já a construção civil, que havia eliminado vagas em 2003, recuperou-se e fechou 2004 com saldo de 50.763 vagas (4,06%). As nove principais regiões metropolitanas do País foram responsáveis pela abertura de 546.334 empregos com carteira em 2004. O dinamismo da geração de empregos foi mais intenso no interior – reflexo, em parte, do desempenho do agronegócio. No interior dos Estados aos quais pertencem essas áreas metropolitanas, o saldo foi de 633.466 postos de trabalho, variação positiva de 7,36%.

O processo de aumento do emprego captado pelo CAGED é corroborado pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME), que identificou queda nos índices de desemprego também nas regiões metropolitanas. Em dezembro de 2004, a taxa de desemprego nas citadas regiões pesquisadas pelo IBGE registrada pela PME foi de 9,6%, ficando pela primeira vez, desde 2001 – ano em que a pesquisa teve sua metodologia alterada –, abaixo de 10%.

b) Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a geração de emprego e renda

O Governo Federal, em conjunto com o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), aprovou o incremento de recursos e reformulou as prioridades na destinação dos recursos financeiros do FAT, de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional e para ampliar os impactos positivos sobre o nível de ocupação. Em 2004, foram contratadas 2,2 milhões de operações de crédito, com aplicação de R\$ 11,9 bilhões de recursos – ultrapassando a meta estimada. Entre os programas, destaque para o expressivo aumento nas operações do PROGER Urbano (mais de 1,3 milhão de operações envolvendo R\$ 4,3 bilhões), que teve seu teto financiável para investimento e capital de giro elevado. Em todas as liberações de recursos para financiamento de investimento, a atual gestão estabeleceu o compromisso de contratação preferencial de jovens de 16 a 24 anos e adultos acima de 40 anos. Para 2005, estão previstos 2 milhões de operações de crédito, com recursos da ordem de R\$ 7 bilhões.

c) Redes de proteção ao trabalhador

O Governo Federal vem se empenhando para reduzir os altos índices de descumprimento da legislação de proteção ao trabalho, com foco nas atividades econômicas nas quais esses índices são historicamente maiores (especialmente no meio rural). De janeiro a dezembro de 2004, as ações de fiscalização propiciaram o registro de 708.957 trabalhadores, dos quais 173.641 (24,49%) na agricultura e 146.899 (20,72%) no setor industrial, garantindo o cumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários.

Nesse mesmo período, a fiscalização direcionada à verificação do cumprimento da legislação trabalhista atingiu 302.905 estabelecimentos e alcançou 24.453.179 trabalhadores. A participação das entidades sindicais de trabalhadores, por intermédio das Comissões Sindicais instaladas nas Delegacias Regionais do Trabalho, foi fundamental para o sucesso dessa ação. Tal participação dá-se na discussão do planejamento, na implantação, no acompanhamento e na avaliação das ações de fiscalização do trabalho, resultando em significativo aumento da efetividade dessas ações.

Com a formalização do vínculo empregatício, é garantido ao trabalhador o respeito aos seus direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, em virtude do depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada; do recolhimento da contribuição previdenciária e do pagamento de décimo terceiro salário, das férias, do repouso remunerado semanal, entre outros direitos. Além do benefício direto para o trabalhador, também há um aumento na arrecadação, principalmente no que diz respeito a FGTS, INSS, INCRA e MEC, possibilitando ao Governo dispor de mais verbas para previdência social, saneamento básico, educação e políticas habitacionais.

Em 2005, será mantido o planejamento para alcançar, prioritariamente, os melhores resultados na formalização do contrato de trabalho sob ação fiscal e na regularização dos recolhimentos do FGTS.

d) Aumento da cobertura do abono salarial

O Programa do Abono Salarial é um benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado aos empregados que recebem até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), conforme determina o artigo 239, § 3º da Constituição Federal, e que atendam aos critérios definidos pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Melhorias ocorridas no decorrer dos últimos exercícios, tais como a implementação de instrumentos de divulgação e esclarecimentos à população, têm permitido o aumento gradativo do número de trabalhadores identificados e pagos com direito ao benefício.

Em 2004, foram identificados 9,6 milhões de trabalhadores com direito ao abono salarial. No mesmo período, 8,9 milhões foram efetivamente pagos, representando um dispêndio total equivalente a R\$ 2,2 bilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Isso significa uma taxa de cobertura equivalente a 92,61%. É importante ressaltar que, neste ano, se obteve a maior quantidade de trabalhadores identificados e pagos desde a criação do Programa.

Para 2005, já foram identificados 9.114.850 trabalhadores, com previsão para pagamento de R\$ 2,4 bilhões. O volume de recursos previsto corresponde a R\$ 2,4 bilhões.

c) Primeiro Emprego

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego foi instituído em 2003 como compromisso do Governo Federal para o combate ao desemprego entre jovens de 16 a 24 anos, que é duas vezes maior do que a taxa geral da população. O Programa envolve ações de qualificação e intermediação de empregos, principalmente para jovens de baixa escolaridade. Para aumentar o interesse das empresas em receber os jovens, foi desenvolvida uma linha de adesão empresarial e foram feitos esclarecimentos aos empreendedores.

Em 2004, foram qualificados 41.487 jovens, sendo: 6.732 jovens pelos Consórcios Sociais da Juventude; 4.755 jovens por intermédio do Serviço Civil Voluntário; e 30 mil jovens pelo Projeto Soldado Cidadão. Além disso, mais 21.969 jovens já começaram a ser qualificados nos Consórcios Sociais da Juventude, ainda em dezembro de 2004. Já o Projeto Jovem Empreendedor qualificou 4.422 jovens, em 108 Municípios, para ações de empreendedorismo.

Além da qualificação profissional para o mercado formal e para o empreendedorismo, foram gerados 36.470 empregos para a juventude em 2004, dos quais: 2.653 na linha da subvenção econômica; 3.900 na linha da responsabilidade social; e 30.335 contratações de jovens de 14 a 18 anos como aprendizes em todas as regiões do País. O Governo Federal vem intensificando o processo de diálogo e parceria com os empregadores e com as organizações e os movimentos de juventude, procurando enfatizar a participação dos atores diretamente envolvidos no combate ao desemprego juvenil no Brasil.

Em 2005, está prevista a qualificação de 100 mil jovens para o mercado de trabalho formal, por intermédio dos Consórcios Sociais da Juventude e do Serviço Civil Voluntário, e 16 mil jovens para ações de empreendedorismo. Por sua vez, continuarão a ser implementadas prioritariamente as modalidades de subvenção econômica e responsabilidade social no âmbito do Programa Primeiro Emprego, e também serão acompanhados 8 mil jovens que receberão linhas de crédito para abrir seus próprios negócios.

1) Seguro Desemprego

São modalidades do Seguro Desemprego no Brasil: Seguro Desemprego Formal; do Pescador Artesanal; Bolsa Qualificação para Trabalhadores com Contrato de Trabalho Suspenso; do Empregado Doméstico; do Trabalhador Resgatado da Condição Análoga à de Escravo. Trata-se de um dos principais programas sociais do País, atendendo ao trabalhador em momentos de vulnerabilidade social e econômica.

O Seguro Desemprego Formal tem como finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa ou por paralisação total ou parcial das atividades do empregador. Em 2004, foram beneficiados nessa modalidade do programa 4,7 milhões de trabalhadores, e o montante de benefícios pagos alcançou R\$ 7 bilhões. Mesmo considerando o expressivo crescimento do número de empregos formais na economia, esses números demonstram a importância do Seguro Desemprego para a garantia da manutenção do trabalhador que permanece desempregado.

O Seguro Desemprego do Pescador Artesanal destina-se aos pescadores profissionais que exerçam sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros. O benefício de um salário mínimo mensal é pago durante o período de defeso, no qual a atividade pesqueira é proibida para a preservação das espécies. No ano de 2004, 150.900 pescadores artesanais receberam o benefício mensal, e os recursos para esta modalidade foram da ordem de R\$ 159,1 milhões.

A Bolsa Qualificação destina-se a subvencionar os trabalhadores com contrato suspenso, em conformidade com o disposto em convenção ou acórdão coletivo, devidamente matriculado em curso no programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador.

O pagamento do Seguro Desemprego ao Empregado Doméstico tem por finalidade prover assistência financeira temporária aos empregados domésticos com acesso ao Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) e que tenham sido demitidos sem justa causa. Nesta modalidade, foram beneficiados pelo programa 8.600 empregados domésticos em 2004. Os recursos executados superaram R\$ 7,6 milhões. Em 2005, está previsto o atendimento de 11.150 beneficiários, com custo de R\$ 8,7 milhões.

O pagamento do Seguro Desemprego ao Trabalhador Resgatado da Condição Análoga a de Escravo assegura assistência financeira temporária ao trabalhador resgatado por ação de fiscalização do trabalho. No tocante à execução, os dados demonstram que, no exercício de 2004, foram beneficiados 1.879 trabalhadores. No que se refere aos recursos, foram aplicados R\$ 1,475 milhão. No caso desta categoria de trabalhador, em 2005, estão previstos 1.500 beneficiários, ao custo de R\$ 1,2 milhão.

g) Plano Nacional de Qualificação

O objetivo do PNQ é promover a qualificação social e profissional do trabalhador brasileiro, com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o PNQ busca fortalecer a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mundo do trabalho. Por meio de parcerias com Estados, Municípios, consórcios municipais, entidades do movimento social e organizações não-governamentais, o PNQ vem aprimorando a efetividade social e a qualidade pedagógica da qualificação profissional. Em 2004, foram qualificadas 142,3 mil pessoas, tendo sido aplicados R\$ 82,3 milhões, elevando-se a carga horária média dos cursos em 31% (de 110h para 160h), no intuito de aprimorar a qualidade da formação do trabalhador. Para 2005, a meta é aumentar a execução em 40%, qualificando 200 mil pessoas, com carga horária média maior (180h), ampliando o alcance e a qualidade pedagógica do PQSP.

O PNQ estabeleceu, desde sua criação, critérios objetivos para alocação de recursos, a fim de promover a maior equidade regional sem desconsiderar a importância econômica de cada unidade da Federação. Para tanto, destina o adicional de 10% dos recursos para os Estados mais desfavorecidos, o que possibilitou o repasse de 48% dos recursos da qualificação a esses Estados em 2004, ampliando o acesso dessas populações a oportunidades de qualificação social e profissional.

Comprometido com o controle público sobre a aplicação de seus recursos, o PNQ aprofundou em 2004 sua relação de parceria com os principais órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União, incorporando as recomendações emanadas por

esses órgãos e promovendo maior transparência no gasto público.

Em 2004, o Governo Federal criou a linha dos Planos Setoriais de Qualificação. Os PlanSetQs são elaborados para atender diretamente às demandas de qualificação associadas a empreendimentos econômicos de dimensões setoriais ou estruturantes e para situações emergenciais que envolvam risco social. São organizados com base na concertação entre agentes governamentais, privados e sociais, com particular atenção para o diálogo tripartite e a lógica do co-financiamento.

h) Segurança e saúde no trabalho

O Programa de Segurança e Saúde no Trabalho tem como finalidade a melhoria das condições e do ambiente de trabalho, e para isso envolve ações de normatização e fiscalização.

No campo da fiscalização, em 2004, foram realizadas 132.938 ações de inspeção em segurança e saúde, envolvendo 14.362.865 trabalhadores. No mesmo período, foram investigados 1.704 acidentes de trabalho graves e fatais, regularizadas 732.543 situações de descumprimento da legislação específica e efetuados 1.097 embargos ou interdições totais ou parciais de estabelecimentos.

O Governo Federal utiliza a estratégia tripartite para promover a participação social das representações de trabalhadores e empregadores nas ações área de segurança e saúde do trabalho. Existem cerca de 20 comissões tripartites em andamento que seguem os seguintes princípios: composição paritária, caráter consultivo e busca do consenso. A atuação do Governo privilegia, ainda, a relação com os Conselhos Federais de Engenharia, Medicina e Enfermagem e com o Sistema "S".

No campo da normatização, destacam-se as portarias de criação de normas regulamentadoras de condições de segurança e saúde no setor rural, em serviços de eletricidade, em assistência de saúde, em espaços confinados e no setor de checkout de supermercados.

i) Intermediação

A intermediação pública de mão-de-obra tem como objetivo principal facilitar a busca por trabalho a partir do cadastramento dos dados profissionais e pessoais do trabalhador em um dos 1.063 postos da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e do posterior cruzamento com as vagas disponibilizadas por empregadores clientes do Sistema.

Em 2004, a rede de atendimento do SINE inscreveu 5.051.281 trabalhadores. Neste período, capton

1.672.575 vagas, encaminhou para entrevistas com empregadores 3.634.316 trabalhadores, tendo colocado 885.097 trabalhadores. A meta de intermediação para o ano em curso era de 754.932 colocações, ou seja, o SINE não apenas cumpriu as metas, como também as superou.

Os recursos executados em 2004 para a intermediação de mão-de-obra totalizaram mais de R\$ 99 milhões. Para 2005, a previsão é aplicar recursos da ordem de R\$ 100 milhões.

1) Economia solidária

Durante 2004, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária lançou raízes em todo o território, mediante a criação dos 27 Fóruns Estaduais, que vêm trabalhando de forma articulada. Além disso, em agosto de 2004, foi realizado o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, com mais de 2 mil representantes de cooperativas e associações produtivas.

Também como parte desses esforços de fortalecimento, foi formada uma rede nacional de entidades para realizar o mapeamento da economia solidária e implantar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, com o lançamento de uma campanha nacional. Nesse sentido, preliminarmente já foram mapeados 22 mil empreendimentos de economia solidária e 1.031 entidades de apoio ao setor.

Em todo o País, a economia solidária promove ações concretas de geração de trabalho e renda como forma de combate à exclusão social. O Governo Federal vem mantendo intenso diálogo com essas iniciativas da sociedade civil, fomentando a organização e a articulação desses empreendimentos em redes de produção e comercialização, com a realização de feiras em todo o País que mobilizam milhares de trabalhadores, além de apoiar a constituição de políticas públicas de economia solidária nos Estados e Municípios, como as parcerias para a implantação de 13 Centros Públicos de Economia Solidária em capitais brasileiras. Dentre os empreendimentos apoiados, destaca-se a Usina Catende, em Pernambuco, importante usina álcool-açucareira que hoje opera em regime de autogestão, envolvendo cerca de 2.500 famílias.

Para 2005, pretende-se, em primeiro lugar, dar continuidade ao mapeamento da economia solidária no Brasil, consolidando um Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Também deve ampliar o apoio às políticas públicas de economia solidária de Estados e Municípios, principalmente por meio da construção de novos Centros Públicos de Economia Solidária, bem como pela consolidação do uso daqueles construídos em 2004. Está previsto um amplo processo de formação e divulgação da economia solidária por todo Brasil, principalmente

por meio da formação de gestores públicos e agentes das entidades parceiras, bem como pela efetivação da Campanha Nacional da Economia Solidária.

1) Relações do trabalho

Na área de relações do trabalho, o Governo Federal tem como prioridade promover a mudança do sistema brasileiro de relações do trabalho, com vistas à sua democratização e adequação às novas exigências do desenvolvimento nacional e à atual realidade do mundo do trabalho.

A mediação de conflitos individuais e coletivos de trabalho é uma das atribuições que têm sido priorizadas pelo atual Governo. Em 2004, foram realizadas 22.077 mediações individuais e 12.869 mediações coletivas.

6) Inclusão bancária

A inclusão de milhões de brasileiros de menor renda no sistema bancário tem sido uma das prioridades deste Governo, concretizada mediante a implantação de diversas medidas voltadas, especialmente, para permitir o acesso à conta corrente e ao microcrédito.

Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população de baixa renda e excluída do sistema financeiro, com destaque para os trabalhadores informais, o Governo criou em 2003 a conta-corrente e a conta de poupança simplificada, isentas de tarifas e sem exigência de comprovação de renda e endereço.

Desde a implantação dessa medida, em junho de 2003, até o final de dezembro de 2004, foram abertas nos bancos públicos (CEF, BB, BPF, BNB e BASA) mais de 4,6 milhões de contas simplificadas. Destaca-se a Caixa Econômica Federal, que abriu mais de 2,55 milhões de contas em menos de dois anos, e o Banco Popular que, em meio ano de operação efetiva, abriu mais de 1 milhão de contas. Os bancos privados, que também realizam operações de microcrédito popular, têm operado principalmente com contas de poupança simplificada.

O Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil) foi criado por meio da Lei nº 10.738, de 17 de setembro de 2003, com o objetivo de atender com serviços financeiros exclusivamente pessoas de baixa renda (microfinanças), oferecendo contas simplificadas, crédito popular (com juros limitados a 2% ao mês), poupança, seguros e a realização de pagamentos e recebimentos diversos, entre outros serviços bancários.

Esse Banco, que atua exclusivamente por intermédio de correspondentes bancários, iniciou efetivamente suas operações em julho de 2004, e em dezembro já contava com 5,530 pontos de atendimento, possuía 1.050.000 contas simplificadas e tinha concedido empréstimos na ordem de R\$ 19,6 milhões, superando seu Plano de Metas que previa a abertura de 1 milhão de contas-correntes. Esses números foram alcançados apenas nos últimos seis meses do ano, mostrando a eficiência e a perspectiva de sucesso deste Banco.

Para 2005, a meta do BPB é conceder R\$ 300 milhões em operações de microcrédito, alcançar 2 milhões de contas simplificadas e estar presente em 7 mil pontos de atendimento espalhados por todo o País, ampliando sua atuação nas pequenas cidades. Os clientes terão direito a cartão de crédito, poupança, seguros e títulos de capitalização.

Destaca-se ainda a alteração da Lei nº 9.311, de 24/10/96, por meio de Medida Provisória nº 226, assinada pelo Presidente da República no dia 29 de novembro de 2004, incluindo os débitos das contas simplificadas entre as operações com alíquota zero para a CPME, concedendo mais um benefício à população de baixa renda titular destas contas.

a) Microcrédito popular

Em medida implementada em 2003, o Governo fixou que um percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista dos bancos deveria ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês. Os valores máximos emprestados nesta modalidade de crédito são de R\$ 600 quando o empréstimo é destinado ao consumo e de R\$ 1 mil quando destinado a empreendimentos produtivos. Esta medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso ao microcrédito. A participação desse segmento social no sistema financeiro, além de contribuir para a inclusão social, permite que as instituições financeiras conheçam melhor esse público, historicamente excluído do acesso aos serviços financeiros. A relação e o histórico dos clientes construídos nos bancos a partir das contas simplificadas contribuem para facilitar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros nos financiamentos.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Banco Popular do Brasil (BPB), por exemplo, concedem empréstimos iniciais de R\$ 50 a R\$ 200 logo após a abertura de contas simplificadas, valores que crescem à medida que os empréstimos vão sendo quitados, o que contribui para a redução das taxas de juros em seus financiamentos.

No ano de 2004, segundo dados do Banco Central, foram realizadas 4 milhões de operações de

microcrédito, com R\$ 1,18 bilhão emprestados em operações realizadas por bancos públicos e privados. Desse total, 360 mil operações, representando R\$ 248 milhões, foram destinadas a empreendedores, portanto, classificadas como microcrédito produtivo.

A CAIXA adaptou uma faixa do tradicional empréstimo sob penhor para atender parcela da população com crédito fácil e de juros baixos pela modalidade Micropenhor, realizando em apenas quatro meses de funcionamento, 578 mil operações que representaram R\$ 137 milhões.

b) Microcrédito produtivo orientado

Para ampliar o acesso ao crédito por pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com faturamento bruto anual de até R\$ 60 mil, o Governo Federal criou no final de novembro de 2004 o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, objetivando potencializar os empreendedores geradores de trabalho e renda.

O Microcrédito Produtivo Orientado utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, podendo assim contribuir para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento, sendo o valor e as condições do crédito definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do beneficiário.

As instituições operadoras deste Programa são as Organizações da sociedade civil de Interesse Público (OSCIP), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), as Cooperativas de Crédito e as Agências de Fomento que atuam com microcrédito produtivo orientado. Ainda como medida facilitadora para que os bancos repassem recursos para as instituições de microcrédito, a Medida Provisória permitiu a realização de operações de crédito deste Programa sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, além de autorizar que o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER) e o Fundo de Aval do Sebrae (FAMPE) concedam aval nestas operações realizadas entre instituições financeiras e as SCM e OSCIP de Crédito.

A experiência do microcrédito produtivo orientado de maior sucesso e amplitude no Brasil é realizada pelo Banco do Nordeste (BNB), por intermédio do Programa CrediAmigo, que atua por meio de uma OSCIP. A OSCIP atua ligada diretamente ao BNB, e conta com 170 agências, 28 postos de atendimento e 844 assessores de crédito, levando o microcrédito a 1.165 Municípios localizados nos Estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Só em

2004 o volume de desembolsos no CrediAmigo foi da ordem de R\$ 441 milhões, representando um crescimento de 17,79% em relação a 2003, quando foram contratados R\$ 368,2 milhões. Em 2003 e 2004 foram realizadas 942,6 mil operações de crédito. Tal desempenho consolida o CrediAmigo como o maior programa de microcrédito da América do Sul, já tendo emprestado R\$ 1,5 bilhão nos seus sete anos de existência e contratando 1,8 milhão de operações.

O Conglomerado BB, em especial por intermédio do Banco Popular do Brasil, também pretende atuar no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado mediante compra de crédito ou repasse de recursos para as instituições de microcrédito. As parcerias propostas pelo Banco Popular prevêem, ainda, a possibilidade de credenciamento dessas instituições como correspondentes bancários, incrementando seus negócios e complementando as funções de microcrédito produtivo orientado com a de bancarização.

C Crédito consignado

Por intermédio das Leis nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e nº 10.953, de 27 de setembro de 2004, foi regulamentada a oferta de crédito com desconto em folha de pagamento, medida que beneficia todos os trabalhadores assalariados, inclusive aposentados e pensionistas do INSS. Essa iniciativa do Governo Federal, além de ampliar o acesso ao crédito à população, especialmente a de menor renda, e de reduzir a burocracia, está contribuindo para a redução das taxas de juros em cerca de 50%, uma vez que o desconto em folha proporciona maior garantia ao agente financeiro.

Analisando uma amostra de instituições financeiras para o ano de 2004, as quais representam cerca de 80% do volume de crédito pessoal no Brasil, o volume de recursos de crédito consignado aumentou 89% entre janeiro e dezembro, passando de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 11,9 bilhões. A participação do crédito consignado no valor total financiado por essas instituições para pessoa física cresceu de 25,5% para 34,4%. Em dezembro de 2004, a taxa de juros anual nos empréstimos consignados em folha era de 40,27% ao ano (2,86% ao mês), muito abaixo dos 70,7% ao ano das demais linhas de crédito pessoal.

No Banco do Brasil, em 2004, o volume aplicado na modalidade de crédito consignado cresceu 133% em relação aos valores de 2003. A carteira de crédito consignado ultrapassou a faixa dos R\$ 2,5 bilhões, sendo que desse volume, R\$ 1,7 bilhão foi relativo aos empréstimos concedidos em 2004, beneficiando mais de 713 mil clientes. Em relação à taxa média de juros praticada pelo BB, houve redução entre 2003 e 2004 de 4,60% a.m. para 2,40% a.m., o que representa redução de aproximadamente 50% na taxa aplicada nesse tipo de operação. Para 2005, a perspectiva é de

que o mercado cresça em torno de 25%.

A CAIXA, na modalidade de consignação com desconto em folha de pagamento, firmou convênios com entidades e empresas, tais como INSS, CUT, Correios e prefeituras. O montante dos empréstimos foi de R\$ 4,1 bilhões, com mais de 1,5 milhão de operações, incluindo o crédito a aposentados. Aos aposentados e pensionistas do INSS, foram emprestados R\$ 1,8 bilhões, beneficiando 843 mil clientes.

d) Criação da Conta Investimento

Além de reduzir o custo da mudança entre aplicações financeiras, a criação da conta-investimento democratizou a rentabilidade das aplicações, uma vez que levou ao pequeno investidor o mesmo tratamento que, na prática, já era permitido ao grande investidor. Sua criação permite que sejam efetuadas movimentações financeiras entre diferentes instrumentos de poupança sem a incidência de CPMF, a qual só será cobrada no momento da transferência de recursos da conta corrente para a Conta Investimento. Ademais, foram alteradas as regras de incidência do Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, prevendo alíquotas decrescentes segundo o prazo de permanência na aplicação. Com essa medida estimula-se a poupança de longo prazo, importante fonte de recursos para o investimento.

7) Políticas às Micros, Pequenas e Médias Empresas

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são importantes na geração de emprego e renda e na promoção do desenvolvimento social e econômico desconcentrado. Para apoiar estas empresas, bem como fomentar o empreendedorismo, o Governo implementou inúmeras medidas e programas para beneficiar esse segmento.

Por meio do Decreto nº 5.028, de 31 de março de 2004, o Governo Federal aumentou o teto de receita para fins de categorização da empresa por porte. Agora, são consideradas microempresas as que possuem receita bruta até R\$ 458 mil/ano, contra R\$ 244 mil/ano na regra anterior. No caso de empresa de pequeno porte, o teto passou de R\$ 1,2 milhão/ano para R\$ 2,1 milhões/ano. Essa medida foi adotada com o intuito de garantir a um número maior de estabelecimentos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, ampliando, assim, o universo de beneficiários dos programas governamentais de apoio ao segmento, os quais são mais compatíveis com a realidade operacional dessas empresas.

Para reduzir a informalidade e ainda garantir a inserção dessas empresas nos programas

governamentais de apoio ao setor, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, no final do mês de setembro de 2004, um projeto de lei complementar que vai representar um importante avanço para o empreendedor brasileiro. As medidas buscam, por meio da desconexão tributária e da redução de burocracia, estimular a formalização de pequenos negócios, diminuir a taxa de mortalidade das pequenas empresas e gerar postos formais de trabalho.

O projeto prevê um regime tributário, previdenciário e trabalhista simplificado para o empresário individual com faturamento bruto anual de até R\$ 36 mil e cria plano especial de contribuição à Previdência para segurados individuais e facultativos. A criação de um regime simplificado para o empresário individual visa estimular a formalização de um grande número de pequenos negócios e, também, das relações de trabalho que se estabelecem nesses empreendimentos. Segundo estimativa da Associação Nacional da Micro e Pequena Indústria (ASSIMPI), cerca de 11 milhões de empresários e 43 milhões de trabalhadores encontram-se hoje na informalidade. A informalidade nas relações de trabalho prejudica o trabalhador, que fica sem acesso aos direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e ao Seguro Desemprego, e atinge, principalmente, a mão de obra de baixa renda. Ela também impede que o trabalhador informal tenha acesso aos benefícios previdenciários.

Outra iniciativa, cujo objetivo é reduzir a burocracia e facilitar a vida do empresário, prevê a implantação de um sistema informatizado de apoio a este empresário, que permitirá o pagamento unificado de impostos e contribuições, além de outras facilidades na gestão de seu negócio. Ao acessar o sistema, o empresário deverá informar seu faturamento e os dados relativos ao pagamento de salários aos empregados, para que ele efetue o cálculo dos impostos e contribuições devidos.

Ainda com o intuito de garantir a capacidade operacional de empresas de pequeno porte que tenham enfrentado dificuldades, o Governo concedeu parcelamento em até 60 meses para débitos de empresas optantes pelo SIMPLES. A medida, que vigorou até 30 de setembro de 2004, permitiu que 136 mil micro e pequenas empresas parcelassem suas dívidas tributárias, evitando a sua exclusão desse regime diferenciado e privilegiado de tributação.

No que diz respeito à concessão de crédito às micro, pequenas e médias empresas, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para este setor cresceram 25%, atingindo um montante de R\$ 12,6 bilhões, em 110 mil operações, principalmente em função do lançamento do cartão BNDES, que amplia o crédito e torna as operações mais rápidas. O Banco do Brasil realizou 421 mil operações envolvendo recebíveis, capital de giro, cheque auto empresarial e conta garantida, utilizando recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões. Para 2005, o BB espera um

crescimento de 13,4% nas operações de capital de giro, em relação ao total aplicado em 2004, com destaque para o BB Giro Rápido. No âmbito do BNB, as operações com empresas deste segmento passaram de 11.658 para 47.588, compreendendo recursos da ordem de R\$ 207 milhões.

a) Exportações por remessas postais

O serviço de exportação por remessas postais simplificou os meios de venda de produtos ao exterior e permitiu que micro e pequenas empresas, especialmente as localizadas fora dos grandes centros urbanos, pudessem concorrer também em mercados externos. Em 2004, 6.000 empresas fizeram uso desse procedimento, que cresceu 57% em volume físico e 62% em valor exportado. A partir de 2005, a perspectiva é de que outros segmentos produtivos utilizem o serviço, com a proposição de aumento do valor do limite de envio por remessa de 10 mil para 20 mil dólares. As previsões apontam para um crescimento, neste ano, de 30% do valor exportado.

O Exporta Fácil, serviço de exportação por remessas postais, criado pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), teve em 2004 um aumento de 65% no valor exportado e no número de operações de exportação. Ao mesmo tempo, aumentou em 8% o número de empresas que utilizam esse produto.

8) Política de Incentivo à Aquicultura e Pesca

Marco importante no incentivo às áreas da aquicultura e da pesca foi a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República. O surgimento de secretarias e estruturas estaduais e municipais de apoio à pesca e aquicultura, o investimento da indústria naval, voltando a apostar no setor, o grande interesse de nações estrangeiras em trocar experiências e adquirir o produto brasileiro, o incremento do consumo e a retomada do reconhecimento da importância do pescado na alimentação e como gerador de renda e postos de trabalho, são alguns dos resultados já obtidos com a nova política.

Outro resultado importante foi o avanço em relação às normas que regem a aquicultura e a pesca no Brasil. Destaca-se a edição dos seguintes normativos: Decreto nº 5.069/04, estabelecendo a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE); Decreto nº 5.231/04, dispondo sobre a criação, organização e exploração de Terminais Pesqueiros Públicos; Lei nº 10.849/04, criando o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA); Pesquisa e Instrução Normativa Interministerial nº 06/04, dispondo sobre a autorização de uso de espaço físico em corpos d'água de domínio da União, para fins de aquicultura. Dessa forma,

foi estruturado o marco legal e etno político, para que o setor assumia posição de destaque na economia nacional, com uma cadeia produtiva consolidada associada à sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade pesqueira e aquícola.

a) Terminais pesqueiros públicos

A infra-estrutura no setor pesqueiro é de fundamental importância como base ao desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 2004 foram reativados os terminais pesqueiros públicos de Santos e Cananéia, modernizado o terminal pesqueiro público de Laguna e definidas as localizações dos terminais pesqueiros públicos de Cabedelo, Belém e Rio de Janeiro.

Em 2005, prevê-se a reativação e modernização de cinco terminais pesqueiros Públicos no litoral brasileiro e a implementação de sistema de monitoramento da frota pesqueira que permitirá o controle da frota industrial em atividade em águas marítimas sob jurisdição nacional.

b) Arrendamento de embarcações pesqueiras

Quanto ao regime de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca, foi implementado o acesso às autorizações de arrendamento por meio de concorrência pública. Este procedimento tornou os processos mais transparentes e orientados segundo as políticas de desenvolvimento, sendo que 60 embarcações estrangeiras de pesca foram arrendadas com base em critérios estabelecidos em editais de convocação. Estas embarcações operam em diversas pescarias, incluindo a captura de atuns e afins, sem interferir na soberania do Brasil sobre seu território no Oceano Atlântico – a Zona Econômica Exclusiva. Assim, acabou-se com o antigo e viciado sistema de arrendamento de embarcações estrangeiras.

c) Subsídio ao preço do óleo diesel

O Governo elevou o percentual da subvenção econômica ao preço do óleo diesel marítimo de 12% para os atuais 20%, equiparando o preço do produto nacional ao internacional e aumentando a competitividade das embarcações brasileiras. Em 2004, 2,4 mil embarcações foram habilitadas e beneficiadas com esse aumento da subvenção. Foram subvencionados cerca de 60 milhões de litros de óleo diesel, mediante investimentos da ordem de R\$ 7,4 milhões.

d) Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescados

A campanha deste ano envolveu supermercados, feiras livres e mercados públicos. O consumo de pescados, em algumas cidades, durante a Semana do Peixe, chegou a aumentar 300%. A campanha também beneficiou as camadas mais pobres da população, que tradicionalmente não consomem pescado. Somente no Rio de Janeiro foram distribuídas às comunidades carentes mais de 10 toneladas de peixe.

e) Promoção de exportação do pescado brasileiro

Com o objetivo de aumentar as exportações de pescado brasileiro proveniente da pesca marítima e da aquicultura continental, o Governo Brasileiro participou de quatro das maiores feiras internacionais de pescado e promoveu rodadas de negócio em sete países europeus, expondo produtos oriundos da piscicultura, pesca marítima, e, pela primeira vez na história, peixes nativos do Pantanal e da Amazônia, provenientes de cultivo em fazendas com certificados ambientais. Entre os resultados estão as primeiras exportações oficiais de peixes nativos de cultivo da história do Brasil e a expectativa de mais de US\$ 40 milhões em exportação resultantes somente dos contatos estabelecidos.

Serão implantadas pelo menos 20 unidades para apoio e fomento à aquicultura, na forma de unidades demonstrativas e de produção de formas jovens, com vistas a fortalecer o primeiro elo da cadeia produtiva e, assim, garantir a sustentabilidade do crescimento da produção nacional.

Para dar início às ações de inclusão de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, que têm na atividade pesqueira importante fonte de recursos para a sua subsistência, serão implantados, por meio de convênios e ações diretas, 19 parques aquícolas em 6 grandes reservatórios de águas públicas.

A previsão para 2005 do benefício do Seguro Desemprego para o pescador artesanal é de 350.471 beneficiários com custos de R\$ 294,7 milhões. A implantação do Novo Regime Geral da Pesca, a partir de janeiro de 2005, e o combate ao falso pescador, por intermédio de ações em conjunto com a Polícia Federal, Ministério Público e Ministério do Trabalho e Emprego, no sentido de coibir a utilização indevida da carteira de pescador profissional para recebimento do Seguro Desemprego do pescador artesanal, são medidas importantes para garantir a dignidade do pescador.

Com objetivo de consolidar o aumento do consumo, da produção e da exportação de pescado de forma sustentável e integrada, serão priorizados investimentos em infra-estrutura e em

qualificação profissional dos agentes de toda a cadeia produtiva. Além disso, será priorizado o apoio a iniciativas de pesquisas tecnológicas e aplicadas, que busquem o aprimoramento de tecnologias e conhecimentos na área de aquicultura e pesca, como, por exemplo, o Navio-Escola-Pesqueiro, que viabilizará pesquisas de monitoramento e avaliação de estoques e servirá como base para capacitação profissional e tecnológica.

9) Fortalecimento da Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar é um setor fundamental para o desenvolvimento do Brasil com justiça social e com uma ocupação mais equilibrada do território. Os mais de quatro milhões de agricultores que representam o segmento são responsáveis por 77% de toda a mão-de-obra ocupada no campo, por 40% da produção agropecuária e pela produção da maioria dos alimentos que compõem a cesta de alimentos de consumo habitual no Brasil: 84% da mandioca; 67% do feijão; 52% do leite; 49% do milho; 40% das aves e ovos e 38% dos suínos.

Dados de estados recentes mostram de forma ainda mais evidente sua força econômica e seu dinamismo. Em 2003, o PIB da Agricultura Familiar era de R\$ 156,6 bilhões, o que corresponde a 10,91% do PIB do País e a um terço do total do PIB do Agronegócio. Reconhecendo seu papel no desenvolvimento econômico e social, o Governo vem atuando de forma a fortalecer os produtores como protagonistas do desenvolvimento e não como meros candidatos da ação governamental.

a) O maior investimento da história do PRONAF

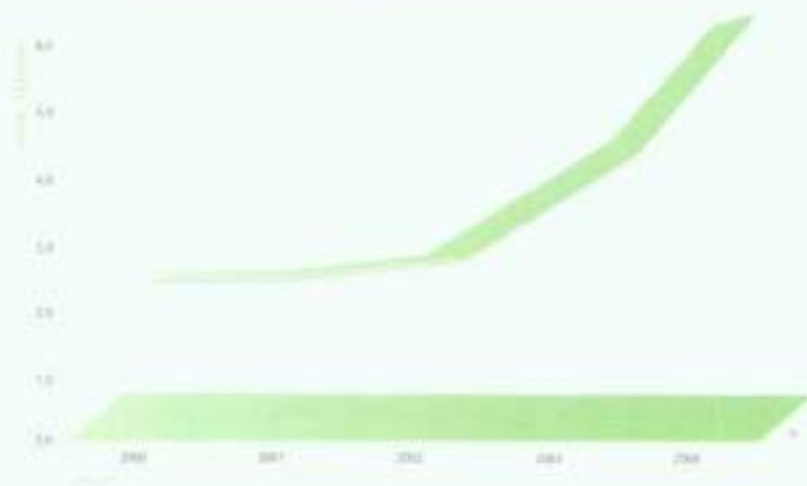
Nos últimos dois anos, dobraram os recursos do crédito rural para a Agricultura Familiar aplicados pelo PRONAF. O volume passou de um patamar de R\$ 2,2 bilhões na safra 2002/2003 para chegar a R\$ 4,5 bilhões na safra 2003/2004. As operações de crédito, por sua vez, saltaram de 904 mil para 1,4 milhão.

E o crescimento continua. Para a 2004/2005 foram disponibilizados R\$ 7 bilhões, com projeção de 1,8 milhão de contratos. Os dados iniciais já são bastante animadores. De julho a dezembro de 2004 as operações de crédito de custeio e investimento do PRONAF já chegaram a um milhão de contratos e a R\$ 4,1 bilhões.

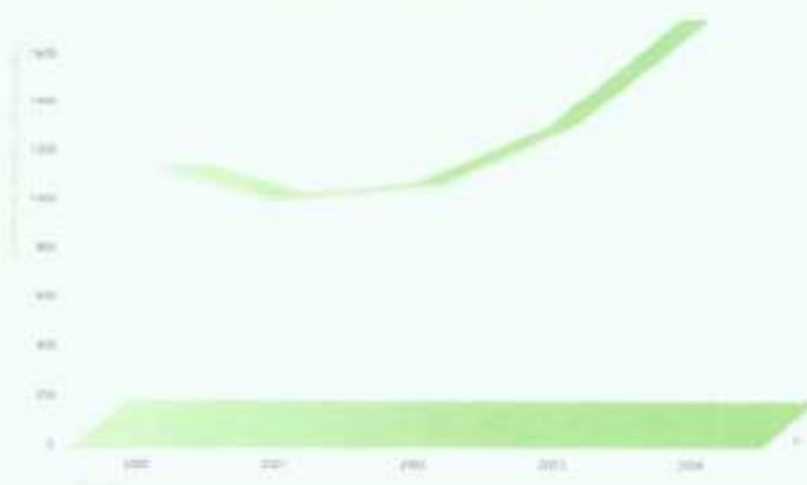
Os dados da aplicação do PRONAF, quando analisados sob o contexto do ano civil, confirmam a tendência desse aumento. O número de contratos passou de um patamar estagnado dos anos anteriores: de 950 mil para 1,55 milhão de contratos, ou seja, mais 600 mil famílias de

agricultores familiares tiveram acesso à política de crédito. Esses números indicam um acréscimo de 63,2 %, no número de beneficiários. Já os valores quase triplicaram, passando do patamar de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 5,6 bilhões em 2004, correspondendo a um aumento de 154,6 % nos quantitativos de recursos aplicados pelos agricultores familiares no ano de 2004, quando comparado à posição do ano de 2000. Os dois gráficos que seguem configuram a tendência.

IMPORTANTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR AGRICULTORES FAMILIARES
NAS APOSENTIAS DE 2000 A 2004 - VALORES EM R\$ BILHÕES



NÚMERO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR AGRICULTORES FAMILIARES
NAS APOSENTIAS DE 2000 A 2004



O PRONAF agora é, de fato, um programa nacional, pois chega em 96% dos Municípios brasileiros. E o crescimento se deu em todas as regiões do País, com destaque para aquelas que apresentam os maiores índices de pobreza rural – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além dos bancos oficiais, a ampliação do PRONAF dar-se-á por meio do crescimento da participação do cooperativismo de crédito. Para a safra 2004/2005 a meta é que 10% do montante total das operações do PRONAF sejam feitas pelas cooperativas de crédito.

Esses resultados foram obtidos em decorrência de inúmeras inovações implementadas no PRONAF. A liberação dos recursos no tempo certo permitiu que o planejamento agrícola pudesse ser respeitado. A simplificação no acesso, por meio do Cartão Pronaf, permite ao agricultor familiar movimentar sua conta corrente sem burocracia e, ainda, renovar automaticamente o crédito a cada ano, desde que pague seus compromissos em dia. Por fim, a ampliação das linhas de crédito permitiu o atendimento das especificidades dos diversos setores que compõem a agricultura familiar e a ampliação do público beneficiário: PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Semi-Árido; PRONAF Agroindústria Familiar; PRONAF Cooperativa de Crédito (Cotas-Parte) e o PRONAF Floresta.

b) Seguro da Agricultura Familiar

Um seguro agrícola voltado para a agricultura familiar tornou-se realidade a partir da safra 2004/2005. O Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar para os agricultores que realizam financiamento de custeio agrícola no PRONAF.

O Seguro garante a cobertura de 100% do valor do financiamento, os juros contratuais incidentes sobre as parcelas de crédito utilizado e parte dos recursos próprios aplicados pelo agricultor, que corresponde a 65% da receita líquida esperada pelo agricultor, até o limite de R\$ 1.800,00. Ao assegurar boa parte da receita – além da totalidade dos financiamentos – no caso da perda da safra o Seguro da Agricultura Familiar garante a continuidade das atividades produtivas.

A estimativa é de que até o final desta safra, em junho de 2005, chegue a 850 mil o número de agricultores familiares beneficiados.

c) Garantia-Safra

Em 2004, ampliou-se o compromisso do Governo em dar segurança para a atividade agrícola na região semi-árida, em especial para aqueles agricultores familiares mais suscetíveis aos

problemas decorrentes da estiagem. A consolidação e a ampliação do Programa Garantia-Safra envolveu uma verdadeira mobilização social, com a participação de governos estaduais e municipais, além do próprio agricultor familiar. A adesão ao Programa implica a participação pecuniária desses setores, constituindo um fundo para, quando for necessário, o pagamento dos benefícios. Para fazer jus ao benefício, deverá ser demonstrada perda de 50% na produção de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca por problemas decorrentes de estiagem.

Na safra 2003/2004, o valor do benefício passou de R\$ 475,00 para R\$ 550,00, que parcelado garante uma renda durante cinco meses. O número de Municípios participantes passou de 333 para 365. O número de quotas disponibilizado foi de 260 mil para uma adesão efetiva de quase 180 mil agricultores familiares. Para a safra 2004/2005, a meta é chegar a 460 mil agricultores familiares participando do Programa.

d) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

No exercício de 2004, o Governo construiu um novo sistema nacional e lançou a nova política de assistência técnica e extensão rural, denominada ATER.

O acesso ao conhecimento e às tecnologias mais apropriadas qualifica o acesso a crédito e a outras políticas de desenvolvimento rural, contribuindo de forma direta para gerar mais renda e dar mais estabilidade à produção.

Essa política garante a retomada desse serviço fundamental para a agricultura familiar e os assentamentos de Reforma Agrária, com a integração das ações de órgãos federais, de diferentes ministérios, governos estaduais e municipais, de organizações não-governamentais e movimentos sociais com atuação na pesquisa e na extensão.

Em 2004, o montante total chegou a R\$ 200 milhões. Foram firmados 101 convênios ou contratos de repasses com entidades de ATER nos 26 Estados e no Distrito Federal no valor de R\$ 42,1 milhões. Em contrapartida, entidades estaduais de ATER contrataram mais de 2.400 profissionais, com destaque para os Estados da região Norte. Com isso, até o final de 2004, garantimos os serviços de ATER a 1,6 milhão de unidades familiares de produção. Em 2005, a cobertura chegará a todos os assentamentos de Reforma Agrária e a 2,2 milhões de agricultores familiares.

e) Bolsa Seca Sul

O ano de 2004 teve início com severa seca nos três Estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. A



ação emergencial do Governo Federal beneficiou com um rebate de até R\$ 650,00 no ano da quitação os agricultores com operações de crédito de custo zero. No caso das operações de investimento, os prazos para pagamento das parcelas vencidas e não-quitadas em decorrência das intempéries climáticas foram postergados em até um ano, após seu vencimento normal.

Além disso, os agricultores familiares sem operações de crédito foram beneficiados com um valor de R\$ 300,00. Foram disponibilizadas 65 mil quotas, das quais 58.931 foram distribuídas aos agricultores familiares. Tudo isso foi feito com a participação dos agricultores e suas entidades representativas, além das unidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados.

f) Comercialização e agroindustrialização

O Governo implementou novos programas para facilitar a comercialização e estimular a agroindustrialização da produção da agricultura familiar, dos assentados da Reforma Agrária e das comunidades rurais tradicionais, agregando renda e gerando novas oportunidades de trabalho no meio rural.

O Programa de Agroindustrialização abrange projetos de beneficiamento e/ou transformação de produtos e o artesanato em geral. Estimula a integração das etapas da cadeia produtiva, a integração em redes e agroindústrias, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e a promoção e divulgação de produtos. Em 2004, foram desenvolvidos 1.690 projetos agroindustriais, com aplicação de R\$ 47,7 milhões, além dos recursos específicos do crédito rural, que envolveram mais de 10 mil famílias e resultaram na manutenção de mais de 20 mil empregos.

g) Apoio ao cooperativismo

O Governo Federal ampliou seu apoio à organização e ao fortalecimento de cooperativas de produção, comercialização e crédito, e a associações rurais conduzidas por agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária. Em 2004, foi lançado o Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOPERSOL), que resultou no investimento de R\$ 4,3 milhões na formação de técnicos e trabalhadores em associativismo e cooperativismo, em 100 cooperativas de crédito e de organização da produção em 16 Estados, envolvendo 340 técnicos, 1,2 mil dirigentes de cooperativas e 165,4 mil cooperados. Para 2005, 150 novas cooperativas de crédito e de outros ramos, como produção e comercialização, de 24 Estados serão apoiadas.

As cooperativas de crédito são, em muitos casos, o único meio de acesso ao financiamento em

idades sem cobertura bancária. Em função disso, o MDA e o Banco Central assinaram convênio para facilitar a criação de novas cooperativas de crédito voltadas para agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária, contribuindo para ampliar a cobertura do PRONAF. Os resultados já começaram a aparecer. Em 2004, foram criadas 38 cooperativas de crédito e outras 112 serão criadas até o final de 2005. Isso permitirá a aplicação de cerca de R\$ 800 milhões de crédito rural, beneficiando mais 250 mil agricultores familiares.

h) Participação social e desenvolvimento territorial sustentável

Fortalecer e integrar os programas vinculados ao desenvolvimento rural sustentável e, em especial, da agricultura familiar e da reforma agrária é o objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Em 2004, esse importante espaço paritário de diálogo e participação social foi reestruturado para atuar de forma mais eficiente no acompanhamento, na análise e na proposição de alterações nas políticas e nos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais órgãos vinculados à temática rural.

Com a participação também dos Conselhos Estaduais, o CONDRAF atua na incorporação de novos temas na agenda governamental, na análise e na elaboração de propostas referentes às políticas públicas de desenvolvimento rural. A nova regulamentação do Fundo de Terras, a Política Nacional de ATER e a Política Nacional de Saúde para as Populações do Campo exemplificam temas nos quais a atuação do CONDRAF contribuiu para a definição de tais políticas.

i) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

O PNPB integra diversas áreas do Governo e foi construído a partir do diálogo e da participação social com todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva. Tendo como princípio orientador básico a inclusão social mediante a geração de empregos na agricultura familiar e na cadeia produtiva do biodiesel, já existem mais de 15 mil famílias envolvidas com a produção de matérias-primas para fabricação desse novo combustível. Devem ser registrados, também, os efeitos benéficos da instalação de indústrias que mobilizarão mais de US\$ 130 milhões em investimentos, gerando empregos e serviços de qualidade no interior do País.

j) Estratégia de desenvolvimento rural sustentável

A estratégia de desenvolvimento rural sustentável orienta a atuação do Governo Federal na articulação e na gestão descentralizada de várias políticas públicas, tendo como referência o

território rural. Ações voltadas para o desenvolvimento local de acordos, arranjos, articulações, competências e habilidades que fortaleçam a capacidade de gestão estão orientadas para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Até dezembro de 2004, foram selecionados 98 territórios rurais nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.569 Municípios, uma população total de 35,4 milhões de pessoas e 29% da área total do País. Nesses territórios concentram-se 38% dos beneficiários, sendo 36,3% dos agricultores familiares, 49,9% das famílias assentadas pela Reforma Agrária e 42,3% das famílias acampadas. Em 2005, a meta é atender mais 120 territórios, abrangendo cerca de 1.900 Municípios e ampliando em 25% o número de beneficiários diretos.

Um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial é o PRONAF Infra-Estrutura, que disponibiliza recursos (não-reembolsáveis) para obras consideradas prioritárias pela comunidade. Em 2004, foram apoiados 634 projetos, com investimento de R\$ 78,3 milhões. Além disso, foram investidos R\$ 15 milhões na capacitação de 221 mil agentes de desenvolvimento nas áreas de cooperativismo, comercialização e formulação e gestão de políticas públicas. Para 2005, deverão ser aplicados R\$ 90 milhões de investimentos em infraestrutura e R\$ 20 milhões em capacitação.

Na região do semi-árido nordestino, como parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER), o Projeto Dom Helder Câmara, fruto da cooperação do MDA com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), atua na promoção de processos locais participativos e solidários de implantação de alternativas econômicas para a agricultura familiar e assentados da Reforma Agrária. Em 2004, foram aplicados R\$ 12,8 milhões, que resultaram na garantia da assistência técnica a 6 mil famílias, na capacitação de professores, alunos e agricultores e na formação de técnicos, filhos de agricultores familiares. Na vertente da infra-estrutura hídrica, foram construídas 24 barragens subterrâneas, 30 quilômetros de adutoras e estão em construção 14 barragens sucessivas.

10) Plano Nacional de Reforma Agrária

a) Assentamento de novas famílias

As novas famílias assentadas são aquelas que receberam terra e foram homologadas como beneficiárias da Reforma Agrária, passando a receber as políticas de desenvolvimento dos assentamentos (crédito de apoio inicial, habitação, obras de infra-estrutura, etc.).

Em 2004, 81.254 famílias foram assentadas, isso representa o terceiro melhor resultado da história da Reforma Agrária no Brasil. Somando-se o desempenho de 2003, o Governo Federal assentou um total de 117.555 famílias em dois anos, atingindo 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida pelo II PNRA para esse período. Além dos assentamentos realizados, outras 26.149 famílias já têm assentamento garantido no início de 2005.

As terras para Reforma Agrária são obtidas por meio de decretos de desapropriação, operações de compra e destinação de terras públicas. Em 2004, foram publicados decretos desapropriatórios para 388 imóveis. Há quatro anos não havia desempenho semelhante. Esses decretos somam uma área de 869.721 hectares, o melhor desempenho dos últimos seis anos. Foram criados também projetos de assentamento. Em dois anos, foram criados 762 projetos e decretada a desapropriação de mais de 1,3 milhão de hectares.

b) Crédito fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar de acesso à terra para associações de agricultores por meio de financiamento da compra de imóveis rurais que não são passíveis de desapropriação para fim de Reforma Agrária e de investimentos em infra-estrutura produtiva e social. Em 2004, o Programa atendeu 8.535 famílias nas suas três linhas de atuação: Nossa Primeira Terra; Programa Combate à Pobreza Rural; e Consolidação da Agricultura Familiar. Foram financiados 177,17 mil hectares, com um investimento total de R\$ 130,33 milhões para aquisição de terras e implantação de infraestrutura básica e produtiva. A meta para 2005 é beneficiar 37.500 famílias.

c) Reforma Agrária de qualidade

c.1) Assistência técnica

Em 2004, das 544.165 famílias assentadas, cerca de 77,7% do total foram atendidas com serviços de assistência técnica e extensão rural nos projetos de assentamento. Do total de famílias beneficiadas, 305.216 foram atendidas com a contratação de equipes por meio do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), em 3.311 assentamentos, com investimentos de R\$ 54,8 milhões. Além disso, outras 119 mil famílias foram atendidas por meio do PRONAF A. Até 2006, será garantido o acesso universal pelos assentados a esse serviço.

c.2) Apoio ao desenvolvimento dos assentamentos

O Governo Federal duplicou os valores investidos por família, que passaram de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil em 2004, envolvendo recursos para elaboração de projetos produtivos, assistência técnica, construção de moradias, de cisternas no semi-árido, obras de infra-estrutura básica e de preservação ambiental. Somente o crédito de instalação (apoio e habitação) atendeu 50.267 famílias no valor total de R\$ 323,5 milhões. Isso significa garantir a viabilidade econômica dos assentamentos e a qualidade de vida para as famílias desde a fase de implantação dos projetos.

c.3) Eletrificação dos assentamentos

Os assentamentos da Reforma Agrária foram incluídos como parte do público prioritário do Programa Luz para Todos. Em 2004, foram atendidos 220 assentamentos, com 16.904 famílias beneficiadas. Estão ainda em execução obras em 77 projetos de assentamentos, que beneficiarão 5.238 famílias. A meta é a universalização do acesso à energia elétrica nos assentamentos da Reforma Agrária até o final de 2006.

c.4) Saneamento básico e saúde

Ampliou-se o acesso a programas de saúde com a inclusão de famílias assentadas no cálculo do Poo de Atenção Básica. Em parceria com a FUNASA, o INCRA investiu no saneamento básico em 50 assentamentos e atendimento a 5.710 famílias. São obras de captação de água, saneamento básico e melhoria sanitária das habitações nos assentamentos.

d) Quilombolas

Duas comunidades já foram tituladas no Estado do Pará e mais 116 comunidades estão em processo de identificação, reconhecimento e titulação.

e) Educação do campo

Um grande desafio para o Governo Federal é criar as condições para a universalização do acesso à educação e à cultura no meio rural. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) abrange alfabetização e escolarização de jovens e adultos assentados, incluindo nível médio, técnico profissionalizante e ensino superior. Em 2004, o PRONERA garantiu acesso à escolarização formal de 57.697 trabalhadores rurais, por meio de parcerias com 35 universidades

públicas brasileiras. Merece destaque a formação em nível superior de assentados em diferentes áreas do conhecimento, como pedagogia, agronomia e enfermagem. Para 2005, a meta do PRONERA é ampliar o acesso à escolarização para cerca de 70 mil trabalhadores rurais assentados.

Em 2004, o Governo lançou o Programa de Residência Agrária, cujo objetivo é ampliar e fortalecer a rede de instituições universitárias envolvidas com a produção de conhecimento na Reforma Agrária e Agricultura Familiar, contribuindo na construção de uma nova concepção de assistência técnica, por meio da qualificação de profissionais para as especificidades da produção familiar. Estão participando da primeira turma do Programa (2004/2005) 13 universidades públicas federais, envolvendo 300 formandos, entre universitários egressos das ciências agrárias e técnicos de nível superior que atuam nas equipes de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) nos assentamentos de Reforma Agrária e técnicos das equipes de ATER.

Para incentivar a leitura nos assentamentos de Reforma Agrária e nas comunidades rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolveu o Programa Arca das Letras. São bibliotecas rurais fabricadas por sentenciados das Penitenciárias Estaduais. O acervo e a gestão são definidos em conjunto com as comunidades, que indicam os assuntos de seu interesse, o local de funcionamento das bibliotecas e definem os futuros agentes de leitura, voluntários que passam a ser os responsáveis pelas atividades de empréstimo de livros e de incentivo à leitura. Em 2004, a Arca das Letras foi implantada em 415 comunidades, beneficiando 37.350 famílias. Mais de 1.200 agentes de leitura foram capacitados, 93.375 livros distribuídos e 233 mil livros recebidos por doação. Para 2005, a meta é implantar 1.000 bibliotecas rurais.

11) Desenvolvimento regional

A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) passou a nortear as ações do Governo Federal, estabelecendo um novo paradigma na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo, objetivando a redução das desigualdades regionais e também a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras.

O ponto central da estratégia é valorizar a diversidade regional do País, diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural – e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa. Inaugurou-se um novo padrão de gestão e de articulação com a sociedade, fortalecendo os laços entre Estados, Municípios e sociedade civil, permitindo a integração e a racionalização de ações e a participação social nas

decisões, na implementação e no controle das ações regionais.

O principal instrumento de coordenação e implementação da PNDR é a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Conselho de Governo, integrada por 19 Ministérios. Em 2004, foi intensificado o debate sobre a PNDR, destacando-se sua apresentação na citada Câmara e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), bem assim a realização de oficinas e seminários em diversas cidades, com a participação de interlocutores das respectivas macro-regiões.

A nova PNDR envolve duas vertentes principais de ações: uma voltada para investimentos em infra-estrutura de grande expressão para a redução das desigualdades regionais e o ordenamento territorial; e outra, para a implementação de programas de desenvolvimento regional. No que se refere à infra-estrutura, cabe assinalar o esforço governamental para a pavimentação da BR-163 no trecho Cuiabá-Santarém e para a integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, que acarretarão grande impacto na região do Semi-Árido. No que diz respeito aos programas de desenvolvimento regional, merece registro o avanço das ações à escala mesorregional, com a ampliação do aporte de recursos destinados ao apoio e à dinamização das cadeias produtivas regionais.

Para o ano de 2005, objetiva-se a aprovação e a implementação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste, do semi-árido e de oito mesorregiões prioritárias, que assumem papel estratégico no contexto da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, uma vez que representam a institucionalização da Política nas suas diferentes escalas de atuação.

a) Novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR-163

O Plano BR-163 Sustentável tem como objetivo a inclusão social e a conservação dos recursos naturais na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém, com ações voltadas à gestão territorial e ao ordenamento fundiário, ao fomento a atividades sustentáveis, ao monitoramento e ao controle ambiental e à infra-estrutura, constituindo-se na primeira experiência de implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS), plano inovador de desenvolvimento regional construído de forma democrática com ampla participação dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil, que interrompe uma longa história de planejamento autoritário para a Amazônia e propõe um tratamento diferenciado para uma região complexa e heterogênea com grande potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais.

Apresenta, dessa forma, um novo modelo de desenvolvimento na área de influência da BR-163 com base na valorização do patrimônio sociocultural e natural, capaz de melhorar a qualidade de vida, promover a gestão democrática e sustentável do território, viabilizar a produção sustentável com inovação tecnológica, implementar e manter obras de infraestrutura nos setores de transportes, energia, comunicações e saneamento básico e fortalecer a inclusão social e a cidadania.

A iniciativa atenderá e beneficiará a população residente nos 65 Municípios que compõem a área de influência do Plano, nos quais moram cerca de 1,8 milhão de habitantes. O Plano, que envolve uma área de aproximadamente 974 mil km², está sendo elaborado por um conjunto de 15 km ministérios e em parceria com os governos dos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas, organizações da sociedade civil e setor privado. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163, determinado pelo Presidente da República para integrar o esforço de pavimentação da rodovia que liga Caiabá a Santarém e atravessa a região denominada Arco do Desmatamento da Amazônia, é um exemplo marcante dessa nova concepção de desenvolvimento.

O Plano será concluído em 2005, iniciando-se as ações de desenvolvimento sustentável antes do início da pavimentação da rodovia.

h) Revitalização e integração do Rio São Francisco

Os Projetos de Revitalização e Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional têm como principal objetivo contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino, reduzindo a vulnerabilidade das economias regionais ao fenômeno recorrente das secas e, conseqüentemente, minimizando as desigualdades sociais e potencializando as oportunidades econômicas no âmbito regional.

O Rio São Francisco é a maior fonte perene de água do Polígono das Secas, além de ser a principal fonte de geração de energia para o Nordeste. Sua revitalização é fundamental e imprescindível ao desenvolvimento sustentável de toda essa região e potencializará ações voltadas à integração de bacias hidrográficas, especialmente para abastecimento de água ao Semi-Árido. A revitalização do São Francisco tem especial importância não apenas no sentido de viabilizar as vazões necessárias à sua integração, mas também para permitir que o rio tenha seu potencial ampliado no sentido de contribuir para o desenvolvimento da região que atravessa, sobretudo por meio da irrigação, da navegação e da geração de hidroeletricidade.

Durante o primeiro semestre de 2004, realizou-se profunda reformulação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) atendendo às solicitações apresentadas pelo IBAMA após análise dos estudos preexistentes. O novo EIA/RIMA encontra-se em análise técnica pelo IBAMA e foi disponibilizado publicamente no site do Ministério da Integração Nacional na Internet em setembro de 2004. É importante também ressaltar a aprovação, pelo Comitê da Bacia do Rio São Francisco, do Plano Decenal elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), instrumento fundamental para orientar os trabalhos de revitalização e da integração dessa bacia às do Nordeste Setentrional.

Em maio de 2004, já de posse da poligonal da área das obras relativas à primeira etapa do Projeto de Integração de Bacias, foi assinado o Decreto de Utilidade Pública, a fim de possibilitar o início do cadastramento fundiário de famílias e propriedades, base para elaboração dos planos de reassentamento das populações e início das atividades de mobilização social nas comunidades a serem realocadas.

O Projeto vem sendo discutido e debatido com a sociedade e será submetido a oito audiências públicas na região ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2005. Está prevista a conclusão da licitação de gerenciamento das obras, bem como o lançamento dos demais editais no início de 2005, gerando condições objetivas para o início da primeira etapa do Projeto.

c) Abordagem em escala sub-regional

Quanto aos programas de desenvolvimento regional, a PNDR estimada que as ações se orientem, preferencialmente, por uma abordagem à escala sub-regional, em substituição à abordagem macrorregional que prevaleceu no passado. Com isso, a PNDR qualifica-se a reconciliar as ações de desenvolvimento regional em todo o território brasileiro e suas cinco macrorregiões, superando o tratamento compensatório e marginal que caracterizou iniciativas do passado recente. A PNDR, de maneira inovadora, tem propiciado as condições para a organização dos atores sociais identificados regionalmente, que assim compartilham um mesmo projeto de desenvolvimento.

Os programas de desenvolvimento regional evoluíram de um patamar inicial de cerca de R\$ 31 milhões no orçamento de 2003 para, aproximadamente, R\$ 200 milhões em 2004, refletindo a prioridade concedida pelo Governo Federal ao desenvolvimento regional. Nesse enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas nas mesorregiões do Alto Solimões, no Norte; da Chapada do Araripe, no Nordeste Semi-Árido; do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, na parte menos desenvolvida do Sudeste; e da metade sul do Rio Grande do Sul, cabendo também destacar as ações de desenvolvimento sustentável no Semi-Árido e na Bacia do Parnaíba e do São Francisco.

inaugurando, nesses casos, um amplo programa de revitalização e de desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar a nova proposta apresentada pelo programa Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, estando reorientado para o desenvolvimento de projetos de dinamização, aliados à implementação de infra-estrutura social e econômica, segundo novas diretrizes estratégicas – arranjos e setores produtivos, rompendo com uma antiga lógica de apoio a iniciativas municipais isoladas.

Espera-se em 2005 ampliar a atuação sub-regional nas áreas mais críticas em termos de renda e dinamismo de 12 para 16. Será feita a revisão da delimitação de cinco mesorregiões, além da identificação de quatro novas mesorregiões, para as quais se apoiará a organização social, além de se efetuar prospecção dos arranjos produtivos ou atividades econômicas a serem apoiadas. Com relação a empreendimentos produtivos comunitários, espera-se a implementação de 150 projetos nos espaços prioritários da PNDR.

d) Desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Nas regiões Norte e Nordeste, onde o problema da desigualdade regional é mais aguda, e mesmo no Centro-Oeste, estão sendo viabilizadas estratégias de longo prazo, já tendo sido concluído o documento inicial do Plano Amazônia Sustentável (PAS). A proposta de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional – SUDENE, SUDAM e SUDCO – responde à necessidade de um suporte institucional mais amplo nessas regiões, tanto para a definição das estratégias de desenvolvimento como para a articulação das iniciativas sub-regionais.

A principal fonte de financiamento governamental para essas macrorregiões reside nos Fundos Constitucionais – FSO, FNE, FCO. Esses financiamentos compreendem desde aportes aos assentamentos rurais de interesse da Reforma Agrária até o apoio a investimentos de médio e grande porte de significado estratégico para o desenvolvimento regional. Registra-se o aumento de quase 100% nas aplicações dos financiamentos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que passaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para mais de R\$ 5 bilhões, em 2004, representando, apenas na região Nordeste (FNE), um crescimento de R\$ 250 milhões em 2002 para R\$ 3,2 bilhões em 2004. Em 2005, espera-se a aplicação de cerca de R\$ 5,5 bilhões dos recursos dos Fundos Constitucionais.

Adicionalmente, cabe ressaltar a melhoria da gestão das carteiras em extinção do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), destacando-se 380 projetos em processo de cancelamento e 114 projetos em fase de cobrança

administrativa. Numa análise de apenas 38 projetos, mais de R\$ 1 bilhão de reais já foram objeto de cobrança administrativa, os quais deverão ser recuperados para reinvestimento. Em 2005, será feita a conclusão da revisão das carteiras dos projetos e a viabilização de recursos para projetos de cerca de R\$ 1,5 bilhão com potencial de geração de 25 mil novos empregos.

Finalmente, houve a retomada da concessão de incentivos de redução do Imposto de Renda (IR) para empreendimentos vinculados ao desenvolvimento regional na Amazônia e no Nordeste, que estavam paralisados com a extinção da SUDAM e da SUDENE. Em 2004, foram emitidos 1.024 laudos favoráveis para atividades prioritárias nessas regiões. As Agências de Desenvolvimento Regional intensificaram a realização de eventos de divulgação de incentivos especiais nas Unidades da Federação incluídas em suas áreas de jurisdição.

c) Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em regiões menos desenvolvidas do País

O fortalecimento do tecido produtivo dos APLs nas regiões menos desenvolvidas, elevando o padrão de competitividade de pequenas e médias empresas que atuam em cooperação, foi parte importante da estratégia de desenvolvimento regional do Governo Federal. Assim, de uma situação que não considerava minimamente as potencialidades das regiões mais atrasadas do País, iniciou-se uma inédita e vigorosa ação para a dinamização econômica dessas regiões, superando um padrão de atuação marcadamente assistencialista.

Com essa perspectiva estratégica, procurou-se estruturar e dinamizar APLs capazes de contribuir decisivamente para minimizar o quadro de desigualdade regional existente no País. Nesse contexto, em 2004 foram empreendidas ações de capacitação do setor produtivo em regiões prioritárias para o desenvolvimento regional, o que resultou na estruturação de 60 Arranjos Produtivos Locais, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R\$ 100 milhões.

Ainda nessa mesma linha, os APLs têm como objetivo promover a cooperação e a inovação em um conjunto de empresas de base local que promova o desenvolvimento por meio da geração de emprego e desenvolvimento tecnológico. No ano de 2005, espera-se ativar o potencial de geração de emprego e renda de sub-regiões prioritárias para o desenvolvimento regional mediante a implantação de 150 CVTs, 120 APLs e 370 projetos de tecnologias sociais.

f) Infra-estrutura hídrica

Quanto à infra-estrutura hídrica, as ações ganharam eficiência, conseguindo-se expressivas reduções de custos em virtude das novas práticas gerenciais e de negociação introduzidas na atual gestão e da organização modular dos projetos, viabilizando o impacto social em curto prazo. Importantes avanços também foram obtidos com a aprovação de um novo marco regulatório que introduz, por Portaria Ministerial, critérios técnicos nos convênios com a União para as obras hídricas, permitindo importantes ganhos de eficiência.

Seguindo essa orientação de racionalização dos recursos públicos, está sendo claramente priorizada a conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes de os investimentos realizados no passado gerarem resultados para a sociedade. Exemplos:

conclusão da última etapa das adutoras de Jacaré (PE), Águas Vermelhas (MG) e Estrada de Alagoas (AL), beneficiando 755 mil pessoas;

finalização das barragens São Bento (SC), Manuel Alves (TO) e Castanhão (CE), envolvendo uma capacidade de acumulação adicional de 6,8 bilhões de metros cúbicos, beneficiando mais de 5 milhões de pessoas, além da contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2005, será feita a reestruturação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), visando à racionalização de suas atividades, mediante redefinição de suas atribuições e da base territorial de atuação. Com a publicação da Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), serão lançados os primeiros editais para a atração do investimento privado em grandes adutoras no Nordeste.

Com relação às obras de infra-estrutura hídrica em andamento, objetiva-se para 2005 a conclusão de 22 adutoras, beneficiando um total de 2,7 milhões de pessoas.

g) Irrigação

Na área de irrigação, está em implementação uma importante e inovadora ação de avaliação dos perímetros públicos, visando à transferência de gestão numa perspectiva de obtenção de sustentabilidade econômica e de contribuição efetiva para o desenvolvimento nacional mediante a geração de emprego e renda. Sessenta e nove perímetros estão sendo avaliados,

numa ação em parceria com os Estados e organizações da sociedade civil para a definição da melhor alocação de recursos, objetivando o alcance de resultados em curto prazo.

Foi também formulado por um grupo interministerial e já encaminhado ao Congresso Nacional um anteprojeto da nova Lei de Irrigação, que aponta para uma relação complementar entre o setor público e privado, voltada para a geração de emprego e renda nesta atividade econômica que possui forte impacto no desenvolvimento regional. Exemplos que se destacam:

investimento de R\$ 168,2 milhões na ampliação de 20 projetos públicos de irrigação, disponibilizando, em oito deles, 18,7 mil hectares para produção com potencial para geração de 50 mil empregos diretos e indiretos;

aplicação nas ações de transferência de gestão de R\$ 36 milhões em 70 perímetros irrigados, representando cerca 167 mil hectares em produção, beneficiando 300 mil pessoas;

Estão previstos para 2005 recursos na ordem de R\$ 100 milhões para otimização dos investimentos já efetuados em perímetros públicos, visando colocar em produção 30 mil hectares de áreas inexploradas e transferir a gestão dos projetos aos respectivos irrigantes. A área para fruticultura será ampliada em 5 mil hectares, envolvendo 12 perímetros públicos, com investimentos previstos de R\$ 63,3 milhões, beneficiando 15 mil pessoas.

No primeiro semestre de 2005, serão lançados 6 editais para o início do processo de concessão de incentivos à iniciativa privada para a ampliação e o gerenciamento de perímetros públicos.

h) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas por uma reversão inovadora, passando de uma prática voltada apenas para ações emergenciais para uma prática de prevenção, tendo como marcos a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres, em operacionalização plena em 2005, e a implementação de mais 1.205 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, ampliando em 54% o número de Municípios cobertos (2.200 Municípios em 2002 para 3.405 em 2004), além da instalação piloto de trezentos núcleos comunitários de defesa civil em Brasília e no Espírito Santo.

Para o ano de 2005, serão implementadas 800 Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, cobrindo 4.205 Municípios, além do mapeamento das áreas de risco de quarenta Municípios de

maior prevalência de desastres.

1) CONVIVER com o Semi-Árido

Metecem destaque as ações implementadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER). Trata-se de um programa novo, concebido e incluído no PPA-2004/2007, voltado para o enfrentamento dos problemas vivenciados na região semi-árida do Nordeste sob uma lógica diferente da até então predominante, que era restrita a intervenções cíclicas emergenciais na ocorrência de seca.

O Programa pretende contribuir com sustentabilidade de atividades econômicas e na inserção produtiva da população da região, a partir de ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais e da convivência com a realidade do semi-árido, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica.

São beneficiários potenciais do Programa os cerca de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.012 Municípios do Semi-Árido nordestino, e dentre as principais realizações verificadas em 2004 destacam-se a definição e a viabilização de um projeto de apoio à consolidação da piscicultura (tanques-rede) no norte do Estado do Ceará e de um projeto de dinamização econômica da atividade de ovinocultura no norte de Minas Gerais, assim como a articulação com o Governo do Estado da Bahia para a implantação de uma Usina de Processamento da Mamona para produção de biodiesel, cujo convênio está em vias de finalização no Ministério da Integração Nacional.

Com esse mesmo propósito, foram feitas articulações com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de Unidades Familiares de Produção Agrícola Sustentável, além de articulações com a ADENE para a implantação de "poços-peixe", visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados destinados ao consumo familiar. Os projetos de ambas as ações estão concluídos, e a atividade encontra-se, no primeiro caso, em processo de formalização do convênio. No caso da ADENE, os recursos foram descentralizados para execução imediata.

A vertente da infra-estrutura hídrica é representada pelas obras do PROÁGUA Semi-Árido. Dentre os resultados do Programa, merecem citação a conclusão das obras da 1ª Etapa do Sifão Umburanas/CE, do Bloco 1 do Sistema de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto de Águas Vermelhas/MG e do Sistema Adutor Estrela de Alagoas/Minador do Negrão, em Alagoas. Outras 13 obras encontram-se em andamento, entre adutoras, sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, além da barragem de Arneirós II, no Ceará.

Existem, ainda, dez obras em fase de contratação e mais cinco em fase de estudos para contratação futura, voltadas à implementação de ações direcionadas a permitir à população melhor convivência com as rigorosas condições naturais vigentes no Semi-Árido brasileiro.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, que tem como princípio orientador básico a inclusão social no Semi-Árido brasileiro, mediante a geração de empregos na cadeia produtiva do biodiesel, novo combustível renovável e limpo que se incorpora à matriz energética nacional.

12) Cuidar do meio ambiente para o desenvolvimento do Brasil

A construção de um novo modelo de desenvolvimento justo, democrático e sustentável é um dos pilares do projeto do Governo, e a política ambiental implementada integra esse esforço, buscando agregar sustentabilidade ambiental a esse modelo como condição para um novo ciclo de desenvolvimento caracterizado pela qualidade de vida, a inclusão social e a prosperidade para o povo brasileiro. O desenvolvimento sustentável é multidimensional, pois compreende a dimensão econômica, social, política, ética e cultural. O desafio de um novo modelo com sustentabilidade socioambiental implica superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento limitado ao crescimento econômico. Desenvolver com sustentabilidade significa conservar e usar, com racionalidade os recursos naturais, adotar gradativamente práticas sustentáveis no âmbito da produção e do consumo, reutilizar e reciclar materiais e resíduos e assegurar a qualidade ambiental nos centros urbanos e nas comunidades rurais, proporcionando a geração de novas oportunidades de emprego e renda, a democratização de acesso aos recursos e a qualidade de vida para a presente e as futuras gerações. Com esse objetivo, a nova política ambiental integrada trabalha com quatro diretrizes: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); a participação e controle social; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Após três décadas de gestão ambiental institucionalizada no Brasil, esta é a primeira vez que o Governo Federal implementa uma política ambiental integrada que se expressa na construção de espaços institucionais de articulação e planejamento, em que participam os três níveis de governo e a sociedade. Diferentemente da prática passada, esses atores passam a integrar as ações governamentais desde seu planejamento. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 no Arco do Desmatamento da Amazônia é um exemplo marcante dessa nova concepção de desenvolvimento.

a) Promoção do desenvolvimento sustentável

a.1) Ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Em dois anos, o Governo Federal ampliou, em todo o País, a área total de unidades de conservação em mais de 3 milhões de hectares. Além das reservas extrativistas na Amazônia Legal, foram criadas as Florestas Nacionais de Mata Grande (GO), Cabedelo (PB) e Pirai-do-Sul (PR); o Parque Nacional da Serra do Itajaí (SC); a Reserva Biológica da Mata Escura (MG); as reservas marinhas do Iltaque (CE) e do Cururupu (MA), assim como ampliadas a Estação Ecológica do Itim (RS), o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG/BA) e o Parque da Touca (RJ) e redefinidos os limites da Estação Ecológica do Mico-Preto (SP).

a.2) Programa Nacional de Florestas (PNF)

O PNF articula-se com as ações do plano de combate ao desmatamento e tem como objetivos promover o desenvolvimento florestal sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas. Foram executados 29 projetos de orientação e incentivo, atingindo cerca de mil produtores rurais, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) em áreas de reserva legal.

Foram também apoiadas dez instituições para projetos de assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais na região de Mata Atlântica; instalado o Centro Nacional de Manejo Florestal (CENAFLORE); desenvolvidas ações de capacitação, recuperação e conservação de nascentes, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,3 milhões e alocados pelo Banco da Amazônia R\$ 41,4 milhões para o apoio à atividade de manejo em escala empresarial e comunitária. Com essas ações, deverá ser atingido um crescimento de mais de 200% de área de manejo florestal certificada, passando de 300 mil hectares para 1,2 milhão de hectares. Estão sendo plantados cerca de 500 mil hectares de florestas ao ano.

O Uso Sustentável das Florestas e Expansão da Base Florestal Plantada visam fomentar a atividade florestal sustentável, promovendo o desenvolvimento da cadeia produtiva e a expansão da base florestal aliada à recuperação de áreas degradadas. Será dada especial atenção à pequena propriedade rural, bem como à expansão da área florestal manejada, consorciada com a proteção de áreas de alto valor para conservação, na forma de apoio às comunidades tradicionais, por meio dos instrumentos de financiamento e de assistência técnica à

empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

b) Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

O Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004 pelo Presidente da República, tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região considerando os fatores econômicos e sociais – diferentemente do passado, quando se limitava exclusivamente às ações ambientais. Consequentemente, o Plano de Ação contempla o desenvolvimento de 149 atividades, distribuídas em três grandes grupos de ações estratégicas: Ordenamento Fundiário e Territorial, Monitoramento e Controle e Fomento às Atividades Sustentáveis. Em 2004, foram destinados R\$ 394 milhões ao Plano de Ação.

Como resultados do Plano de Ação, vale mencionar que foram implantados 2,5 milhões de hectares em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, inclusive em regiões marcadas por conflitos fundiários, com a criação das Reservas Extrativistas “Capanã Grande”, no Amazonas, “Verde para Sempre” e “Riozinho do Anfriso”, no Pará, e a Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia. Foram implantadas oito das dezoito bases operacionais de fiscalização integrada previstas, reunindo equipes do IBAMA, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Polícia Rodoviária Federal, com apoio logístico do Comando do Exército, tendo resultado na aplicação de mais de 460 autos de infração, no valor de mais de R\$ 25 milhões, e libertação de 286 trabalhadores em situação de escravidão.

Para dar seqüência à implementação das atividades constantes deste Plano de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, especial atenção será dada à articulação com os agentes financeiros federais que operam na região – Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – visando incentivá-los a concentrar seus financiamentos em empreendimentos baseados no uso sustentável das florestas e em empreendimentos voltados para a recuperação e o aproveitamento econômico das áreas já desmatadas, visando, ainda neste Governo, iniciar a reversão da curva do desmatamento.

c) Inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas

Um marco da inserção da dimensão ambiental na política de infra-estrutura foi o estabelecimento da exigência de avaliação prévia dos impactos socioambientais (Licença Prévia) dos projetos de concessão de aproveitamentos hidrelétricos, dentro do Novo Modelo do Setor Elétrico. Isso resulta na superação de impasses que acarretavam embargos e ônus para o setor público e privado,

aprimorando e facilitando dessa maneira o licenciamento dos projetos licitados.

Nas demais agendas, destacam-se a criação do Programa de Regularização das Rodovias Federais; a regularização dos assentamentos da Reforma Agrária; a regularização dos poços de exploração de petróleo; a regularização dos gasodutos; a elaboração da Política Nacional de Saneamento; a inclusão de parâmetros de sustentabilidade ambiental no Plano Nacional de Turismo; os estudos para a revisão do Protocolo Verde; a definição dos Assentamentos Florestais.

d) Fortalecimento do SISNAMA

Para implementar a política ambiental em conjunto com Estados e Municípios, como decorrência do princípio de compartilhamento e descentralização das responsabilidades pela gestão ambiental entre os entes federados, base do funcionamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o Governo vem coordenando, desde o início de 2003, o desenvolvimento das seguintes ações e programas com o objetivo de fortalecer sua estrutura e qualificar seu funcionamento: implementação de Comissões Técnicas Tripartites Estaduais; aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental; elaboração e implementação de um Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Conselheiros Municipais de Meio Ambiente; implementação do SISNAMA.

A implementação das Comissões Tripartites é o resultado de uma das deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente – que junto com a reestruturação dos conselhos, constitui-se num dos destaques da diretriz referente ao Controle e Participação Social – e estão sendo instituídas como um espaço de diálogo entre os órgãos ambientais de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, com o objetivo de qualificar o diálogo e a articulação entre os órgãos de governo pertencentes ao SISNAMA. Até o presente momento, das 27 Comissões Técnicas Tripartites previstas, 23 já foram efetivadas.

No primeiro semestre de 2005, será disponibilizado um sistema público na Internet para acompanhamento da execução das deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente, ampliando ainda mais o diálogo permanente entre Governo e sociedade sobre a política ambiental integrada no País, o que se consolida com a realização da II Conferência, no final deste ano.

O fortalecimento do SISNAMA também foi marcado pela consolidação da estrutura organizacional e pelo aprimoramento da capacidade de gestão do Governo Federal. Nesse sentido, merecem destaque os investimentos realizados pelo Governo para dotar o Ministério do Meio Ambiente de um quadro de recursos humanos compatível com suas responsabilidades. Em 2003,

foi realizado processo seletivo público para contratação temporária de profissionais em substituição aos cerca de 800 colaboradores contratados por meio de organismos internacionais. Já em 2004, pela primeira vez na história do MMA, foi realizado concurso público para suprir 100 vagas para servidores efetivos. Em 2005, como resultado dos concursos que estão sendo realizados para o preenchimento de vagas para o cargo efetivo de analista ambiental, deverão ser recrutados 710 profissionais, principalmente para reforçar a atuação do IBAMA.

e) Política Nacional de Recursos Hídricos

A política de recursos hídricos teve avanços expressivos decorrentes do processo, em curso, de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). É a primeira vez que a sociedade e o Governo vão dispor de um plano para orientar a implementação da política para o setor, bem como o gerenciamento dos recursos hídricos, apontando os caminhos para o uso da água no Brasil. Um outro avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento pelo uso da água, na Bacia do Rio Paraíba do Sul, cujos valores são propostos pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Os usuários contribuíram com R\$ 5,8 milhões em 2003 e R\$ 6,33 milhões em 2004, os quais foram integralmente revertidos em ações diretas na bacia, voltadas para a recuperação de áreas degradadas e construção de estações de tratamento de esgotos.

1.3) Minas e Energia

a) Energia elétrica

a.1) Novo marco regulatório para o setor elétrico

Em 2004, o Governo concluiu a reorganização institucional do setor de energia elétrica. O novo modelo foi aprovado em março com a promulgação das Leis nº 10.848 e 10.847, regulamentadas por cinco decretos publicados entre maio e agosto. A primeira Lei definiu as regras de comercialização de energia elétrica no País, e a segunda criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Esse modelo retoma o planejamento de longo prazo, define a oferta de menor tarifa como critério para participação nas licitações de novos empreendimentos, estabelece contratos de venda de energia de longo prazo e obriga que novos projetos de geração sejam licitados com licença ambiental prévia.

O modelo reverteu o quadro de explosão tarifária, de inadimplência, de obras paralisadas e de

desestímulo aos investimentos. Foi estabelecida a obrigatoriedade de contratação de 100% da demanda de energia em leilões transparentes, com menores tarifas, garantindo a segurança do abastecimento para os consumidores e proporcionando atratividade para investimentos em novos projetos de geração.

a.2) Expansão da oferta de geração de energia elétrica

Em 2004, a capacidade instalada para produção de energia elétrica no Brasil atingiu o patamar de 90.807 MW. O acréscimo de potência ao sistema elétrico brasileiro, nesse ano, foi de 4.228 MW, o que significa um acréscimo na capacidade instalada de 4,7%. Os contratos vigentes com países vizinhos para importação de energia elétrica acrescentaram à capacidade brasileira 1.600 MW provenientes da Argentina. A tabela seguinte mostra a expansão da geração por fonte de energia elétrica.

NOVAS USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - 2004

USINA	QUANT. USINAS	MW
Hidrelétricas	5	1.140
Termelétricas	14	2.994
PCHs e biomassa	12	144
TOTAL	31	4.228

Fonte: MMH.

A criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação da qualidade e da segurança do suprimento eletroenergético do País, foi importante para o acompanhamento da implementação dos empreendimentos de geração e transmissão. O CMSE agilizou providências para a antecipação de obras prioritárias e a retomada de outras que se encontravam paralisadas, garantindo a manutenção do equilíbrio da oferta e da demanda de energia elétrica no País.

O Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), criou, em 2004, sob as regras do novo modelo para equacionar problemas de empreendimentos hidrelétricos licitados no governo anterior e que estavam paralisados, além de agilizar o licenciamento ambiental das usinas passíveis de licitação em 2005, sob as regras do novo modelo do setor elétrico.

De um total de 15.037 MW do estoque das 45 usinas licitadas até 2002, 78%, o equivalente a 9.904 MW, correspondem aos empreendimentos que estão em andamento. Destes, 9.333 MW

são de aproveitamentos com licenciamento ambiental em curso e sem conflito aparente. Quatro empreendimentos já foram equacionados, num total de 571,1 MW. São eles: Monte Claro (130 MW), Pedra do Cavalo (160 MW), Ponte de Pedra (176,1 MW) e Queimado (105 MW).

Está em andamento a construção de sete usinas que representarão um acréscimo de 2.132 MW à capacidade instalada. Essa expansão corresponde a um investimento total de R\$ 7,8 bilhões e a uma geração de 25 mil empregos.

Está prevista, em 2005, a entrada em operação de 12 usinas, 11 de fonte hidráulica e uma de geração térmica, que vão incorporar 2.995 MW ao parque gerador nacional, representando um aumento de 4,4% na capacidade instalada. Neste exercício estarão em construção mais 15 usinas hidrelétricas, que representam 4.742 MW, investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões e 28.400 novos empregos diretos e indiretos.

Em 2005, está programada ainda a licitação de, pelo menos, 17 novas usinas hidrelétricas, com acréscimo de 2.829 MW, envolvendo investimentos de R\$ 8,6 bilhões. Esse será o primeiro leilão de expansão de geração com base nas regras definidas pelo novo modelo do setor elétrico. Além de novos projetos, será permitida a participação de empreendimentos de geração existentes que entraram em operação a partir de janeiro de 2000 e não assinaram contratos de venda de energia até 16 de março de 2004. A tabela seguinte resume os principais eventos previstos para 2005 na área de geração de energia.

GERAÇÃO DE ENERGIA

USINA	QUANT. USINAS	POTÊNCIA (MW)	INVESTIMENTOS 2005*	INVEST. TOTAL*	EMPREGOS DIRETOS/INDIRETOS
Entrada em operação em 2005	12	2.995	895	4.258	12.195
A serem iniciadas em 2005	8	2.610	1.289	4.673	15.660
Em andamento	7	2.132	1.213	3.638	12.792
A licitar em 2005	17	2.829	0	8.641	16.900
TOTAL	44	10.566	3.397	21.210	57.547

Fonte: SEME

*milhões de R\$

Em conformidade com o novo marco regulatório, será complementada, em 2005, a venda de energia elétrica, por meio de leilão, para entrega a partir dos anos de 2008 e 2009. Os contratos de comercialização dessa energia terão prazos mínimos de cinco anos.

2.3) Expansão da oferta de linhas de transmissão

Em 2004, foram construídos e incorporados ao sistema principal de transmissão (rede básica) 2.309 quilômetros de linhas. Isto representa um aumento de 2,9% sobre a rede existente, de 82.466 quilômetros. Esses empreendimentos propiciaram uma maior integração dos subsistemas elétricos em todas as regiões, ampliando a capacidade de transporte de energia elétrica, aproveitando a diversidade hidrológica do País e permitindo um suprimento de energia com maior qualidade e confiabilidade.

NOVAS LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES - 2004

	Projetos	Extensão (km)	Potência (MVA)
Linhas	14	2.309	0
Subestações	10	0	4.349
TOTAL	24	2.309	4.349

Fonte: ANEEL

Além do reforço em linhas de transmissão, em 2004 foram acrescidos 4.349 MVA de capacidade instalada de transformação em subestações. Encontra-se em andamento a construção de seis linhas de transmissão que representarão um acréscimo 1.401 quilômetros à malha de transmissão do País. Essa expansão, acrescida dos 2.309 quilômetros de linhas que entraram em operação em 2004, corresponde a um investimento total de R\$ 2,5 bilhões, com a geração de 20 mil empregos diretos e indiretos.

Para dar continuidade ao programa de expansão do sistema elétrico, durante o ano de 2004 foram realizados dois leilões de linhas de transmissão. Esses leilões acrescentarão 3.289 quilômetros de novas linhas de transmissão, reforçando a capacidade de escoamento de energia elétrica e aumentando a confiabilidade do sistema. Os deságios médios registrados foram de 34,8% e 45,3%, respectivamente. Esses deságios beneficiam o consumidor, já que a tarifa de uso dos sistemas de transmissão é um dos componentes da tarifa final.

RESUMO PRINCIPAL DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

	01/2004	02/2004
Extensão (km)	2.879	1.002
Investimentos previstos (milhões de R\$)	2.154	1.135
Empregos estimados	4.900	2.450
Deságio médio (%)	34,8	45,5

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)/MME

Para o sistema de transmissão, 16 novas linhas, em fase final de construção e que somam 2.072 quilômetros, entrarão em operação e representarão um incremento de 2,5% na malha existente. Ao longo de 2005 estarão em construção 19 linhas de transmissão, que totalizam 5.280 quilômetros de extensão e representam investimentos de R\$ 2,1 bilhões e geração de 31.600 novos empregos diretos e indiretos. Dessas linhas, 13 terão as obras iniciadas este ano. Em 2005, estão previstas licitações de 30 novas linhas de transmissão, com a oferta de lotes correspondentes a 3.700 quilômetros de extensão, investimentos de 2,6 bilhões. A tabela seguinte resume as principais ações no segmento de transmissão em 2005.

LINHAS DE TRANSMISSÃO - AÇÕES EM 2005

LINHAS DE TRANSMISSÃO	QUANT. LINHAS	EXTENSÃO (KM)	INVESTIMENTOS 2005*	INVEST. TOTAIS*	EMPREGOS DIRETOS/INDIRETOS
Entrada em operação em 2005	16	2.072	392	1.205	12.200
A serem iniciadas em 2005	13	3.879	1.537	1.290	23.200
Em andamento	6	1.401	558	1.374	8.400
A licitar em 2005	30	3.700	229	1.577	22.000
TOTAL	65	11.052	2.716	8.446	65.800

Fonte: MME

*Milhões de R\$

a.4) Leilão de energia existente

Consolidadas as diretrizes do novo marco regulatório do setor elétrico, o Governo realizou em 7 de dezembro o primeiro leilão de energia existente para a contratação de energia descontratada dos empreendimentos existentes, já em operação, reduzindo os riscos das empresas de geração. O leilão contou com a participação de 18 geradoras e 33 distribuidoras, estas últimas representadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Doze empresas geradoras chegaram ao final do leilão, cujo resultado final está apresentado na tabela a seguir.

RESULTADO DO LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE

	Preço médio contratado	MW selados
2005-08	R\$ 57,51	9.054
2006-08	R\$ 67,33	6.782
2007-08	R\$ 75,46	1.172

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Esse resultado representou um volume de negócios da ordem de R\$ 74,9 bilhões. Os contratos para entrega de energia a partir de 2005, 2006 e 2007 terão duração de oito anos.

a.5) Exportação de energia elétrica

A disponibilidade de energia no sistema interligado brasileiro permitiu um atendimento emergencial aos países do MERCOSUL – Argentina e Uruguai – sem comprometer o suprimento do mercado nacional. O acordo firmado em 2004 disponibilizou até 500 MW médios para a Argentina e até 72 MW médios para o Uruguai.

a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Em duas chamadas públicas, a ELETROBRAS contratou, em junho e dezembro de 2004, 3.300 MW de capacidade instalada em vinte Estados de projetos referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). São 1.100 MW de capacidade instalada de usinas eólicas, 1.100 MW de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e 1.100 MW de biomassa.

Durante 2005, a implantação do PROINFA será consolidada com a assinatura dos contratos de financiamento das obras entre o BNDES e os empreendedores dos projetos contratados pela ELETROBRÁS, que também poderão ser complementados pelos fundos de pensão brasileiros. O Ministério de Minas e Energia, como administrador do PROINFA, acompanhará a implementação, juntamente ou por intermédio da ELETROBRÁS, dos projetos em fase de construção.

b) Petróleo, gás natural e combustíveis renováveis

b.1) Exploração e produção de petróleo, valorizando os fornecedores nacionais

A 6ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios foi realizada para criar novas oportunidades para o País na exploração e na produção de hidrocarbonetos. No leilão, foram valorizadas as propostas que apresentaram maior esforço na atividade exploratória e de desenvolvimento da produção, bem como aquelas que privilegiaram a utilização de bens e serviços adquiridos no País. Nessa rodada de licitação, 154 blocos foram arrematados pelos participantes, que pagaram, a título de bônus de assinatura, R\$ 665,2 milhões. Os investimentos para a exploração dessas áreas estão estimados em R\$ 2,1 bilhões entre 2005 e 2012. Já nas fases de avaliação e desenvolvimento da produção, a expectativa é de investimentos em torno de US\$ 15 bilhões.

O destaque da rodada realizada em 2004 foi a presença de oito empresas médias brasileiras entre as 21 que apresentaram ofertas, número recorde desde o início das licitações, em 1999. A partir dos resultados da 6ª rodada, estima-se que poderão ser incorporados cerca de 2 bilhões de barris de petróleo às reservas brasileiras a partir de 2011.

Nos últimos dois anos, foram obtidos excelentes resultados decorrentes do esforço exploratório no Brasil, especialmente pela PETROBRAS, que realizou descobertas de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, no Espírito Santo e em Sergipe. As empresas Marítima e Autizônia também mostraram resultados promissores a partir das suas descobertas no Recôncavo Baiano e no Rio Grande do Norte. Já a Shell, em 2004, deu continuidade à produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, mantendo-se como a maior operadora privada a produzir hidrocarbonetos no Brasil.

As áreas de exploração e produção de petróleo deverão receber investimentos da ordem de US\$ 5,9 bilhões em 2005. Esses investimentos concentram-se em pesquisas exploratórias nas áreas licitadas pela ANP e no desenvolvimento da produção de campos já descobertos anteriormente, com destaque para a entrada em operação, ao longo do ano de 2005, de quatro plataformas de

produção (P-34, P-47, P-48 e P-50), aumentando consideravelmente a capacidade brasileira de produção de petróleo.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) também já autorizou a realização da 3ª rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo e gás natural, que deve ocorrer em outubro de 2005. Nessa rodada vão ser ofertadas áreas de elevado potencial de descoberta de petróleo e, principalmente, de gás natural.

A renovação da frota de navios para transporte de petróleo e derivados dará um passo significativo com a realização pela TRANSPETRO, subsidiária da PETROBRAS, de licitação para contratar 22 novos navios. A construção de seis desses navios deverá se iniciar ainda em 2005, com investimentos de US\$ 31 milhões. A construção de navios e de plataformas no Brasil vem dando um novo impulso à indústria naval brasileira, com a geração de milhares de empregos internos.

1.2) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP)

Dando andamento ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que tem por objetivo maximizar a participação da indústria nacional em bases competitivas no Brasil e no exterior, destacaram-se em 2004 as ações voltadas para a superação dos gargalos no fornecimento de bens e serviços identificados na pesquisa conduzida no mercado nacional.

Para tal, procedeu-se a intenso plano de capacitação de 30 mil profissionais de nível técnico e superior. O BNDES está aplicando R\$ 80 milhões para construção de protótipos de grande porte, parte do plano de desenvolvimento dos fornecedores nacionais.

Atualmente, o conteúdo médio nacional é de 65%. Definiram-se metas de conteúdo nacional até 2007, sendo previsto um crescimento médio de 10%. Foram apresentadas 118 áreas específicas para investimentos às empresas de bens e serviços, com o objetivo de propor iniciativas para torná-las competitivas ante os concorrentes internacionais.

1.3) Exploração e produção de petróleo e gás pela PETROBRAS

No ano de 2004, a PETROBRAS consolidou as descobertas realizadas em 2003 com a declaração

de comercialidade dos campos Azulão e Japim, no Amazonas; Piranema, na Bacia de Sergipe/Alagoas; Golfinho, na Bacia do Espírito Santo; Baleia Franca, na Bacia de Campos; Lagosta e Mexilhão, na Bacia de Santos. Também retomou a produção do campo maduro de Lagoa do Paulo, no Recôncavo Baiano. Novas descobertas de petróleo leve em terra ampliaram as expectativas em relação a bacias maduras.

Outro fato importante é que tanto as descobertas declaradas comerciais como outras ainda em fase de avaliação situam-se, predominantemente, fora da Bacia de Campos, indicando provável surgimento de novos e importantes polos de produção situados nas Bacias do Espírito Santo e de Santos e, em menor escala, na Bacia de Sergipe-Alagoas e na Bacia Potiguar Terrestre.

O esforço exploratório, consolidado com a declaração de comercialidade de diversos campos, em 2004, deverá permitir, segundo levantamento preliminar realizado pela ANP, a reposição de todo o volume de petróleo e gás produzido e ainda a elevação das reservas provadas do País em aproximadamente 300 milhões de barris de óleo equivalentes (boe). A produção média anual de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural produzidos pela PETROBRAS, em 2004, foi de 2 milhões barris de óleo equivalente por dia (boed).

Em dezembro de 2004, teve início a operação da Plataforma P-43, instalada no complexo Barracuda/Caratinga, com previsão para produzir 150 mil barris por dia ainda em 2005. Destaca-se que esta plataforma, quando em produção plena, estará contribuindo com o equivalente a 10% da produção brasileira atual de petróleo.

Vem aumentando significativamente a entrega de gás natural ao mercado. Em 2004, o volume de gás fornecido às companhias de gás foi de 37 milhões de m³/dia, 31% superior ao de 2002 e 21% superior ao de 2003. A queima e a perda de gás diminuíram para 3,8 milhões de m³/dia em 2004, contra 5,9 milhões de m³/dia em 2002.

Em 2005, além da continuação dos trabalhos de avaliação/delimitação das importantes descobertas de óleo e gás realizadas em 2003 e 2004, principalmente nas bacias marítimas do Espírito Santo, de Campos e de Santos, serão realizadas importantes campanhas exploratórias com a perfuração de poços pioneiros em bacias consideradas de novas fronteiras ou em área de fronteira de bacias mais conhecidas. Além disso, as atividades exploratórias nas bacias maduras terrestres serão incrementadas, com a perfuração de importante número de poços pioneiros nessas bacias.

Será iniciada campanha exploratória nos blocos de águas ultraprofundas (acima de 2 mil

metros de profundidade de água) da Bacia de Santos, onde serão perfurados poços profundos, que em muitos casos ultrapassarão espessas camadas de sal na busca de importantes acumulações de óleo leve nas camadas mais antigas da bacia.

Entrarão em operação mais três projetos de grande porte: as plataformas P-50 (no campo de Albacora Leste), P-34 (no campo de Jubarte) e P-48 (no campo de Caratinga), todas na Bacia de Campos, com capacidades de processamento de 180 mil bpd, 60 mil bpd e 150 mil bpd, respectivamente. Estima-se que a produção crescerá em média 3,9% a.a. até 2010, atingindo a auto-suficiência em 2006.

Em relação ao gás natural, serão investidos US\$ 139 milhões para ampliar a capacidade de produção interna a partir da revitalização de campos existentes e o início da fase de produção de novos campos. Destaca-se o início da produção do campo Petrópolis/Cangaíba, no Espírito Santo, com volume de 3 milhões de m³/dia. Também serão iniciados os projetos de infra-estrutura necessária para a produção dos campos de Gollinbo (ES) e de Manati (BA).

h.4) Expansão da infra-estrutura de gás natural

A ampliação da malha de gasodutos contempla obras em todo o território nacional, totalizando a implantação de 4.627 quilômetros de novas redes nos próximos dois anos. O Projeto Malhas amplia a capacidade de transporte nas regiões Nordeste e Sudeste com a construção de sete novos gasodutos. O Projeto é liderado pela PETROBRAS e financiado por um consórcio formado pelo JBC (Japan Bank for International Cooperation), bancos estrangeiros, BNDES e aporte de capital próprio de investidores.

Em novembro de 2004, foi criada a Sala de Situação para Expansão da Infra-Estrutura de Transporte de Gás Natural articulando o MME, o MMA, o IBAMA, a ANE, a PETROBRAS e outros agentes de forma que os cronogramas de obtenção de licenças, construção e operação dos gasodutos sejam cumpridos.

A infra-estrutura de transporte de gás natural deverá receber, em 2005, investimentos de US\$ 1,6 bilhão para a construção de quatro gasodutos-troncos, beneficiando 11 Estados brasileiros. Os projetos somam 4.627 quilômetros e ampliarão em 81% a atual rede de gasodutos brasileira.

Serão iniciados três trechos do GASENE, gasoduto que ligará o Sudeste ao Nordeste. Em novembro de 2004, a PETROBRAS assinou Protocolo de Intenções com o EXIMBANK da China, o BNDES e a Companhia Petroquímica da China (SINOPEC) objetivando estruturar o financiamento desse

empreendimento para iniciá-lo em 2005 e colocá-lo em operação em setembro de 2006.

Também terá início a construção de três trechos do Projeto Malhas e os dois gasodutos que levarão gás de Urucu para Manaus e Porto Velho. O gás de Urucu será fundamental para baratear e melhorar a confiabilidade dos sistemas de abastecimento de energia elétrica de Manaus e de Porto Velho. Ainda em 2005, deverá ser iniciada a construção do ramal Uruguaiana-Porto Alegre, que propiciará a conclusão da interligação dutoviária entre o Brasil, a Argentina e a Bolívia. A tabela seguinte resume os principais projetos programados para serem desenvolvidos a partir de 2005.

GÁS NATURAL - PRINCIPAIS PROJETOS PARA 2005

PROJETOS	TRECHOS	INÍCIO	TERMINO	INVESTIMENTOS EM 2005*	INVEST. TOTAIS*
GASESI	Cacimbas-Vitória 298 km	jul/03	set/06	113,43	199,36
	Cacimbas-Gato 926 km	ago/05	set/06	413,26	723,33
	Cacimbas-Vitória 130 km	fev/03	out/03	80	80
Projeto Malhas	Campinas-Rio 448 km	ago/04	nov/05	256	263
	Carmópolis-Pilar 172 km	abr/05	abr/06	102	136
	Gato-Carmópolis 264 km	jun/05	set/06	110,29	193
	Dão-Caracará 28 km	out/04	mar/05	24,37	31,37
	Geleir II-BN-CE 269 km	jun/05	jun/06	128,67	134,32
	Coari-Manaus 381 km	mar/05	jan/07	203,36	407
Gás de Urucu	Urucu-Porto Velho 526 km	mar/05	jan/07	153,30	307
	Interligação Brasil/Argentina/Bolívia 730	jun/05	jun/07	96	240
TOTAL*				1.662,96	2.763,92

Fonte: ANGE.

* US\$ milhões

6.5) Refino de petróleo pela PETROBRAS

A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidade de desenvolvimento para o País, com ganhos para a balança comercial. Busca-se disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e a qualidade requeridas pelo mercado com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso do petróleo nacional. Em 2004, foram investidos R\$ 3,1 bilhões. A produção média de derivados, em 2004, foi de 1,76 milhão de barris diários.

Em 2005, serão investidos US\$ 1,25 bilhão no parque existente, dando continuidade ao programa de ampliação da capacidade de processamento de óleo pesado da produção nacional e também de adequação da qualidade dos derivados de petróleo, especialmente óleo diesel e gasolina, às novas exigências ambientais.

6.6) Atuação internacional da PETROBRAS na área de petróleo e gás natural

Na atuação internacional, em 2004, os destaques foram as aquisições de blocos, novas descobertas e assinaturas de contratos nas unidades EUA (Golfo do México), Nigéria, Angola, Colômbia (Mar do Caribe), o início das operações na Tanzânia e México e o retorno, depois de 20 anos, ao Oriente Médio, especificamente ao Irã.

A produção média no exterior em 2004 foi de 264,2 mil barris de óleo equivalente por dia (boedl), para uma Receita Operacional Líquida da Área Internacional de cerca de US\$ 3,7 bilhões.

Nas refinarias brasileiras no exterior, encerrou-se o ano com um processamento médio de 99 mil barris de óleo por dia, contra os 80 mil alcançados em 2002. A reserva provada no exterior passou, de acordo com o critério da Society of Petroleum Engineers (SPE), de 979,2 milhões de boe registrados ao final de 2003 para 1.122,7 milhões de boe no final do exercício passado.

Em 2005, o desenvolvimento dos campos de óleo e gás, nos oito países em que já estamos produzindo, projeta uma produção de 278 mil barris de óleo equivalente por dia, representando um crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2004. Nas refinarias da PETROBRAS no exterior, projeta-se encerrar o ano com um processamento médio de 107,4 mil barris de óleo por dia, contra os 100 mil alcançados em 2004, crescimento de 7,4% em relação a 2004, o que reflete uma utilização de 84% da capacidade de processamento no exterior.

Estão previstos para este ano investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões (US\$ 1,4 bilhão), os quais se destinam ao desenvolvimento da produção, da exploração e da aquisição de novas reservas, bem como à distribuição e transporte de gás, à geração de energia e à produção de derivados, visando ampliar e manter a participação da PETROBRAS no mercado internacional de petróleo.

b.7) Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico pela PETROBRAS

A PETROBRAS, em 2004, investiu R\$ 502 milhões no desenvolvimento de novas tecnologias, compreendendo, entre outras ações, a avaliação do gás natural de Urucu para aplicações automotivas; pesquisa de petróleo nacional visando à produção de óleos lubrificantes e parafinas em substituição ao petróleo importado; desenvolvimento do asfalto social, de mais baixo custo que o tradicional, que possibilitará às prefeituras o aumento do número de vias municipais pavimentadas no País; produção piloto de biodiesel metílico de óleo de mamona, atendendo aos requisitos da ANP; avaliação de tecnologias para a substituição do óleo diesel por gás natural em transporte urbano.

b.8) Rastreabilidade de preços e qualidade dos combustíveis

A fiscalização do repasse de preços de derivados da refinaria aos consumidores e a manutenção de níveis de conformidade segundo as melhores referências internacionais foram aprimoradas em 2004 com o monitoramento sistemático dos preços e da qualidade ao longo da cadeia de combustíveis.

A utilização de simuladores de formação de preços, a avaliação de margens de comercialização e a localização de bases distribuidoras e de postos revendedores permitiram viabilizar a rastreabilidade no mercado, resultando, em 2004, em uma maior uniformidade dos preços.

Destaca-se ainda a melhoria na qualidade dos combustíveis. O índice de não conformidade da gasolina passou de 6,8%, em 2003, para 5,1%, em 2004. Para o álcool hidratado, a não conformidade passou de 9,6% para 7,3% e para o diesel, de 4,9% para 3,3%. Este é o primeiro ano em que se verifica de forma significativa melhoria na conformidade dos combustíveis.

c) Biodiesel

Em dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estruturado com a ampla participação de órgãos governamentais, dos agentes privados e da sociedade civil organizada. O Programa, além de reforçar a política de diversificação da matriz

energética, cria novos mecanismos de inclusão social. Nos últimos 12 meses, o PNPB definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório, visando incorporar o biodiesel à matriz energética nacional.

A autorização para adição de 2% de biodiesel ao diesel cria um mercado interno potencial nos próximos três anos de pelo menos 800 milhões de litros/ano, possibilita ganhos à balança comercial com uma economia de até US\$ 160 milhões/ano pela redução das importações de óleo diesel e cria uma nova opção de renda para 250 mil famílias de agricultores familiares. O biodiesel chegará gradativamente aos postos revendedores a partir de fevereiro de 2005.

O marco regulatório que autoriza o uso comercial do biodiesel considera a diversidade de oleaginosas no País, a garantia do suprimento e qualidade do combustível, a competitividade ante os demais combustíveis e uma política de inclusão social que beneficia a Agricultura Familiar.

O regime tributário, diferenciado por região de plantio, oleaginosa e categoria de produção (agronegócio e Agricultura Familiar), isenta a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e cria o Selo Combustível Social, que garante redução de 100% do PIS e da Cofins a produtores industriais que adquirirem, no Nordeste, no Norte e no Semi-Árido, mamona e dendê de agricultores familiares. Ao mesmo tempo, reduz em 68% o PIS/Cofins para os produtores industriais que adquirirem matéria-prima da Agricultura Familiar e em 32% para os que adquirirem matéria-prima de agricultura itinerante nas regiões Norte, Nordeste e Semi-Árido. Este é um programa de diversificação da matriz de combustíveis do País, inclusão social, desenvolvimento econômico sustentável e viabilização da produção de créditos de carbono.

Na etapa I do Programa foram contratados nove projetos em parceria com Estados da Federação (BA, CE, MA, MS, MT, PA, PI, RJ, RS) e um projeto com a Universidade de Brasília (UnB) e a EMBRAPA, totalizando R\$ 4 milhões, oriundos do CT-Energ (2003), com execução em 2004. Na etapa II, foram contratados 14 projetos em parceria com Estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RN, RO, SE, SP), contemplados com recursos oriundos da ação transversal biodiesel de 2004 (R\$ 4 milhões do CT-Energ, R\$ 4 milhões do CT-Petro e R\$ 1,5 milhão do CT-Amazônia). Para 2005, estão previstos R\$ 12 milhões dos Fundos Setoriais CT-Energ e CT-Petro.

d) Alcool

Em 2005, a infra-estrutura para escoamento do álcool será reforçada para atender, principalmente, às exportações. Deverá ser iniciada a construção do duto Paulínia-Taubaté, com 190 quilômetros de

extensão, e obras de melhorias dos terminais portuários de Paranaguá (PR) e de Ilha Grande (RJ).

c) Mineração

e.1) Levantamentos geológicos e aerogeofísicos

No setor mineral, o Governo retomou em 2004, por meio do Programa Geologia do Brasil (PRONAGED), a geração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. Esses dados, essenciais para a atração de novos investimentos e a implantação de projetos de exploração mineral, não eram produzidos de forma sistemática há 20 anos. A tabela seguinte mostra os levantamentos realizados em 2004.

MAPAS GEOLÓGICOS 2004

ESCALA	Nº DE FOLHAS	ÁREA (KM²)	% DE COBERTURA DO TERRITÓRIO
Mapas 1:250.000	22	387.000	4,6
Mapas 1:100.000	42	126.000	1,5
TOTAL	64	513.000	6,1

Fonte: MME.

Em 2004, foram concluídos levantamentos aerogeofísicos em área correspondente a 146 mil quilômetros quadrados, mais da metade do que foi sobrevoado nos últimos 15 anos pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

A CPRM também concluiu a Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo, coleção de 40 mapas com informações sobre a geologia e os recursos minerais do território brasileiro.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o Governo vai reforçar os investimentos em geração de novos dados geológicos do território brasileiro, no controle e na transparência da outorga dos direitos minerários e na formalização da extração mineral.

Em 2005, serão investidos R\$ 60 milhões em levantamentos aerogeofísicos e geológicos, que visam à atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e ao melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o

desenvolvimento regional com sustentabilidade. Os levantamentos cobrirão uma área de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a 12% do território nacional, e serão realizados em todos os Estados brasileiros, sob a coordenação da CPRM e com a participação de órgãos estaduais, universidades e empresas privadas.

e.2) Sistemas estaduais de mineração

A CPRM concluiu, em 2004, os mapas geológicos digitais de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Ceará. Também elaborou, em convênio com os governos estaduais, diagnósticos e estudos setoriais da indústria mineral do Pará, do Rio Grande do Norte, de Goiás e de Minas Gerais.

e.3) Implantação da Rede Geochronos

Os levantamentos geológicos terão, a partir de 2005, o suporte técnico-científico da Rede de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais (Rede Geochronos). Com investimentos de R\$ 12 milhões, serão instalados, nas universidades de Brasília (UnB) e federais do Pará (UFPA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS), três dos quatro laboratórios da Rede.

e.4) Reestruturação e modernização do DNPM

O Projeto de Modernização Institucional e Tecnológico do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) interligou, em 2004, todas as 25 unidades estaduais em rede, garantindo maior agilidade, eficiência e segurança no repasse das informações relativas às concessões minerais.

Também foi concluído o processo licitatório para implantação do novo sistema automatizado de outorga de direitos minerários. Em dezembro, o Congresso Nacional aprovou lei que reestrutura o quadro funcional e autoriza a realização de concurso público para ingresso de novos servidores.

Em 2005, será iniciada, pelo DNPM, a implantação de um novo sistema automatizado de outorga de direitos minerários. Além disso, será realizado concurso público para a contratação de 400 servidores, após 20 anos sem concurso.

e.5) Formalização da atividade mineral

Em 2005, será implantado o Programa de Formalização da Atividade Mineral, direcionado à regularização de pequenas unidades produtivas de bens minerais nas principais regiões



metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, Manaus e Cuiabá) e nos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Roraima, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A mesma ação será desenvolvida em dez reservas garimpeiras do Pará, de Rondônia, de Mato Grosso, de Minas Gerais e de Goiás. Serão investidos R\$ 10 milhões, que beneficiarão 140 mil pessoas, para a regularização da mineração de areia, brita e argila, bem como de metais preciosos, minerais industriais e gemas.

1.4) Transportes

O ano de 2004 foi de efetiva implementação da política do Governo para o setor de transportes, com início do PPA 2004-2007, elaborado segundo novos parâmetros, centrados na multimodalidade, na integração nacional, no desenvolvimento regional e na integração sul-americana.

Em 2004, as ações do Governo Federal buscaram principalmente reforçar a nova orientação no sentido de integrar física e operacionalmente os modais de transporte nacionais, otimizando a logística e reduzindo custos; incentivar a utilização dos tipos de transporte mais adequados para cada produto; tornar mais eficientes e capacitados os portos; e buscar a interligação viária com os países vizinhos, abrindo mercados e ampliando as trocas econômicas, sociais e culturais.

a) Modernização do setor

O exercício de 2004 contemplou iniciativas para a modernização do setor, destacando-se, principalmente, o ordenamento do portfólio de projetos no âmbito da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), tendo resultado na seleção do FERROANEL de São Paulo para compor a Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010, juntamente com mais cinco projetos nacionais, a saber: pavimentação da rodovia Boa Vista-Bonfim e conclusão da ponte sobre o Rio Itacutu (fronteira com a Guiana), ambos na BR-401 em Roraima; conclusão da ponte sobre o Rio Acre (fronteira Brasil-Peru) na BR-317, no Acre; estudos para construção da segunda ponte em Foz do Iguaçu; e duplicação da rodovia BR-101/Sul, trecho Palhoça/SC - Osório/RS.

Destacam-se também a implantação de sistema de segurança nos portos, conforme o International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code), o aperfeiçoamento do processo de concessão de rodovias, os estudos para seleção de projetos viáveis para estabelecimento de Parceria Público-Privada (PPP), a participação no Planejamento Energético Integrado (biodiesel) e as alterações na legislação do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AERMM), visando ao incremento da navegação de cabotagem.

b) Transporte rodoviário

b.1) Principais corredores

Foram realizadas obras e concluída a duplicação de trechos rodoviários em mais de 80 quilômetros, nos principais corredores do País. Foi concluída a infra-estrutura da ponte sobre o Rio Acre na BR-317/AC, na fronteira do Brasil com o Peru, e está em andamento, no Corredor Fronteira do Norte, a construção de trechos rodoviários na BR-156/AP e da BR-364/AC.

b.2) Concessões rodoviárias

No processo de concessões rodoviárias foram selecionados oito trechos nas rodovias federais: BR-153/SP: trecho divisa MG/SP-divisa SP/PR (321,7 km); BR-116/PR/SC: trecho Curitiba-divisa SC/RS (406,5 km); BR-393/RJ: trecho Divisa MG/RJ-entroncamento com a BR-116 (Via Dutra - 200,5 km); BR-101/RJ: trecho Divisa RJ/ES-Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói - 320,6 km); BR-381/MG/SP: trecho Belo Horizonte-São Paulo (561,5 km); BR-116/SP/PR: trecho São Paulo-Curitiba (401,7 km); BR-116/PR, BR-376/PR, BR-101/SC: trecho Curitiba-Florianópolis (367,6 km); BR-101/ES: trecho divisa BA/ES-divisa ES/RJ (458,4 km), totalizando uma expansão na extensão concedida de 3.038,7 km.

Até final desse processo, cerca de 4.513 km de rodovias federais sob responsabilidade da União estarão sendo gerenciados pelo setor privado, correspondendo a aproximadamente 8% da malha rodoviária federal pavimentada.

b.3) Manutenção e conservação da malha rodoviária federal

Cabe salientar que o Governo estabeleceu prioridade absoluta às ações do Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, visando conservar, sinalizar e, principalmente, restaurar rodovias federais, além de efetuar o controle do excesso de carga e de velocidade dos veículos. No Programa, foram recuperados cerca de 3.100 km, contratada a conservação de 31.300 km e sinalizados 3.700 km. Foram recuperados e mantidos cerca de 2.600 km de rodovias em serviços tradicionais, destacando-se:



UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIA
Alagoas	BR-101 e BR-316
Amapá	BR-210
Amazônia	BR-156 e BR-210
Bahia	BR-020 e BR-242
Ceará	BR-020, BR-116, BR-232 e BR-230
Espírito Santo	BR-103, BR-259 e BR-262
Goiás	BR-364
Minas Gerais	BR-040, BR-133, BR-265 e BR-478
Mato Grosso	BR-110, BR-163 e BR-364
Mato Grosso do Sul	BR-060, BR-110, BR-163, BR-267 e BR-262
Pará	BR-158 e BR-316
Paraíba	BR-101, BR-104, BR-110, BR-116, BR-230 e BR-405
Pernambuco	BR-104, BR-116, BR-232 e BR-316
Piauí	BR-420, BR-135, BR-230, BR-258, BR-343
Roraima	BR-118
Rio de Janeiro	BR-101 e BR-356
Rio Grande do Norte	BR-105, BR-226, BR-406 e BR-427
Rio Grande do Sul	BR-163, BR-158, BR-293, BR-362 e BR-242
Santa Catarina	BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-163, BR-263, BR-262 e BR-470
Sergipe	BR-101

Por meio do serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias (CREMA), foram ainda recuperados cerca de 500 km de rodovias, destacando-se:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RODOVIA
Distrito Federal	BR-020, BR-040, BR-470 e BR-251
Goiás	BR-155
Maranhão	BR-10, BR-129 e BR-316
Minas Gerais	BR-040
Pará	BR-030 e BR-316
Pernambuco	BR-116, BR-122, BR-232, BR-316 e BR-428
Piauí	BR-316
Rio Grande do Sul	BR-285 e BR-290
Tocantins	BR-153 e BR-226

A agenda do Governo Federal no ano de 2005 compõe-se das seguintes ações: recuperação de 14 mil km da malha rodoviária; adequação de capacidade e duplicação de rodovias; construção de pontes internacionais; conservação de 35 mil km de rodovias em todo o País; instalação de 30 postos fixos de pesagem em 14 Estados brasileiros; concessão de 3.038 km de rodovias; prosseguimento da construção da ferrovia Norte-Sul; eliminação de conflitos urbanos decorrentes da ferrovia (construção de contornos, pontes, travessias e viadutos); melhoria de infra-estrutura e segurança dos principais portos; construção de eclusas e terminais hidroviários na Amazônia.

No Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, terão prioridade de recuperação os trechos nas rodovias estratégicas para o escoamento da produção agrícola, com o objetivo de tornar nossos produtos mais competitivos no exterior.

Nos programas dos Corredores de Transportes serão concluídas as obras de duplicação da BR-381/MG (Fernão Dias), ligando Belo Horizonte a São Paulo; da BR-116/326/101/SP/PR/SC, denominado Corredor São Paulo-Curitiba-Florianópolis, exceto o trecho da Serra do Cafetal/SP, que será duplicado pela concessionária a ser contratada. Do mesmo modo, serão construídos os seguintes segmentos: BR-156 no Amapá, trecho Ferreira Gomes-Calçoene; BR-364 no Mato Grosso, trecho Diamantino-Comodoro; BR-381 em Minas Gerais, trecho Belo Horizonte-Ipatinga; será restaurada a BR-319/AM/RO, trecho Manaus-Porto Velho; duplicação da rodovia BR-101/Nordeste, no trecho Natal/RN-Palmares/PE; e prosseguirão as obras de duplicação da BR-101-Sul, entre Palhoça/SC e Osório/RS.

Além dessas, destaca-se o início das obras do denominado Arco Rodoviário do Rio de Janeiro/RJ, com a ampliação da capacidade de rodovias que englobam a BR-101, entre Santa Cruz e Itacuruçá, e a BR-493, entre Manilha e o Porto de Sepetiba.

Outras obras de construção, adequação de capacidade e duplicação serão também realizadas em rodovias como a BR-230 (Transamazônica), entre Marabá-Altamira-Itaituba; BR-050/MG (Uberaba-Uberlândia); BR-317/AC (Rio Branco-divisa AC/AM); BR-116/CE (Fortaleza-Pacajus); BR-153/GO (Aparecida de Goiânia-Itumbiara); o contorno a Anápolis/GO; BR-040/MG (Congonhas-Juiz de Fora); e BR-163/PA/MT. A pavimentação da BR-163 deverá ser executada mediante concessão à iniciativa privada, caracterizando-se como obra emblemática para o desenvolvimento econômico e social das regiões Centro-Oeste e Norte do País, consideradas hoje polos de produção agrícola. Serão construídas ainda as seguintes pontes internacionais: Rio Iacutu/RR (Brasil-Guiana), Rio Acre/AC (Brasil-Peru) e Rio Oiapoque/AP (Brasil-Guiana Francesa).

Ainda com relação à malha rodoviária, serão concedidos à iniciativa privada os oito trechos selecionados em 2004, somando 3.038 km nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

c) Transporte ferroviário

A tonelagem útil transportada na malha ferroviária em 2004 alcançou cerca de 370 milhões, o que representou um crescimento de 9%, em relação a 2003. Em termos de tonelada/quilômetro útil, o crescimento foi de 11%, destacando-se, na movimentação de contêineres, um excepcional acréscimo de 939% em relação ao ano anterior. Deu-se também seguimento às obras de implantação da Ferrovia Norte-Sul, tendo sido concluído o trecho Aguiarnópolis-Darcinópolis, no Estado do Tocantins, e a Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, permitindo a interligação das três modalidades – acesso à Rodovia Belém-Brasília, à Ferrovia Norte-Sul e ao Porto Hidroviário de Aguiarnópolis (hidrovia do Rio Tocantins), totalizando a construção de 40 km de linha férrea. Ainda no Estado do Tocantins, a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., estatal responsável pela construção da referida ferrovia, iniciou, no exercício de 2004, as obras de infra-estrutura ferroviária do trecho Darcinópolis-Babaçulândia, com extensão de 58 km.

No Corredor Sudoeste, em 2004, foi concluída a execução do Corrimão Ferroviário de Campo Grande/MS, resultando na erradicação de 7 km da antiga via férrea, no centro daquela cidade, retirando da área urbana a circulação de composições ferroviárias. O empreendimento envolveu a execução do novo pátio de manobras, com a construção de oficinas de locomotivas e vagões, prédios da administração, anexos das oficinas e caminhos de acesso.

As ações do Governo Federal, contempladas no programa Serviços de Transporte Ferroviário de Carga, concentraram-se na fiscalização e no controle de cerca de 28.671 km da malha concedida. Por outro lado, foram desenvolvidas ações visando, principalmente, à adequação de normas vigentes e à concepção de normas complementares para regular questões referentes a acidentes, desativação de trechos e ramais antieconômicos, operações de tráfego mútuo e de transporte de cargas perigosas, segurança e qualidade dos serviços oferecidos.

No caso específico do transporte ferroviário de passageiros, com foco nos trens de caráter regional e turístico, está instalado um processo participativo, com o concurso da sociedade, dos governos locais e dos empresários, dispensando o aporte de recursos da União para viabilizar as iniciativas. Em 2004, foi autorizada a operação de cinco linhas de trens turísticos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, totalizando 390 km. Está em processo de análise a concessão de outras 14 linhas de

caráter turístico em diversas regiões brasileiras, com extensão total de 634 km.

Nessa área, a principal obra para 2005 será o prosseguimento da construção da Ferrovia Norte-Sul a partir da plataforma multimodal de Aguiarnópolis em direção a Guaratã/TO, com extensão de 330 km. Outras obras terão continuidade, podendo ser citadas a ponte ferroviária no Município de Lins/SP; o viaduto sobre a ferrovia em Sarzedo/MG e a passagem inferior em Vespasiano/MG, ações que têm como objetivo eliminar conflitos urbanos. Também cabe sublinhar o contorno ferroviário de São Félix/BA, cujas obras serão iniciadas em 2005, que propiciará melhoria no fluxo e na segurança do tráfego ferroviário, agilizando o escoamento da produção entre o Nordeste e o Sudeste. Ainda na área ferroviária, o Governo tem procurado mobilizar a iniciativa privada na implantação de importantes obras, entre as quais a ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Transnordestina e o FERROANEL de São Paulo.

d) Transporte aquaviário e portos

No ano de 2004, foi disponibilizado no orçamento maior volume de recursos para a área portuária do que em 2003. Esse esforço foi complementado por recursos adicionais para implantação do ISPS Code e Agenda Portos. Dos recursos, uma parte foi destinada a investimentos diretos nas Companhias Docas para a execução de obras de ampliação, recuperação e melhoramento da infra-estrutura e de dragagem de aprofundamento do calado dos portos. Destacaram-se recuperação dos pisos do Porto de Belém/PA; iluminação do pátio de estocagem do Porto de Aratu; construção de dolfin de atracação no Porto de Ilhéus; reforma de armazéns e construção de centro de treinamento e vestiários para trabalhadores avulsos no Porto de Fortaleza.

Nesse sentido, encontra-se em estágio avançado a adequação do sistema portuário brasileiro às normas internacionais de segurança (ISPS Code), tendo sido liberados cerca de R\$ 54 milhões para os 17 principais portos do País, atingindo o seguinte índice de implantação: Fortaleza e Itajaí, 100%; Belém, Vila do Conde e Santarém, 90%; Santos 90%; Itaquí, 80%; Salvador, Aratu e Ilhéus, 80%; Sepetiba e Rio de Janeiro, 50%; Paranaguá, Rio Grande e Vitória, 30%; Natal e Arica Branca, 20%.

O esforço conjunto do Governo Federal, denominado Agenda Portos, identificou problemas e articulou a implantação de soluções que tornarão mais eficientes os Portos de Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC), Sepetiba (RJ), Salvador (BA), Aratu (BA) e Itaquí (MA), que, juntos, respondem por 89%

das exportações. Para sanar as deficiências de curto prazo, foram definidas ações de construção e manutenção de acessos rodoviários e ferroviários, ampliação e recuperação da infra-estrutura, dragagem, capacitação operacional, celeridade na atividade portuária e eliminação de conflitos no tráfego de cargas. No ano de 2004, foram efetuadas as licitações para as obras que serão concluídas em 2005.

A movimentação geral de cargas em 2004 registrou um incremento de 8,10% (de 570.790.055 t em 2003 para 617.024.049 t em 2004) revelando importante indicador de modernização do setor portuário via aumento da movimentação de cargas em contêineres, que evoluiu de 2,7 milhões de unidades em 2003 para 3,2 milhões em 2004, representando um crescimento de 18,5%.

Em 2005, estão alocados recursos que complementarão os esforços iniciados em 2004 para conclusão da implantação do ISPS Code. Na Agenda Portos, serão intensificadas as ações em sete portos. Serão também realizadas pelas Companhias Docas e por portos delegados, por meio de convênio com o DNTE, obras de dragagem e derrocagem, manutenção e recuperação da infra-estrutura, construção de berços, melhorias em acessos rodoviários e ferroviários e sinalização para navegação.

e) Ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária

O Governo Federal atuou em 2004 na ampliação e na modernização da infra-estrutura aeroportuária e empreendeu ações para fortalecer o setor de aviação civil. Os projetos concluídos em 2004 elevaram a capacidade instalada de 100 para 110 milhões de passageiros/ano, destacando-se os empreendimentos realizados no Aeroporto de Juiz de Fora, cuja capacidade foi elevada para atender a 600 mil passageiros/ano, e no Aeroporto Internacional de Guarulhos, que teve ampliada sua capacidade de 6 para 8,2 milhões de passageiros/ano.

f) Marinha mercante

As ações do Governo voltaram-se para o fortalecimento da construção naval e da marinha mercante, uma vez que elas oferecem melhores condições para o País ampliar, renovar e melhorar a frota de embarcações com bandeira nacional, dinamizando essa importante indústria e fazendo resurgir a navegação costeira como alternativa competitiva para o transporte. O salto de qualidade foi dado com a maior agilidade nas análises dos pedidos de financiamentos, na contratação e no acompanhamento das obras, tendo como resultados positivos o aumento de contratos de financiamento para a construção e a reforma de

embarcações – construção de 47 unidades e modernização de outras três. Os recursos aplicados pelo Fundo de Marinha Mercante somaram R\$ 709 milhões em 2004.

Ainda no âmbito das ações do Fundo de Marinha Mercante, estão previstas para 2005: a construção de 50 balsas, 10 empurradores, 10 navios de apoio marítimo, 22 navios petroleiros, a cargo da TRANSPETRO; a reforma de um estaleiro em Santos; a construção de dois outros, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

gi Hidrovias

Relativamente ao setor hidroviário pode-se destacar o prosseguimento das obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Pará. O estágio atual registra 85% de execução dos serviços da eclusa 1, 30% do canal intermediário e 5% da eclusa 2. O empreendimento objetiva a utilização multimodal no transporte de grãos sólidos da região de Carajás, envolvendo a Estrada de Ferro Carajás (trecho Carajás-Marabá), a hidrovia do Tocantins (trecho Marabá-Belem) e o porto fluvio-marítimo de Vila do Conde, em Barcarena/PA.

Dentro da concepção de dotar as cidades do interior da Amazônia de infra-estrutura adequada de transportes, iniciaram-se, em parceria com o Ministério da Defesa, estudos de implantação de um programa de construção de 22 terminais hidroviários, beneficiando uma grande quantidade de Municípios da região.

A par do desenvolvimento da infra-estrutura hidroviária interior, a iniciativa privada vem sendo estimulada a investir em terminais hidroviários e no transporte de cabotagem. Em decorrência dessas ações, o transporte aquaviário interior cresceu, perfazendo atualmente um movimento de 33 milhões de toneladas de carga pela navegação interior, proporcionando economia de fretes da ordem de R\$ 3,2 bilhões anuais, além de um crescente alívio da pressão sobre os modais terrestres, principalmente o rodoviário.

Relativamente a esse setor, terão prosseguimento as obras de construção das eclusas de Tucuruí, no Pará, e Lajeado, no Tocantins.

Para o cumprimento da agenda de transportes, o Governo Federal deverá contar, além dos recursos previstos no orçamento de 2005, com recursos adicionais, da ordem de R\$ 2,2 bilhões, no âmbito de um projeto-piloto, que adotará uma metodologia inovadora no controle da execução, no monitoramento e na avaliação dos resultados das ações. O projeto-piloto permitirá

a ampliação da programação de investimentos no ano em curso.

15) Comunicações

As macrodiretrizes para a execução das políticas governamentais na área de comunicações repousam nos princípios de universalização, democratização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. Os processos desenvolvem-se tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Governo no setor – radiodifusão, serviços postais e telecomunicações –, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas.

a) Radiodifusão

Na área de radiodifusão, que concentra as instituições de mídia em rádio e TV, o Governo preocupou-se em dar maior celeridade aos processos de outorga em todas as suas modalidades.

Como resultado, foram analisados 58 mil processos em 2004, representando 79% daqueles existentes no ano. Esse esforço permitiu que o número de outorgas superasse a média dos anos anteriores. Em 2004, foram assinadas 886 licenças de radiodifusão comunitária, autorizadas a funcionar 107 retransmissoras de televisão e concedidas 68 outorgas de rádios e TVs comerciais ou exclusivamente educativas. Tais números demonstram um significativo aumento da capacidade operacional, conferindo maior agilidade e eficácia ao processo de universalização e democratização das comunicações no Brasil.

Entre as principais metas para 2005 na área de radiodifusão, está a elaboração de nova legislação para os serviços de comunicação de massa, incluindo seus ancilares e auxiliares. O que se quer é a modernização do aparato legal, com vistas a uma maior agilidade nas atividades de radiodifusão, além da criação de mecanismos que permitam uma melhor regulação e fiscalização do setor e o cumprimento dos dispositivos constitucionais relacionados ao conteúdo.

Outra meta é a de intensificar a concessão de outorgas para radiodifusão comunitária e retransmissão de TV, serviços cuja simplicidade e baixo custo os tornam vitais no processo de universalização e democratização das comunicações no Brasil. Adicionalmente, serão também concedidas outorgas para implantação de rede de retransmissoras de TV da União, por meio de parcerias com os Municípios de regiões carentes, para retransmissão de sinais oriundos de

estações geradoras de televisão pertencentes ao Governo Federal.

b) Serviços postais

b.1) Setor postal

Considerando-se que a atual lei que rege o setor postal data de 1978, far-se necessário, em 2005, desenvolver novo marco regulatório que tenha por objetivos garantir a universalização dos serviços postais básicos e fortalecer o papel do setor como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma será possível preparar o setor para a integração internacional, fortalecer o papel regulador do Estado e estimular a geração de empregos. Esse tema deverá ter papel relevante na agenda deste ano.

No plano internacional, em que se consolidou o reconhecimento da qualidade das contribuições do Brasil, o Governo brasileiro deverá implementar o acordo de cooperação com o Peru, assinado em dezembro de 2004, no âmbito da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tal acordo objetiva implantar naquele país um sistema de exportações por remessas postais a partir da tão bem-sucedida experiência brasileira.

Outro evento que contribuirá com a inserção do País no cenário postal internacional será o XIX Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), que será realizado na cidade do Rio de Janeiro, no período de 10 a 16 de agosto de 2005. Nesse evento, além do debate de questões de grande relevância para o desenvolvimento do serviço postal da região, também ocorrerá a eleição do secretário-geral da instituição. Ressalta-se que pela primeira vez o Governo brasileiro irá sediar esse Congresso e apresentar candidatura ao cargo eletivo de secretário-geral.

Com a melhora na atividade econômica, principalmente no setor de serviços, a demanda por serviços postais em 2005 deverá atingir 8,118 bilhões de objetos. A receita de vendas nesta área deverá crescer em torno de 14% ao ano, atingindo a marca de R\$ 8 bilhões e um resultado líquido de R\$ 452 milhões.

Com o intuito de prover todos os brasileiros com serviços postais de qualidade, o Governo irá investir em 2005 a soma de R\$ 663 milhões, que estarão focados nas atividades de atendimento, tratamento e distribuição, bem como no aporte tecnológico e na ampliação e na prospecção de novos serviços.



Em 2005, prosseguirão as instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue a 1.537 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Também está sendo reestruturado o serviço de Vale Postal, com a criação do serviço de transferência internacional de fundos por meio eletrônico. Será oferecido aos brasileiros – principalmente aos residentes no exterior que necessitam transferir divisas – um serviço ágil e seguro, sem burocracia, com facilidade de acesso e a preços módicos. Estima-se que as remessas enviadas ao Brasil por esses brasileiros chegam a US\$ 6 bilhões por ano.

As exportações brasileiras devem bater um novo recorde em 2005. As vendas do Brasil para o exterior devem crescer cerca de 12%, dos atuais US\$ 96,5 bilhões para US\$ 108 bilhões. Para o Exporta Fácil, espera-se um aumento aproximado de 22% no número de operações e um aumento de 30% no valor exportado.

Outra grande novidade para 2005 é a implantação do serviço de Correio Híbrido. O Brasil está “reinventando a forma de fazer correio”, atendendo às necessidades do mercado ante os desafios e as oportunidades que a tecnologia da informação oferece. Esse serviço disponibilizará ao mercado uma ferramenta para otimização da cadeia produtiva dos clientes, permitindo a redução de custos, ampliando a qualidade e aumentando a rapidez dos serviços postais.

Quanto ao projeto CorreiosNet-Shopping e Endereço Eletrônico, está previsto alcançar 1,5 milhão de endereços eletrônicos cadastrados e 500 lojas no shopping.

b.2) Lançamento de novos serviços

Ainda no segmento de encomendas, em 2004 foram lançados outros serviços. O Sedex Mundi, serviço expresso internacional de qualidade, tem como objetivo reduzir ainda mais os custos dos exportadores brasileiros, permitindo que o pequeno empresário coloque seus produtos em outras partes do mundo a um preço mais baixo. Para esse serviço, a estimativa é de se chegar a 2 mil objetos/dia até o final de 2005. O Sedex Hoje, que complementa a linha de expressos da ECT, oferece serviço de ponta para remessa de documentos e pequenos objetos de até 10 kg, com garantia de entrega até as 18 horas do mesmo dia da postagem.

Por fim, o Importa Fácil, cujo primeiro produto permitiu aos cientistas brasileiros trazer para o País material de pesquisa a um custo mais baixo, deverá em 2005 atender outros segmentos, como, por exemplo, o de medicamentos.

b.3) Banco Postal

O Banco Postal, implantado com sucesso pela ECT, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. Mediante utilização de sua rede de atendimento, a ECT atua como correspondente dos serviços bancários básicos: abertura de contas correntes e de poupança, talão de cheque, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, vitais, tributos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros.

Com o Banco Postal, as pessoas residentes em cidades pequenas não precisam mais viajar até o Município vizinho para receber sua aposentadoria ou seu benefício. Agora, retiram dinheiro nas agências dos Correios, na própria cidade onde moram, e fazem suas compras no comércio local, contribuindo para o aumento da renda do seu Município e a geração de empregos na localidade em que vivem.

Em 2004, foram instalados 1.494 pontos de atendimento e abertas 1,3 milhão de contas correntes. Em setembro, o Banco Postal superou a marca de 1 milhão de transações efetuadas em um dia, atendendo cerca de 600 mil pessoas diariamente.

O setor de microcrédito possibilitou, no ano, a celebração de mais de 343 mil contratos de empréstimos para a população de baixa renda, gerando um faturamento de mais de R\$ 67 milhões.

A ECT fechou novo acordo para que, em 2005, mais 1.400 agências franqueadas possam operar como correspondente bancário. Essa ação aumentará a quantidade de localidades com serviços bancários.

c) Telecomunicações

O destaque nessa área está no aprofundamento da interlocução do Governo com empresas operadoras, indústrias, academia e associações representativas. Imprimiu-se maior transparência nas ações governamentais, como também foram fomentadas parcerias em temas relevantes, como TV digital, inclusão digital e o Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGR).

Destacam-se, ainda, ações de integração e cooperação intercontinental, promovidas pela participação em grupos de estados, interlocução e trabalho, envolvendo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, países da América do Norte, Ásia e Europa. De iniciativa do Governo brasileiro, tais ações promovem a

consolidação de relações com esses países, resultando na difusão e na afirmação dos interesses nacionais, dando-lhes maior visibilidade e firmando a imagem do País no processo de liderança tecnológica e regulatória em telecomunicações no continente sul-americano.

c.1) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL)

As principais ações do FUNTEL em 2004 foram financiamentos de projetos como: Satélite Geostacionário Brasileiro e alguns de seus componentes; equipamentos de redes óticas; sistemas de automação de voz para deficientes; monitoramento da rede de telefonia de longa distância; desenvolvimento de software para aplicação em produtos de informática e automação industrial; qualificação de produtos de telecomunicações; Telemedicina; Cartão Social - sistema para disponibilização eletrônica de benefícios sociais; GIGA - interligação dos centros de desenvolvimento tecnológico no Brasil, por meio de rede de longa distância em fibra ótica; e TV digital.

No final de 2004, existiam 41 projetos em andamento, executados pela Fundação CPqD e por instituições de pesquisa que recebem os recursos do FUNTEL por meio dos agentes financeiros FINEP e BNDES.

Com o Satélite Geostacionário Brasileiro, haverá um instrumento adequado de controle do espaço aéreo, de localização georreferenciada e de outras funções, tais como monitoramento de clima e telecomunicações em Municípios onde não há acesso por outros meios.

No âmbito do GIGA, será ampliada neste ano a rede de longa distância em fibra ótica, interligando centros de desenvolvimento tecnológico das regiões Sul-Sudeste com os da região Nordeste, contribuindo para o desenvolvimento regional.

c.2) Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD)

O Programa SBTVD prossegue em fase de definições e consolidação, com participação de membros do Governo, da sociedade organizada, da Academia e de institutos de pesquisa. Elemento importante na política governamental de inclusão digital, o Programa destaca-se como fator de fomento e de criação de oportunidades no campo do desenvolvimento tecnológico do País.

Até o momento, foram homologadas 82 instituições interessadas em participar das pesquisas, das quais 40 apresentaram propostas referentes ao primeiro lote de requisições formais.

O Programa utiliza, em sua primeira fase, recursos do FUNTEL, orçados em cerca de R\$ 65 milhões. Coordenado por um grupo gestor, o programa evolui para que a TV digital seja adotada como meio de inclusão digital e social.

Até o fim do primeiro trimestre de 2005, prevê-se que todos os contratos de pesquisa de TV digital estejam assinados. Espera-se também que as pesquisas e os desenvolvimentos contratados já estejam sendo entregues para o CPqI, responsável por consolidar os trabalhos desenvolvidos, para obter uma proposta a ser implementada. Paralelamente, será desenvolvida simulação que permitirá identificar os impactos do novo modelo a ser adotado para o sistema de televisão digital brasileiro. De posse dessas informações, espera-se que, ao longo de 2005, seja possível definir um protótipo baseado em todos os trabalhos realizados até então. A partir dos resultados finais, será possível então definir um modelo de referência a ser adotado para o sistema brasileiro.

16) Desenvolvimento urbano

O Governo adotou dois eixos estratégicos de ação em 2004 visando incluir a política urbana do País no novo modelo de desenvolvimento, com destaque para a redução da desigualdade social e territorial e a ampliação da cidadania. Foram eles:

- Ações de curto prazo: ampliar o investimento público no desenvolvimento urbano, em especial em habitação e saneamento. As ações de desenvolvimento urbano do Governo Federal alcançaram 4.850 Municípios ou 90% dos Municípios do País. Somando-se os recursos do FGTS, do FAF e do OGU, os investimentos chegaram a aproximadamente R\$ 15 bilhões em 2004.
- Proposições com impacto de médio e longo prazo: formular, planejar e institucionalizar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, incluindo os marcos regulatórios das políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e planejamento/regularização fundiária, envolvendo a participação democrática e o pacto federativo.

Ao mesmo tempo em que traçou os rumos da política urbana do País em parceria com governos

municipais e estaduais – com participação da sociedade – ocupando um vazio institucional de muitos anos, em 2004 o Governo Federal ampliou sua capacidade de contratar obras. Novos programas foram criados (como é o caso do Programa Papel Passado – de regularização fundiária ou o Pro-Transporte) e aqueles que existiam anteriormente a 2003 passaram por mudanças para orientá-los para as grandes necessidades sociais do País.

Foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano apresentada em oito cadernos que propõem um marco institucional geral e marcos setoriais, constituída por temas que abordam desde a participação e o controle social até a capacitação e as informações para as cidades.

Será realizada em novembro de 2005 a II Conferência Nacional das Cidades, que reunirá representantes das três esferas de governo, além da sociedade civil e do setor empresarial, tendo como pauta a reforma urbana – cidade para todos, com o tema Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

a) Habitação

Foram realizados, com recursos do FGTS, FAR, OGU, FDS, FAT e CAIXA, investimentos totais da ordem de R\$ 10,7 bilhões, que deverão beneficiar mais de 644 mil famílias e gerar 566 mil empregos diretos e indiretos. Assim, serão realizados leilões no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no valor de R\$ 450 milhões que deverão beneficiar 56 mil famílias; deverão ser contratados R\$ 1,3 bilhão no Programa de Arrendamento Residencial, que irão beneficiar 52 mil famílias; com recursos do FGTS, está prevista a contratação de mais R\$ 6,8 bilhões, que deverão beneficiar 420 mil famílias; e, no âmbito do Crédito Solidário, estima-se que sejam contratados, no mínimo, R\$ 350 milhões.

Além disso, há perspectiva de aprovação do marco legal da Política Nacional de Habitação (PNH), do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social e sua operacionalização e início da implantação do Sistema Nacional de Habitação com adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No primeiro semestre será construído o Plano Nacional de Habitação, instrumento previsto na PNH, em que estarão consolidadas as estratégias de institucionalização, de enfrentamento das necessidades habitacionais do País, definindo as prioridades, as disponibilidades de recursos, as linhas de financiamento, os prazos e as metas.

a.1) Ampliação dos investimentos em habitação e mudança nos Programas

Os investimentos habitacionais em 2004 foram ampliados em aproximadamente 8% em relação a 2003. Foram contratados cerca de R\$ 5,5 bilhões, destinados a: produção e aquisição de moradias; urbanização de assentamentos precários; aquisição de material de construção; reforma e ampliação de unidades habitacionais; produção de lotes urbanizados e requalificação de imóveis para uso habitacional, que estão beneficiando 467 mil famílias.

Os programas habitacionais existentes em 2003 foram reformulados em 2004, e outros programas foram criados, priorizando a construção de moradias novas e o atendimento à parcela da população cuja renda não ultrapassa cinco salários mínimos, parcela na qual está concentrado 92% do déficit habitacional. Os principais programas em execução são:

a.2) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)

Os investimentos em 2004 atingiram R\$ 135,7 milhões, em benefício de 24.931 famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos. No final de 2004, foi homologado o resultado do leilão de mais 20 mil créditos a serem concedidos e contratados ao longo de 2005.

a.3) Habitar-Brasil/BID-Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS)

Em 2004, foram empenhados R\$ 177 milhões e pagos R\$ 114 milhões, sendo R\$ 64 milhões de exercício e R\$ 50 milhões de restos a pagar. O total das contratações já está beneficiando 65.752 famílias com obras de urbanização de assentamentos precários.

a.4) Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

No âmbito do PAR, em 2004, foram contratados mais R\$ 869,38 milhões para arrendamento de 35 mil unidades habitacionais.

a.5) Programas com recursos do FGTS – Carta de Crédito Individual e Associativa e Pró-Moradia

Em 2004, somando-se todos os investimentos com recursos do FGTS, foram aplicados R\$ 2,8

bilhões em habitação, que beneficiaram 306 mil famílias. Além disso, 34,1% desses recursos foram direcionados às faixas de renda de zero a cinco salários mínimos, consideradas prioritárias pelo Governo.

a.6) Programa Crédito Solidário

O Governo instituiu o Programa Crédito Solidário com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), voltado à concessão de financiamentos a beneficiários finais, organizados de forma associativa, com juros nulos. No exercício de 2004, foram selecionadas 812 propostas para atendimento de 46 mil famílias com aplicação de R\$ 444 milhões.

a.7) Ampliação do mercado imobiliário

Dois outras iniciativas inovadoras do Governo Federal propiciaram uma mudança no mercado imobiliário privado, ampliando as perspectivas de moradia para a classe média. Uma delas foi a aprovação da Lei do Mercado Imobiliário nº 10.931/04 e a outra a edição, em março de 2004, da Resolução nº 3.177 do Conselho Monetário Nacional. Esta última permitirá a injeção no mercado imobiliário de R\$ 12 bilhões (recursos de poupança privada) a cada ano, durante 2005 e 2006, o que deverá mobilizar agentes financeiros e gerar mais empregos.

a.8) Nova Política Nacional de Habitação (PNH) e um novo Sistema Nacional de Habitação (SNH)

A nova Política Nacional de Habitação, aprovada no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, deverá ser submetida ao Congresso Nacional sob a forma de Projeto de Lei em 2005. O Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social, cujo projeto de lei já foi aprovado na Câmara Federal, é parte integrante desse sistema.

a.9) Programa Papel Passado – regularização fundiária

Pela primeira vez na história do País, famílias moradoras em favelas urbanizadas em áreas do Governo Federal receberam títulos individuais e registrados em cartório. Além disso, o Governo Federal está apoiando processos de regularização fundiária em 25 Estados e 136 Municípios, com estimativa de beneficiar mais de 314 mil famílias. Até 2004, cerca de 16.832 famílias obtiveram a titulação da área e 99 mil famílias encontram-se em estágio avançado de regularização em áreas já aforadas ou em fase final de negociação. Além disso, estão sendo viabilizados a regularização

fundiária e terrenos para provisão habitacional da RPPSA e do INSS.

a.10) Campanha Plano Diretor

Com o objetivo de sensibilizar os Municípios e a sociedade civil para a gestão urbana planejada, democrática e principalmente que combata a exclusão territorial, será realizada uma grande campanha nacional, intitulada Plano Diretor 2005, estruturada para chegar aos quase 2 mil Municípios brasileiros, em cumprimento ao previsto no Estatuto da Cidade.

a.11) Áreas centrais

Em 2005, serão implementados, em conjunto com os governos locais e outros Ministérios, os planos para as áreas centrais de sete metrópoles (São Luís, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre), articulando a produção de habitação de interesse social, intervenção em infra-estrutura, geração de emprego e renda, manutenção do patrimônio histórico e mobilização do patrimônio fundiário e imobiliário federal.

b) Saneamento

b.1) Ampliação dos investimentos em saneamento

O compromisso do Governo Federal com a universalização do saneamento no País vem se consolidando com a retomada dos investimentos e sua qualificação, que estão demonstrados no crescente aumento da disponibilidade orçamentária e financeira para o setor.

Os financiamentos em saneamento ambiental, bastante deprimidos desde 1998, foram retomados nesses dois primeiros anos de Governo. As novas contratações, em 2004, atingiram valores bastante expressivos, chegando a aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. Desse total, R\$ 1,8 bilhão provém do FGTS, R\$ 500 milhões do FAT e R\$ 1 bilhão foi proveniente do Orçamento Geral da União (OGU), distribuídos pelo conjunto dos Ministérios. Esse volume de investimento proporcionará, além da melhoria na qualidade de vida de 3,7 milhões de famílias, a diminuição dos gastos com a saúde e a geração de mais de 480 mil empregos diretos.

Outro importante avanço foi a transparência na seleção dos investimentos, que privilegiou as propostas que se pautavam pela eficiência, pela sustentabilidade e pelo atendimento às áreas mais necessitadas.

Em 2005, estão previstos investimentos de mais de R\$ 4,7 bilhões (R\$ 2,7 bilhões do FGTS; 560 milhões do EAF; 1,44 bilhões do OGU), representando um atendimento a 5,2 milhões de famílias e a geração de cerca de 730 mil empregos.

b.2) Marco regulatório e nova política nacional de saneamento ambiental

Estabelecer regras claras para o saneamento, há mais de 15 anos sem regulamentação, é um dos compromissos institucionais do Governo Federal para o setor. Assim, o Governo formulou, com o apoio de outros entes federativos e da sociedade, o Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Saneamento Ambiental.

No último quadrimestre de 2004, o conteúdo do documento foi discutido em 11 seminários regionais e submetido a consulta pública, na qual todas as entidades públicas e privadas, bem como os cidadãos, puderam apresentar sugestões para seu aprimoramento. Está em fase de conclusão a análise e a incorporação dessas contribuições para que o Anteprojeto seja encaminhado, neste reinício dos trabalhos legislativos, ao Congresso Nacional para apreciação.

c) Transporte, mobilidade urbana e trânsito

c.1) Corredores de transporte coletivo urbano

O Governo apoiou a implantação de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano em 13 Estados, proporcionando deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para mais de 400 mil pessoas. Para tal, foram investidos R\$ 35,5 milhões em 93 projetos de infra-estrutura urbana.

c.2) Apoio ao pedestre e ao ciclista

Em 2004, foram apoiados 34 projetos integrados de infra-estrutura relacionada à circulação urbana não-motorizada, com o desembolso de R\$ 1,5 milhão. Essa ação compreende a construção de ciclovias, faixas de pedestres, passarelas, calçadas e passeios, arborização e outros equipamentos, beneficiando a população que se desloca a pé ou por outro meio não-motorizado. Nesse contexto, foi instituído, em setembro de 2004, o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil para estimular o uso da bicicleta como meio de transporte nas cidades.

c.3) Princípio e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável

O Governo formulou a Política Nacional de Mobilidade Urbana, compreendendo seus programas, projetos e instrumentos para sua efetiva implementação. Ressalte-se que tal política foi discutida e aprovada pelo Conselho das Cidades em novembro de 2004.

c.4) Trânsito

Com a finalidade de reverter o quadro alarmante de mortes e acidentes no trânsito, investiu-se no fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito e na capacitação de seus profissionais.

Teve continuidade o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (que integra as multas dadas em todo o território nacional), a Inspeção Técnica de Segurança Veicular, a Identificação Automática de Veículos, o Projeto de Educação para Cidadania no Trânsito.

Foi aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a Política Nacional de Trânsito, elaborada a partir de ampla participação de governos e sociedade civil nas 27 Unidades da Federação.

Será finalizado o anteprojeto de lei de diretrizes para os transportes urbanos, conforme determina o artigo 21, inciso XX, da Constituição Federal.

Serão investidos R\$ 7 milhões em corredores urbanos, com a finalidade de fortalecer o transporte coletivo e melhorar o trânsito, além de apoiados dez projetos-piloto, com cerca de R\$ 2 milhões, visando a circulação não-motorizada compreendendo a construção de ciclovias, faixas de pedestres, passarelas e calçadas.

Elaboração de material técnico destinado à orientação e capacitação de administradores públicos para o desenvolvimento e a implementação do Plano de Transporte Urbano Integrado para as cidades com mais de 300 mil habitantes, ou situadas nas regiões metropolitanas, em cumprimento ao Estatuto da Cidade.

Finalização do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - integração do sistema de multas estaduais; continuação do Programa de Capacitação para Profissionais do SNT com a realização

de 221 eventos e treinamento de cerca de 8 mil pessoas e implementação do Programa de Educação para a Cidadania no Trânsito (PECT).

Início da Identificação Automática Veicular (IAV) e da Inspeção Técnica de Segurança Veicular (ITV) e ainda a criação do Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT).

4.5) Transporte ferroviário urbano – Metrô

Início da operação comercial com sinalização automática do trecho Recife-Imbiribeira e operação plena do trecho Rodoviária-Camaragibe do metrô de Recife, além do início da operação comercial do trecho São Gabriel-Vilarinho do metrô de Belo Horizonte.



Qidnaahik K. Iqulaaqut Kucik?

2005

1) Prioridade para os mais pobres

A criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a integração de dois Ministérios e de uma Secretaria Executiva ligada à Presidência da República, não significou apenas um esforço de racionalização das políticas sociais, mas também implicou significativo investimento na integração das políticas de proteção social do País e de promoção da inclusão social, envolvendo três grandes áreas: transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social. Esse esforço foi empreendido com base no objetivo central de preservar e valorizar as famílias como centro irradiador da cidadania, tecendo ao seu redor uma rede de proteção social e de segurança alimentar.

Bosconou-se ainda incluir a sociedade civil como parceira efetiva do Estado brasileiro na definição e na avaliação das políticas de proteção social. Conseguiram-se efetivar parcerias com diferentes instâncias do Estado e organizações da sociedade, fortalecendo o pacto federativo. Destaca-se um papel proeminente na mobilização da sociedade civil e de outras esferas governamentais para a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar, o fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a multiplicação de conselhos estaduais e municipais.

O Governo Federal, por meio da mobilização de cerca de 30 mil profissionais da área de assistência social em todos os Estados da Federação, promoveu um amplo debate sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja implantação também visa a uma clara definição das atribuições das prefeituras, dos governos estaduais, do Distrito Federal e do Governo Federal, fortalecendo as relações federativas na construção de ações integradas de assistência e desenvolvimento social. Pela primeira vez, o Governo Federal cumpriu seu papel de formulador e coordenador da Política Nacional de Assistência Social, em sintonia com pautas históricas das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência Social, dialogando com as instâncias da área, como o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Fórum Nacional de Secretarias Estaduais de Assistência Social (FONSEAS), os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o qual recuperou a competência de ser o órgão deliberativo – fórum de debate e de acompanhamento da Política Nacional de Assistência Social.

Ainda em direção ao fortalecimento do pacto federativo, pela primeira vez no Brasil os níveis federal, estadual e municipal firmaram termos de cooperação, articulando seus programas de transferência de renda em torno do Bolsa Família, por meio de um inédito processo de

construção de uma matriz integrada de combate à pobreza e à desigualdade.

O Governo estabeleceu mais de 100 parcerias com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, empresas públicas e privadas e associações em diferentes programas. Como exemplo, a construção de cerca de 36 mil cisternas no Semi-Árido nordestino, viabilizada por meio de parceria decisiva entre o MDS e a sociedade civil, especialmente por intermédio das 800 entidades que formam a Articulação do Semi-Árido (ASA).

O Governo também enfrentou o desafio de integrar diversas áreas e órgãos federais envolvidos no tema da segurança alimentar e nutricional, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Educação (MEC) e a CONAR, que têm atuado de forma coordenada.

Destaca-se o esforço no sentido de racionalizar e modernizar a gestão dos programas federais de transferência de renda. A criação do Bolsa Família, em outubro de 2003, por meio da unificação dos programas então existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação –, representou um enorme avanço nessa direção, viabilizando a migração progressiva do registro dos beneficiários desses programas para o Cadastro Único de Programas do Governo Federal. Merece relevo também as perspectivas de integração gradual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Programa Bolsa Família, iniciativa que permitirá a rápida expansão da cobertura do PETI e o avanço em direção à erradicação do trabalho infantil.

Na luta contra eventuais desvios e irregularidades, o Governo vem atuando em duas frentes: a do Estado e a da sociedade civil. No primeiro caso, realizando convênios de cooperação técnica com os procuradores dos Ministérios Públicos Estaduais, Federais, Militares e do Trabalho e Emprego para fiscalizar as irregularidades na aplicação dos programas de transferência de renda do Governo Federal. No segundo, delegando aos Conselhos Municipais de Assistência Social e aos Comitês Gestores o poder temporário – a partir de janeiro de 2005, com a posse dos novos prefeitos, terá início a constituição dos Comitês de Controle Social do Bolsa Família – de fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados às famílias pelo Programa.

4) Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero é o eixo condutor dos programas e das ações de desenvolvimento social do Governo Federal. Essa política visa implementar programas emancipatórios para romper o círculo vicioso da fome, da miséria e da exclusão social. Visa garantir a todos os brasileiros que

não possuem renda suficiente para uma alimentação digna o direito a três refeições por dia. Essa iniciativa objetiva contribuir para a inclusão social das 11,2 milhões de famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza. Para enfrentar o problema da fome, é necessário mobilizar os três níveis de Governo, a sociedade civil e a comunidade internacional.

O Fome Zero desenvolve-se em três linhas devidamente articuladas. Primeira, pelos programas voltados para a aquisição e para o acesso a alimentos de qualidade, dentro da orientação da segurança alimentar e nutricional, que é prioridade pública do Governo Federal. Entre eles, destacam-se o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar, que inclui o programa de compra e distribuição de leite nos Estados do Nordeste e no norte de Minas, no apoio à produção da Agricultura Familiar e na distribuição de alimentos para a população carente. Há ainda a implantação de restaurantes populares, hortas comunitárias, bancos de alimentos e projetos de educação alimentar feitos em parcerias com empresas e organizações civis.

Uma segunda linha é a transferência de renda com condicionalidades, com destaque para o Bolsa Família, para os esforços de aprimoramento contínuo do Cadastro Único e para a continuidade do pagamento de benefícios para os remanescentes de programas antigos – Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação – enquanto os beneficiários não estão todos incluídos no Bolsa Família.

Uma terceira linha de atuação do Fome Zero é a promoção de políticas de assistência por meio da articulação de ações emergenciais com outras emancipatórias, fazendo as pessoas se tornarem também sujeitos da sua história. Nessa linha, destacam-se os programas de geração de emprego e renda, inclusão produtiva, cooperativismo, estímulo aos arranjos locais, ao desenvolvimento regional, alinhados com programas de apoio às famílias.

Dentre as ações de segurança alimentar e nutricional que fazem parte do Fome Zero, destacam-se as iniciativas descritas a seguir:

a.1) Distribuição de cestas de alimentos

Esta ação consiste na entrega de cestas de alimentos para grupos vulneráveis e em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de parceria com a CONAB. Os principais beneficiários são comunidades indígenas, comunidades quilombolas, acampados da reforma agrária, comunidades atingidas por barragens, comunidades vítimas de calamidade pública (secas, enchentes, etc.).

Até novembro de 2004, foram entregues aproximadamente 709,7 mil cestas de alimentos (17,3 mil toneladas), atendendo a 280,9 mil famílias. Segundo dados da CONAB, cerca de 30% dos alimentos que compõem as cestas são provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares, utilizados em substituição a alimentos que seriam adquiridos por meio de leilões e/ou acrescidos aos quantitativos inicialmente definidos.

Em 2004, 5,8 mil famílias remanescentes de quilombos receberam 242 toneladas de gêneros alimentícios. Também as famílias acampadas que aguardam programa de reforma agrária, cerca de 220 mil, foram beneficiadas com a distribuição de 15 mil toneladas de alimentos. Indígenas e atingidos por barragens receberam 612 toneladas e 497 toneladas, respectivamente. Além dessas populações, foram beneficiadas também 31,5 mil famílias vítimas de calamidades, como enchentes. No total, 692 toneladas de alimentos foram entregues por meio da política de manutenção de estoques estratégicos de alimentos, que atualmente conta com 70 mil cestas.

Em 2005, estão previstos R\$ 46 milhões em cestas de alimentos a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar (totalizando 1,2 milhão de cestas) por meio de parcerias com a CONAB, o INCRA, a FUNAI, a FUNASA e Fundação Cultural Palmares.

a.2) Restaurantes Populares

O Restaurante Popular é um programa prioritário para os grandes centros urbanos e as regiões metropolitanas. Seu objetivo é apoiar a implantação e a modernização de restaurantes geridos pelo setor público, visando à ampliação de oferta de refeições prontas saudáveis e com preços acessíveis, reduzindo assim o número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Em 2004, foram formalizados 27 convênios para a instalação de 32 unidades de restaurantes populares em 25 Municípios distribuídos em 14 Estados brasileiros. Os recursos financeiros estão sendo disponibilizados para a construção, a ampliação e a modernização de instalações de acordo com os projetos técnicos formulados pelos proponentes e aprovados pelo MDS. A conclusão das obras e das instalações que permitirão o início das suas atividades, isto é, o atendimento de cerca de 40 mil usuários por dia ocorrerá durante todo o ano de 2005. O Programa de restaurantes populares possibilitou, no exercício de 2004, a cooperação entre o MDS e Municípios situados em regiões metropolitanas para implantar o programa Comida Direta Local. Assim, os Restaurantes Populares poderão ser abastecidos com a produção da Agricultura Familiar e de assentados da Reforma Agrária, gerando posto de trabalho no seu entorno de influência socioeconômica.

a.3) Combate ao desperdício: Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos é um importante instrumento de luta contra o desperdício e de combate à fome que ultrapassa o caráter meramente assistencial. O objetivo dessa iniciativa é apoiar a instalação e a modernização de bancos de alimentos municipais. Busca-se arrecadar alimentos provenientes de doações, por meio da articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos. Após a análise, a seleção, a classificação e a embalagem, esses alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, tais como entidades filantrópicas, principalmente creches e escolas, de acordo com suas necessidades de consumo. As entidades assistenciais encarregam-se de distribuir os alimentos arrecadados à população.

Em 2004, foram celebrados 19 convênios para a instalação de igual número de unidades de Bancos de Alimentos, quatro deles assegurando a modernização e a ampliação de Bancos já existentes e em funcionamento (Guarulhos, Varginha, Campinas e Chapecó). Foi estabelecida também parceria, por meio de convênio com a CONAB, para estender a capacidade de implantação de Bancos de Alimentos na rede operacional de abastecimento alimentar pública. Os resultados dessa construção institucional devem ocorrer em 2005 (unidades da própria CONAB nos Estados e unidades da CEASA). Para promover a capacitação técnica das equipes gestoras dos Bancos de Alimentos, o MDS firmou convênio com a Fundação Artur Bernardes, que deve envolver também os recursos tecnológicos e institucionais da EMBRAPA. Tais iniciativas, realizadas em 2004, devem alcançar em torno de 2 mil entidades assistenciais associadas e parcerias de uma rede de Bancos de Alimentos que atuam no preparo de refeições, principalmente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

Destaca-se ainda a tramitação do Estatuto do Bom Samaritano na Câmara dos Deputados, que incentiva e regulamenta a doação de alimentos perecíveis. Em parceria com Estados e Municípios, o Programa Fome Zero continuará a investir em 2005 na implantação de Bancos de Alimentos. Nessa ação, estão previstos investimentos na ordem de R\$ 4,725 milhões.

a.4) Educação alimentar – promoção de hábitos alimentares saudáveis

A iniciativa prevê a utilização de estratégias de educação, capacitação e comunicação para a promoção da alimentação saudável, viabilizadas por ações intersetoriais. Para tal, foram distribuídos 3 milhões de cartilhas voltadas para a educação alimentar e para o consumo e

capacitados mobilizadores em educação alimentar e nutricional aptos a disseminar as informações a 55 mil pessoas de suas comunidades. Além disso, foram produzidas 54 milhões de cartilhas educativas com os personagens de Monteiro Lobato para entrega aos escolares do ensino fundamental da rede pública, acompanhadas de manuais do professor para o desenvolvimento de atividades de educação alimentar em sala de aula. Além disso, foi elaborada, em parceria com o Ministério da Saúde, tabela nutricional com 198 alimentos da dieta alimentar básica no âmbito do Projeto TACO – Tabela de Composição de Alimentos – e finalizado diagnóstico de hábitos alimentares de sete capitais.

Destaca-se o Projeto Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente –, desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria (SESI), que consiste na oferta de cursos em caminhões equipados com cozinhas pedagógicas. O Cozinha Brasil foi lançado em julho de 2004, com a entrega de caminhões para os Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Pernambuco, de São Paulo e do Piauí, resultando em dez mil pessoas capacitadas. Em outubro, foram entregues mais dez caminhões. A meta final do projeto é implementar quarenta unidades móveis em todo o País.

Em 2005, o Governo Federal irá consolidar as parcerias firmadas em 2004 com importantes instituições, como a Fundação Roberto Marinho, o Sesi, o núcleo de estudos SALLS Paulista, a Pastoral da Criança, universidades públicas, entre outras. O Governo Federal irá investir, em 2005, cerca de R\$ 6 milhões em projetos que levarão importantes informações aos brasileiros sobre a qualidade da alimentação, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, requisitos básicos para a segurança alimentar e nutricional. A cobertura do programa para este ano será de aproximadamente 285 mil pessoas.

a.5) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

O Programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/03, com a finalidade de incentivar a Agricultura Familiar, por meio da compra da produção da Agricultura Familiar, até o limite de R\$ 2,5 mil por agricultor, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Esse Programa gera ingresso de dinheiro novo na economia regional, dinamizando-a, melhora a distribuição de renda, proporciona a valorização cidadã dos trabalhadores rurais e representa uma decisão inédita no âmbito governamental de apoiar concretamente os pequenos produtores na comercialização de seus produtos, etapa mais difícil da cadeia agrícola.

O Programa de Aquisição de Alimentos é composto por várias modalidades de compra: Compra Antecipada, Compra Direta, Compra Antecipada Especial, Compra Direta Local e o Programa do Leite.

Em 2004, em parceria com a CONAB, foram atendidas aproximadamente 50 mil famílias de agricultores familiares nas modalidades Compra Direta, Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial. Além dessas ações, o Programa do Leite atendeu 13,2 mil famílias e a Compra Direta Local, executada pelos Estados e pelos Municípios, atendeu 17,3 mil famílias.

O Programa do Leite, que vem contribuindo para a dinamização das economias regionais e a reestruturação das bacias leiteiras dos estados nordestinos e do norte de Minas Gerais, beneficiou diretamente 620 mil famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional com a distribuição diária de um litro de leite.

Por meio de convênios com Municípios e Estados, implantou-se a Compra Direta Local de diversos tipos de produtos agropecuários destinados ao consumo institucional (merenda escolar, hospitais, creches, orfanatos, asilos). Cabe destacar ainda que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) faz a aferição da qualidade dos produtos destinados ao Programa Fome Zero.

Com o objetivo de garantir a comercialização da produção dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária, serão investidos, em 2005, R\$ 198,1 milhões no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o que permitirá o benefício direto a 100 mil pequenos produtores e a distribuição diária de 700 mil litros de leite para famílias carentes. Além disso, proporcionará o aumento da renda do agricultor pela melhoria do preço recebido, como já vem ocorrendo desde o lançamento do Programa, em julho de 2003.

a.6) Acesso à água para consumo doméstico

A construção de cisternas nos Municípios pertencentes ao Semi-Árido brasileiro é fundamental para garantir as condições de sobrevivência e se constitui em base para a aplicação de políticas emancipatórias das famílias nessa região. A ação atende famílias de baixa renda, residentes na área rural de Municípios do Semi-Árido que não disponham de fonte de água ou de meio de armazená-la de forma adequada para o suprimento das suas necessidades básicas e que sejam enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

As cisternas são resultado da participação da sociedade por meio das doações provenientes do

Fome Zero. Vários parceiros têm contribuído na execução desse trabalho. Em 2004, foram construídas cerca de 36 mil cisternas por meio de convênio do Governo Federal, via MDS, com a Articulação do Semi-Árido (ASA) e mais de 5 mil cisternas por meio de convênio com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Em 2004, houve um aumento de 244% no número de cisternas construídas em relação ao ano anterior, pois foram construídas 41 mil cisternas, contra 11,9 mil em 2003.

Outra iniciativa para suprir a carência de recursos hídricos para as populações do Semi-Árido é o recadastramento de poços de água subterrânea, que está sendo concluído por meio de convênio com o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM), visando fornecer subsídios para o planejamento integrado das ações de Governo quanto à minimização dos efeitos da escassez de água.

Além disso, iniciou-se também um projeto para recuperar poços paralisados e instalar Sistemas Simplificados de Abastecimento (SSA). Esses sistemas são constituídos de poços de captação, equipamentos para bombeamento e infra-estrutura para disponibilização de água. A instalação dos dez SSA até outubro de 2004, possibilitou o desenvolvimento de tecnologia social capaz de transferir para a comunidade conhecimentos necessários à manutenção dos poços revitalizados. Esse procedimento representa um prolongamento da vida útil das obras e orienta a população para que ela própria solucione os problemas mais recorrentes nas interrupções de funcionamento dos poços.

O Programa Construção de Cisternas do Fome Zero irá financiar em 2005 a construção de mais 50 mil unidades, beneficiando mais 250 mil pessoas que vivem em regiões do Semi-Árido nordestino, do norte de Minas e do Espírito Santo. Serão investidos R\$ 68,7 milhões e gerados 5 mil empregos diretos e igual número de empregos indiretos.

b) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família objetiva a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da transferência de renda e da promoção do acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Para se ter uma ideia, segundo o IBGE (PNAD, 2001), no Brasil há cerca de 11,2 milhões de famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 100.

O Programa paga um benefício mensal de R\$ 30 às famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 50, adicionado de uma parcela variável de R\$ 15, R\$ 30 ou R\$ 45, conforme o número de crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e mães em cada família. As famílias situadas na faixa de

renda *per capita* mensal de R\$ 51 a R\$ 100 recebem o benefício variável, também no limite de R\$ 45.

Na perspectiva da inclusão social dos beneficiários, o Bolsa Família articula-se a outras ações complementares, tornando seu público-alvo prioritário de iniciativas sociais nos três níveis de Governo, estimulando a emancipação sustentável das famílias.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são definidas como contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que possam receber o benefício mensal. É de responsabilidade das famílias atendidas matricular e manter crianças e adolescentes em idade escolar nas redes de ensino e buscar os postos de saúde da rede pública para acompanhamento das gestantes, das nutrízes e das crianças (pré-natal, vacinação e desenvolvimento das crianças, etc.).

O acompanhamento das condicionalidades para o recebimento do benefício do Programa, mais do que um caráter punitivo de suspensão de benefícios, está relacionado ao monitoramento do acesso das famílias aos direitos sociais básicos de educação e saúde, bem como à identificação das causas familiares e sociais do seu eventual não cumprimento. Ele é um instrumento importante para a identificação das famílias que se encontram em maior grau de vulnerabilidade e risco social, sendo, portanto, um indicador para a orientação das políticas sociais.

O cumprimento da agenda de condicionalidades representa, a médio e longo prazos, o aumento da autonomia das famílias e a ampliação das condições para melhores oportunidades de geração de renda. O alcance desse propósito requer uma abordagem intersetorial, na qual o acompanhamento das famílias incluídas no Programa seja feito de forma articulada por equipes das áreas de assistência social, de educação, de saúde e de outras áreas que no Município respondam pela inserção social e pela emancipação das famílias em situação de pobreza.

As atribuições de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias são compartilhadas pelo Estado em seus três níveis (nacional, estadual e municipal), juntamente com a sociedade e com as próprias famílias. O Governo Federal avançou bastante nessa direção, por meio da construção de mecanismo de gestão intersetorial para o acompanhamento das condicionalidades.

O Governo, por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 2004, regulamentou as atribuições institucionais e as normas para cumprimento das condicionalidades relativas à frequência e à evasão escolar. A atribuição do Número de Identificação Social (NIS) às crianças e aos adolescentes registrados pelo Censo Escolar permitirá grandes progressos, tanto na

identificação correta das crianças e dos adolescentes quanto na possibilidade de controle universal da frequência, permitindo uma análise detalhada da evasão escolar e dos impactos do Bolsa Família. Além disso, foi disponibilizado um aplicativo na Internet que permite aos gestores municipais o acesso *on-line* para informar a frequência escolar e gerar relatórios para o acompanhamento das crianças e adolescentes.

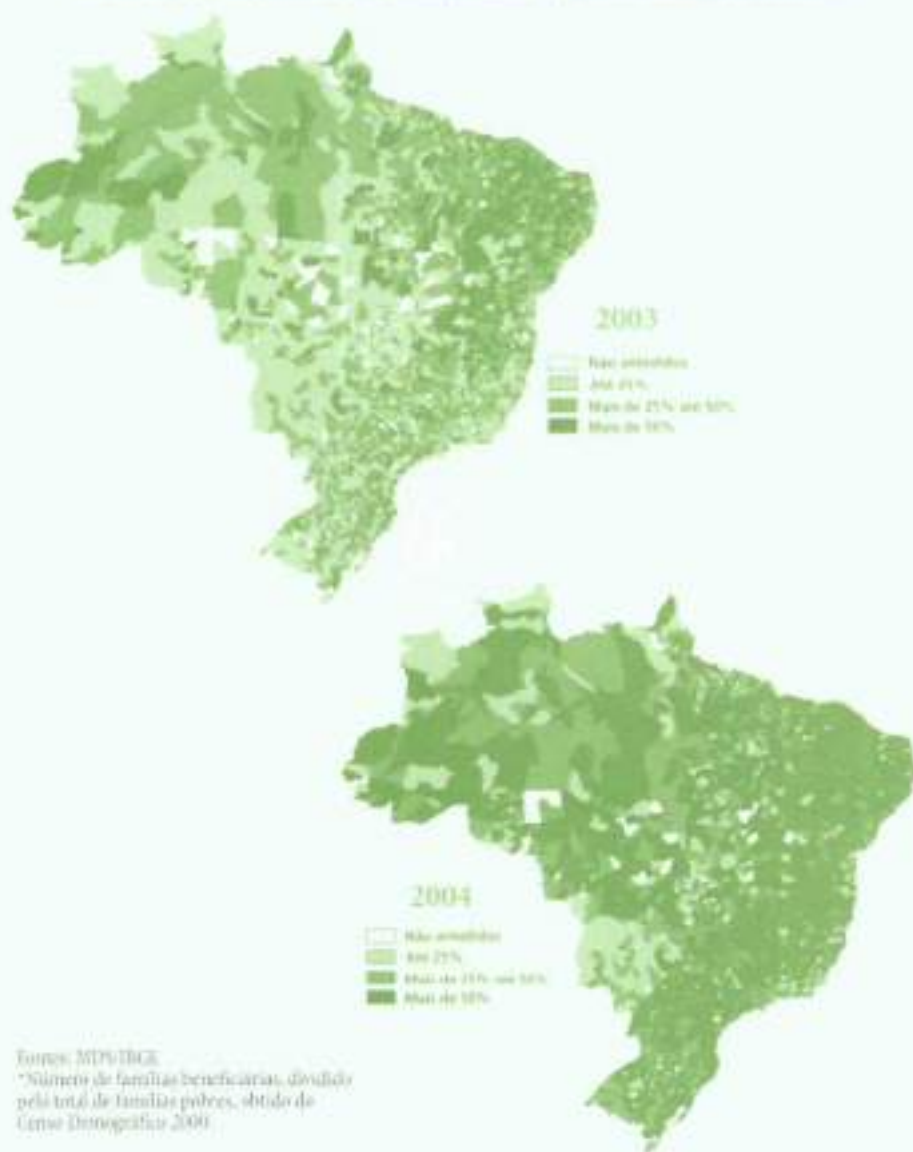
Por meio da Portaria Interministerial MDS/MS nº 2.509, de 2004, o Governo regulamentou as atribuições institucionais e as normas para cumprimento das condicionalidades da área de saúde. Os gestores monitorarão o direito de acesso das gestantes, das nutrizes e das crianças menores de sete anos de idade às ações e aos serviços de saúde ofertados pelo SUS e previstos como condicionalidades do Programa por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Para garantir a inclusão das comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabeleceu parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com o Ministério da Cultura por meio da Fundação Cultural Palmares. Está sendo desenvolvido projeto-piloto no Maranhão que consiste, inicialmente, na capacitação de pessoas da própria comunidade, que serão responsáveis pelo cadastramento de 154 comunidades quilombolas de seis Municípios maranhenses.

Além dessas ações no âmbito federal, outras iniciativas em relação ao desenvolvimento de ações complementares têm sido adotadas nas cooperações com Estados e Municípios, o que tem proporcionado acesso à infra-estrutura de água, energia e habitação para famílias das regiões mais pobres dos Estados do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, dentre outros, bem como oportunidades de alfabetização, capacitação e participação em ações visando à geração de ocupação e renda em outras capitais e Municípios brasileiros.

b.1) Desempenho do Programa Bolsa Família

Em seu primeiro ano de existência, o Programa apresentou expressivos resultados em termos de expansão do atendimento, ultrapassando, em dezembro de 2004, a meta estabelecida pelo Governo de 6,5 milhões. Isso significa que o Programa chega a 60% das famílias pobres do País, o que representa um incremento de 35% em relação a 3,6 milhões de famílias atendidas em 2003. As figuras abaixo mostram a rápida expansão do Programa em 2003 e 2004.



Fonte: MDS/IBGE

*Número de famílias beneficiárias dividido pelo total de famílias pobres, obtido do Censo Demográfico 2000

O Programa Bolsa Família também contribuiu para reduzir as desigualdades regionais do País. No primeiro semestre de 2004, foi promovida a inclusão de 914 mil famílias nas grandes cidades brasileiras, que até então estavam sub-representadas no atendimento. Em cada dez famílias atendidas pelo Programa, seis estão nas regiões Norte e Nordeste. O Programa está presente em 1.791 Municípios do Nordeste e em 442 do Norte. Ao todo, 3,9 milhões de famílias nessas áreas recebem o benefício. O valor repassado de R\$ 346,2 milhões é equivalente a 30,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Nordeste e 18,4% no Norte. A tabela a seguir compara os montantes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e das transferências de renda.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS E
TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL

REGIÃO	FPM (A)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (B)	TOTAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (C)	PTR/ FPM (C/A)	PTR/ TRANS- F. CONEC. (C/B)
Centro-oeste	124.278.471,82	207.163.894,50	25.090.790,00	20,2	12,1
Nordeste	803.995.291,62	973.308.396,54	296.458.879,00	36,9	30,5
Norte	152.043.102,58	269.899.348,03	49.743.777,00	32,7	18,4
Sudeste	536.807.479,71	1.133.321.095,01	135.489.626,00	24,9	11,3
Sul	290.219.646,17	496.129.880,93	54.080.779,00	18,6	10,9
TOTAL	1.717.343.952,90	3.081.872.133,01	538.871.861,00	31,3	16,3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - des/2004

Os nove Estados nordestinos concentram 46,9% da população pobre do Brasil, e 64,5% dessas famílias já estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Somente na Bahia, o Programa alcança 854 mil lares, em 417 Municípios. É o Estado com o maior número de beneficiados pelo Bolsa Família, provocando um importante impacto nas economias locais.

O Bolsa Família também vem crescendo nas capitais e nas regiões metropolitanas. Em 2004, a estratégia de expansão do Programa priorizou o atendimento nesses territórios, atingindo uma cobertura de 56,5% das famílias pobres na maioria deles, ou seja, 1 milhão e 641 mil famílias que não tinham acesso aos programas federais de transferência de renda ingressaram no Bolsa Família. A meta para os próximos dois anos é totalizar 8,7 milhões de famílias em dezembro de 2005, chegando ao final de 2006 com cobertura total da população pobre.

b.2) Aperfeiçoamento do Cadastro Único

Com a unificação dos programas de transferência de renda, houve uma mudança na concepção do Cadastro Único. O Cadastro Único tornou-se um instrumento potencial para identificar e localizar as famílias pobres e, assim, viabilizar o planejamento de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais de forma coordenada. Os dados socioeconômicos básicos contidos no Cadastro permitem o monitoramento e avaliações sobre os efeitos dos programas nas condições de vida das populações beneficiárias dos programas sociais, que se estruturam a partir do Cadastro Único.

O I Seminário Nacional do Cadastro Único, que contou com a participação dos gestores

estaduais e municipais, tratou de uma ampla gama de temas, desde a metodologia de cadastramento até os recursos de tecnologia da informação necessários para viabilizar a gestão do cadastro e o acompanhamento do processo de cadastramento descentralizado nos 3.562 Municípios. No período, houve ainda a introdução de uma nova versão de sistema para permitir a atualização de dados. Além disso, estão em andamento melhorias como a inclusão de recursos que possibilitem as alterações cadastrais e que facilitem a operacionalização, atendendo, desse modo, às reivindicações de técnicos municipais e estaduais.

O compartilhamento do Cadastro Único com Estados e Municípios, que era de uso exclusivo do Governo Federal, foi fundamental para caracterizar essa nova concepção. Além disso, a divulgação do perfil socioeconômico do Cadastro por Município, Estado e Região e dos nomes dos beneficiários do PBF via Internet fortaleceu o controle social do cadastramento. Elaborou-se, ainda, uma proposta de indicador de qualidade do Cadastro Único por Município, de modo que o Governo Federal e a sociedade possam avaliar a qualidade do trabalho de cada prefeitura no cadastramento das famílias pobres. Esse indicador está disponível para consulta pública e será validado no II Seminário do Cadastro Único.

No ano de 2004, foram capacitados mais de 8 mil gestores de 2.595 Municípios de todas as Unidades da Federação. Seguindo as novas diretrizes para um trabalho intersetorial, foram criadas 19 coordenações intersetoriais estaduais e, aproximadamente, 2.220 coordenações municipais intersetoriais do Cadastro Único. Foram ainda celebrados 18 termos de compromissos para cessão da base de dados do Cadastro Único para os respectivos Estados.

Em dezembro de 2004, o cadastramento no Cadastro Único alcançou 10,3 milhões de famílias, representando um acréscimo de 2,1 milhões de famílias, o que significa 92% da meta para cadastramento de famílias que atualmente vivem com meio salário mínimo per capita mensal. Neste ano, houve uma efetiva auditoria e controle dos dados inseridos no Cadastro Único, com alterações e correções de milhares de cadastros com inconsistências e duplicidades.

b.3) Gestão do Programa e parcerias

O Programa Bolsa Família é executado por meio de uma estreita parceria entre os entes federados. A integração dos programas de transferência de renda da União, dos Estados e dos Municípios é fundamental para a expansão da cobertura da população-alvo e o aumento do valor repassado a cada família. Além disso, os termos de cooperação firmados entre as três esferas de Governo permitem direcionar políticas e programas complementares aos beneficiários do Bolsa Família.

Estão em andamento termos de cooperação com os Estados do Amazonas, de Goiás, de Roraima, do Rio Grande do Sul, do Tocantins, de Alagoas, de Espírito Santo e do Mato Grosso e com os Municípios de Belo Horizonte, Campo Grande e Fortaleza.

b.4) Programa Luz Para Todos

O ano de 2004 marcou o início e a consolidação do Programa Luz para Todos e exigiu o planejamento e a negociação com os Governos Estaduais, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, incluindo a análise técnica e financeira dos programas de obras a serem executadas, o encaminhamento de soluções para adimplimento de diversas empresas e a liberação dos recursos iniciais necessários à realização do Programa.

Em 9 de junho de 2004, foram assinados os primeiros 36 contratos com concessionárias e cooperativas de eletrificação rural no valor total de R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão do Governo Federal, dando início à liberação dos recursos para execução de obras. Até o final do ano, foram assinados 58 contratos com os agentes do setor, sendo 49 com concessionárias de energia elétrica e nove com cooperativas rurais. Outros 25 contratos estavam em fase de elaboração e de assinatura, totalizando 83 contratos. Até o final de 2004, foram feitas 69.999 ligações e estavam em andamento obras para a realização de mais 118.654 novas ligações.

Durante 2004, foram instalados em todos os Estados abrangidos pelo Programa os Comitês Gestores Estaduais, responsáveis por receber as demandas da sociedade, definir prioridades, acompanhar o cumprimento de metas e garantir a execução do Programa. O Programa Luz para Todos foi lançado em 11 de novembro de 2003 com o objetivo de antecipar de 2015 para 2008 a universalização ao acesso à energia elétrica, especialmente no meio rural, onde vivem 10 milhões dos 12 milhões de brasileiros que não têm acesso ao serviço.

Em 2005, está previsto o atendimento a 694,5 mil domicílios, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão em equipamentos e materiais elétricos, e geração de 150 mil empregos diretos e indiretos. Durante o ano, 2.406 Municípios serão integralmente atendidos, o que corresponde a 43% dos Municípios brasileiros. O Programa será concluído no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

No Acre, no Amazonas, no Amapá, em Roraima, em Alagoas, em Sergipe, no Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Piauí, no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, todos os assentamentos rurais já implantados serão atendidos em 2005. O mesmo

ocorrerá com 80% das comunidades remanescentes de quilombos. Também está previsto o atendimento de todos os assentamentos de populações atingidas por barragens.

2) Assistência Social

a) Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

O novo modelo de gestão de assistência social, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, com o objetivo de consolidá-la como política pública e como alternativa para o enfrentamento do desafio da inclusão social no Brasil.

O SUAS foi concebido num processo de construção coletiva, decorrente de amplo debate nacional, que culminou na elaboração de um novo conteúdo para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e publicada no *Diário Oficial da União* em 28 de outubro de 2004. É um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família e na participação social.

Atualmente, a implementação do SUAS implica a adoção de ações que convergem para garantia de um processo de transição que não prejudique os usuários da assistência social. Isso significa a incorporação dos atuais serviços, programas, projetos e benefícios dessa política social, promovendo seu reordenamento legal nos níveis de Proteção Social Básica e Especial, aprimorando a gestão e a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, por meio do SUASweb, e propiciando seu controle, monitoramento e avaliação à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Em 2005, a principal proposta é consolidar o SUAS, estabelecendo atribuições específicas e de co-financiamento para que cada esfera de Governo contribua com um sistema de gestão cada vez mais fortalecido e sustentável, incluindo o assessoramento e a articulação nos Estados brasileiros para o desencadeamento das ações de acordo com o proposto na PNAS, enfatizando o papel das referidas esferas no processo descentralizado e participativo de atuação nessa área.

A seguir serão apresentados os principais serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS que foram financiados no ano de 2004 com recursos orçamentários da ordem de R\$ 8,4 bilhões

do Fundo Nacional de Assistência Social.

b) Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Programa de Atendimento Integral à Família é um serviço socioassistencial dirigido ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolvido por meio dos equipamentos sociais denominados Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), as chamadas Casas da Família, inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que na lógica do SUAS se enquadra no nível de complexidade da Proteção Social Básica. O CRAS é uma unidade pública estatal responsável por executar os serviços caracterizados por esse nível de complexidade, bem como por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais no âmbito local, o que permite maior unidade e visibilidade a essa política pública não apenas nos Municípios, mas também nas demais esferas de Governo. Nessa unidade são prestados serviços de apoio socioassistencial, acompanhamento, encaminhamento à rede de proteção social local, orientação e apoio sociofamiliar, atividades que promovam e fortaleçam vínculos familiares e comunitários, atendendo, em média, de 200 a 300 famílias e referenciando cerca de 5 mil famílias em cada território.

Em 2004, a expansão da implementação dos CRAS foi de 80,36% em comparação a 2003, com destaque para a extensão a 38 equipamentos em comunidades quilombolas, 59 em comunidades indígenas e outras regiões, conforme os critérios pactuados com a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberados pelo CNAS. O funcionamento de 901 unidades do CRAS em 630 Municípios possibilitou o atendimento a 256 mil famílias, aproximadamente 1,3 milhões de pessoas. Para tanto, o Governo Federal comprometeu R\$ 58,0 milhões.

Para 2005, dispondo de uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 103,3 milhões, uma das prioridades é alcançar 1.200 CRAS – Casas da Família – em funcionamento, como ação prioritária a consolidação do SUAS, prestando atendimento direto às famílias e potencializando a rede de serviços socioassistenciais para atendimento aos indivíduos com base na organização do território.

c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), integrado na lógica do SUAS como uma das ações do nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, consiste na implementação de duas ações articuladas tanto entre si, quanto aos demais serviços da rede de proteção social básica e especial: concessão de bolsas mensais e financiamento de jornada ampliada, atividade

socioeducativa desenvolvida em horário complementar ao da escola para reduzir a possibilidade de inserção da criança e do adolescente em atividades laborais e de exposição a riscos.

Em 2004 o programa atendeu 930,8 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos, que se encontram em situação de trabalho, em 2.785 Municípios, superando em 133,25% a meta física de atendimento proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias para aquele ano. Estes números representam a inclusão de praticamente 117 mil crianças e adolescentes e mais 169 municípios em 2004. Foram priorizados os Estados com maior índice percentual de crianças e adolescentes no trabalho e com menor cobertura do programa.

Para a implementação da jornada ampliada, o Governo Federal executou recursos orçamentários da ordem de R\$ 188,6 milhões e financeiros da ordem de R\$ 178,6 milhões. A concessão da bolsa do PETI é realizada de modo articulado com o Bolsa Família e foi viabilizada por meio da execução orçamentária de R\$ 262,2 milhões.

Cabe destacar que também figura como avanço no processo de avaliação das prioridades a relevância do atendimento a crianças e adolescentes inseridos no serviço doméstico, o que se viabilizou em mais de mil Municípios, a partir da abertura para remanejamentos que propiciassem o atendimento a esse público, anteriormente sem visibilidade.

Para aprimorar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi realizada a atualização do Plano Estratégico de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico e publicada a análise situacional do PETI, em parceria com a sociedade civil, OIT e UNICEF.

Para o ano de 2005, com base na previsão orçamentária de R\$ 539,7 milhões, serão atendidas aproximadamente 1 milhão de crianças e adolescentes, visando à concretização de ações decisivas para a erradicação do trabalho infantil até 2006, tais como a equiparação dos valores das bolsas para zona urbana e rural; o levantamento preliminar das famílias das 930 mil crianças e adolescentes inseridas no PETI, visando sua identificação e elaboração de seu perfil de forma a propiciar o monitoramento do processo de migração das famílias para o Cadastro Único; o pagamento de todas as bolsas do PETI via cartão magnético, proporcionando autonomia das famílias beneficiadas, previsibilidade e agilidade no recebimento da bolsa; e o fortalecimento das Ações Socioeducativas e de Convivência (jornada ampliada), por meio da realização de estudos qualitativos, identificação de experiências exitosas, construção de metodologia de intervenção e divulgação de instrumentos de aprimoramento das ações socioeducativas.

d) Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela)

Os Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual, ação que integra o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, é realizado em Centros Referência Especializados, destinando-se ao desenvolvimento de ações de caráter multiprofissional, psicossocial e jurídico junto às crianças, aos adolescentes e suas famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial.

Em 2004, esses serviços atingiram aproximadamente 18 mil crianças e adolescentes em 515 Municípios, com a aplicação de aproximadamente R\$ 28,7 milhões.

Para 2005, está prevista a ampliação da cobertura da ação de promoção da Inclusão Produtiva para 240 grupos, com a aplicação de R\$ 28 milhões. Esse Programa está em processo de reavaliação, buscando-se a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de Governo no seu co-financiamento.

e) Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude (Agente Jovem)

A ação de capacitação e concessão de bolsa para jovens de 13 a 17 anos, como agente de desenvolvimento social e humano – “Agente Jovem” – inserida na Proteção Social Básica, visa ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O valor da bolsa mensal equivale a R\$ 65,00 por jovem inserido no atendimento, sendo atualmente concedida a 57 mil jovens em 1.077 Municípios. Para tanto, foram gastos R\$ 55,1 milhões.

Para o ano de 2005 estão previstos R\$ 54,5 milhões para o pagamento de bolsas. Prevê-se também a construção de nova Matriz de Gestão, Monitoramento e Avaliação para o desenvolvimento das ações em co-responsabilidade com as demais esferas de Governo.

f) Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência (PAC)

Os serviços de proteção socioassistencial à infância e à adolescência, integrantes do nível de

Proteção Social Básica do SUAS, consistem no apoio técnico e financeiro dos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinadas ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos vulnerabilizadas pela pobreza, bem como suas respectivas famílias. Esse serviço tem por objetivo assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência familiar e social. Sua cobertura em 2004 atingiu 1,7 milhões de crianças em 4.501 Municípios, e foi garantida por meio da aplicação de recursos da ordem de R\$ 262,2 milhões. Para o ano de 2005, a proposta de atendimento é de 1,7 milhões de crianças, utilizando o montante de recursos federais de R\$ 270,2 milhões.

g) Proteção social a pessoa com deficiência

Os serviços de proteção socioassistencial à pessoa com deficiência consistem no apoio técnico e financeiro aos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados ao desenvolvimento de ações de proteção social e inclusão das pessoas com deficiência e de suas famílias. Esses serviços objetivam assegurar os direitos sociais das pessoas com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade, por meio de ações relativas à prevenção de risco de exclusão, habilitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social.

Em 2004, foram atendidas 151,4 mil pessoas em 1.532 Municípios, tendo o Governo Federal investido recursos da ordem de R\$ 86,1 milhões. Considerando estimativas para 2005, propõe-se ampliar esse atendimento para 166,4 mil pessoas com deficiência, investindo inicialmente R\$ 89,2 milhões. Outra perspectiva é a regulação da Política Nacional de Habilitação e Reabilitação para o SUAS.

Os serviços que compõem esta ação, com a aprovação do novo texto da PNAS/SUAS estão sendo realocados de acordo com os níveis de complexidade, ou seja, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, reavaliando seu impacto, eficiência e efetividade, sendo redesenhados, com base na centralidade na família, na articulação comunitária fundamentada na organização territorial, de forma integrada às atividades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – Casas da Família, buscando a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de Governo no seu co-financiamento.

No que se refere à concessão de benefícios que compõem o nível de Proteção Social Básica, foram concedidos 1,128 milhão de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência, o que significa o investimento de R\$ 3,3 bilhões e 370 mil benefícios de renda mensal vitalícia, o que corresponde a R\$ 1,2 bilhão. Para o ano de 2005, R\$ 3,7 bilhões serão

aplicados para concessão de 1,1 milhão de benefícios.

Precedido por um bem sucedido processo de consulta pública, o Presidente da República regulamentou, no dia 2 de dezembro de 2004, por meio do Decreto nº 5.296, as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, os direitos da pessoa portadora de deficiência tiveram um significativo avanço com essa regulamentação, dando consequência a uma antiga reivindicação dessa importante parcela da sociedade. As ações para a implementação do referido Decreto serão iniciadas em 2005 e poderão ser acompanhadas pelas diversas entidades representativas do setor, assim como pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).

Em 3 de dezembro de 2004, o Governo iniciou novo procedimento de Consulta Pública, desta vez para regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. A exemplo do exitoso processo para regulamentação da acessibilidade das pessoas com deficiência, o Governo garantirá, em 2005, o avanço na conquista dos direitos desta parcela da população, proporcionando a realização do direito fundamental à comunicação e informação das pessoas com deficiência auditiva.

Ainda, no setor de transporte e mobilidade urbana, o Governo Federal lançou, em junho de 2004, o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, que tem apoiado governos estaduais e municipais na implementação de ações visando garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos aos sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e circulação em áreas públicas, bem como regulamentou as Leis nº 10.048 e 10.098, ambas de 2000, por meio do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece, entre outros itens, a obrigatoriedade da implementação da acessibilidade, nos sistemas de transportes coletivos para as pessoas com deficiência, no prazo máximo de 10 anos.

h) Programa de Proteção Social à Pessoa Idosa

Os serviços de proteção socioassistencial à pessoa idosa visam ao apoio técnico e financeiro dos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados aos serviços de proteção social básica e especial voltados ao atendimento da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade e risco social em conformidade com o PSAS na perspectiva do SUAS, com o Estatuto do Idoso e com a Política Nacional do Idoso, promovendo

o desenvolvimento de atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas, de educação para a cidadania, de caráter preventivo e reabilitador, de promoção do fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária e proteção integral.

A cobertura de atendimento desses serviços alcançou 335,9 mil pessoas idosas, em 2.289 Municípios, o que equivaleu à aplicação de recursos federais no montante de R\$ 38,8 milhões na execução orçamentária. Considerando estimativas para 2005, propõe-se ampliar esse atendimento para 336,3 mil pessoas idosas, investindo recursos superiores ao ano de 2004.

No que se refere à concessão de Benefícios de Prestação Continuada, que compõem o nível de Proteção Social Básica, foram concedidos 933,2 mil benefícios para pessoas idosas, o que significou o emprego de R\$ 2,5 bilhões em razão da redução da idade para acessar esse direito estabelecido no Estatuto do Idoso, e 181 mil benefícios de renda mensal vitalícia, o que representou R\$ 603,6 milhões. Para o ano de 2005, a projeção é de que cerca de R\$ 3,6 bilhões serão aplicados para concessão de 1,2 milhões de benefícios.

Destacam-se ainda como ações realizadas no ano de 2004 a elaboração do Plano Integrado de Ação Interministerial para supervisão e acompanhamento da execução de ações voltadas ao segmento da pessoa idosa, bem como a implementação do Estatuto do Idoso.

Em 2005 propõe-se a realização de Conferência de Avaliação da Política Nacional do Idoso face ao Estatuto do Idoso, a elaboração de Cadastro de Instituições e Programas de atenção a pessoa idosa em âmbito nacional entre entidades governamentais e não-governamentais; a implantação e acompanhamento do Plano Integrado de Ação Interministerial, com supervisão e acompanhamento da execução do Estatuto do Idoso; e a comemoração do Dia Nacional e Internacional do Idoso.

1) Fortalecimento do Conselho Nacional de Assistência Social como instância deliberativa e de controle social

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é um órgão superior de deliberação colegiada, de composição paritária (sociedade civil e Governo), vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Seu fortalecimento incide diretamente na consolidação da política pública de assistência social

e de respeito a questões operacionais, de infra-estrutura e articulação política. Do ponto de vista operacional, os trâmites de análise e deliberação de processos relativos a requerimento de registro e certificação de instituições estão sendo intensificados e agilizados. Nesse sentido, tem-se o Projeto Estoque Zero, cuja implementação no segundo semestre de 2004 já regularizou a situação de cerca de 3.478 processos do total de 9.448 que se encontravam no CNAS em julho de 2004. O Regimento Interno, aprovado na última assembleia do Conselho, amplia a participação dos conselheiros e franqueia a palavra ao público em geral presente às reuniões. As eleições dos representantes da sociedade civil no CNAS foram conduzidas pelos próprios conselheiros da sociedade civil, demonstrando o respeito do Governo à autonomia dessa representação e ao processo democrático e participativo.

Enfim, está sendo construída uma nova imagem pública do CNAS, imprimindo maior visibilidade política e maior publicização de temas, normas e questões discutidas e/ou deliberadas pelo Conselho. Uma das mais importantes realizações de 2004 foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Conselho Nacional de Assistência Social, a partir de discussão coletiva, como base para a implantação do SUAS. Em 2005, essa discussão deve ser aprofundada com a apreciação do Plano de Transição da Assistência Social para o modelo apregoado pelo SUAS e da proposta de revisão da Norma Operacional Básica (NOB), dos novos critérios de partilha dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e das discussões e regulações acerca da definição e do conceito de entidade de assistência social, tanto pública quanto privada.

Além disso, nesse ano será realizada a V Conferência Nacional de Assistência Social, fórum de discussão, avaliação e deliberação da política de assistência social.

3) Educação

O aumento de R\$ 3,4 bilhões no orçamento do Ministério da Educação para 2005 garantirá novos investimentos e ampliação de programas prioritários nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; melhoria do ensino básico; expansão do ensino técnico e reforma do ensino superior. Esses são os quatro eixos estratégicos para uma efetiva melhoria em todo o sistema educacional.

Ler e escrever são condições básicas ao exercício da cidadania. O Programa Brasil Alfabetizado atenderá 2,3 milhões de pessoas em 2005, cerca de 500 mil a mais do que em 2004. Até 2006, o Governo Federal terá alfabetizado dez milhões de pessoas, reduzindo significativamente o índice de analfabetismo no País.

Para superar a crise de financiamento por que passava a educação básica, o Governo Federal iniciou, em 2004, um intenso processo de debate com os Estados, Municípios e sociedade civil que culminou na proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo fundo substituirá o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que destina recursos somente ao ensino fundamental, criando gargalos nas outras etapas da educação básica. Hoje, 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, mas somente 32% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam o ensino médio.

O FUNDEB atenderá todas as etapas da educação básica, da educação infantil ao ensino médio -, contemplando também as diversidades do mundo da educação, como alunos indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Previsto para vigorar a partir de 2005, o Governo Federal já tem R\$ 1,3 bilhão destinados ao novo fundo.

Ainda em relação ao ensino básico, será reajustado em 20% o valor da merenda escolar da pré-escola e do ensino fundamental em 2005, beneficiando 37 milhões de alunos. Esse é o terceiro reajuste concedido pelo Governo após dez anos de congelamento. A implantação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica capacitará 400 mil docentes até 2007. Já o Programa Escola de Gestores, que inicia em 2005, qualificará diretores de escolas, democratizando a gestão escolar. Em 2005, também serão ofertadas mais de 17 mil vagas em cursos de graduação a distância para suprir a carência de professores em ciências exatas na rede pública de ensino.

O Governo está implantando uma política de educação profissional em consonância com a demanda produtiva do País. A meta é ampliar o número de alunos matriculados no ensino técnico. Também foram unificados os currículos do ensino médio e profissional. Assim, milhares de jovens poderão concluir o ensino básico com uma profissão. Outra iniciativa é o Programa Escola de Fábrica, que abrirá 500 escolas em empresas e oferecerá formação profissional a jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, a partir de 2005.

Outro eixo prioritário é a construção de uma nova universidade para o Brasil, inclusiva, democrática e de qualidade. A reforma da educação superior tem por objetivo ampliar o acesso, fortalecer a universidade pública e gratuita e estabelecer parâmetros de qualidade para que a universidade cumpra o seu papel de democratização do conhecimento, contribuindo para o crescimento sustentável do Brasil, com inclusão social.

As 35 universidades federais terão um reforço de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1,4 bilhão para o reajuste de docentes e técnicos administrativos. Para o custeio das universidades são R\$ 260 milhões – 42% a mais do que em 2004. O Governo também já anunciou a realização de três concursos públicos para contratação de seis mil novos professores para as universidades federais até 2006, atendendo antiga demanda das instituições por renovação e qualificação do quadro.

a) Alfabetização e educação de jovens e adultos

O Brasil tem cerca de 33 milhões de analfabetos funcionais – pessoas a partir de 15 anos com menos de quatro anos de escolarização. O enfrentamento dessa dívida social é inerente à construção de uma nação com inclusão e justiça. Com esse objetivo, a alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos para garantir a continuidade do aprendizado. Essa política é realizada por meio de dois programas complementares: Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

a.1) Programa Brasil Alfabetizado

Criado pelo Governo Federal, em 2003, o Brasil Alfabetizado tem oportunizado a escolarização de milhões de jovens e adultos – a partir de 15 anos – que não tiveram acesso à escola na idade adequada. Em 2004 foram beneficiadas 1,9 milhão de pessoas, em mais de quatro mil municípios de todo o País, com investimento de R\$ 162 milhões. Para 2005, estão previstos outros R\$ 218 milhões para alfabetização de 2,3 milhões de jovens e adultos.

O Brasil Alfabetizado repassa recursos para a formação de alfabetizadores e implantação de cursos de alfabetização em parceria com Estados, Municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil. Em 2004, para melhorar o processo de aprendizado, o Ministério da Educação aumentou o período dos cursos de seis para oito meses e introduziu um piso de R\$ 120,00 a ser pago aos alfabetizadores, mais R\$ 7,00 por aluno em sala de aula. As turmas devem ter, no máximo, 25 estudantes.

a.2) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos com o propósito de garantir a continuidade dos estudos. O Ministério da Educação repassa recursos aos sistemas públicos estaduais e municipais de ensino fundamental para a capacitação de professores, produção de materiais didáticos, implantação de escolas e salas de aulas voltadas para a educação de jovens e adultos. Em 2004 foram atendidos 1,9 milhão de alunos, com um investimento de R\$ 420 milhões. Por meio do

programa, além da ampliação de vagas, os Estados e Municípios oferecem formação continuada para professores da educação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade de ensino.

b) Melhoria da educação básica

A melhoria da educação básica passa, necessariamente, pela implantação de um novo sistema de financiamento. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) por meio de proposta de Emenda à Constituição a ser enviada proximoamente ao Congresso Nacional, trará repercussões estruturais, pois significa um grande pacto pela educação ao reordenar as relações federativas entre a União, Estados e Municípios. Como etapa preliminar à criação do FUNDEB, o Governo Federal prevê no exercício de 2005 a aplicação de R\$ 1,3 bilhão na melhoria da educação básica.

Mais recursos para atender a todo o ciclo da educação básica permite melhorar a capacitação e a remuneração dos professores, bem como aparelhar e manter em melhores condições as escolas públicas, contribuindo para melhorar a qualidade da educação básica.

c) Educação infantil

c.1) Política Nacional de Educação Infantil

A discussão e o estabelecimento de uma política de educação infantil é fundamental para melhorar o aprendizado e criar bases sólidas para a educação de crianças de zero a seis anos. Em 2003, em parceria com entidades da sociedade civil, foi elaborada a Política Nacional de Educação Infantil, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para ampliação do atendimento de creches e pré-escolas. Em 2004, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), foram realizados seminários regionais com a participação das secretarias municipais e estaduais de educação e outras entidades que atuam na área para discussão e implementação do documento. Hoje, existem 1,2 milhão de crianças matriculadas em creches e 5,1 milhões de crianças na pré-escola em todo o Brasil.

c.2) Formação Continuada dos Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL)

O Ministério da Educação tem priorizado ações para formação de professores que não têm a habilitação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para o exercício

da profissão, no caso, nível médio em magistério. De acordo com dados do Censo Escolar, 10,5% dos professores que atuam em creches de todo o País possuem apenas o ensino fundamental. Os dados apontam, ainda, que 11% dos professores, embora tenham concluído o ensino médio, não se formaram em magistério. Já nas salas de pré-escola, 3,1% dos educadores têm até a 4ª série e 4% não completaram o magistério.

O Programa de Formação Inicial dos Professores em Exercício na Educação Infantil (PRIMFANTIL), criado em 2004, promoverá cursos de formação a distância para professores de creches e da pré-escola que possuam apenas o ensino fundamental ou que não tenham a formação de nível médio em magistério. O Programa destina recursos a projetos educacionais apresentados por Estados e Municípios para a formação continuada de professores. Em 2004, esta ação atingiu 17.311 professores – um aumento de 10,5% em relação a 2003.

d) Ensino fundamental

d.1) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)

Em 2004, o Governo Federal reajustou em 22,2% o valor mínimo do FUNDEF repassado por aluno/ano do ensino fundamental, beneficiando 32 milhões de estudantes da rede pública em todo o País. Para complementar os recursos de estados com dificuldades financeiras para manter essa etapa do ensino, o Governo também destinou R\$ 559,9 milhões, em 2004, complementando, assim, o valor destinado por aluno em seis Estados – Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas.

d.2) Ampliação do ensino fundamental para nove anos

No exercício de 2004, o Ministério da Educação realizou sete encontros regionais para debater a ampliação do ensino fundamental para nove anos, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIMED), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONASED) e as secretarias estaduais e municipais de Educação. A realização desses eventos consolidou a elaboração do documento "Ensino Fundamental para Nove Anos – Orientações Gerais", contendo recomendações referentes à regulamentação do ensino fundamental a partir dos seis anos de idade. A prática já é adotada por Estados como Goiás, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais com resultados positivos. Dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que 26.530 escolas com 7.373.598 alunos já utilizam o novo currículo.

O ensino de nove anos requer formação adequada e capacitação de professores para não ocorrer uma simples antecipação da primeira série dessa etapa do ensino. Em 2004, foram investidos R\$ 3,2 milhões na formação de professores para atuar no ensino de nove anos, por meio de 154 concênios com prefeituras e secretarias estaduais de educação. Além da formação de educadores, os recursos possibilitaram o fornecimento de material didático específico para 622 mil alunos, 11 mil professores e 5,1 mil escolas. O ensino fundamental de nove anos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

d.3) Apoio ao transporte do escolar

Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) para atender alunos do ensino fundamental público residentes exclusivamente em áreas rurais. O Programa repassa automaticamente aos Estados e Municípios recursos para custeio, manutenção de veículos e contratação de serviços de transporte escolar. O investimento foi de R\$ 244 milhões, atendendo 3,2 milhões de alunos. O PNATE atende a antiga reivindicação dos entes da Federação, que dispunham de veículos escolares, mas não tinham recursos para manter o serviço.

d.4) Livro didático

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, o Programa fez a aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos de qualidade para todos os alunos da rede pública de ensino fundamental. Em 2004 foram comprados 111 milhões de livros didáticos, para atender 30,9 milhões de alunos, em cerca de 150 mil escolas, com investimento de R\$ 604 milhões.

d.5) Dinheiro direto na escola

Em 2004, 120 mil escolas públicas de ensino fundamental receberam mais de R\$ 300 milhões, que atenderam 31 milhões de alunos com a compra de equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, conservação e reparo das instalações. Os recursos também possibilitaram a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais.

d.6) Formação continuada dos professores em exercício no ensino fundamental

Em 2004 foram investidos R\$ 13,5 milhões, garantindo a formação continuada de 48.502

professores, por meio de convênios com Estados e Municípios.

d.7) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Além dos professores, o Governo também está, de forma inédita, investindo na valorização dos funcionários que trabalham nas escolas públicas da educação básica. Após realizar, em 2004, um seminário nacional com gestores e funcionários para discutir eixos dessa política de valorização, 47 convênios, envolvendo Estados e Municípios, foram firmados para capacitar 44.083 funcionários de escola, com investimento de R\$ 6 milhões.

e) Ensino médio

e.1) Apoio emergencial ao ensino médio

Enquanto avançam as negociações para a criação do FUNDEB, o Governo Federal liberou, em caráter emergencial, recurso suplementar de R\$ 185 milhões para minimizar problemas estruturais de oferta do ensino médio em nove Estados do Nordeste e no Pará. O crédito suplementar, liberado em 2004, foi aplicado em custeio e investimentos como pagamento de professores e servidores, compra de móveis e equipamentos para as escolas.

Os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará receberam R\$ 30 milhões cada, Alagoas, R\$ 25 milhões, e Bahia, R\$ 20 milhões. Os demais Estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Pará – receberam R\$ 10 milhões cada. A iniciativa atende à demanda dos Estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com precariedade no sistema público de ensino médio. Os valores foram calculados a partir do número de alunos matriculados na rede pública do ensino médio desses Estados. O Ministério da Educação espera superar em definitivo esse quadro com a aprovação do FUNDEB.

e.2) Currículo do ensino médio

Desde outubro de 2004, o MEC vem promovendo seminários regionais que contam com a participação de equipes técnicas das secretarias estaduais de educação, professores e estudantes da rede pública de ensino. As discussões realizadas nesses seminários vão consolidar a organização curricular do ensino médio, uma vez que a realização desses eventos levou à constatação das dificuldades de apropriação e adoção das orientações contidas nos Parâmetros Curriculares

Nacionais do Ensino Médio pelos profissionais da educação básica e por seus formadores.

e.3) Livro didático para o ensino médio

Pela primeira vez, o Ministério da Educação comprou e distribuiu livros didáticos para alunos da rede pública do ensino médio. O objetivo é contribuir para a melhoria dessa etapa da educação básica nas regiões mais carentes do Brasil. Inicialmente, foram distribuídos 2,7 milhões de livros de português e matemática para 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas públicas do Norte e Nordeste. A partir de 2006, todas as escolas públicas de ensino médio serão integradas ao programa.

f) Programas que atendem a mais de uma etapa da educação básica

f.1) Programa Nacional de Alimentação Escolar

Após uma década sem aumento, o Governo Federal voltou a reajustar os valores da merenda escolar. Em agosto de 2004, o valor da merenda da pré-escola e ensino fundamental passou de R\$ 0,13 para R\$ 0,15 por aluno/dia – um reajuste de 15,38%. Ao todo, foram atendidos 37,8 milhões de alunos de creches, pré-escolas, ensino fundamental e comunidades indígenas, com investimento de R\$ 1,025 bilhão. Importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres, o PNAE é o maior programa de alimentação escolar do mundo, atendendo 21% da população brasileira, cerca de 38 milhões de estudantes.

Para 2005, o Governo já anunciou mais um reajuste de 20% no valor da merenda escolar da pré-escola e do ensino fundamental, que passará para R\$ 0,18 por aluno/dia.

f.2) Formação Continuada de Professores da Educação Básica

O Governo está implantando a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica em parceria com Estados, Municípios e instituições de ensino superior. Em 2004 foram selecionadas 20 universidades em 13 Estados e Distrito Federal para a implantação dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que serão responsáveis pelo planejamento de matérias e processos pedagógicos que atendam às necessidades de formação de professores das redes públicas municipais e estaduais. O MEC destinou R\$ 10 milhões em 2004 para a implantação dos Centros de Pesquisa e prevê um investimento de mais R\$ 30

milhões até 2007. O objetivo é capacitar 400 mil professores nas áreas de Alfabetização e Linguagem; Educação Matemática e Científica; Ciências Humanas e Sociais; Artes e Educação Física e Gestão e Avaliação da Educação.

L3) Escola de Gestores

A democratização e melhoria da gestão escolar são os objetivos do Programa Escola de Gestores, que capacitará mais de 150 mil diretores de escolas de todo o País. A primeira etapa do programa terá início em janeiro de 2005, com a formação de 160 diretores de escolas do Ceará, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. No segundo semestre, outros 4.320 gestores participarão do Programa. A terceira etapa prevê a formação de mais 43.200 diretores a partir do primeiro semestre de 2006. A última etapa formará mais 104.480 gestores de microrregiões urbanas e rurais, a partir do segundo semestre de 2006.

L4) Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pro-Conselho) e Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Para fortalecer os conselhos escolares de escolas públicas e particulares, o MEC lançou uma coleção com cinco cadernos trazendo explicações sobre o papel do conselho escolar e análises das legislações sobre o tema, para ser distribuída em 44 mil escolas com mais de 250 alunos. Formados por professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade, os conselhos têm funções deliberativas, consultivas e são co-responsáveis pela gestão administrativa e pedagógica das escolas. Existem cerca de 60 mil conselhos em escolas públicas e particulares no Brasil.

Também foram realizados, em 2004, 13 encontros para capacitar conselheiros municipais e estimular a criação de novos Conselhos Municipais de Educação. Os conselhos são esferas importantes e democráticas para a formulação e controle de políticas e ações para a melhoria da educação no Brasil. Por meio do Pro-Conselho, também foi implementado o Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME), disponível na página eletrônica do MEC, para que dirigentes e conselheiros alimentem o sistema, via Internet, com informações de seus Municípios.

L5) Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (SAFE)

Em 2004, o Ministério da Educação iniciou estudos e testes para implantar o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (SAFE) em todas as escolas da rede pública do ensino

fundamental e médio. As primeiras experiências estão ocorrendo em oito municípios por meio de cartões magnéticos ou identificação digital. A implantação dessas máquinas tem como critérios o tamanho da escola e o número de alunos matriculados. Para as escolas menores, haverá outros instrumentos para o controle da frequência. O SAFE vai possibilitar que o Governo tenha uma visão precisa da presença e permanência dos alunos nas escolas, favorecendo o planejamento de políticas educacionais.

O novo sistema também servirá de base para orientar a transferência de recursos federais para programas calculados a partir do número de alunos matriculados nas instituições públicas de ensino, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e o Bolsa Família – principal programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias que vivem em situação de pobreza.

A frequência escolar é uma condição básica para que as famílias cadastradas no Programa recebam o benefício. São as condições do Programa que tornam o Bolsa Família uma ação estruturante e não meramente uma iniciativa assistencialista. Hoje, cerca de 12 milhões de crianças são atendidas pelo Bolsa Família.

1.6) Escola Aberta

Criado em 2004, o Programa tem por objetivo tornar as escolas públicas de 5ª a 8ª série, e de ensino médio, espaços abertos durante os fins de semana para o desenvolvimento de atividades complementares nos campos da educação, trabalho, cultura, esporte e lazer para os alunos e suas comunidades. A iniciativa visa a estreitar o diálogo, a interação e a cooperação entre comunidade e escola, melhorando o relacionamento entre professores, alunos e familiares, levando à redução do índice de evasão e de violência. Em 2004, o Escola Aberta começou a ser implantado em 154 escolas do Espírito Santo, Belo Horizonte e Pernambuco.

Em 2005, o Escola Aberto será estendido a outros sete Estados e chegará a mil escolas, atingindo cerca de um milhão de pessoas. A previsão é atender 1.200 escolas até 2007.

1.7) TV Escola

A TV Escola é um canal de televisão transmitido 17 horas por dia e que oferece uma programação de alto padrão de qualidade, voltada, especialmente, à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores de ensino fundamental e médio da rede pública. A televisão é

utilizada como um importante instrumento didático que permite a professores e alunos entrarem em sintonia com as possibilidades pedagógicas das tecnologias aplicadas à educação. A TV Escola está presente em 39 mil escolas, distribuídas em mais de cinco mil Municípios.

Em 2004, 35% da grade da TV Escola foi renovada com a aquisição de novos programas, sendo 69% deles produzidos por empresas brasileiras. A medida faz parte de uma iniciativa do Governo Federal de privilegiar a produção audiovisual nacional. O investimento foi de R\$ 14 milhões na transmissão do sinal da TV Escola e na produção de novos programas, incluindo-se o Salto para o Futuro – programa de formação continuada de professores – e o curso Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, em parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD).

Também em 2004, em parceria com universidades públicas brasileiras, foram investidos recursos na modernização da transmissão, passando do padrão analógico para o digital e, assim, ampliando as possibilidades pedagógicas do programa e favorecendo a integração de mídias.

1.8) Educação profissional

A construção de uma política industrial eficiente, o adensamento das cadeias produtivas e a estruturação dos arranjos produtivos locais são fundamentais para o crescimento do Brasil e exigem também investimentos consistentes na educação profissional. As medidas adotadas pelo Governo visam a ampliar o número de matrículas na educação profissional de forma articulada com os Estados, Municípios e iniciativa privada.

1.9) Integração do ensino médio e curso técnico

No exercício de 2004, para facilitar e estimular a formação de jovens no ensino técnico-profissionalizante, o Governo Federal publicou decreto assegurando a integração do ensino médio com o curso técnico, regulamentado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Antes da nova legislação, para os jovens terem uma formação profissional, era preciso cursar o ensino médio e o curso técnico em turnos ou escolas diferentes. Outra alternativa era concluir o ensino médio para depois ingressar na etapa de formação profissional. Agora, todos os alunos de escolas públicas ou privadas vão poder frequentar os ensinos médio e técnico de nível médio ao mesmo tempo, na mesma grade curricular e na mesma escola. A iniciativa permite que milhares de jovens concluam o ensino médio já com uma profissão.

E.10) Escola de Fábrica

Ter uma profissão é um dos principais anseios de todo jovem. Nessa direção, o Governo lançou, em 2004, o Projeto Escola de Fábrica, que objetiva a formação profissional de jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, nas próprias empresas. A meta é abrir 500 escolas no interior de fábricas e empresas de todo o Brasil e formar 10 mil alunos em 2005, assegurando-lhes uma base sólida para inserção no mercado de trabalho.

E.11) Curso Superior em Escola Agrotécnica Federal (EAF)

Em 2004, o MEC editou portaria que autorizou a abertura, em caráter experimental, do primeiro curso superior de Tecnologia em uma Escola Agrotécnica Federal (EAF). O curso será aberto na EAF de Uberlândia, Minas Gerais, e formará tecnólogos em Alimentação de Origem Vegetal e Animal. O curso inicia em 2005 e terá duração de três anos. Originalmente, as EAF só podiam oferecer habilitação em nível técnico, cursos de nível básico e ensino médio. Com a medida, jovens da área rural não precisarão mais sair do campo para frequentar um curso superior. O resultado será um maior acesso a esse nível da educação com garantia de formação profissional e consequente melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) passaram, assim, a integrar o ensino superior. Os 34 CEFET poderão, a partir dessa reestruturação, oferecer cursos tecnológicos de nível superior. A nova estrutura, estabelecida por dois decretos publicados em 2004, permite que os centros apresentem projetos de acesso a fundos setoriais de pesquisa e de fomento à pós-graduação, destinados somente às instituições de ensino superior.

E.12) Reforma da educação superior

Ao optar pela valorização do ensino superior público e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros, o Governo sinaliza o papel estratégico da universidade na construção de um novo projeto de desenvolvimento para o País, que compatibilize crescimento sustentável com justiça social. É essa visão que norteia o processo de reforma da educação superior no Brasil, que está centrado em cinco grandes objetivos: o fortalecimento da universidade pública, o combate à mercantilização do ensino, a melhoria da qualidade, a democratização do acesso e a construção de uma gestão eficiente, participativa e cidadã.

Essa visão está contemplada na versão preliminar do Anteprojeto da Lei de Educação Superior,

resultado de um amplo processo de diálogo com a comunidade acadêmica, entidades da sociedade organizada, lideranças sociais, intelectuais e políticas, técnicos e especialistas em educação. Assim, o Estado cumpre seu papel regulador e indutor de um novo sistema nacional de educação superior, voltado para a consolidação de uma nação soberana, democrática e inclusiva.

g) Fortalecimento do ensino superior federal e gratuito

g.1) Expansão das universidades federais

O Governo trabalha para ampliar a participação do setor público na educação superior. A meta é criar novas universidades públicas, expandir novos polos e abrir 200 mil novas matrículas em dois anos nas instituições federais. Nessa direção, estão sendo criadas as universidades federais do ABC, Recôncavo Baiano e Grande Dourados. A interiorização do ensino superior é outra ação importante para a democratização do acesso. Também estão em implantação os campus de Volta Redonda (UFF), de Nova Iguaçu (UFRRJ), da Baixada Santista (UNIFESP), de Sorocaba (UFSCa), do Litoral do Paraná (UFPR), de Caruaru (UFPE), de Garanhuns (UFRPE) e da Floresta (UEA), além dos campi de Marabá, Bragança e Castanhal (UFPA). Os investimentos previstos em 2005 para a criação de novos campi e universidades somam cerca de R\$ 85 milhões.

g.2) Valorização profissional

Depois de seis anos sem aumento significativo, os professores da rede federal tiveram reajuste acima da inflação – entre 10% e 34,9% – em 2004. O aumento beneficiou 74 mil professores. O Governo também reduziu a diferença salarial entre ativos e aposentados. Outra conquista importante foi o acordo para a criação do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos das universidades brasileiras, contemplando uma antiga reivindicação dos trabalhadores desse setor. O projeto de lei estabelece um piso salarial de R\$ 701,98, que hoje é de R\$ 452,00, com a incorporação das gratificações. O plano de carreira também estabelece promoções mediante cursos de capacitação e incentivo à qualificação desses profissionais.

A valorização da carreira pública também passa pela realização de concursos. Até 2006, serão contratados seis mil novos docentes para as universidades federais, repondo aposentadorias e qualificando o corpo docente das instituições.

g.3) Mais recursos para o ensino superior federal

O Orçamento Geral da União estabelece um reforço de R\$ 1,7 bilhão para as 35 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Do total, cerca de R\$ 1,4 bilhão será destinado a novas contratações e reajustes de professores e servidores. Para custeio e investimento, são R\$ 260 milhões a mais em relação a 2004 – passando de R\$ 543 milhões, em 2004, para R\$ 803 milhões em 2005 –, um crescimento de 47%. Esse é o maior incremento orçamentário para as universidades federais nos últimos dez anos.

g.4) Qualidade do ensino superior

g.4.1) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Em 2004 foi criado o SINAES, com o objetivo de avaliar e garantir a qualidade do ensino ofertado por todas as instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil. O sistema é composto pela avaliação das instituições, pela avaliação dos cursos e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que substitui o antigo Exame Nacional de Cursos, o Provaão. O SINAES permite uma avaliação completa e integrada dos diversos aspectos da educação superior, como gestão, pesquisa, extensão e responsabilidade social.

O sistema utiliza dois instrumentos de forma conciliada para avaliar as instituições: a avaliação externa, na qual uma comissão indicada pelo INEP confere as condições de ensino, a administração, a infra-estrutura, os projetos e atividades desenvolvidas; e a avaliação interna, na qual as instituições fazem uma auto-avaliação apontando seus pontos fortes e fracos. No âmbito dos cursos, a comissão avalia o perfil do corpo docente, a organização didático-pedagógica, as instalações e demais aspectos específicos de cada grade curricular.

Para avaliar o desempenho dos estudantes, o ENADE avalia os conhecimentos gerais e específicos dos alunos do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, diferentemente do Provaão, que avaliava somente alunos de último ano. O novo método permite aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento dos seus alunos, o que não era possível na avaliação anterior. Em oito anos, o Provaão avaliou 26 áreas do conhecimento enquanto o ENADE, em três anos, avaliará 32 áreas.

Do total de 156.654 alunos de 2.187 cursos de graduação, 90,16% participaram do primeiro ENADE, realizado em novembro de 2004. As áreas avaliadas foram Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição,

Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia.

g.5) Regulamentação de novos cursos superiores

Em 2004 foram editadas medidas legais para regular a expansão da educação superior privada. Com as medidas, o Ministério da Educação passou a priorizar cursos superiores com projetos pedagógicos inovadores e que contribuam para o desenvolvimento social e local das regiões onde serão implantados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), grau de alfabetização e escolaridade da população, emprego formal e número de jovens são alguns dos indicadores considerados para a autorização de novos cursos superiores.

g.6) Democratização do acesso

g.6.1) Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O Governo lançou em 2004 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos integrais e parciais (de 50%), em universidades privadas, a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa de estudo em escola particular. Ao todo, 1.142 instituições privadas de ensino superior aderiram ao programa, o que possibilitou a oferta de cerca de 100 mil bolsas de estudos para 2005. Parte das vagas está reservada para afrodescendentes e indígenas, em percentual compatível com a participação dessas populações em cada estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os critérios de seleção são os resultados dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o perfil socioeconômico. As bolsas integrais são para estudantes com renda familiar per capita de até um e meio salário mínimo, e as parciais, de 50%, para aqueles com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Professores da rede pública de ensino básico, sem diploma, poderão participar do programa nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, independente da renda familiar. O objetivo é propiciar uma educação de mais qualidade para o País.

O programa de criação de bolsas do Governo reverte impostos não pagos pelas instituições privadas em vagas nas universidades. Atualmente, 85% do sistema privado do ensino superior têm isenção de tributos, total (universidades filantrópicas) ou parcial (universidades sem fins lucrativos). Somente as instituições com fins lucrativos – 15% restantes do sistema privado – pagam os tributos previstos. Em contrapartida, essas instituições que aderiram ao ProUni ficam isentas do Imposto

de Renda de Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, do PIS e do Cofins. Até 2006, o ProUni ofertará 200 mil vagas em universidades privadas.

g.6.2) Política de cotas em universidades federais

O Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, em tramitação no Congresso Nacional, prevê a reserva de 50% das vagas em instituições federais de educação superior para alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. Essas vagas também deverão ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e índios igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população, segundo o último censo do IBGE. Atualmente, 15 universidades brasileiras adotam sistemas próprios de cotas, com oito instituições estaduais e sete federais. As vagas dessas universidades contemplam índios, negros, egressos de escolas públicas e pessoas com deficiência. Além do acesso, um acordo de cooperação junto aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) foi firmado em 2004 para sensibilizar as universidades para a implantação de sistemas de cotas, independente do Projeto de Lei.

g.6.3) Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES)

O FIES continuará a financiar alunos que não se enquadram nos critérios de seleção do ProUni. Em 2004 foram 188.664 alunos atendidos, cerca de três mil a mais em relação ao ano anterior, em que foram beneficiados 185.740. Atualmente, 1.370 instituições de ensino superior privadas mantêm alunos pelo FIES. Para 2005 serão destinados R\$ 829 milhões ao Fundo. O recurso vai financiar 30 mil novas vagas para estudantes em instituições privadas, além da manutenção dos 180 mil estudantes que já contam com o financiamento.

g.6.4) Ensino superior a distância

Em 2004, foi criado o Programa de Expansão do Ensino Superior a Distância em Universidades Públicas. Por meio de convênios com 37 universidades de todo o Brasil, foram abertos 19 cursos de licenciatura nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia e Pedagogia, possibilitando a oferta de 17.585 vagas a partir de 2005. Além de contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior, o programa formará docentes para enfrentar a carência de professores de Ciências Exatas na educação básica. Até então, nunca se realizara qualquer ação ou programa específico de apoio à expansão de cursos a distância em universidades públicas.

h) Pós-graduação

h.1) Formação de mestres e doutores no País

Após dez anos sem aumento, as bolsas de mestrado e doutorado disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tiveram um reajuste de 18% em 2004. O Programa de Formação de Mestres e Doutores no País oferece apoio direto aos estudantes de pós-graduação por meio da concessão de bolsas de estudos de mestrado e doutorado. Além disso, promove a ampliação e consolidação da pós-graduação nacional, pelo financiamento da infra-estrutura de ensino, apoio à pesquisa e projetos de cooperação entre instituições. Em 2004 foram aplicados R\$ 301,8 milhões, atendendo 22.480 bolsistas.

O Governo Federal também implantou um sistema de cruzamento de dados entre a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para verificar duplicidade de benefícios. A iniciativa visa possibilitar a eliminação de fraudes e o controle da corrupção.

h.2) Avaliação de programas de pós-graduação

Dos 1.819 programas de pós-graduação do Brasil, 11% têm padrão de qualidade internacional. Os dados são da CAPES, que avaliou, em 2004, todos os programas de pós-graduação do País. Essa avaliação é realizada a cada três anos. Em relação ao triênio anterior (1997/2000), o número de programas com bom desempenho cresceu 16,9%. Outro avanço foi o decréscimo do número de programas com conceitos péssimo ou ruim. Antes eram 65, agora são 35. As instituições que tiveram cursos com essa classificação poderão recorrer da avaliação, mas se o conceito for mantido, esses cursos serão descredenciados pelo MEC e não terão mais validade. A avaliação da CAPES é fundamental para estabelecer um padrão de qualidade e dotar a sociedade de um eficiente banco de dados sobre a situação da pós-graduação no Brasil.

h.3) Formação de recursos humanos no exterior

Em 2004, os pós-graduandos mantidos pela CAPES no exterior tiveram o valor das bolsas reajustado para compensar a defasagem em relação às moedas que tiveram rápida valorização, como o Euro. O reajuste beneficiou bolsistas residentes na Comunidade Europeia, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Suécia. O recurso aplicado na concessão das bolsas e na permanência dos estudantes no exterior foi de R\$ 81 milhões. A ação viabiliza a formação de docentes e pesquisadores que contribuirão para o meio acadêmico e para a produção de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do Brasil.

h.4) Respeito às diversidades

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento e valorização da diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade, na necessidade de garantir acesso e participação de todo cidadão a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

i) Educação especial

i.1) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade

Em 2004, 23 mil educadores e gestores de dois mil Municípios participaram de cursos de formação. O Programa busca disseminar a educação inclusiva para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência em escolas regulares da rede pública de ensino. Os profissionais já capacitados atuam como agentes multiplicadores, levando o conhecimento a seus próprios Municípios e aos que estão em sua área de abrangência.

De acordo com o Censo Escolar 2004, o Brasil possui 566.033 alunos com necessidades educacionais especiais. Desses, 57% estão matriculados em escolas da rede pública de ensino. O número de alunos com necessidades especiais em classes regulares também tem aumentado. Hoje, são 194.581 alunos que estão integrados ao sistema regular de ensino. Esses índices apontam o avanço no acesso, a busca do cumprimento da meta de educação para todos e o atendimento à diversidade.

i.2) Formação continuada de professores da educação especial

A formação continuada tem o objetivo de qualificar professores para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e efetivar o processo de educação inclusiva. Em 2004 foram capacitados 15.638 professores, que receberam formação específica em educação especial.

i.3) Distribuição de kits para alunos com deficiência visual

Em 2004 foram distribuídos 15 mil kits de material didático para alunos com deficiência visual: 7.500 para alunos cegos - composto de mochila, reglete (que possibilita a escrita pelo código braille), aeroban (para cálculos matemáticos), ponteira de bengala para reposição, guia para assinatura e papel sulfite. Os outros 7.500 kits foram para alunos com baixa visão e são

compostos de machão, cadernos com pauta dupla, cadernos sem pauta, lápis 6B, caneta ponta porosa, borracha, pincel atômico, caneta hidrográfica, lupa de apoio. Esses materiais são disponibilizados às secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal, que fazem a distribuição aos alunos da rede pública.

1.4) Implantação de Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS)

A implantação de Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) nas capitais brasileiras é feita em parceria com as secretarias estaduais de educação e tem por objetivo formar professores capazes de atender alunos surdos e orientar as famílias. A capacitação oferecida pelos centros favorece o uso e a difusão da língua de sinais, que torna mais fácil o aprendizado de alunos surdos ou com deficiência auditiva. Em 2004 foram implantados seis novos CAS.

1.5) Educação no campo

Uma pesquisa inédita vai mapear a realidade educacional dos mais de seis mil assentamentos do País. Em 2004, os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário firmaram acordo para identificar a demanda educacional dos assentados com o objetivo de formular políticas públicas que melhorem o acesso à educação e a qualidade do ensino. A pesquisa teve início em outubro de 2004 e os resultados serão divulgados em março de 2005.

1.6) Educação nas áreas remanescentes de quilombos

No Brasil, estão identificadas, hoje, centenas de áreas remanescentes de quilombos localizadas nas diferentes regiões do Brasil. Com intuito de melhorar a qualidade da educação dessa população, o Ministério da Educação tem apoiado os Municípios com áreas quilombolas para a ampliação da rede física escolar, formação continuada de professores e aquisição de material didático específico para essas comunidades. Em 2004, 11 prefeituras tiveram projetos aprovados no valor de R\$ 1,3 milhão, atendendo 24,5 mil alunos e 495 professores.

As comunidades quilombolas também são atendidas por outras ações, como Dinheiro Direto na Escola, merenda escolar, livro didático e Biblioteca Escolar.

1.7) Educação indígena

Em 2004 foram investidos recursos significativos na formação continuada de três mil professores indígenas que atuam no ensino fundamental sem a formação em nível médio. Os recursos são repassados mediante convênios com os Estados e Municípios. Atualmente existem cerca de seis mil educadores indígenas atuando em escolas no interior das aldeias. Desses, 3.500 já concluíram o nível médio e estão aptos a dar aulas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. O processo pedagógico dos cursos é adaptado às culturas e ao modo de vida dos diversos grupos étnicos.

Em 2005 também serão firmados convênios com universidades para apoiar a criação do curso de Licenciatura Específica, que forma professores indígenas para o ensino bilíngüe, para o exercício da interculturalidade e para valorização da cultura e da história indígena. A meta é formar quatro mil educadores nos próximos dois anos para atuar no ensino médio.

4) Saúde

A partir da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), importantes avanços têm sido registrados no âmbito da saúde no Brasil, os quais podem ser creditados, certamente, aos esforços voltados ao cumprimento dos princípios e diretrizes que orientam este Sistema. Entretanto, ainda é longo o caminho a percorrer para prover a população brasileira de uma atenção à saúde integral, equânime e de qualidade, capaz de superar as grandes desigualdades ainda prevalentes na área.

A redução das desigualdades em saúde constitui prioridade central do Governo, que a define como condição essencial para a qualidade de vida e bem-estar da população. A definição de prioridades para a redução das desigualdades e para o conjunto da área de saúde está baseada nas contribuições oriundas da participação popular – em especial aquelas expressas nas deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde –, no Plano Plurianual 2004-2007 e no planejamento estratégico conduzido pelo Ministério da Saúde, que resultou na elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS). O PNS – aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em agosto de 2004 – foi construído mediante ampla mobilização social e constitui instrumento de referência para o SUS.

a) As grandes prioridades da saúde

O ano de 2004 caracterizou-se pelo fortalecimento de 16 iniciativas classificadas como prioritárias pelo Governo Federal no âmbito da saúde. Dessas, quatro ganharam destaque por

sua relevância e abrangência: (i) saúde bucal, por meio do projeto Brasil Sorridente; (ii) Farmácia Popular do Brasil; (iii) Qualificação do SUS – QualSUS –, que inclui o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU); e (iv) avaliação e controle das ações e dos recursos financeiros transferidos no âmbito do SUS.

a.1) Programa Brasil Sorridente

Este Programa engloba diversas ações do Governo Federal, no âmbito do Ministério da Saúde, e busca melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. Estão em atuação no País 8.951 equipes de saúde bucal, das quais 2.781 foram implantadas em 2004, representando um aumento, em termos de população coberta, de 11,4 milhões de beneficiários, passando de 35,7 milhões, em 2003, para 47,1 milhões, em 2004. Até dezembro de 2004 foram implantados: 100 Centros de Especialidades Odontológicas; 298 consultórios nestes Centros de Especialidades; e 396 consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal da modalidade II (integrada por um cirurgião-dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental). Acresce-se ainda o repasse de recursos para a implantação de 221 sistemas de fluoretação da água em 128 Municípios.

Até o final de 2005, a previsão é de que estejam implantados 400 Centros de Especialidades Odontológicas e 400 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária e que estejam atuando 3.000 novas equipes de saúde bucal no Programa Saúde da Família, cujo trabalho integra as diversas ações que compõem o Programa Brasil Sorridente, nas quais serão investidos, até o final de 2006, aproximadamente, R\$1,3 bilhão. Também estão previstas a distribuição de insumos odontológicos para todas as equipes de saúde bucal; o fornecimento de kits de higiene bucal para 500 mil alunos da rede pública de ensino; e a distribuição de consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal. No que se refere à fluoretação da água, a perspectiva é de que este serviço se estenda a 80% dos Municípios com sistema de abastecimento (atualmente, 60% dos Municípios contam com o serviço).

a.2) Farmácia Popular do Brasil

Esse projeto tem por objetivo ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando principalmente as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo destes produtos. Com o projeto, o Governo Federal vem atuando em diferentes frentes, desde a criação de rede pública de farmácias populares ao incentivo para o desenvolvimento da indústria nacional do setor farmacêutico.

Já foram criadas 27 farmácias populares, sendo 16 em São Paulo/SP, cinco em Salvador/BA, duas no Rio de Janeiro/RJ, uma em Goiânia/GO, uma em Vitória da Conquista/BA, uma em Caxias do Sul/RS e uma em Ilabuna/BA, com potencial de atendimento de 200 mil famílias. Nessa rede pública, cada usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. A estrutura das farmácias – cada uma com um elenco de 89 itens de medicamentos – é diferenciada, permitindo a adequada atenção farmacêutica e a realização de ações educativas, por meio da apresentação de vídeos, campanhas sobre a Aids, combate à dengue, entre outras. O projeto tornou disponíveis mais de dois milhões de medicamentos. Dos 10 medicamentos mais procurados nas farmácias populares, seis são indicados para o tratamento de hipertensão, dois para o tratamento de diabetes e dois para o tratamento de úlceras gástricas.

Até junho de 2005, a previsão é instalar 100 farmácias em 36 aglomerados urbanos. Até o final de 2005, prevê-se o funcionamento de 330 unidades. Ainda na oferta de medicamentos na Farmácia Popular, em 2005, dois outros componentes em estudo deverão beneficiar sobremaneira o público comprador, a saber: o subsídio para redução do preço final de 12 tipos de medicamentos utilizados para o tratamento de hipertensão e de diabetes e a redução do ICMS da lista de medicamentos selecionados, resultando na redução de 13% a 18% do preço final de cerca de 2.800 apresentações.

a.3) QualiSUS

O QualiSUS compreende uma série de mudanças que visa proporcionar maior conforto para o usuário do sistema de saúde, com atendimento prestado de acordo com o grau de risco, maior atenção dos profissionais de saúde aos pacientes e menor tempo de permanência no hospital. Os hospitais atendidos pelo QualiSUS receberão equipamentos novos, comprados pelo Governo Federal, e terão suas instalações reformadas. O QualiSUS teve início em 2004, com intervenções nas emergências de seis hospitais do Rio de Janeiro: Hospital Municipal Miguel Couto, Hospital Municipal Souza Aguiar, Hospital Municipal Andaraí, Hospital Municipal Salgado Filho, Hospital Estadual Rocha Faria e Hospital Geral de Bom Sucesso. As obras serão concluídas em 2005, ano em que está prevista a implantação do Programa em todas as capitais brasileiras. No âmbito ainda do QualiSUS, em 2004, foi iniciada a implantação dos quatro pilotos do Programa, referentes a urgência/emergência, nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia, bem como do piloto QualiSUS, inerente ao Sistema, no Estado de Sergipe.

a.4) Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU/192)

Integrante do QualisUS, é o serviço de atendimento pré-hospitalar do SUS. Esse serviço foi estruturado para prestar assistência às pessoas em situações de urgência real ou presumida, seja por causas clínicas (como infartos do coração ou derrames cerebrais), traumáticas (como fraturas ou ferimentos decorrentes de acidentes) ou psiquiátricas (como no caso de doenças mentais ou uso de drogas). Tais eventos provocam fluxos espontâneos aos prontos socorros, os quais não conseguem oferecer um atendimento de forma qualificada e humanizada.

O SAMU destina-se a melhorar e qualificar o nível de resposta do sistema de saúde nesses casos, e está permitindo a organização e a racionalização da rede pública, visto que, na central de regulação deste Serviço, o médico atende à chamada de socorro e tem autonomia para fazer a triagem do atendimento, decidindo o encaminhamento do paciente segundo informações de vagas em leitos de emergências nos hospitais. A estrutura física requer Centrais de Regulação Médica das Urgências, com fácil acesso ao público, por via telefônica (192), em sistema gratuito, além do envolvimento de outros profissionais não oriundos da área de saúde, como telefonistas, rádio-operadores e condutores de veículos de urgência. No aspecto do transporte das vítimas, o SAMU atende à população com dois tipos de veículos, diferenciados segundo a complexidade dos equipamentos e capacidade de resposta a determinadas urgências.

Em 2004 já foram implantados 80 Serviços de Atendimento Móvel às Urgências, com a distribuição de 702 unidades móveis, beneficiando 64 milhões de pessoas em 329 Municípios. Entre os Municípios contemplados estão: Vitória da Conquista/BA; Fortaleza/CE; Belo Horizonte/MG; Recife/PE; Porto Alegre/RS; Aracaju/SE; São Paulo/SP; Campinas/SP; Betim/MG; Belém/PA; Natal/RN; Maceió/AL; Goiânia/GO; Campina Grande/PB; João Pessoa/PB; Rio Branco/AC; Curitiba/PR e Teresina/PI.

Somente para a primeira etapa do SAMU está previsto um investimento total de R\$ 120,1 milhões em todo o País, empregando 15 mil pessoas em postos de trabalho diretos e indiretos. As medidas irão ampliar o atendimento para cerca de 90 milhões de pessoas, prevendo-se a aquisição total de 1.670 ambulâncias, sete barcos ambulância e dois helicópteros.

O fortalecimento da atenção básica é um componente da estratégia de implantação do QualisUS, pois reduz a procura dos serviços básicos nos hospitais. A atenção básica envolve um conjunto de ações de caráter individual e coletivo, situado no primeiro nível de atenção do Sistema, voltado para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a

reabilitação. Para o seu custeio, foi revisado o valor per capita do Piso da Atenção Básica (PAB) Fixo, que passou de um mínimo de R\$10,00 para R\$13,00, representando um aumento de cerca de R\$ 210 milhões ao ano no repasse federal aos Estados e Municípios.

Além disso, até dezembro de 2004, houve um acréscimo de 27,1% no número de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), comparado com dezembro de 2002, atingindo 21.232 equipes, em 4.664 Municípios, que atendem a uma população de mais de 69 milhões de pessoas. Destaca-se, também, a expansão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) que alcançou o patamar de 192.735 agentes comunitários, cobrindo uma população ao redor de 98,3 milhões de brasileiros, em 5.122 Municípios.

Em continuidade ao fortalecimento da atenção básica, a expectativa é de que, até dezembro de 2005, estejam em atuação cerca de 25 mil equipes de saúde da família, atendendo a uma população de mais de 86 milhões de pessoas. E o número de agentes comunitários de saúde atuando em todo País será de 210 mil.

b) Ampliação do acesso da população à atenção ambulatorial especializada e hospitalar, aos medicamentos e insumos estratégicos

Quanto à atenção especializada, em 2004, destacam-se, inicialmente, o credenciamento de 87 novos hospitais e de 208 novas equipes de transplante no País, além da capacitação de 280 coordenadores das comissões intra-hospitalares de transplantes. Foram realizados, até dezembro de 2004, 11.316 procedimentos de transplante, representando um incremento de 43% em relação ao total de transplantes efetuados em igual período de 2002.

Considerando que o Brasil possui uma rede hospitalar bastante heterogênea do ponto de vista de incorporação tecnológica e complexidade de serviços, existindo grande concentração de recursos e de pessoal em cidades de médio e grande porte, com claro desequilíbrio regional e favorecimento das regiões Sul e Sudeste, o Governo definiu um conjunto de medidas e estratégias para a Reforma do Sistema de Atenção Hospitalar Brasileiro, conferindo especial atenção aos hospitais de pequeno porte. A Política Nacional para os Pequenos Hospitais Brasileiros, que redefine o papel de estabelecimentos de saúde com cinco a 30 leitos, localizados em Municípios de até 30 mil habitantes, incrementa um novo modelo de organização e financiamento para a sua adequada inserção na rede hierarquizada de atenção à saúde e agrega resolvibilidade e qualidade entre as ações dos diferentes níveis de complexidade. De um total de

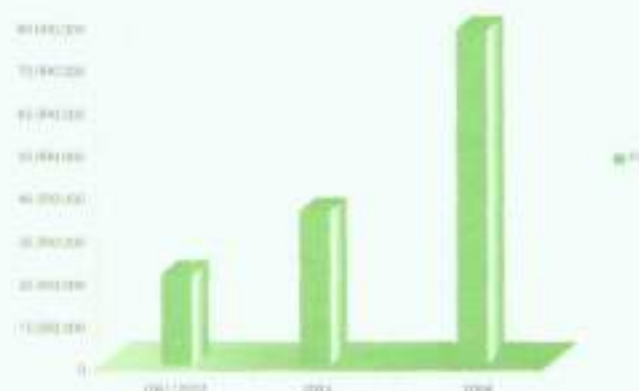
1.649 unidades, atualmente 970, existentes em 894 Municípios – onde vivem 15,2 milhões de habitantes –, atendem todos os critérios de seleção e serão prioritárias nesta Política.

No que se refere à saúde suplementar, das 2.002 operadoras com registro, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acompanhou 1.326, sob o ponto de vista da situação econômico-financeira e da aplicação dos critérios de constituição de garantias, das normas de contabilidade e estatística e dos parâmetros de capital e patrimônio líquido. Foram objeto de fiscalização, visando a constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, 969 operadoras; outras 1.583 foram observadas quanto ao cumprimento dos critérios, procedimentos e normas de exigência de escrituração contábil constantes do Plano de Contas Padrão da ANS.

Em 2004, foram realizadas 207 fiscalizações pró-ativas, que tiveram como motivo indícios de anormalidades e receberam 15,182 denúncias, as quais resultaram em 12.297 processos de apuração. Em 2005, constituirão iniciativas fundamentais o Projeto de Qualificação na Saúde Suplementar, traçando rumos e operacionalizando ações com vistas à construção deste setor como pertencente ao campo da produção da saúde, e o Projeto de Implementação de Padrão Único de Troca de Informações entre Operadoras e Prestadores de Serviços de Saúde, que produzirá a compatibilidade e interoperabilidade entre sistemas e dados para fins de análise estatística, reduzindo redundâncias e duplicação de esforços, além da manutenção dos objetivos estratégicos da ANS para propiciar que toda a população vinculada a planos de saúde fique sob a proteção da Lei, por intermédio do Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos e do estabelecimento de novos critérios para análise de preços dos produtos e para a definição dos reajustes.

Na área de ciência e tecnologia, buscou-se ampliar a autonomia brasileira na produção de insumos estratégicos, como medicamentos e hemoderivados. Dando continuidade à promoção do acesso da população a medicamentos, foram implementadas ações importantes que contribuíram para a eficácia da política nacional de assistência farmacêutica. Entre essas, cabe citar o apoio a 19 estabelecimentos públicos produtores de medicamentos, visando a dinamização do parque estatal produtor, o qual produziu cerca de 992,7 milhões de unidades farmacêuticas. Investiu-se, também, na modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção dos laboratórios farmacêuticos oficiais, visando o suprimento do SUS e o cumprimento de seu papel como referência de custo e qualidade da produção de medicamentos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL PARA MODERNIZAÇÃO E ADREÇAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DE FÁBRICAS E LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS - BRASIL, 2001-2004



Fonte: Ministério da Saúde

Para a aquisição de medicamentos básicos, foi fornecido incentivo financeiro aos 5.560 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB variável). Ao lado disso, garantiu-se a 330 mil usuários do SUS o acesso a medicamentos excepcionais, como a ciclosporina para pessoas que receberam transplante. Com relação aos medicamentos estratégicos, foram distribuídas cerca de 1,7 bilhão de unidades de medicamentos, beneficiando mais de 87 milhões de pacientes. A previsão para 2005 é a de que serão atendidas todas as pessoas cobertas por diferentes programas e ações, como o de controle de diabetes, Aids, endemias, tuberculose, asma, hipertensão arterial, hanseníase, tabagismo e lúpus, bem como aqueles de atenção à saúde da mulher e à saúde da família. Em 2005, mais de 370 mil pessoas receberão medicamentos de alto custo, entre elas, as que realizaram transplantes, os portadores de insuficiência renal crônica, de osteoporose, de esquizofrenia refratária, de doença de Parkinson, de doença de Alzheimer, de doenças metabólicas etc.

No âmbito da inovação tecnológica, cabe citar a implantação da planta de produção de vacinas virais e contra a gripe no Instituto Butantã; a ampliação da Rede Brasilcord (banco de células de cordão umbilical); a realização da planta de pesquisa clínica com célula tronco em cardiologia e a inauguração das fábricas de preservativos, no Acre, e de medicamentos, no Rio de Janeiro, adquirida junto à indústria privada. A produção de vacinas atingiu, até meados de dezembro de 2004, a marca de 85,1 milhões de doses. São produzidas pela Fiocruz seis tipos de vacinas, em volume que já corresponde a um terço do consumo nacional.

No segundo semestre de 2004, teve início o processo de transferência de tecnologia do

laboratório estatal do Governo de Cuba para produção, em Biomanguinhos/Fiocruz/MS, dos produtos Interferon e Eritropoetina, que permitirá a auto-suficiência brasileira na produção destes dois produtos. Merece destaque a aquisição de fábrica de medicamentos junto à indústria privada, com a qual espera-se atingir, já em 2005, a produção de 1,5 bilhões de unidades farmacêuticas. Tal iniciativa representa importante economia de divisas com a redução de importações. Cabe assinalar, ainda, o aumento dos investimentos do Governo em assistência farmacêutica, conforme quadro a seguir:

ESTRUTURA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS FARMACÊUTICAS (DO MINISTÉRIO DA SAÚDE) - 2002 a 2005

Item	Recursos				Acréscimo (%)
	2002	2003	2004	2005	2002 para 2005
Orçamento total do MS	28.290	30.236	36.339	40.540	43,30
Assistência farmacêutica	1.734	1.856	2.432	3.043	75,49
Participação (%)	6,20	6,14	6,69	7,51	—
Crescimento (%)	—	3,82	31,09	25,11	—

Fonte: CGO/MSPO/MS

Notas:

(1) Os programas considerados para assistência farmacêutica são: medicamentos essenciais, medicamentos estratégicos, medicamentos para DST/Aids, farmácia básica e farmácia popular (a partir de 2003).

(2) Para os anos de 2002 a 2004 os recursos considerados são os valores executados segundo o critério de empenho, para o ano de 2005 considerou-se o orçamento aprovado.

b.1) Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRAS

A implantação da HEMOBRAS deve ocorrer a partir de 2005, o que representará uma grande economia de divisas para o País. Hoje, o Brasil investe mais de 120 milhões de dólares por ano na importação de hemoderivados. O investimento previsto na implantação da fábrica para fracionar 400.000 litros de plasma/ano é da ordem de 55 milhões de dólares e torna-se auto-sustentável num prazo estimado de cinco anos após o início do seu funcionamento.

c) Atendimento às necessidades de grupos estratégicos

Na atenção à saúde da mulher, destacam-se a implantação de Comitês de Morte Materna em

80% das capitais brasileiras e o cadastramento de 1,29 milhão de gestantes no Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) - janeiro-novembro/2004). Até o final de 2005, o Programa deverá atingir a totalidade dos Municípios brasileiros. Houve ainda aumento do valor do procedimento do parto pago pelo SUS (de 45% para o parto normal e de 19% para a Cesariana). Outro destaque é a previsão de capacitação de 6.480 profissionais que atuam em urgências e emergências obstétricas e neonatais.

A redução da mortalidade infantil constituirá, em 2005, uma das prioridades no contexto da atenção à saúde da criança, para o que será incrementado um amplo conjunto de medidas onde, entre outras, destacam-se: capacitação, nas boas práticas da atenção obstétrica e neonatal, da principal maternidade de 50% dos Municípios pólos; implementação da campanha Primeira Semana Saúde Integral, em 78 Municípios; implantação da Caderneta de Saúde da Criança, com distribuição de 3,5 milhões de cadernetas em todo País; abertura de 10 novos Bancos de Leite e implantação de centros colaboradores estaduais em saúde da criança em 26 Estados e no DF.

Na área de saúde mental, até novembro de 2004 já estavam em funcionamento 588 novos serviços tipo Centro de Atenção Psicossocial (Caps), dos quais 88 foram implantados em 2004. Também já à disposição dos usuários encontram-se 265 novos Serviços de Residência Terapêutica, destes, foram apoiados 124 novos serviços em 2004. Está previsto para 2005 a prestação de apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios para a manutenção e expansão de 510 serviços extra-hospitalares, sendo 200 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), 250 serviços de residências terapêuticas e 60 unidades psiquiátricas em hospitais gerais, para o atendimento aos portadores de transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Além disso, o número de leitos em hospitais psiquiátricos foi reduzido em cerca de 2.700 em 2004, tendo sido estabelecido processo de intervenção federal em seis hospitais psiquiátricos nos Estados de MG, PE, PB, RN, RJ e BA. Em 2004, foi implantado também o Programa de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS, que prevê a redução planejada e gradual de leitos psiquiátricos, com recomposição da diária hospitalar para os hospitais que cumpriram as reduções previstas. Esse programa tem sido um importante instrumento de pactuação entre gestores e prestadores de serviços do SUS.

Desde 2003, todos os hospitais psiquiátricos foram avaliados pelo Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar (PNASH/Psiquiatria). Os resultados da avaliação hospitalar servem como importante instrumento de gestão para a melhoria da qualidade da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS. Quanto ao auxílio-reabilitação psicossocial, lançado em

dezembro de 2003, o número de beneficiários já alcançava, em novembro de 2004, 906 pessoas (incluindo os beneficiários cadastrados em 2003 e os novos inseridos a partir de janeiro de 2004). A previsão é de que ao final de 2005 o atendimento se dê a cerca de dois mil beneficiários.

No tocante à saúde indígena, destaca-se, em relação a 2002: a redução de 15% no coeficiente de mortalidade infantil; a redução de 41% na incidência de tuberculose pulmonar positiva e a redução de 22% no índice parasitário anual de malária. Acrescem-se, também, a garantia da representatividade indígena no Conselho Nacional de Saúde; a ampliação da cobertura vacinal nas comunidades indígenas; o levantamento epidemiológico para identificação das condições de saúde bucal da população indígena; a implantação do programa de saúde mental em 41% dos Distritos Especiais Indígenas (DESI), com 20 equipes constituídas e a implantação do programa de saúde bucal em 100% dos DESI. Além disso, foram formados 582 Agentes Indígenas de Saúde (AIS); capacitados 450 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena e capacitados 351 Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), para operação e manutenção dos sistemas implantados. Foram ainda beneficiadas 450 aldeias com sistema de abastecimento de água e 230 aldeias com destino adequado de dejetos.

Em 2005, o Governo Federal continuará dando atenção prioritária para a superação desses problemas e melhoria dos indicadores afetos à população indígena, inclusive ampliando em 22% os recursos aplicados, quando comparados a 2004.

d) Combate às epidemias e endemias

O perfil epidemiológico do Brasil exige uma atuação efetiva tanto no contexto da atenção mais especializada, prestada no âmbito hospitalar e ambulatorial, quanto em relação a endemias e doenças transmissíveis, como a tuberculose e a hanseníase. No tocante à tuberculose, foram capacitados 9.000 técnicos dos Estados e Municípios para o controle da doença. Em relação à hanseníase, foram treinadas 3.394 equipes dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família, e o tratamento com poliquimioterapia passou a ser oferecido em mais 1.892 unidades de saúde. Quanto à dengue, houve a redução da transmissão da doença em 92%, quando comparado com 2002, alcançando um patamar de cerca de 100 mil casos/ano.

Por sua vez, o Programa de DST/Aids continuou a registrar importantes resultados na prevenção destas doenças e no tratamento dos portadores de HIV e de Aids. Entre as medidas empreendidas, destaca-se o incentivo a 413 Municípios, com repasse de recursos financeiros – fundo a fundo – destinados às ações de combate à HIV/Aids e outras DST. Foram prestados

atendimentos a 283,7 mil pessoas que demandaram serviços de DST e/ou DST/Aids, com distribuição de anti-retrovirais para 154 mil pessoas vivendo com HIV/Aids.

e) Saneamento básico em saúde

Na importante área de saneamento, o Governo vem realizando um conjunto de medidas destinadas a prevenir e controlar agravos, bem como a contribuir para a qualidade de vida da população. Uma dessas medidas refere-se à implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, que, até novembro de 2004, beneficiou 4.443 famílias.

Foram beneficiadas também, até novembro de 2004, 32.328 famílias por meio de implantação de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, em municípios de até 30 mil habitantes e em municípios com risco de dengue. Um total de 4.676 famílias foi atendido com obras de implantação e melhoria de drenagem e manejo ambiental para a prevenção e controle da malária. Em municípios de até 30 mil habitantes, 228.936 famílias foram beneficiadas com a implantação, ampliação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e 58.842 famílias tiveram o benefício de implantação, ampliação ou melhoria do sistema público de esgotamento sanitário, ambos visando sempre a prevenção e o controle de agravos.

Merece destaque especial a implantação de saneamento básico em 19 quilombos (abrangendo oito Estados), 17 assentamentos rurais (abrangendo 13 Estados) e quatro reservas extrativistas nos Estados do Amapá e Rorônia, perfazendo um gasto total de mais de R\$ 12 milhões.

f) Vigilância sanitária

O Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concentrou esforços na consolidação dos marcos referenciais de garantia da qualidade de produtos e serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária colocados à disposição da sociedade. Como instrumentos de aperfeiçoamento dessa estratégia, destacam-se o processo de pactuação com Estados e Municípios e a inovação dos mecanismos de financiamento da área, que buscam o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). No ano de 2004, além da pactuação com os 26 Estados e o Distrito Federal, a grande inovação foi o repasse de recursos financeiros a 602 Municípios que pactuaram o desenvolvimento das ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária. Tal repasse teve como objetivo contribuir para a estruturação e a melhoria da capacidade de gestão das áreas de vigilância sanitária municipais.

Particularmente em relação a recursos humanos, foram capacitados 40 inspetores do SNVS para a inspeção investigativa de desvio de qualidade de medicamentos na indústria farmacêutica e 100 agentes de vigilância – no âmbito estadual e municipal – em boas práticas de fabricação, no sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle na área de alimentos. Ampliou-se também – de 14 para 20 – o número de universidades que participaram do projeto de monitoramento da propaganda e publicidade de medicamentos e produtos para a saúde.

g) Gestão, participação popular e educação em saúde

Em 2004, foram definidas as diretrizes para a elaboração de plano de cargos, carreiras e salários para o SUS, que deverá ser operacionalizado em 2005. Nesse contexto, destaca-se a realização do concurso público para a admissão de 380 profissionais para a ANVISA, dos quais 460 especialistas e 120 analistas, além da autorização para realização de concurso, em 2005, para provimento de 220 vagas de nível médio. A Agência Nacional de Saúde Suplementar também obteve autorização para realizar concurso público visando a contratação de 188 especialistas, 28 técnicos em regulação de saúde suplementar, 55 analistas administrativos e 39 técnicos administrativos. Há ainda a previsão de realização de concursos públicos para o provimento de 3.490 cargos efetivos (como médicos, enfermeiros e servidores administrativos lotados em hospitais públicos federais no Rio de Janeiro), sendo 1.051 postos de nível superior e médio no Hospital dos Servidores do Estado no Rio de Janeiro. Cabe registrar ainda a constituição de 92 polos de educação permanente em saúde em 26 Estados, voltados à formulação e execução de ações de educação e formação no âmbito do SUS.

Tratando-se de um sistema altamente descentralizado, o SUS apresenta desafios para os gestores, uma vez que as políticas necessitam de concertamento entre os entes da federação, assim como de mecanismos sistemáticos de avaliação e controle da execução das políticas e de formação de recursos humanos. A complexidade dessa realidade requer uma atuação em três eixos prioritários: a formulação de políticas; a pactuação entre gestores e os mecanismos de monitoramento, avaliação e controle.

A formulação de políticas – primeiro eixo de atuação referido – busca cumprir os compromissos do Governo e as expectativas históricas do Movimento pela Reforma Sanitária, desenvolvendo ações que promovam a inclusão social, a redução das desigualdades entre regiões e grupos populacionais, além de auxiliar as políticas de geração de emprego e renda. Já a pactuação entre gestores demanda um novo processo, atualmente em construção, sobre resultados a serem alcançados tanto do ponto de vista da saúde da população quanto do provimento dos meios para a sua execução, como

financiamento e capacidade gerencial. O terceiro componente essencial do Sistema – monitoramento, avaliação e controle – visa garantir o adequado uso dos recursos públicos e o alcance das metas e resultados sanitários, prioridade de Governo a ser consolidada em 2005.

No que tange à participação social, será implementada a Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS (ParticipaSUS) que, entre outras metas, prevê a implantação de infraestrutura em 90% dos Conselhos Municipais de Saúde. Será também implementada a Política Nacional de Ouvidoria no SUS, com a implantação, inclusive, do Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde. Acresce-se ainda a implantação de Conselhos Gestores nos estabelecimentos de saúde do SUS.

Além dessas prioridades mencionadas anteriormente, neste ano de 2005, o Ministério da Saúde dará especial ênfase também à implementação integrada de estratégias no âmbito da inovação tecnológica (buscando garantir maior suficiência de insumos para o SUS); da responsabilidade sanitária (envolvendo, entre outras medidas, o monitoramento de ações e recursos financeiros do SUS); e da promoção da atividade física (visando estimular a população a adotar esse hábito fundamental a uma vida saudável e à prevenção de agravos, como é o caso das doenças não-transmissíveis).

Cabe assinalar, finalmente, que o desenvolvimento do elenco das ações programadas para 2005, como as aqui destacadas, possibilitará um avanço significativo rumo à redução das desigualdades em saúde no Brasil, cuja eliminação é, hoje, não apenas uma motivação ímpar para o esforço empreendido, mas um pressuposto básico de todo o trabalho em desenvolvimento. A superação das desigualdades em saúde significa contribuição estratégica à promoção da qualidade de vida e, por conseguinte, a ampliação do nível de satisfação da população brasileira.

5) Políticas afirmativas

a) Mulheres

O Governo Federal reafirma os compromissos de promoção dos direitos das mulheres, por meio da transversalização da temática de gênero nas políticas públicas, visando à prevenção e ao combate a todas as formas de violência que atingem as mulheres brasileiras, bem como a progressiva inclusão social e conquista da cidadania por grandes contingentes de mulheres que vivem nas diferentes regiões do País.

Entre as atividades que contribuíram para o alcance dos objetivos do Governo Federal no último

ano, merecem destaque os programas Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho e Gestão da Política de Gênero, incluídos no PPA 2004-2007. Tais Programas, somados ao já existente Combate à Violência contra a Mulher, expandiram a atuação do Governo, com base nos pressupostos da inclusão social das mulheres.

Com a finalidade de colher subsídios para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi realizada, em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que mobilizou, nas suas fases estaduais, municipais e regionais, cerca de 120.000 mulheres, dentre as quais foram eleitas duas mil delegadas para apresentar e debater as suas demandas e as diretrizes do Plano Nacional.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi apresentado à sociedade brasileira em dezembro de 2004. O Governo encaminhou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para coibir a violência doméstica no Brasil. O Projeto propõe a criação de procedimento específico para tratar a violência de gênero no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, ao mesmo tempo em que recomenda a criação das Varas Especiais, atendendo às recomendações do Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), órgão das Nações Unidas (ONU).

Ainda no âmbito do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher, no ano de 2004 foram firmados 63 convênios em todo o País, no valor total de R\$ 6,1 milhões, destinados à ampliação e ao fortalecimento dos serviços de apoio e atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: elaboração de diagnóstico das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; produção de metodologia para capacitação permanente dos profissionais neles envolvidos; articulação com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública para revisão e atualização do Diagnóstico de Vitimização, no Brasil, visando à construção de indicadores para as políticas públicas na área de gênero; o recrutamento de 50 DEAM em diferentes Estados do País; a capacitação dos profissionais destas Delegacias e dos que atuam em Casas-Abrigo, Centros de Referência e Defensorias Públicas.

Também merece registro o lançamento do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Dados do IBGE mostram que 40% da população rural não possui qualquer documento e, desse total, 60% são mulheres. No que tange ao Programa de Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, registra-se a implementação de ações de capacitação de mulheres para o trabalho e geração de emprego e renda. O projeto de geração de emprego e renda para as mulheres do Quilombo Kalunga, em Goiás, foi escolhido como projeto piloto em relação à capacitação nas comunidades quilombolas. Para o planejamento e avaliação de políticas

públicas para as mulheres, foram firmados, em, 2004, 53 convênios, no valor total de R\$ 1,7 milhões, com destaque para a parceria estabelecida com o IBGE, que permitirá, em 2005, lançamento do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero e com o Arquivo Nacional, visando o resgate da memória dos movimentos feministas e de mulheres do País.

Além disso, a participação do País no esforço pela promoção da equidade de gênero e defesa dos direitos da mulher foi reconhecida pela comunidade internacional, com a escolha do Brasil para a Presidência da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O ano de 2005 marcará o início da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com 198 ações dirigidas para as quatro áreas estratégicas de atuação do Governo: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra a mulher. O monitoramento dessas ações – que envolve a definição de estratégias, responsabilidades e instrumentos de trabalho – constituirá o foco central da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2005.

b) Promoção da igualdade racial

b.1) Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola reúne ações de diversas áreas governamentais, tais como regularização fundiária, desenvolvimento social e segurança alimentar; saúde, infra-estrutura, geração de trabalho e renda, educação e cultura, esportes, participação e controle social e produção do conhecimento.

Em 2004 foi iniciado o processo de regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes de quilombo em 32 comunidades, conforme determina a Constituição Federal.

Foram priorizadas 150 comunidades pelo Programa Fome Zero, para as comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional foram distribuídas cerca de 95.000 cestas básicas em 2004. No Programa Bolsa Família, estão em processo de cadastramento 266 comunidades no Estado do Maranhão, num total de, aproximadamente, 12.996 famílias. A entrega de parte desses cartões está prevista para iniciar em janeiro de 2005.

Para a execução de projetos básicos que contribuam para viabilizar o desenvolvimento

sustentável, foram priorizadas 54 comunidades quilombolas, identificando-se, dentre estas, 11 comunidades a serem beneficiadas com projetos de geração de renda.

Para garantir o acesso pleno à saúde, o Governo Federal aumentou em 50% o valor atual do repasse para o Programa Saúde da Família. Atingindo 315 Municípios que possuem comunidades de remanescentes de quilombos, o atendimento inclui ainda as equipes de saúde bucal. Esta mudança leva em consideração a dificuldade de acesso da população quilombola aos serviços médicos e também a necessidade de se expandir para lugares nunca antes atendidos as ações do Programa Saúde da Família.

As comunidades quilombolas foram incluídas no Programa Luz para Todos, tendo sido realizada a eletrificação rural em 29 comunidades. Além disso, foram atendidas 13 comunidades com abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, beneficiando cerca de 4.500 famílias. Estão sendo elaborados, ainda, os projetos de construção de pontes nas comunidades de Kalunga, em Goiás, e Itaporandava, em São Paulo.

Foram implementados diversos projetos que possibilitam uma oportunidade de integração econômica das comunidades quilombolas na economia do País, representando uma alternativa de desenvolvimento compatível com as atividades tradicionais dessas comunidades.

Em parceria com a Fundação Roberto Marinho, estão sendo implantadas as estruturas necessárias para que comunidades quilombolas acessem Telecursos, permitindo ampliar ações educacionais e de capacitação. No âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, foi firmado o acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para erradicar o analfabetismo em comunidades quilombolas, iniciando pelo Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram feitos convênios com 20 Municípios que propuseram ações de formação continuada de professores, produção de materiais didáticos e construção e fornecimento de equipamentos para as escolas situadas em comunidades quilombolas. Foi criado, também, o Projeto Quilomboaxé, visando a divulgação da história e cultura dos quilombos a partir do intercâmbio entre cantoras e cantores da Música Popular Brasileira e os Quilombolas.

A fim de promover o protagonismo e o controle social das políticas públicas implementadas no âmbito do Governo Federal em benefício da população quilombola, foi realizada a capacitação de 70 lideranças quilombolas das 54 comunidades priorizadas no Programa Brasil Quilombola. Também foram capacitadas 46 lideranças quilombolas em Economia Solidária, para implementação de projetos de desenvolvimento sustentável.

b.2) Ações afirmativas

O Governo Federal, além das ações dirigidas às comunidades quilombolas, consolida seu compromisso com a promoção da igualdade racial por meio de ações afirmativas e do incentivo a ações de proteção e garantia de direitos dos afro-brasileiros. Destaca-se a criação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPPIR), em maio de 2004, que agrega atualmente 40 Governos Municipais e 7 Governos Estaduais, e busca estabelecer e ampliar a disseminação nos diversos entes federados da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003.

Na área de cultura e comunicação, foram criados dois projetos: 1) o Projeto A Cor da Cultura, tem por base a Lei nº 10.639 (obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira no ensino médio e fundamental), e produzirá subsídios audiovisuais que deverão veicular nos meios de comunicação e serão ofertados a instituições de ensino da rede público ou privada; 2) a Campanha Diversidade, com o objetivo de promover o debate e valorização da multiplicidade étnico-racial do Brasil, ampliando a discussão para a área de trabalho e emprego. Entre as ações educacionais, destaca-se a obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede de ensino, estabelecida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

No que diz respeito à inclusão no ensino superior e carreira acadêmica, temos: a) a inclusão dos afro-brasileiros, na sua proporção em relação à população das respectivas Unidades da Federação, como público-alvo do Programa Universidade para Todos (PROUN); b) o apoio financeiro à Universidade de Brasília, que visa a concessão de bolsas e elaboração e distribuição de material didático para os alunos do Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* Culturas Negras no Atlântico; c) o apoio financeiro à Universidade Federal do Maranhão, para a realização do III Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e a realização, em 27 Unidades da Federação, de Seminários Técnicos pela Promoção da Igualdade Racial.

O ano de 2005 foi instituído como Ano da Promoção da Igualdade Racial. Essa medida qualificará sobremaneira o esforço já desencadeado pelo Governo Federal, garantindo o estímulo para realização de ações governamentais que busquem a promoção da igualdade racial em todas as áreas da política pública.

Será realizada a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em junho de 2005, precedida de Conferências Estaduais e de Consultas Indígenas e Quilombola. Sua organização está a cargo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI), órgão colegiado

de caráter consultivo, constituído por representantes da sociedade civil e do Governo Federal (Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2005).

O Governo Federal buscará, ainda, a ampliação das relações internacionais com desenvolvimento de ações, tais como: estabelecimento de acordos com países africanos (a exemplo do projeto com Moçambique), com a CPLP e a União Africana; fortalecimento de relações com a América Latina, tendo como principal foco a realização no Brasil da Conferência Regional Santiago + 5 (Monitoramento do Plano de Ação da Conferência de Durban realizada em 2001); intensificação da relação com o Haiti por meio de fortalecimento de laços de solidariedade (por exemplo: realização de um show com arrecadação de materiais escolares; encontro entre artistas brasileiros e haitianos, e publicações de autores brasileiros e haitianos).

b.3) Povos indígenas

Existem no Brasil 615 terras indígenas, com uma população indígena reconhecida de aproximadamente 410 mil índios, de 215 etnias, falando cerca de 170 línguas. Até o fim de 2004, 444 dessas terras indígenas já tinham seus limites definidos. A política indigenista tem merecido especial atenção do Governo, não só por se constituir num importante compromisso de campanha, mas também devido ao reconhecimento do papel fundamental dos povos indígenas na conformação da identidade nacional.

Em 2004 deve ser destacado o ato homologatório de 23 terras indígenas, correspondendo uma área de pouco mais de 6 milhões de hectares, a maioria situada na Amazônia, e a remoção de aproximadamente 1.200 ocupantes não-índios de diversas terras indígenas, beneficiando uma população em torno 20 mil índios. Esse reconhecimento compreendeu áreas de relevante significado histórico, resultado de um longo processo de luta e de resistência por parte das populações envolvidas, a exemplo da Terra Indígena Panambizinho/MS. Por intermédio do Programa Nacional de Reassentamento de Ocupantes Não-Indígenas em Terras Indígenas, ocorrem ações cooperadas entre o INCRA e a FUNAI para levantamento e cadastramento de ocupantes, avaliação de benfeitorias e reassentamento de não-índios. Todo esse complexo processo correu de forma pacífica e inteiramente negociada.

Ainda na direção da proteção das terras indígenas, gestão territorial e ambiental, o Governo priorizou o fechamento do garimpo da Reserva Roosevelt, área de violentos conflitos, bem assim viabilizou a venda regular de diamantes que se encontravam em poder dos índios e acelerou os estudos para uma nova lei que regulamentará, de maneira adequada e segura, a

exploração mineral em terras indígenas. Hoje, a Reserva Roosevelt conta com permanente monitoramento da Polícia Federal, não havendo mais exploração indevida de diamantes por garimpeiros, índios ou contrabandistas internacionais. Trezentas máquinas de garimpo foram desativadas pela Polícia Federal, com a cooperação dos próprios índios.

A confirmação da Mesa Permanente de Negociação, a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas e a formulação de proposta para o Novo Estatuto do Índio constituem importantes etapas a serem alcançadas ao longo de 2005, com vistas à consolidação da política indigenista.

6) Direitos Humanos

No ano de 2004, o Governo Federal intensificou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos Direitos Humanos, por meio da articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e com a sociedade civil. Dessa forma, ações de articulação, mobilização e indução foram os principais eixos da gestão transversal dos Direitos Humanos na pauta do Governo e da sociedade civil, de maneira a tornar possível a construção uma nação mais justa e solidária.

A realização da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2004, foi uma etapa importante desse processo, na qual foi discutida a criação do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos (SNDH) e as estratégias para sua implementação.

No âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, houve um aumento bastante considerável no número de operações realizadas pelo Grupo Fiscalização Móvel e, conseqüentemente, no número de trabalhadores libertados, que tiveram quitados os seus direitos trabalhistas. Em 2004 houve a libertação de 2.745 trabalhadores por meio da realização de 71 operações pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, tendo sido fiscalizadas 267 fazendas. Além disso, efetivou-se a extensão dos trabalhadores libertados da condição de escravos ao benefício de Seguro Desemprego e foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de Emenda Constitucional que prevê a expropriação das terras onde forem identificados trabalhadores submetidos à condição de escravo.

A implementação do Plano Presidente Amigo da Criança possibilitou a ampliação do leque de parcerias estratégicas para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. No ano de 2004, foram implantados 10 módulos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).

A capacitação de 4.470 profissionais ligados à promoção e defesa dos direitos de crianças e

adolescentes e a implantação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), com 40 organizações cobrindo todo o território nacional, também contribuíram para fortalecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

A articulação política e o aprofundamento do diálogo com a sociedade civil permitiram também avançar no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A consolidação do Disque-Denúncia Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (0800 99 0500) permitiu ampliar as parcerias com o Ministério Público Federal e com as organizações da sociedade. Foi iniciada a capacitação de 25.000 motoristas que trabalham nas rotas de exploração sexual e de 5.000 profissionais das redes de atendimento, prevenção, defesa e proteção, somada ao apoio a projetos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em diversas Unidades da Federação, por meio do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR).

A implantação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE) está sendo levada adiante com base em planos estaduais de atendimento socioeducativo e em parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade. Durante o ano de 2004, o Governo Federal prestou apoio técnico e financeiro aos Estados no processo de reordenamento do atendimento socioeducativo por meio da construção e reforma de unidades de internação, da implantação de medidas socioeducativas em meio aberto e do reordenamento do projeto pedagógico da medida de internação, além da implantação do SIPIA em alguns Estados e unidades de atendimento aos adolescentes.

No campo da Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foram implantados e fortalecidos cinco Conselhos Estaduais e três Municipais de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 2004, o Brasil comemorou o Ano Ibero-Americano das Pessoas com Deficiência, com destaque para a II Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações de Pessoas com Deficiência e suas Famílias e para o II Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

No âmbito do Programa Nacional de Acessibilidade, a definição do marco legal, mediante a edição do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, permitiu o estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nos espaços, edificações e transportes públicos, na comunicação e na informação, bem como nas ajudas técnicas e no atendimento prioritário. Nesse sentido, foram assinados acordos de cooperação técnica com a INFRAERO, para acessibilidade em aeroportos,

com a ANATEL, para o aprimoramento do atendimento das pessoas portadoras de deficiência no âmbito da telefonia e transmissão de sons e imagens com acessibilidade.

As ações voltadas para a assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas continuaram sendo implementadas e fortalecidas em 2004. No campo da proteção, foram mantidos os 17 serviços estaduais e o Programa Federal, que atende aos demais Estados, o que possibilitou proteção efetiva a 850 pessoas. No campo do atendimento a vítimas, foram mantidos 15 centros de atendimento, que atendem a uma média de 200 pessoas por mês.

A Promulgação da Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004, ampliou a capacidade de atuação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos para permitir a concessão de indenizações a todos os casos de morte e desaparecimento político ocorridos no período de 1964 a 1988, e não apenas aos casos de pessoas mortas em dependência policial ou similar, como previa a legislação anteriormente em vigor. Em 2004 foram aprovados 47 processos reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte ou desaparecimento de pessoas por motivação política durante a ditadura militar.

No campo da promoção dos Direitos Humanos, a implementação do programa Direitos Humanos, Direitos de Todos permitiu o apoio a serviços de orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos e fornecimento de documentação civil básica, beneficiando mais de 200.000 pessoas em comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, assentamentos rurais de reforma agrária, municípios de aliciamento de mão-de-obra para trabalho escravo e bairros periféricos de grandes cidades.

As ações voltadas para a educação em Direitos Humanos e a elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento permitiram o estabelecimento de parcerias com mais de 60 instituições públicas e privadas. Além disso, o lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, da cartilha "Diversidade Religiosa e Direitos Humanos" e do Programa Brasil sem Homofobia possibilitaram a ampliação do escopo de atuação do Governo Federal.

Em 2005, o Governo vai dar continuidade aos esforços para a construção, implantação, e fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), para a mobilização e sensibilização em todo o território nacional no que se refere ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, e para a implementação do Plano Nacional para o Registro de Nascimento, buscando garantir a todo cidadão o direito de ser registrado,

principalmente às crianças no ano de seu nascimento.

O Governo trabalhará de forma integrada para a implementação do Decreto nº 5.296, que permitiu o estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Além disso, em 2005, pretende-se transformar todos os 65 aeroportos brasileiros administrados pela INFRAERO, acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O Governo vai intensificar sua atuação para a erradicação do trabalho escravo, buscando focalizar na prevenção a essa grave violação dos Direitos Humanos, principalmente por meio da capacitação de lideranças, da implantação de serviços de orientação jurídica e da realização de campanhas para a sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos e formas de evitar o envolvimento com exploradores de mão-de-obra escrava.

Além disso, até abril de 2005, serão analisados todos os processos de pedido de indenização de familiares de mortos e desaparecidos políticos. A partir daí, será iniciado o trabalho de elaboração de um relatório final sobre o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos de pessoas por motivação política durante a ditadura militar. Em 2005 terá início também a elaboração do projeto de um centro de referência sobre violação de Direitos Humanos durante a ditadura militar, que vai reunir documentos e informações sobre esse período da história do Brasil.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos deverá participar da coordenação para a mobilização nacional em torno do referendo sobre venda de armas no Brasil, a ser realizado em outubro, que vai decidir sobre a venda de armas no País. A ideia é trabalhar a conscientização das pessoas para que o Brasil saia vitorioso neste referendo.

7) Previdência Social

Ao longo de 2004, o Governo deu sequência à implementação do programa apresentado por ocasião da Eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que previa: 1) a necessidade de uma reforma constitucional no âmbito da previdência do funcionalismo público, com o objetivo de gerar mais equidade e sustentabilidade; 2) mudanças gerenciais no regime geral de previdência social, melhorando a qualidade de gestão, o fluxo de financiamento e o grau de cobertura social; e 3) o fortalecimento institucional da previdência complementar, com estabilização e aperfeiçoamento da estrutura de supervisão, bem como a expansão de cobertura do sistema.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

a.1) Arrecadação – recordes históricos

Os avanços gerenciais na área de arrecadação, notadamente com a realização de ações de cobrança de divergências entre valores declarados e recolhidos pelos contribuintes, e de monitoramento contínuo das maiores empresas, bem como a mudança do teto previdenciário e a retomada do crescimento econômico, permitiram obter, em 2004, um volume de receitas com seguidos recordes históricos, tanto de receita corrente quanto de recuperação de créditos. Dados preliminares apontam que a arrecadação líquida deverá apresentar em 2004 um crescimento nominal de 17,28%, e real de 10,85%, totalizando R\$ 94,08 bilhões, contra R\$ 80,22 bilhões verificados em 2003. Prevê-se uma variação nominal de 16,36% na despesa com pagamento de benefícios previdenciários.

a.2) Recuperação de créditos

Foram recuperados administrativamente, em 2004, R\$ 4,5 bilhões, superando em 4,6% o desafio inicial de R\$ 4,3 bilhões, o que representa um crescimento real de 10,29%, e nominal de 17,25%, em relação a 2003. Este resultado decorre principalmente do acompanhamento permanente dos débitos parcelados. Ainda em 2004 foram realizados projetos importantes, capazes de direcionar as ações de cobrança para uma recuperação mais efetiva dos créditos. Destacam-se o estudo sobre o perfil dos débitos administrativos e sobre técnicas de cobrança, além do desenvolvimento e disponibilização de ferramenta de gerenciamento e cobrança dos débitos.

Vale ressaltar que os efeitos positivos de tais projetos só acontecerão no decorrer do ano de 2005, em virtude de os mesmos terem sido concluídos no final de 2004.

No âmbito judicial, alcançou-se o montante de R\$ 3,64 bilhões, totalizando R\$ 8,14 bilhões em crédito recuperados.

Para 2005, espera-se implementar, finalmente, a cobrança automática dos valores declarados em GFIP (Guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social) e não recolhidos.

Com vistas a melhorar a qualidade dos dados informados, buscar-se-á o aperfeiçoamento do processo de coleta das informações, por meio da determinação da obrigatoriedade da entrega da GFIP pela Internet, acesso direto aos dados originais declarados, substituição dos formulários de

etificação em papel por instrumento informatizado e unificação dos códigos de recolhimento.

O monitoramento de grandes contribuintes será otimizado com vistas a acompanhar os diferentes processos que envolvem a arrecadação de grandes empresas, apontando-se automaticamente os comportamentos atípicos e merecedores de atenção de forma tempestiva.

Pretende-se instituir Delegacias de Juízo, vinculadas diretamente à Secretaria da Receita Previdenciária, buscando-se independência entre o órgão que lança os créditos e o que os julga, o que trará mais transparência e segurança.

Também serão desenvolvidos esforços para o incremento ao índice de adimplência dos créditos e parcelamentos, por meio de monitoramento segmentado, aperfeiçoamento dos sistemas de controle e de concessão de parcelamentos, revisão de procedimentos nas unidades descentralizadas e capacitação dos servidores.

a.3) Fiscalização

No exercício de 2004, as ações de Auditoria Fiscal registraram o resultado de R\$ 19,5 bilhões, com 85.284 ações realizadas. Esse valor, proveniente de notificações fiscais de lançamento de débito, autuações, confissões de débitos e recolhimentos realizados durante a auditoria, significa um crescimento de 17% em relação a 2003, quando o resultado apurado foi de R\$ 16,7 bilhões.

A Auditoria Fiscal em contribuintes do segmento de serviços foi responsável pelo levantamento de R\$ 6 bilhões em créditos, seguido pelo de indústria, com R\$ 4,9 bilhões. Juntos, os dois segmentos representam mais da metade do resultado de 2004. O segmento de Auditoria Fiscal em órgãos e entidades da Administração Pública foi responsável pelo resultado de R\$ 4,3 bilhões em créditos, com 5.590 ações realizadas. O segmento do agronegócio, destacado em virtude de marcante comprometimento em sonegação de contribuições, teve levantamento de R\$ 1,37 bilhão.

Foram encerradas, no ano de 2004, 19 auditorias especiais em grandes empresas e grupos econômicos, atingindo o significativo resultado de R\$ 1,07 bilhão.

Vale destacar ainda que, em 2004, iniciaram-se as Auditorias Fiscais em Regimes Próprios de Previdência Social, em articulação com a Secretaria de Previdência Social. Neste segmento foram iniciadas 91 ações, das quais 80 encerradas ainda em 2004.

Na área de fiscalização, adotar-se-á um modelo de gerenciamento estratégico, baseado em indicadores de desempenho, e de uma política contínua de admissão e capacitação profissional, tanto do Auditor Fiscal da Previdência Social como do servidor administrativo, aumentando significativamente a presença fiscal, por meio do combate à evasão e da prevenção à decadência, gerando incremento real à receita previdenciária.

As diretrizes estratégicas visam nortear as linhas de ação, buscando prover os gestores de elementos para equilibrar a distribuição do contingente fiscal, de acordo com a estratégia e plano de metas adotados, quais sejam: combate à inadimplência, combate à sonegação e cobertura dos grandes contribuintes.

Os objetivos estratégicos constituem esforços para atingir as diretrizes, quais sejam: triplicar, em cinco anos, o número de auditorias fiscais com foco em inadimplência e sonegação; redução do interstício sem cobertura fiscal para os grandes contribuintes e redução no tempo de consecução das diligências. Para tanto, pretende-se capacitar o quadro de Auditores Fiscais em atividades específicas de auditoria aplicada e no exame da escrituração contábil.

a.4) Gestão da receita previdenciária

No entanto, os esforços de melhoria na gestão da receita ainda estão por se aprofundar diante da recente criação, por meio da Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Previdenciária. A criação deste órgão específico significa uma importante evolução nas ações de melhoria da arrecadação, eficiência nas ações de fiscalização, combate à corrupção e à sonegação na área da previdência, estando tal esforço alinhado com as melhores práticas internacionais que separam claramente as atividades de concessão de benefícios das de arrecadação e fiscalização.

A Secretaria da Receita Previdenciária tem como premissas básicas a gestão profissionalizada com vistas a incrementar os resultados efetivos necessários à Previdência Social, com direcionamento às ações de recuperação de créditos, gerenciamento de riscos, combate à corrupção, à sonegação, à inadimplência e à elisão fiscal e administração segmentada dos contribuintes.

A segmentação tem por objetivo estabelecer procedimentos diferenciados por categoria econômica, por faixas de faturamento e de totais de massa salarial, por volume de créditos a recuperar e outros critérios de diferenciação. Com base nas classificações, formular-se-ão estratégias específicas para cada segmento, buscando maior efetividade nas ações em todas as áreas.

a.5) Informações estratégicas e gerenciamento de riscos

As atividades de informações estratégicas visam subsidiar as demais áreas da receita previdenciária na construção de mecanismos de busca de dados sorregados, centrando esforços no combate à corrupção e à sonegação.

Na área de riscos, buscar-se-á a institucionalização gradativa da cultura do seu gerenciamento e do controle interno, visando apoiar a gestão no processo de tomada de decisões e prestação de contas, fortalecer a base ética, a credibilidade e a imagem da área da receita previdenciária.

a.6) Cobertura e inclusão previdenciária

Em dezembro de 2004 o INSS mantinha cerca de 23,1 milhões de benefícios de pagamento mensal, sendo: 13,8 milhões (59%) destinados a pessoas da área urbana; 6,9 milhões (30%) para pessoas da área rural; e 2,3 milhões (11%) de benefícios assistenciais. No total, considerando o aumento da quantidade e o valor médio dos benefícios pagos, foram gastos com o pagamento dos benefícios 126,7 bilhões de reais.

Somente no ano de 2004 foram concedidos 4 milhões de novos benefícios, o que representa um dispêndio de R\$ 4,2 bilhões para o respectivo pagamento, sendo: 31% com auxílio-doença; 19% com aposentadoria por tempo de contribuição e 11% com salário-maternidade às contribuintes individuais, facultativas, domésticas, trabalhadoras avulsas e seguradas especial, que representam 61 % dos gastos com benefícios concedidos em 2004.

Os principais benefícios da Previdência Social tiveram aumento real, com exceção do salário-maternidade, em virtude da mudança nas regras do pagamento desse benefício – de acordo com a Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003, cabe à empresa efetuar o pagamento do salário-maternidade à respectiva empregada gestante, mediante compensação, quando do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social.

Entre as medidas visando ao aumento da cobertura do sistema previdenciário adotadas em 2004, destacam-se a Lei nº 10.839, de 5 de fevereiro de 2004, que aumentou o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, de 5 para 10 anos, bem como estabeleceu que o direito de a previdência social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos seus beneficiários decai em 10 anos; a Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004 (conversão da Medida

Provisória nº 182, de 29 de abril de 2004, que majorou o valor da cota do salário-família para R\$ 20,00 e R\$ 14,09, por faixa salarial, e o Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2004, que institui sistemática de inclusão previdenciária, possibilitando que pequenos empreendedores, trabalhadores por conta-própria e segurados facultativos, entre os quais as donas de casa, possam pagar as contribuições à Previdência Social com alíquota reduzida de 20% para 11%.

Cabe mencionar, ainda, que 2004 registrou recorde de inscrições de contribuintes individuais no INSS, superando-se a marca de 1,5 milhão de novos contribuintes.

Outros avanços importantes são: a possibilidade de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas (Lei nº 10.829, de 17 de dezembro de 2003), com o estabelecimento de linhas de crédito especiais para o segmento, o que é uma forma de inclusão social ao criar mecanismos de acesso a bens e serviços diversos, provendo bem-estar a essas famílias, e a fixação do INPC como indexador para correção dos salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do salário-de-benefício (Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004).

É importante também mencionar o esforço do equacionamento do passivo criado por governos anteriores com referência aos índices de correção, particularmente a não aplicação do Índice de Reajuste do Salário-Mínimo (IRSM) de fevereiro de 1994 nos cálculos de aposentadorias e pensões concedidas entre março de 1994 e fevereiro de 1997. O esforço de construir uma solução negociada com os diversos segmentos abrangidos para este passivo, de R\$ 12,3 bilhões, constituiu-se em uma das relevantes ações do Governo ao longo de 2004, que culminou com a edição da Medida Provisória nº 201, de 23 de julho de 2004 (convertida na Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004), na qual foram estabelecidas as condições para realização do acordo do INSS com os aposentados e pensionistas que faziam jus a essa revisão.

Destaca-se também o avanço no diálogo com os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde, que permitiu iniciar um processo de debate e formulação de uma nova política de saúde e segurança do trabalhador em 2004 e 2005, com efeitos importantes para o resultado da ação governamental. Vale ressaltar: (1) a implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que possibilita o enriquecimento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) por passar a armazenar informações relativas a saúde e a segurança do trabalhador; (2) a elaboração e aprovação da metodologia de flexibilização das alíquotas do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) que possibilitará que empresas boas paguem até 50% menos, conforme Resolução 1.236, de 2004, do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPES).

Vale destacar que o fato mais relevante relativo à gestão democrática e descentralizada da Previdência Social em 2004 foi a instalação dos Conselhos de Previdência Social (CPS) junto às gerências executivas e superintendências do INSS. Foram instalados ao todo 77 conselhos no decorrer do ano. Esse é um processo que aumenta os canais de participação de empregados, empregadores e aposentados na gestão da Previdência Social e permite que problemas relacionados a uma determinada localidade sejam resolvidos de uma forma mais imediata pela Previdência Social.

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), experiência mais madura de gestão quadripartite da Previdência Social, teve papel fundamental na apreciação ou proposição de medidas importantes, como a proposta para flexibilização das alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, a nova metodologia de cálculo da cobertura previdenciária e apoio às forças-tarefas destinadas a combater os crimes previdenciários.

Em 2005, os desafios passam por temas relevantes como a expansão da cobertura previdenciária, com ênfase em quatro eixos: medidas de inclusão focalizada em grupos específicos; intensificação da disseminação de informação; aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização e melhorias gerenciais; a implantação da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, em articulação com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego. Destaque-se o desafio da implantação das regras que flexibilizam as alíquotas do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT), de acordo com o investimento em prevenção de acidentes por parte das empresas, e a regulamentação/implementação do mecanismo de desoneração da folha salarial para financiamento da Previdência Social, prevista na Reforma Tributária (EC nº 42, de 19 de dezembro de 2003).

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

A aprovação da Reforma Previdenciária (EC 41, de 19 de dezembro de 2003) cumpriu uma etapa importante na agenda do País, com ela o Governo abriu um amplo debate sobre a necessidade de se fazer a Reforma da Previdência.

Para alcançar o objetivo de mais justiça e sustentabilidade do sistema algumas medidas foram implementadas: adotou-se o princípio do cálculo do benefício com base nos salários-de-contribuição efetivamente registrados ao longo da trajetória contributiva do servidor; o não incentivo para aposentadorias precoces; o estímulo à permanência dos servidores em atividade; a diminuição de supervalários; a contribuição sobre os proventos de inativos e pensionistas e a possibilidade de criação de sistemas complementares para servidores, a exemplo da previdência

complementar dos trabalhadores do setor privado. Além disso, a Reforma da Previdência pauta-se pelo absoluto respeito aos direitos adquiridos, bem como pelas regras de transição para os servidores atualmente ativos.

Ao longo do ano de 2004, o esforço foi regulamentar a reforma com a Lei nº 10.867, de 18 de junho de 2004, com a Orientação Normativa nº 3, de 13 de agosto de 2004, da Secretaria de Previdência Social, bem como o apoio a Estados e Municípios para a realização dos seminários para discussão dos ajustes necessários nas suas respectivas legislações locais.

Dentre os importantes avanços conquistados destaca-se ainda, a institucionalização da fiscalização dos regimes próprios, com a aprovação da Resolução nº 3244, de 29 de outubro de 2004, do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu novas diretrizes para os seus investimentos e facilitou a supervisão do Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência Social.

Para 2005, será necessário regulamentar a instituição da unidade gestora única, que irá permitir que o Poder Executivo, por intermédio de uma única entidade gestora, possa gerenciar todas as aposentadorias e pensões dos servidores públicos de todos os Poderes, eliminando um problema comum hoje existente que é a interpretação da legislação para concessão do benefício no setor público, o que representará uma significativa economia na despesa previdenciária de todos os entes da federação. Além disso, a instituição do cadastro nacional dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas também irá contribuir para efetiva implementação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

c) Previdência Complementar

Na área da Previdência Complementar, dentre as ações mais importantes desenvolvidas no ano de 2004, destaca-se a modernização e o aperfeiçoamento contínuo da regulamentação da nova legislação dos Fundos de Pensão, necessária ao melhor funcionamento do sistema. Dentre os temas trabalhados estão a previdência associativa (Instituidor), o novo regime tributário, o aprimoramento das regras de investimentos, as regras de boa governança e os controles internos.

Quanto à previdência associativa, permitiu-se o acesso a planos de benefícios previdenciários a mais 600 mil trabalhadores de diferentes segmentos do mercado de trabalho, como comerciantes, médicos, engenheiros, profissionais da cultura, advogados, policiais, professores, administradores, dentistas etc., consolidando-se, assim, a regulamentação e implementação da figura do Instituidor.

A edição da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, proporcionou o adequado tratamento tributário para os Fundos de Pensão, favorecendo o trabalhador na formação de sua poupança previdenciária e atendendo a uma reivindicação histórica de extinção da incidência do imposto de renda sobre os ganhos e rendimentos das aplicações dos fundos de pensão, cobrando-se o imposto apenas na fase de recebimento do benefício previdenciário.

O Governo concluiu a formação de novo aparato de regulação e fiscalização dos Fundos de Pensão, conforme determinado pelo art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que resultou na publicação da Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004, que criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), autarquia com autonomia administrativa e financeira, para funcionar como órgão fiscalizador do sistema. Nessa esteira a Secretaria de Previdência Complementar passou a denominar-se Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, que atuará como órgão responsável pela proposição das políticas e diretrizes do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar e, também, como órgão de apoio ao Conselho Nacional de Previdência Complementar e ao Ministro de Estado da Previdência Social, na função de supervisão das atividades da PREVIC.

8) Cultura

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC), consolidou em 2004 novo foco às ações culturais, que passaram a exercer importante papel na agenda governamental, particularmente no que diz respeito à inserção social, à geração de emprego e renda e à afirmação soberana do País no mundo globalizado. A cultura deslocou-se para o centro do novo projeto de desenvolvimento.

A economia da cultura foi reconhecida de forma inédita como foco de políticas, e como uma das que mais crescem no mundo, acima do crescimento médio mundial. Além de geradora de empregos, passou a ser compreendida como agente indispensável à formação da cidadania das populações excluídas ou à margem dos benefícios decorrentes do processo de desenvolvimento do País. A acessibilidade aos bens culturais e o acesso dos artistas aos meios econômicos de distribuição vigentes são imprescindíveis à construção da auto-estima do indivíduo e da própria sociedade.

Entre vários instrumentos motores deste deslocamento de valor da cultura, destacamos os projetos apoiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), e os apoiados pelas Leis de Incentivo à Cultura, sejam elas: Lei Rouanet, de 13 de dezembro de 1991, e Lei do Audiovisual, de

20 de julho de 1993, que tiveram captação de recursos, no terceiro trimestre de 2004, superior a 16% do montante de 2003 no mesmo período. Sob esse prisma, e visando incrementar as políticas da área voltadas para a sociedade, o Ministério da Cultura contará, em 2005, com um orçamento maior, o que fortalecerá a centralidade da Cultura na agenda do desenvolvimento nacional.

O estímulo à diversidade e a ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais são os objetivos balizadores das ações do MinC para os próximos anos. Todos os esforços se concentram em incrementar a produção cultural brasileira em todas as suas expressões, garantindo o acesso popular aos resultados desse investimento.

Nesse aspecto, a abrangência das ações do órgão será preservada e reforçada quanto à transparência dos investimentos dos recursos públicos em projetos culturais selecionados por intermédio de editais amplamente divulgados – de acordo com os critérios do mermo, da abrangência, da preservação cultural e do resultado social.

O ano de 2005 terá como foco a consolidação da nova agenda da política cultural brasileira nas suas dimensões simbólica, política (promoção da cidadania) e econômica (emprego e renda). Para isso, pretende-se aprovar o novo arcabouço legal que viabilizará esta nova dinâmica. A nova proposta da Lei Rouanet (de fomento) será encaminhada ao Congresso Nacional para deliberação. Espera-se, assim, imprimir na letra da Lei anseios históricos de setores culturais relevantes, promover a democratização da produção e do acesso a bens culturais, e tornar os processos de indução e fomento à cultura mais transparentes à sociedade civil.

a) Principais Ações:

a.1) Audiovisual

O Brasil, apesar de constar entre os dez maiores mercados do mundo nesta área, é o único País, dentre esses, que não detém norma jurídica que abranja todos os segmentos audiovisuais. Dessa forma, torna-se de necessária a regulamentação desse segmento. A proposta de criação da ANCINAV, alvo de debates em 2004, objetiva reforçar a produção brasileira e promover o desenvolvimento do setor por meio de modernas linhas de fomento, da democratização do acesso à produção e da proteção das empresas nacionais.

No que concerne às ações de fomento à distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas no País e no exterior e fomento a projetos culturais na área

do audiovisual foram fomentados, diretamente, 10 projetos, e produziu-se 80 obras no exterior, merecendo destaque as ações resultantes de parcerias firmadas com a rede pública de televisão. Na produção de documentários e de filmes infanto-juvenis, foram apoiados 186 projetos no transcorrer de 2004, que chegarão ao público em 2005, fruto do financiamento por convênios.

Destaca-se o reconhecimento do conteúdo para televisão como foco estratégico de políticas, passando a investir diretamente em horas de programação para a televisão pública nacional. Ações como o DKC-TV (fomento ao documentário), o curta-criança e o curta-criança animação (programação infantil) vêm justamente estreitar a parceria cinema-televisão.

Foi estabelecida também linha de financiamento, por meio do BNDES, para ampliação, modernização, reforma, atualização e desenvolvimento de parque exibidor brasileiro. Com isto, os empreendedores do setor terão condições especiais e inéditas para promover a plena expansão de salas de exibição.

O fomento à produção cinematográfica e videofilmográfica foi também empreendido por meio de editais públicos, dos quais resultaram 74 projetos implicando em uma ampla geração de empregos diretos. Convém ressaltar que esses editais são orientados para públicos estratégicos e para regiões do País ainda sem tradição nesse segmento. Tal esforço resultou no crescimento substancial do público de cinema, em particular, do cinema brasileiro.

Para 2005, pretende-se manter a mesma linha de atuação, com a disponibilização de recursos da ordem de quase R\$ 20 milhões para fomento de novas produções, que representam crescimento de 54% em relação a 2004.

a.2) Inclusão pela cultura

O Programa Cultura, Identidade e Cidadania fortaleceu, em 2004, iniciativas de inclusão social pela cultura, especialmente por meio de projetos desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social.

Sob essa ótica foram criados os Pontos de Cultura, com o objetivo de estimular iniciativas já existentes, mediante apoio financeiro direto e doação de kits de cultura digital – compostos por equipamentos de informática multimídia, câmeras e uma pequena ilha de edição – permitindo que cada Ponto esteja apto a realizar sua própria produção e, ainda, transmiti-la pela rede Internet banda larga, neles instalada. Em 2004 foram selecionados 262 projetos que redundarão

em benefício a 1,7 milhão de pessoas em comunidades carentes. Em 2005, pretende-se constituir cerca de 600 pontos com a aplicação de R\$ 37 milhões.

O maior mérito desta iniciativa é atender diversos segmentos culturais: música, – teatro, dança, artesanato – e alcançar diferentes públicos: povos indígenas, juventude rural, sem-teto, grupos de favelas, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Pretende-se, em 2005, conceder aproximadamente 30.000 bolsas por intermédio do Programa Primeiro Emprego, favorecendo a juventude de favelas e de regiões de baixa renda, fortalecendo assim, iniciativas de inclusão social por meio da arte e da cultura e induzindo o surgimento de novas formas de geração de emprego e de renda baseadas na atividade cultural. Essa iniciativa visa a contemplar a diversidade cultural e, para que isso ocorra, os editais serão confeccionados por área de criação, por público-alvo ou por região, e amplamente divulgados em campanha nacional. Vale ressaltar que a produção artística realizada nos Pontos de Cultura ganhará espaço público por meio da programação da TV Educativa (TVE).

a.3) Memória e patrimônio cultural

Os recursos destinados à recuperação e preservação de sítios históricos e à conscientização da população brasileira quanto à importância da preservação de nossa memória têm crescido, ano a ano, passando do patamar de R\$ 82,5 milhões, em 2004, para R\$ 92,5 milhões, em 2005.

As grandes realizações nesse setor concentram-se em três programas de Governo, denominados Monumenta, Brasil Patrimônio Cultural, e Museu, Memória e Cidadania.

O Monumenta tem atuado em conjunto com organismos internacionais. Destacam-se a recuperação de sítios urbanos em 26 Municípios, a capacitação de 310 profissionais da construção civil em atividades de restauro e a execução de diversos programas educativos direcionados às populações das cidades beneficiadas.

Outras realizações importantes são as ações emergenciais de recuperação de 22 edifícios históricos que promoveu restauros em cidades tradicionais, como São Luis/MA, Recife/PE, Serra/MG, João Pessoa/PB, Sabará/MG, Goiás Velho/GO, dentre outras. Além dessas ações emergenciais, o IPHAN desenvolveu outros 144 projetos de preservação em diversas localidades do território nacional.

O Programa Monumenta tem atuado também na área de Patrimônio Imaterial, como por

exemplo, na formulação, estruturação e implantação de políticas públicas de inventário, no registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, além da conclusão dos quatro primeiros registros de bens culturais imateriais.

Na área museológica, são desenvolvidas atividades de controle, de modernização e de recuperação dos museus públicos e de seus acervos e de capacitação dos profissionais que trabalham na área. Neste sentido, merecem destaque as obras de restauro e recuperação do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Com vistas à criação de um espaço de interlocução e articulação da política museológica, estão sendo desenvolvidos, em parceria com Universidades, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Esse aspecto foi fundamental para a criação do Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que tem por finalidade a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a comunicação, a valorização, a preservação, a pesquisa, o gerenciamento e a fruição qualificada do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social, tornando-o cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira.

2.4) Difusão e acesso cultural

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Desta forma, o Governo Federal tem priorizado a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do País. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

No âmbito da música, vale destacar a reedição do Projeto Pixinguinha, que contemplou 131 artistas, 92 espetáculos e levou o público de 42.112 pessoas aos teatros das cinco regiões brasileiras.

No apoio a orquestras e bandas de música, foram lançados editais para seleção de grupos musicais para serem beneficiados com instrumentos adquiridos com recursos públicos. Foram selecionadas 24 orquestras e 54 bandas, contemplando, pelo menos, 1.600 músicos e aprendizes de música.

Merece destaque o projeto Caravana de Circulação Regional, que levou 143 produções de teatro

e dança a diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. Os grupos contemplados contribuíram para o estímulo da prática dessas artes em comunidades distantes dos grandes centros.

Convém, ainda, ressaltar a realização de 12 festivais Arte sem Barreiras, destinados aos portadores de deficiência, que reuniram 74.250 pessoas deste segmento social no desenvolvimento de experiências de conteúdo estético e artístico direcionadas para a valorização da percepção e da expressão individual.

O brasileiro produz cultura em todos os cantos. O desafio é fazê-la circular; assim, em 2005, será dada continuidade aos projetos Caravanas de Artes Cênicas e Pissiguinha, ampliando sua abrangência e incorporando novas cidades.

As Câmaras Setoriais de Música, de Artes Visuais, de Artes Cênicas e do Livro e Leitura entram em plena atividade de formulação política. As Câmaras serão, cada vez mais, instâncias estratégicas para a criação de políticas públicas setoriais, com envolvimento de setores representativos da sociedade e das cadeias produtivas. Também prevista para 2005, a implementação do Sistema Nacional de Informações Culturais e do Sistema Nacional de Cultura contribuirá de forma decisiva para este processo de sistematização da produção, gestão e fortalecimento do setor cultural.

a.5) Livro, leitura e biblioteca – redução da carga tributária

Na área do livro e da leitura, a aprovação da lei de isenção fiscal para obras literárias trará benefícios decorrentes da redução dos custos relacionados à sua produção, e seu consequente barateamento. O apoio à realização de feiras regionais do livro tem sido marcante nos investimentos do MinC, por se tratar de um poderoso veículo de divulgação e de estímulo ao hábito da leitura.

a.6) Identidade e diversidade cultural

O Governo Federal tem atuado de forma permanente no intuito de estimular as expressões das raízes culturais brasileiras e de divulgá-las em âmbito nacional. Muitas parcerias com órgãos públicos e privados surgiram na intenção de fortalecer iniciativas, particularmente as voltadas para a ampliação do conhecimento da nação a respeito das muitas facetas da nossa cultura.

No intuito de promoção e intercâmbio entre regiões e grupos culturais diversos, podem ser elencados: o projeto Rede Cultural da Terra, desenvolvido em parceria com os Ministérios da Reforma Agrária e do Meio Ambiente e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que consiste na construção de uma rede de atividades culturais nas áreas objeto de reforma agrária e de Agricultura Familiar; e o projeto Rede Cultural dos Estudantes, voltado para o intercâmbio cultural entre universidades brasileiras, que visa a fomentar espaços para o desenvolvimento de diversas linguagens artísticas. Vale destacar a realização da Caravana Universitária de Cultura e Arte Paschoal Carlos Magno, em parceria com a União Nacional do Estudante (UNE), que mobilizou a comunidade universitária de 16 cidades brasileiras, envolvendo cerca de 15 mil pessoas.

No que diz respeito à Cultura Afro-Brasileira, o Governo tem atuado no resgate da identidade e da dignidade das comunidades afro-descendentes – particularmente as quilombolas – e no estímulo à inventividade das tendências culturais próprias da cultura negra, com ações de intercâmbio, de preservação, de pesquisa e de fomento à cultura afro-brasileira.

No que concerne às comunidades tradicionais, convém salientar o desenvolvimento do diagnóstico sócio-cultural da Comunidade de Kalunga, que contribuiu para a definição das políticas públicas apresentadas pelo programa Brasil Quilombola. Um esforço de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem garantido, em uma primeira etapa, a segurança alimentar de 150 comunidades quilombolas de todo o País. Ainda neste contexto, 100 comunidades negras rurais receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição, o que permitirá o estabelecimento de convênios para execução de ações que visem ao seu etnodesenvolvimento e assessoria jurídica. Também foi implementado o Primeiro Concurso Nacional para produção de livros e vídeos sobre a história, cultura e literatura afro-brasileira, com o objetivo primordial de estimular a percepção da relevância da presença negra na formação da cultura nacional. A Fundação Cultural Palmares, em parceria com o IPHAN, lançará, em 2005, programa de reconhecimento e de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial afro-brasileiro.

O ano de 2005 será o Ano do Brasil na França. Serão apresentadas centenas de eventos, fortalecendo os laços de amizade e aprimorando o intercâmbio cultural entre os dois países. A cultura brasileira irá potencializar sua inserção global, sendo uma nítida tendência de valorização da imagem do Brasil no exterior, com externalidades positivas para outros setores econômicos.

A participação brasileira na Convenção da UNESCO pela defesa da diversidade cultural do planeta, será consolidada em 2005 com a implementação de uma agenda nacional e internacional de fomento e de apoio às expressões culturais. O MinC continuará sua política de

estimulo às manifestações de grupos culturais e sociais diversos e reforçará, ainda, sua atuação nos temas transversais do Governo, particularmente relacionados com a juventude, minorias, inclusão digital, difusão do software livre etc. Trata-se de um ano marcante, no qual a Cultura consolidará seu papel estratégico no processo de desenvolvimento em curso no Brasil.

9) Esporte

a) Conferência Nacional do Esporte

Pela primeira vez, o Brasil debates com profundidade e abrangência as questões do esporte e do lazer. Envolvendo setores da comunidade esportiva, movimentos sociais e sociedade civil em 873 municípios, foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizou 83 mil pessoas em todo o País. A etapa nacional, em Brasília, contou com a participação de 1.375 pessoas, distribuídas entre delegados eleitos em 176 conferências municipais e estaduais e representantes do Governo Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, entidades nacionais de administração do esporte e a sociedade civil.

Já estão em curso as esforços do grupo de trabalho que dará formato definitivo em 2005 à Política Nacional de Esporte e Lazer, criando e estruturando o Sistema Nacional do Esporte, conforme decisão da Conferência, constante da "Carta de Brasília", de 20 de junho de 2004.

b) Segundo Tempo

Por meio de atividades esportivas no contra-turno escolar, o programa Segundo Tempo colabora com a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual dos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

Ao criar um turno a mais na escola, com reforço alimentar, reforço escolar e material esportivo, sem novos investimentos em infra-estrutura, viabilizamos o ensino integral a um custo médio de R\$ 25,00 por criança/mês. Quando alcançar a meta de 1 milhão de crianças atendidas, o Segundo Tempo será o maior programa social-esportivo do mundo. Prevê-se que essa meta será alcançada já no primeiro semestre de 2005.

Este Programa, que é elogiado por organismos internacionais, atrai parceiros entre empresários, clubes sociais e esportivos, organizações não-governamentais e do sistema "S". A opção de

viabilizar a utilização de espaços físicos já existentes e que se encontram ociosos já permitiu a implantação de 3.627 núcleos em 886 Municípios de todos os Estados e do Distrito Federal.

A qualificação de monitores, orientada na realidade em que atuam, é feita pela Universidade de Brasília. Essa ação leva, aos professores e estagiários de educação física, as condições de aprimoramento e aperfeiçoamento do conhecimento específico a ser utilizado no trabalho junto aos Núcleos de Esporte Educacional. Em 2004, 851 professores participaram de cursos de especialização e 1.998 estagiários frequentaram cursos de extensão. No total, já são 2.849 monitores formados. Objetivando o desenvolvimento da capacitação continuada, em 2005, serão capacitados cerca de 5 mil professores e monitores.

c) Esporte e lazer da cidade

Ao reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direitos sociais, a política do Governo Federal não se limita ao esporte recreativo, expandindo-se para outros campos onde a vivência de oficinas culturais, brinquedotecas, salas de leitura, projeções e debates de filmes, peças teatrais, somam-se àquelas outras voltadas aos jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas, clássicas, artes marciais, capoeira e ginástica.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade visa, predominantemente, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquela em situação de vulnerabilidade social, reforçadora da condição de injustiça e exclusão social à que está submetida.

O Programa está organizado em ações inter-relacionadas e agrupado em dois conjuntos. O primeiro deles voltado para o projeto social desportivo e de lazer da cidade. O segundo, para o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. No primeiro conjunto de ações, em 2004, foi dada atenção especial a duas delas: a de funcionamento dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, que beneficiaram mais de 350 mil pessoas, e a promoção de 372 eventos de esporte recreativo e de lazer, beneficiando 19.450 pessoas.

Em 2005, as atividades do Programa serão intensificadas, e será criada uma ação específica para a terceira idade, baseada na atividade física, com monitores capacitados e, em alguns casos, com reforço alimentar, nos moldes do Segundo Tempo. Serão feitas parcerias com prefeituras, organizações não governamentais e do sistema "S" e empresas públicas e privadas. O Ministério do Esporte vai remunerar os monitores e assegurar o reforço alimentar.

d) Inserção social – geração de emprego e renda

O Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, mais conhecido pela denominação de sua ação – Pintando a Liberdade – ressocializa e profissionaliza os internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei, absorve a mão-de-obra de pessoas que residem em comunidade carentes na fabricação de materiais esportivos, promovendo a inclusão social dessas pessoas e proporcionando-lhes uma renda mensal.

Esse Programa tratou em 2004, principalmente, da ressocialização e profissionalização dos internos, do Sistema Penitenciário, proporcionando renda e redução da pena, em um dia para cada três dias trabalhados para perto de 10% da população carcerária do País.

Foram produzidos, em 2004, 878.465 itens de materiais esportivos (bandeiras, bolas, bolas, calções, camisetas, mesas para tênis de mesa, piso para pista de atletismo, raquetes, redes etc.), atendendo 7.600 escolas públicas, 876 instituições não-governamentais e 34 países, funcionando em 65 núcleos de produção, a grande maioria em instituições carcerárias localizadas em todas as Unidades da Federação.

Entrou em operação, em Feira de Santana/BA, a primeira fábrica de pistas de atletismo com sobras de pneus. Será aberta, também, linha de microcrédito para famílias carentes produzirem material esportivo, além de fábricas de farinha e de produção de hortigranjeiros para os programas oficiais.

Em 2005 será ampliada consideravelmente a ação do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, que passará a atuar de modo mais intenso fora dos presídios, através de cooperativas em comunidades carentes. Serão implantadas novas fábricas de material esportivo em locais com situação de vulnerabilidade social, gerando milhares de empregos. Algumas dessas unidades serão em parceria com o Programa Primeiro Emprego. A meta é produzir 15 milhões de uniformes para alunos da rede pública de ensino em todo o País.

e) Saneamento e modernização do futebol

Pela primeira vez, as atenções do Governo Federal voltam-se para o personagem mais importante do futebol: o torcedor. O Estatuto de Defesa do Torcedor, sancionado em 2003, representou o fortalecimento da cidadania, uma vez que criou uma nova ordem na relação entre o torcedor, o clube e os prestadores de serviços encarregados de administrar o espetáculo do esporte, particularmente o futebol. Na mesma linha, entrou em vigor, no dia 1º de janeiro de

2004, o novo Código de Justiça Desportiva, e foi criada comissão especial para propor plano de ação visando transformar 2005 em ano da segurança nos estádios.

Foi elaborado um amplo diagnóstico da situação dos clubes de futebol das 1ª, 2ª e 3ª Divisões. A partir daí foi proposto um conjunto de medidas de saneamento e de indução à modernização desse esporte no Brasil, nas áreas fiscal e financeira, assim como no campo da legislação civil e trabalhista. As medidas visam, sobretudo, proteger o clube formador, e com isso garantir a perpetuidade do Brasil como País-ceifeiro de craques de futebol.

f) Pan-Americano – Rio 2007

O País assumiu a responsabilidade de organização do evento esportivo mais importante das Américas, os XV Jogos Pan-Americanos, e pela primeira vez, os I Jogos Parapanamericanos, em 2007, no Rio de Janeiro. Para isso, o Governo Federal vem implementando ações descentralizadas, por meio da realização de convênios para o repasse dos recursos financeiros necessários às obras de infra-estrutura esportiva e o estabelecimento de parcerias com as entidades que compõem o Sistema Nacional de Desportos, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais que administram diretamente as ações das áreas de educação e desportos.

Visando prover o acesso dos atletas e paratletas nacionais às melhores condições de treinamento, sob os aspectos técnico, científico e laboratorial, o Governo Federal vem adiantando ações que visam à aquisição dos equipamentos esportivos. Em 2004 foram utilizados R\$ 11 milhões na importação de equipamentos e materiais esportivos, sem similares nacionais, para o treinamento e preparação das equipes brasileiras, beneficiando 6.000 atletas de 15 modalidades. O controle de dopagem dos Jogos Pan-Americanos também merece atenção, pela modernização dos equipamentos do Laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de convênio para a aquisição de equipamentos no valor de 4.500 milhões.

Uma comissão interministerial coordena as ações do Governo Federal em relação ao Pan, em articulação com o comitê organizador do evento, os comitês Olímpico e Paralímpico e os governos do Município e do Estado.

Está sendo criada uma estrutura organizacional para apoiar o Comitê de Gestão das Ações Governamentais e realizar o acompanhamento das obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A principal obra é a Vila Pan-Americana, que será construída com R\$ 290 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A Vila contará 25 edifícios, com 2.000 apartamentos, no bairro Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e abrigará os 8.240 atletas. Após os jogos, os apartamentos serão vendidos a particulares, sistema usado com sucesso nas olimpíadas de Barcelona, em 1992, e de Sydney, em 2000. A obra vai gerar 3.400 empregos diretos e 16.200 indiretos.

g) Esporte de alto rendimento

No esporte de alto rendimento, os resultados em competições internacionais e olímpicas falam por si. O desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, superou todas as previsões. O Brasil bateu seu recorde de ouro em uma olimpíada, ficando em 18º lugar no ranking de medalhas, à frente de países como a Suécia, Espanha e Canadá.

Em 2004, foi também a melhor participação brasileira na história das Paralimpíadas, com o 1º lugar no quadro de medalhas. O Brasil ultrapassou o México e passou a ser a terceira potência das Américas nos Jogos, atrás apenas de Estados Unidos e Canadá. O recorde de 33 medalhas supera em 50% os números da última, em 2000, em Sydney.

A diversas linhas de ação estão sendo consolidadas na Política de Esporte de Alto Rendimento. Em 2005, entrarão em vigor a Lei de Incentivo à Formação de Atletas, com recursos de R\$ 200 milhões anuais e a Bolsa-Atleta, para atletas que não contam com patrocínio. Serão construídos mais centros regionais de alto rendimento, e o primeiro já foi inaugurado na região Norte, em Manaus. Será implantado o programa de Descoberta de Talentos, testado em 2004, e começará a implantação dos os núcleos de alto rendimento com parceiros.

h) Descoberta de talento desportivo

Como teste de modelo de atuação, em 2004, numa iniciativa inédita do Governo Federal, estudantes de todo o País tiveram suas capacidades esportivas avaliadas, visando a descoberta de prováveis talentos desportivos, com base em protocolos científicos. Professores e estudantes de educação física avaliaram 60.000 mil estudantes de ambos os sexos da rede pública e particular, com idades entre 10 e 14 anos, com aptidão física para a prática esportiva. Foram identificados 1.200 atletas potenciais, dentre os que demonstraram aptidão física para determinados esportes.

i) Jogos Nacionais

Os Jogos da Juventude vêm se firmando, a cada ano, como grande evento revelador de talentos,

cumprindo o objetivo para o qual foram criados, ou seja, alimentar as seleções brasileiras que representam o País no exterior. Em 2004 houve a participação de 3.000 jovens atletas, de 10 a 17 anos.

Os Jogos dos Povos Indígenas, que estão entre as mais importantes manifestações culturais do Brasil, têm por finalidade a integração, o incentivo, a valorização e o fortalecimento da prática de esportes tradicionais dos povos indígenas. Em 2004, em Porto Seguro, foi realizada a sétima edição, com a participação de 1.200 indígenas de 47 etnias.

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEB) promovem ampla mobilização da juventude estudantil brasileira nas etapas estaduais e municipais dos jogos, alcançando a participação de cerca de um milhão de alunos das escolas públicas e privadas. Na etapa final de 2004, em Brasília, 1.200 jovens de 12 a 14 anos participaram das competições, representando as 27 Unidades da Federação.

Em 2004, em São Paulo, com a participação de 4.200 atletas de todo o País, os Jogos Universitários Brasileiros (JUB) confirmaram que a competição está entre os campeonatos multidesportivos mais importantes do Brasil.

Os jogos nacionais, principalmente JUB e JEB foram revitalizados e voltaram a ser parte do calendário estudantil com muita força em 2004. A partir de 2005, estes jogos serão reformulados e passarão a utilizar esquema de divulgação em rede de televisão.

j) Diagnóstico do esporte no Brasil

O Governo Federal iniciou em 2004 o Diagnóstico da Estrutura Esportiva e de Lazer. Há de se ressaltar que o último diagnóstico foi realizado em 1971, portanto há 33 anos, explicitando a urgente necessidade de análise dos dados essenciais para a definição e gestão das políticas públicas de esporte e lazer.

A pesquisa – ação conjunta do Ministério do Esporte e do IBGE – procura conhecer a estrutura esportiva e de lazer na dimensão de espaços, equipamentos e instalações, recursos humanos, articulação institucional, financiamento, legislação, programas, projetos e ações, eventos e controle social em todos os Municípios brasileiros. As informações coletadas permitirão o desenvolvimento mais eficaz da Política Nacional de Esporte.

l) Diplomacia do esporte

O esporte passou a ser, também, parte da diplomacia brasileira. O Presidente da República, num

gesto de solidariedade pela paz mundial, propôs, incentivou e participou do Jogo da Paz, quando a seleção brasileira de futebol enfrentou a seleção do Haiti, em Porto Príncipe.

Por meio de acordos de cooperação técnica, em Moçambique e Angola estão sendo implantadas fábricas de material desportivo tendo como modelo o programa Pintando a Liberdade. A de Moçambique está mais avançada: produzirá 7 mil bolas por ano e empregará 400 pessoas. Em ambos os países, também em parceria com o Ministério do Esporte e o Ministério de Relações Exteriores, está sendo fornecido apoio técnico para implantação de programas nos moldes do Segundo Tempo.

Em 2005, também no Haiti e em Cuba serão implantadas fábricas de material esportivo. No Haiti, ela fará parte da ação da missão de paz brasileira. Em Cuba, é uma solicitação do ministério do esporte cubano, através da Embaixada do Brasil. Serão implementados acordos de cooperação com vários outros países e será realizado um jogo das seleções de futebol do MERCOSUL e da União Européia.

Devem ser destacadas outras ações nessa área, como a I Olimpíada de Coagelopatas (pessoas com problemas de coagulação do sangue) da América Latina, realizada em 2004, na cidade de Brasília, com a participação de cerca de 300 atletas de 5 países – Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e México.

10) Justiça e Segurança Pública

O Governo Federal focalizou sua ação na busca do fortalecimento das instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária. As Secretarias e Departamentos do Ministério da Justiça atuaram de maneira integrada, de modo que o País começasse a sair de um cenário de intranquilidade generalizada, resultante dos altos índices de criminalidade, para um quadro que proporcione condições efetivas de segurança ao cidadão e o seu acesso à justiça.

a) Sistema Único de Segurança Pública

O Governo estabeleceu um objetivo claro ao propor a valorização das instituições republicanas ligadas à justiça e à segurança segundo os paradigmas da impessoalidade e da transparência. Assim, foi implementado o Sistema Único de Segurança Pública nas 27 Unidades da Federação, objetivando a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, tendo em vista a ineficácia das ações realizadas de maneira isolada.

Por esse sistema, o financiamento dos projetos dos governos estaduais e municipais, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), passou a seguir critérios específicos.

com prioridade para o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Em 2004 foram repassados cerca de R\$ 93 milhões aos Estados e Distrito Federal, referentes a 47 projetos de reaparelhamento das instituições. Além disso, o Governo Federal passou a realizar investimentos diretos em meios tecnológicos de alto valor agregado, como por exemplo na aquisição de laboratórios de DNA, implantação de laboratórios de entomologia forense e integração em rede (infovia) das áreas de segurança e justiça criminal, que permite a operação de um sistema integrado de segurança pública (INFOSEG).

De igual modo, o Governo Federal está procedendo à aquisição direta de equipamentos e viaturas, distribuídos aos Estados, de forma a maximizar o emprego dos recursos públicos. Em 2004 foram distribuídos cerca de 4.200 veículos.

Com o intuito de valorizar o princípio da gestão como ferramenta administrativa entre os formuladores de políticas públicas e as organizações policiais de um modo geral, foram disponibilizadas no site do Ministério da Justiça informações fundamentais a respeito da incidência da criminalidade e distribuição dos recursos das organizações policiais.

Outro avanço importante diz respeito às Ouvidorias de Polícia, instrumentos do cidadão para controle externo das atividades policiais. Foram criadas duas Ouvidorias em 2004 (MT e PE) e duas novas Ouvidorias estão em processo de criação (SE e AP). Com isso já são 13 Ouvidorias consolidadas (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, GO, BA, MT, PE, CE, RN e PA), ou seja, Ouvidorias autônomas e independentes, com suporte legislativo (Lei estadual ou decreto), Ouvidor nomeado e contando com uma infra-estrutura mínima para o recebimento de denúncias e encaminhamento dos processos.

O Governo Federal tem investido no desenvolvimento de uma política de segurança urbana voltada para a prevenção da violência e da criminalidade, na qual o Município é responsável pelo debate, articulação e implementação das ações. A União assinou, no em 2004, convênios com 37 Municípios onde há guardas municipais, conselhos de segurança e ações de policiamento comunitário implantados, com o objetivo de capacitar os profissionais das guardas municipais e reaparelhá-las, elaborar diagnósticos e realizar ações voltadas para prevenção da violência.

Em relação à formação e capacitação dos profissionais de Segurança Pública, o Governo Federal está implantando a Matriz Curricular Nacional. Essa Matriz irá proporcionar uma formação harmônica e integrada em todo o território nacional, baseada nos princípios do respeito aos Direitos Humanos e à cidadania: formação e capacitação humana e profissional, continuada;

construção democrática de saberes renovados; interdisciplinaridade; integração e articulação; continuidade e regularidade; e qualidade.

As Academias de Polícia estão adequando suas diretrizes em consonância com a política adotada pela Matriz. Até o fim de 2004, 14 Estados já tinham aderido à Matriz: RR, PE, PA, RN, AL, PB, SE, BA, RS, AC, CE, MS, PR e SC.

Adicionalmente, buscando difundir entre os profissionais de segurança pública e, deste modo, entre as instituições em que trabalham, o conhecimento e capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, articulado com os avanços científicos e o saber acumulado, o Governo Federal está implementando a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP), em parceria com as Instituições de Ensino Superior, visando empreender uma política de suporte a cursos de pós-graduação existentes nas universidades brasileiras. No ano de 2004 foram firmadas parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Bahia.

Outrossim, considerando-se que um dos objetivos mais importantes na difusão do conhecimento em Segurança Pública é torná-lo acessível e democrático, com qualidade, e que atinja de forma eficaz e efetiva todos os profissionais que atuam nesse segmento, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), está criando uma rede de Ensino a Distância no âmbito federal e estadual, voltado para os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), visando atender cerca de duzentos mil profissionais em quatro anos. No ano de 2004 foi licitado todo o equipamento necessário à implantação dos Telecentros nos Estados, totalizando um investimento de mais de 2 milhões de reais.

Neste último ano, o Governo Federal colocou à disposição da sociedade civil e das organizações de segurança pública de todo o Brasil uma ferramenta para difusão de conhecimentos e valorização dos operadores de segurança pública: o Portal de Segurança Humana (www.segurancahumana.org.br). O conteúdo deste Portal envolve: um Banco Nacional de Talentos, um Banco Democrático de Experiências em Segurança Pública, um Banco de Experiências Certificadas em Segurança Pública, um Fórum permanente de debates sobre Segurança Pública e uma Biblioteca Virtual de teses e monografias em Segurança Pública.

O ano de 2004 também marcou o início da Jornada de Direitos Humanos, formando aproximadamente 540 policiais entre Policiais Cíveis, Militares, Bombeiros e representantes da Polícia Federal, objetivando a construção de uma nova polícia, consciente de seu papel de

promotora de Direitos Humanos e paz.

Em 2004 foram investidos, sem contar os gastos nos Estados com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, cerca de R\$ 282 milhões, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública. Para 2005, consta como prioridade a integração dos órgãos de segurança pública, da esfera federal e estadual, a partir da expansão da base tecnológica adotada pela Polícia Federal para o sistema de telecomunicações (TELECOM), que propicia maior rapidez e segurança na transmissão de voz e dados, evitando, por conseguinte, a interferência de grupos criminosos nas comunicações pertinentes às operações de combate ao crime e à violência.

A partir do Sistema Automatizado de Identificação por Impressões Digitais (AFIS), será possível a padronização das áreas de telecomunicações e polícia científica, além da implementação do Registro Único de Identidade Civil, da modernização da polícia judiciária (polícia civil dos Estados) e da padronização de atendimento de ocorrências por parte da polícia ostensiva (Polícia Militar dos Estados).

De igual modo, há a perspectiva de integrar o Sistema AFIS com o Sistema de TELECOM, possibilitando prestar suporte às operações policiais com informações contidas nas bases de dados compartilhadas nas esferas federal e estadual.

b) Campanha do Desarmamento

Condenada pela Polícia Federal, com apoio do Exército, das polícias estaduais e de entidades da sociedade civil, a Campanha do Desarmamento iniciou-se em setembro de 2004 com a expectativa inicial de recolher 80 mil armas até 23 de dezembro. O sucesso da iniciativa foi enorme e o resultado apurado superou todas as expectativas: o ano fechou com 218.847 armas entregues pela população, com o pagamento de cerca de R\$ 22 milhões em indenizações.

O sucesso da campanha é resultado do esforço conjunto dos Governos Federal e estaduais e, principalmente, de entidades da sociedade civil organizada, que deram impulso à Campanha do Desarmamento e garantiram os resultados positivos. Para atingir esse grau de colaboração, o Governo Federal iniciou, em outubro de 2004, a Caravana do Desarmamento, comandada pessoalmente pelo Ministro da Justiça, com o objetivo de conseguir a adesão de todos os Estados à campanha e ampliar a participação da sociedade, o número de postos de recolhimento e esclarecer à população sobre a importância desta ação nacional.

Para manter a população informada sobre a Campanha e sobre os procedimentos necessários para a devolução das armas, foi instalado um sistema de ligação interurbana gratuito do tipo 0800, o qual recebeu mais de 100 mil ligações até dezembro.

Destaca-se que a Campanha do Desarmamento recebeu o Prêmio Unesco 2004, na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz. A Unesco considerou a campanha uma das melhores estratégias de promoção da paz já desenvolvidas na história do Brasil.

Além de superar a meta, o País assistiu à redução do número de homicídios em função da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento. No Estado de São Paulo, os índices de homicídio recuaram 18%. Na Região Metropolitana de Curitiba, os dados mostram redução de 27%. Estudos recentes mostram que, exclusivamente por força do desarmamento, somente no Estado de São Paulo, houve redução de 5% dos homicídios, significando que 600 vidas foram poupadas.

Com a publicação da Medida Provisória nº 229 em 18 de dezembro de 2004, a Campanha do Desarmamento foi prorrogada por mais seis meses, e a expectativa agora é recolher 400 mil armas até 23 de junho de 2005. Serão destinados cerca de R\$ 20 milhões do Orçamento da União para as indenizações.

c) Força Nacional de Segurança Pública

Outra iniciativa que merece destaque refere-se à implantação da Força Nacional de Segurança Pública, integrada pelos órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados; grupos táticos e de forças especiais das Polícias Militares Estaduais; grupos especializados dos Corpos de Bombeiros Militares e profissionais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares especialmente selecionados.

Não se trata de um novo órgão policial, mas da estruturação de um grupo de elite, inspirado na atuação das forças de paz da ONU, controlado pelo Governo Federal, para atuar, quando acionado, em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados ou em eventos que exijam reforço na segurança, desde que o emprego da Força seja requisitado pelos governos estaduais à União. Seus componentes são treinados para atuar de forma coordenada e integrada. O ano de 2004 terminou com 1.422 policiais e bombeiros instruídos na Academia Nacional de Polícia Federal, com financiamento total dos gastos pelo Ministério da Justiça. A estréia da Força Nacional ocorreu no começo de dezembro em Vitória/ES, quando o Governo do Estado detectou a urgência de reforço na área de segurança pública estadual e solicitou o apoio de 150

profissionais já capacitados. A intervenção foi um sucesso e mostrou a eficiência desse novo conceito de força integrada de segurança pública.

d) Combate à criminalidade, à lavagem de dinheiro e à corrupção

Ações concretas e objetivas de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro foram desenvolvidas nos dois últimos anos, merecendo destaque as operações das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Só em 2004 foram realizadas cerca de 300 prisões, além da apreensão de 120 toneladas de entorpecentes, entre cocaína e maconha. Outro destaque diz respeito à proporção de recuperação de cargas roubadas nas rodovias federais, em torno de 85%. Com indiciamentos de criminosos, apreensão de drogas e contrabando, a ação policial resultou, fundamentalmente, no estabelecimento da percepção de que a impunidade não será tolerada neste Governo. Dentre as operações lideradas pela Polícia Federal em 2004, destacam-se, dentre muitas:

- Operação Zumbi: força-tarefa composta por 100 policiais. Resultou na prisão de 16 membros de quadrilha especializada em fraudes previdenciárias, sendo dois servidores do INSS.
- Operação Pandura: prisão de vereador de São Paulo envolvido em extorsão de empresários.
- Operação Vampiro: apreensão de nove lâminas, 20 unôjeas e cerca de R\$ 1,5 milhão em investigação de esquema de fraude em licitações do Ministério da Saúde na área de hemoderivados.
- Operação Favel da Colina: força-tarefa composta por 800 policiais destinada a investigar crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A operação é um desdobramento das investigações do caso Ilanistado, e já foram presas 62 pessoas.

Cabe ressaltar que o combate ao desvio de conduta de servidores públicos – incluindo servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e membros do Poder Judiciário – serviu para aumentar a confiança da Sociedade na política de combate à corrupção, um dos objetivos centrais e permanentes do Governo Federal. A título de distração, somente no ano de 2004 foram demitidos 35 servidores da Polícia Rodoviária Federal e instaurados, aproximadamente, 280 procedimentos disciplinares para a apuração de supostas

irregularidades administrativas.

Para o ano de 2005, o ingresso de aproximadamente 1.600 novos policiais rodoviários federais promoverá um reforço considerável no quadro da instituição, permitindo maior e melhor prestação de serviço ao cidadão. Haverá a possibilidade do deslocamento de servidores policiais rodoviários federais, que estejam desempenhando funções administrativas, para ações finalísticas, em função da criação do quadro de apoio administrativo.

Outrossim, o Governo federal deu novo enfoque ao combate à lavagem de dinheiro, tratando-o como ferramenta de combate ao crime organizado pelo lado patrimonial. O Ministério da Justiça assumiu a coordenação dessa iniciativa. Entre as ações está a organização da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que passou a ser conhecida pelo sigla ENCLA, baseada no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos que cuidam do assunto. As ações coordenadas pela ENCLA visam desestruturar as organizações criminosas e desestimular o crime mediante recuperação dos ativos originados através dele, e utilizar os ativos recuperados como financiamento ao combate ao crime organizado.

Para permitir a efetiva recuperação de ativos desviados para o exterior, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRAI) do Ministério da Justiça articulou, em 2004, contatos com diversos países, tendo firmado seis acordos que foram encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores. Com isso, o Brasil já firmou os seguintes acordos de cooperação jurídica internacional:

- Em vigor: Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, EUA, França, Itália, Peru e Portugal;
- Aguardando votação no Congresso Nacional: Coreia do Sul, Líbano, Ucrânia, Canadá e todos os países da Organização dos Estados Americanos (OEA);
- Já negociados, ainda sem tramitação no Congresso: Suíça, Cuba e China.

Ainda com respeito ao combate à corrupção e cooperação internacional, impõe-se destacar os trabalhos de implementação, no Brasil, da Convenção de Combate à Corrupção de Funcionário Público Estrangeiro, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Convenção Anticorrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para 2005, o Governo Federal vai concentrar esforços para aumentar a efetividade e o número de acordos de cooperação jurídica internacional. Em outra frente, estão previstas ações para capacitar agentes públicos no combate à lavagem de dinheiro e aprimorar a ESCLA, com metas relevantes e mensuráveis. O objetivo é implantar um novo modelo de gestão de processos e projetos orientados a resultados, que permita aumentar a recuperação de ativos de origem criminosa ou que são utilizados para praticar crimes, garantindo que esses ativos são utilizados em prol da sociedade e/ou do combate ao crime.

c) Sistema Penitenciário

A questão penitenciária mereceu especial atenção do Governo Federal, sob o enfoque da Segurança Pública, na medida em que o plano de Governo estabeleceu dois desafios a serem enfrentados: a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e Distrito Federal, inclusive a custódia indevida de presos em delegacias de Polícia, cadeias públicas e carceragens, e o controle que grupos criminosos organizados exercem sobre a população prisional, liderando rebeliões, motins e ações criminosas fora do Sistema Penitenciário.

Para tanto, em 2004, o Ministério da Justiça converteu 2.761 novas vagas no Sistema Penitenciário, refletindo uma sólida política de financiamento às unidades federativas, baseada em critérios que consideram as realidades regionais. As construções de novos estabelecimentos penais possibilitam, ainda, a criação de novos postos de trabalho na construção civil e contribuem no desenvolvimento social e econômico do País.

Com o propósito de isolar presos de alta periculosidade e líderes de organizações criminosas, o Governo está consolidando o Sistema Penitenciário Federal. A primeira de cinco penitenciárias está sendo construída em Campo Grande/MS. Em 2004 foi concluída a licitação para a construção da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR. As demais penitenciárias federais serão implantadas em Porto Velho/RO, em Mossoró/RN e, na Região Sudeste, no Rio de Janeiro/RJ ou Espírito Santo/ES.

Ainda sobre a modernização do Sistema Penitenciário, é importante ressaltar a adesão de todas as Unidades da Federação ao Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Trata-se de um programa de coleta de dados, com acesso via Internet, que será alimentado pelas Secretarias Estaduais com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional, e que permitirá o controle e a execução de ações articuladas para o desenvolvimento de uma política penitenciária nacional integrada.

O Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) estará disponibilizando relatórios estatísticos sobre o perfil da população penitenciária, contribuindo de forma decisiva na formulação de políticas públicas de inclusão social e de financiamento de novas vagas. A expectativa é de que o módulo de Gestão Penitenciária esteja concluído no início do segundo semestre. Este módulo irá aperfeiçoar o tratamento dos dados de administração penitenciária, contribuindo para consolidar uma política penitenciária integrada.

Em 2005, o Ministério da Justiça intensificará os esforços para consolidar a Política Nacional para o Sistema Penitenciário, desenvolvendo atividades e adotando medidas que visem ao fortalecimento institucional do País.

Na tentativa de impor maior rigor na fiscalização das obras e mais transparência no uso dos recursos públicos, a Caixa Econômica Federal atuará como mandatária do Ministério da Justiça, firmando contratos de repasse com as Unidades da Federação que possibilitarão a contratação de cerca de 6.800 vagas nos sistemas penitenciários locais.

Estão previstas as conclusões das obras das Penitenciárias Federais de Campo Grande/MS e Catanduvas/PR no segundo semestre de 2005. As demais Unidades Federais terão suas obras iniciadas no decorrer do exercício de 2005. O concurso público para provimento de 368 vagas para o cargo de agente penitenciário federal será finalizado e homologado no segundo semestre. O edital para provimento de outras 492 vagas deverá ser publicado também no segundo semestre.

F) Democratização do acesso à Justiça e à Informação Legislativa

No que se refere à ampliação do acesso da população à Justiça, merecem menção os resultados decorrentes da atuação da Defensoria Pública da União, instituição esta essencial à função jurisdicional do Estado, cuja missão constitucional é a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão.

Nesse diapasão, destaca-se que o número de atendimentos anuais feitos pela Defensoria Pública da União cresceu cerca de 23% em 2004, em relação ao total realizado em 2003, de 133 mil para mais de 163 mil.

Ainda em relação à Defensoria Pública da União, foi dado grande passo para sua melhor estruturação e reformulação de sua atuação em virtude da publicação do Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, que fez um levantamento criterioso da assistência jurídica gratuita em todo o País.

Por seu turno, a democratização do acesso ao conhecimento é um dos caminhos para se promover a inclusão social e atende a um dos objetivos mais sensíveis do Governo Federal, que é o de promover a justiça social. Esse é o escopo do lançamento, no segundo semestre de 2004, do Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA), que colocou à disposição da população em geral, via Internet, todo o acervo das leis brasileiras, contendo, de forma sistematizada, o histórico legislativo completo da norma, que engloba desde as discussões havidas durante a tramitação no Congresso Nacional até a publicação da lei no Diário Oficial da União. A importância desse sistema fica patente em face do número de acessos desde o seu lançamento, cerca de 6.600 visitas.

Também no segundo semestre de 2004, foi apresentada à comunidade jurídica e à sociedade em geral a Rede Global de Informações Legislativas (GLIN), que permite o acesso à legislação de 52 países, o que representa um valioso instrumento de consulta e estudo para os operadores do Direito.

g) Defesa de direitos difusos

A gestão do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos foi dinamizada. Em 2004 foram liberados cerca de R\$ 4,5 milhões para 34 projetos de entidades civis e órgãos públicos estaduais e municipais nas áreas do meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico. Apenas para critério de comparação, no quadriênio 1999/2002 foram apoiados 36 projetos, com um valor liberado de cerca de R\$ 3,6 milhões. Como resultado da implantação de uma política de democratização do acesso aos recursos públicos do Fundo, o número de projetos apresentados ao Conselho no biênio 2003/2004 (700) quase quadruplicou em relação ao número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188). Outro importante avanço foi a adoção de um novo modelo de análise de projetos, que define previamente as prioridades que serão adotadas em cada exercício, dando à gestão do Fundo um caráter pró-ativo. Isso possibilitou o aumento da efetividade e da capacidade do atendimento aos interesses difusos da sociedade, devido à racionalização do fluxo de análise dos projetos, que possibilitou a redução do estoque de projetos, bem como a melhor seletividade destes.

h) Defesa econômica e da concorrência

O Governo Federal realizou uma verdadeira revolução na política de defesa da concorrência. No biênio 2003/2004, o combate aos cartéis mereceu significativo destaque, mediante sofisticação das análises econômicas, conjugadas com o emprego de técnicas avançadas de investigação e produção de provas inéditas no Brasil, como operações de busca e apreensão na sede das empresas investigadas, celebração dos primeiros acordos de leniência e investigações conjuntas

com o Ministério Público e a Polícia Federal que redundaram em interceptações telefônicas e pedidos de prisão. Inúmeros processos, inclusive criminais, foram instaurados contra cartéis em mercados importantes, como os da construção civil, de medicamentos, serviços de vigilância privada, telefonia, aviação civil, gases industriais e hospitalares e insumos químicos industriais.

Em 2004, mereceu destaque a realização de três operações de busca e apreensão para a investigação de cartéis; a implantação do Programa de Prevenção de Infrações à Ordem Econômica (PPI) e o envio, para julgamento no CADE, do primeiro caso de cartel em que foi feita busca e apreensão na fase de investigação (cartel das britas, em São Paulo).

Para 2005, o Governo projeta uma intensificação das atividades de advocacia da concorrência exercidas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Neste exercício deverá também ser concluído o Centro de Métodos Quantitativos, que auxiliará a instrução de processos de apuração de condutas anticoncorrenciais e de atos de concentração.

i) Defesa dos direitos dos consumidores

No campo da defesa do consumidor, em 2004, o Governo Federal orientou sua política de ação no sentido de atingir dois objetivos principais: promover uma efetiva inclusão social, garantindo o acesso, por parte das populações de baixa renda, às informações sobre os seus direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, e promover a defesa dos interesses da sociedade, como consumidora de bens e serviços públicos e privados.

Nesse intuito, para garantir o acesso de todas as parcelas da população ao poder público, o Governo Federal desenvolveu uma política de capacitação e aprimoramento dos órgãos estaduais que atuam nessa área.

Para a disseminação das informações para populações de baixa renda, o Ministério da Justiça iniciou, por meio de convênio com o terceiro setor, o projeto piloto de capacitação de líderes comunitários das favelas e bairros de periferia de uma das maiores cidades do País, Fortaleza.

Também em 2004, iniciou-se a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Defesa do Consumidor (SINDEC), informatizado que promoverá, de modo informatizado, a integração dos PROCON de todo o País, viabilizando a troca de informações e a edição do Cadastro Nacional de Reclamações contra empresas que violem os direitos dos consumidores. Nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o SINDEC já está em pleno funcionamento. Tem-se

prezizado a promoção dos direitos do consumidor em mercados regulados (telefonia, planos de saúde, medicamentos, seguros, financeiro), mediante ações articuladas com PROCON de todo o País, como feito na fiscalização do cumprimento das normas de rotulagem de produtos que contém transgênicos.

Para 2005, a ação governamental voltada para a defesa do consumidor terá como principais metas: a implantação do SÍNDIC em 12 estados; a celebração de convênios para implantar sistema de educação a distância, por meio da Internet, sobre direitos do consumidor; e a intensificação das atividades de advocacia do consumidor exercidas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

1) Estrangeiros

O Governo brasileiro realiza diversas rodadas de negociação sobre regularização migratória, extradição e transferência de pessoas condenadas, dentre as quais destacam-se: Peru, China, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), MERCOSUL, Suriname, Alemanha, México, Guiana e Ucrânia, o que possibilitará maior celeridade em processos dessa natureza.

O Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça mantém contatos institucionais com as embaixadas brasileiras sediadas em países com tratados de transferência de pessoas condenadas com o Brasil, para que os brasileiros presos nesses países sejam informados sobre o direito de serem beneficiados para aqui cumprir a pena que lhes foi imposta.

O Brasil, referência mundial no tema Refúgio, por intermédio do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, recebeu 115 refugiados em 2004. Ainda, o Representante brasileiro exerceu a Vice-Presidência dos Trabalhos da Conferência do México sobre Proteção Internacional para os Refugiados, reafirmando a atitude de vanguarda do Brasil em seu compromisso humanitário para com a proteção internacional dos refugiados, reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

11) Inclusão digital

a) Programa Brasileiro de Inclusão Digital

Em 2004, criou-se o o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID), composto de quatro eixos complementares. O primeiro é o Programa Casa Brasil, que contempla a instalação de unidades

ficaças agregando um telecentro comunitário, uma rádio comunitária, um espaço multimídia, uma unidade bancária e módulos de presença de órgãos do Governo Federal. O envolvimento e a capacitação da comunidade local na gestão do espaço são os elementos decisivos para o sucesso do Casa Brasil, que visa a atender às classes D e E, por meio de acesso coletivo e gratuito à sociedade da informação.

O segundo eixo é o Programa Computador Conectado (PC Conectado), que facilitará, por meio de preços e condições de financiamento especiais, a compra de computadores conectados à Internet. Além de disponibilizar material para alfabetização digital, esse programa tem como meta a inclusão digital dos 7 milhões de domicílios da classe C. Espera-se obter já para o ano de 2005 os resultados favoráveis do Programa, ampliando a inclusão digital, bem como o fortalecimento do mercado interno produtor de microcomputadores. A meta é aumentar as vendas no mercado brasileiro em 1 milhão de computadores, ainda em 2005, além dos atuais 3 milhões de equipamentos/ano, por meio da concessão de subsídio à compra de computadores com acesso à Internet de custo reduzido.

O terceiro eixo contempla o Serviço de Comunicação Digital (SCD), que visa a incluir digitalmente instituições públicas do ensino básico, bibliotecas, hospitais, postos de saúde e redes ambulatoriais.

Para 2005, a perspectiva é que seja possível a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) de forma descentralizada, utilizando-se convênios com Estados e Municípios, sem prejuízo da implantação de um novo serviço prestado em regime público. Por meio do Serviço de Comunicação Digital, o Governo pretende instalar 300.000 pontos de acesso à Internet em escolas, hospitais, bibliotecas, áreas de fronteira e instituições voltadas para portadores de deficiências, a um custo anual de R\$ 500 milhões. Dessa maneira, será ampliada a inclusão digital mediante a disponibilização de acessos à Internet em banda larga em pontos públicos específicos.

É necessária a atuação sinérgica das infra-estruturas de comunicação com programas pedagógicos, para recuperar deficiências educacionais e criar as bases efetivas rumo à inclusão digital. Só com essa integração será possível assegurar oportunidades para o indivíduo permitindo, por extensão, que os cidadãos participem do processo dinâmico que atribui novas formas à sociedade atual.

Uma base educacional e uma ampla plataforma tecnológica de comunicação, providas por polos de acesso coletivo, permitirão agregar comunidades excluídas, proliferar habilidades e estimular o crescimento regional, tendo como objetivo último o desenvolvimento humano em sua totalidade.

A aplicação dos recursos do FUST, em sintonia com essa nova visão, possibilitará promover a cidadania e garantir a participação de todos nessa sociedade em formação, buscando-se formas de contornar os obstáculos econômico-financeiros normalmente encontrados no provimento de serviços de telecomunicações a segmentos de baixa renda e a localidades de difícil acesso.

Finalmente, o quarto eixo traça uma estratégia de celebração de convênios com Estados e Municípios, que permitirá a implementação de políticas públicas de inclusão digital, por meio da adesão ao PMD, e a elaboração de planos estaduais ou municipais de inclusão digital.

Em 2005, deve-se aprofundar a atuação do PSID, ampliando seus quatro eixos de atuação complementares. No caso do Programa Casa Brasil, a meta é implementar pelo menos 1.000 unidades, beneficiando 4 milhões de brasileiros. Em relação ao Programa Computador Conectado, prevê-se a venda subsidiada de 1 milhão de novos computadores, beneficiando domicílios da classe C e também micros e pequenas empresas.

b) Programa GESAC

O Programa Governo Eletrônico/Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) também é essencial para o processo de inclusão digital. Em 2004, o programa ofereceu a 3.290 localidades o acesso à Internet via satélite em banda larga, e uma cesta de serviços a comunidades digitalmente excluídas.

Essa cesta inclui caixas postais eletrônicas, espaço para hospedagem de sites (home pages), além de oito outros serviços que incentivam a colaboração em redes solidárias de conhecimento.

Criou-se em 2004 o portal www.idbrasil.gov.br, em software livre, contendo todas as informações sobre o Programa GESAC e a inclusão digital das comunidades atendidas. Também no ano passado, foram organizadas 217 comunidades beneficiadas para participação no 1º Projeto Comunitário Página da Comunidade na Internet. Houve ainda a capacitação de 130 multiplicadores, em 5 capitais, para a utilização dos serviços de informação e comunicação e sua aplicação na inclusão digital.

Cerca de 18 mil computadores estão conectados com a rede GESAC, em comunicação com a Internet. Assim, são atualmente atendidos 4 milhões de pessoas. Para 2005, o Programa GESAC prevê o acréscimo de pelo menos, 1.200 pontos de atendimento.



ТАШКЕНТ КИТАПДОН

2005

1) Representação diplomática e consular no exterior

Para 2005 está prevista a criação ou a reatuação dos seguintes postos: missões junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Lisboa), delegação para o Desarmamento e Direitos Humanos em Genebra (Suíça) e missão permanente junto às Nações Unidas em Viena (Áustria); embaixadas em Adis-Abeba (Etiópia), Yaundé (Camerão), Dar-Es-Salam (Tanzânia) e Astana (Belarus); e consulados e vice-consulados em Genebra (Suíça), Beirute (Libano), Bella Unión (Uruguai), Iquitos (Peru), Puerto Ayacucho (Venezuela), Marselha (França) e Faro (Portugal). Também está prevista a aquisição ou a construção de Próprios Nacionais, segundo decisão do Tribunal de Contas da União, para abrigar a missão em Nova Iorque (junto à ONU), as Embaixadas em Abuja (Nigéria), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Londres (Inglaterra), Havana (Cuba), Maputo (Moçambique), Islamabad (Paquistão) e Bogotá (Colúmbia) e o Consulado-Geral no Porto (Portugal), e a continuidade ao processo de inscrição no INSS dos contratados locais no exterior, regularizando sua situação trabalhista e previdenciária.

2) Assistência a brasileiros no exterior

A Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGCC) foi criada em abril de 2004 para atender às comunidades brasileiras no exterior. Com o mesmo propósito, está prevista a abertura, em 2005, de novas repartições consulares: vice-consulados em Puerto Ayacucho (Venezuela) e Iquitos (Peru), importantes regiões fronteiriças e áreas de grande concentração de garimpeiros brasileiros; e consulados-gerais em Atlanta (Estados Unidos), onde vivem cerca de 45.000 brasileiros, Genebra (Suíça), permitindo uma redução na excessiva demanda em Zurique, na Suíça, Beirute (Libano), e Newark (Estados Unidos), onde o número de brasileiros já supera 50 mil cidadãos.

Está em curso a modernização da rede consular, que inclui a substituição das estampilhas consulares e das atuais etiquetas de vistos por modelos com características de segurança adequadas, e um projeto de informatização das rotinas consulares em toda a rede de repartições brasileiras no exterior.

Têm sido mantidos entendimentos diretos com os governos do Japão, de Portugal e do Suriname, com vistas ao equacionamento das demandas dos numerosos cidadãos brasileiros residentes nesses países.

3) Ação contra a Fome e a Pobreza

Por iniciativa do Presidente da República, e com o apoio dos Presidentes da França, do Chile e do Governo da Espanha, além do Secretário-Geral da ONU, foi realizada, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Encontro de Líderes Mundiais para uma Ação contra a Fome e a Pobreza, que contou com a participação de mais de 50 Chefes de Estado e de Governo, e no qual foi firmada a Declaração de Nova York por 111 delegações.

4) Haiti

A presença brasileira no Haiti está ancorada no tripe presença militar-reconciliação política-desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, foi realizado, em 18 de agosto de 2004, o Jogo da Paz, entre as duas seleções nacionais de futebol. Essa data foi declarada Dia da Paz no Haiti.

O Brasil vem desenvolvendo importante programa de cooperação técnica com impacto sobre a agricultura familiar, a recuperação da estrutura aeroportuária, o treinamento em defesa civil, os esportes e a fabricação de artigos desportivos, o desenvolvimento florestal e a recuperação de áreas degradadas, implantação de postos de saúde e o tratamento integral para portadores de Aids/HIV. Além disso, foi enviada missão do Tribunal Superior Eleitoral daquele país, em dezembro, para apoiar a preparação das eleições gerais, cruciais para a superação da crise política, que deverão acontecer em 2005.

Encontram-se em estudo ações em cooperação com os governos do Canadá, no setor de saúde e de reforestamento; da França, nas áreas de saúde e agricultura; e da Espanha,

As tropas da Brigada Brasileira engajaram-se ainda mais fortemente em atividades de caráter humanitário no Haiti, com a reforma da escola primária Duque de Caxias e a distribuição de 15.000 kits escolares (bolsa, caneta, lápis, borracha, apontador, estojo e caderno) a alunos da rede pública de ensino da periferia de Porto Príncipe.

5) Organização das Nações Unidas

O Brasil teve atuação participativa e independente nas Nações Unidas. Em 2004, deu início ao exercício do mandato como membro não-permanente do Conselho Permanente (2004/2005) e foi eleito para Conselho Econômico e Social, em outubro, para o mandato 2005/2007.

A atuação diplomática brasileira na ONU caracterizou-se sólida em favor da paz e da cooperação internacional para a erradicação da fome e da pobreza, do reforço do multilateralismo e de maior participação dos países em desenvolvimento em decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em particular nas questões críticas para os países em desenvolvimento.

O Brasil atribui especial importância à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na medida em que se trata da instância com poder decisório sobre a condução de uma crescente gama de questões da agenda internacional. O Brasil tem assim defendido uma reforma que confira maior representatividade e legitimidade ao Conselho de Segurança, e vem procurando, coerentemente com esses princípios, consolidar sua candidatura a membro permanente. A formação do Grupo dos Quatro (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) impulsionou a proposta de expansão do CSNU, com a criação de novos assentos permanentes, inclusive para países em desenvolvimento. Numerosos países de todos os continentes expressaram apoio à inclusão do Brasil como membro permanente em um Conselho de Segurança ampliado.

6) Direitos Humanos

O Brasil apresentou relatórios ao Comitê da Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial e ao Comitê dos Direitos da Criança.

Ratificou também dois protocolos facultativos à Convenção dos Direitos da Criança, um referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil, e outro referente à participação de crianças em conflitos armados.

No âmbito da Comissão de Direitos Humanos, foram reapresentadas e aprovadas três resoluções de iniciativa do Brasil: direito à saúde, acesso a medicamentos e incompatibilidade entre democracia e racismo.

7) Meio Ambiente

Merece destaque a ação do Governo Brasileiro em prol da ratificação pela Rússia do Protocolo de Quioto, em novembro último, que levará à entrada em vigor daquele instrumento em fevereiro de 2005. O Brasil tem interesse na implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) previsto no Protocolo, que permitirá investimentos em projetos em países em desenvolvimento para a redução de emissões de gases de efeito-estufa. Em 2004, o Brasil assinou Memorandos de Entendimento com o Canadá, a Itália e os Países Baixos, para estimular a

realização, no Brasil, de projetos do MDL. Estão em negociação Memorandos similares com Alemanha, França, Japão, Espanha e Áustria, com vistas à sua assinatura em 2005. Houve, em Buenos Aires, em dezembro de 2004, a Décima Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, ocasião em que o Brasil apresentou sua primeira comunicação nacional à Convenção, com grande repercussão internacional.

Com a Rússia, foi assinado, durante a visita do Presidente Putin ao Brasil, em novembro de 2004, Memorando de Entendimento sobre cooperação para o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites brasileiro e modernização do CLA, que abre a perspectiva de desenvolvimento conjunto de tecnologias espaciais, de interesse estratégico para o País. Com a Argentina, foram dados importantes passos para o relançamento da cooperação espacial bilateral.

O Brasil atuou no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em defesa da soberania dos países sobre seus recursos naturais e do uso sustentável da biodiversidade e, em conjunto com os demais países megadiversos – como Índia, China, África do Sul e países amazônicos – apoiou o início de negociações de um regime internacional, para que os benefícios auferidos com a exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais sejam repartidos, de forma justa e equitativa, com os países de origem desses recursos e com as comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais associados. As negociações sobre o regime internacional, a começar em 2005, terão profundos reflexos ambientais e socioeconômicos.

Outro fato de relevo no campo ambiental no período 2003/2004 foi a decisão brasileira de aderir ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A dupla condição de País megadiverso e grande exportador agrícola confere realce e peso específico à participação brasileira no quadro desse importante instrumento internacional. O Brasil sediará em 2006, conjuntamente com a Oitava COP da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena.

8) Terrorismo, corrupção e narcotráfico

O Brasil intensificou sua ação no campo do combate à corrupção com a participação nas três reuniões do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), que busca implantar práticas e regulamentação destinadas a prevenir a lavagem de dinheiro e combater a corrupção. O acompanhamento da questão do terrorismo internacional prosseguiu igualmente, mediante participação do Brasil nas duas reuniões da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sobre segurança da aviação civil, na reunião plenária do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, nas reuniões do Mecanismo 3 + 1, sobre a Problemática da Tríplice Fronteira de

Foi da Iguaçu, com Argentina, Paraguai e Estados Unidos, e das seis reuniões do Grupo Especializado e Permanente de Terrorismo do MERCOSUL.

O Brasil assumiu a Presidência do Mecanismo de Acompanhamento da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e se realizaram as reuniões das Comissões Mistas Antidrogas com os governos da Bolívia, da Colômbia, de Cuba, do Paraguai e do Uruguai, quando foram adotadas medidas concretas de harmonização legislativa e de cooperação para o controle de desvio de precursores químicos, no foro de drogas do MERCOSUL (Rede Especializada de Drogas).

9) Promoção cultural

A política cultural externa atribui prioridade à América do Sul, seja em atividades de difusão cultural propriamente ditas, seja no aperfeiçoamento da rede de ensino de português no exterior, que conta com 15 Centros de Estudos Brasileiros (CEB) e nove Institutos.

Em 2004, o Itamaraty apoiou a participação brasileira em cerca de 30 festivais internacionais de cinema. Foram criados pólos de promoção do cinema brasileiro no exterior, nas Embaixadas em Lima, Buenos Aires, Santiago e México. Em 2005 serão criados outros quatro. Foram organizadas duas mostras audiovisuais itinerantes: Glauber Rocha, em Buenos Aires, Montevideo, Bogotá e Havana, e Brasil Plural (cinema contemporâneo), em Munique, Viena, Frankfurt, Zurique, Berna, Berlim e Freiburg.

Para 2005, destaca-se o Ano do Brasil na França, em parceria com o Ministério da Cultura, que levará a diversas cidades francesas uma programação cultural sobre o País. Está sendo concretizada a participação brasileira na Feira Internacional do Livro de Havana, que terá o Brasil como País-tema, em fevereiro.

10) XI UNCTAD

Em 2004, a política externa brasileira distinguiu-se, em matéria de comércio e desenvolvimento, com a realização da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em São Paulo, em junho. A Conferência teve como tema principal a maior coerência entre as estratégias nacionais de desenvolvimento e os processos econômicos globais, com vistas à promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável, com foco nos países em desenvolvimento, em especial nos de menor desenvolvimento relativo. O Brasil teve atuação destacada, tendo contribuído decisivamente para a elaboração dos documentos "O Espírito

de São Paulo" e "O Consenso de São Paulo", em que se destacou que a manutenção de um espaço de manobra para as políticas públicas é requisito indispensável para que se consiga conciliar os ganhos e desafios da globalização, como aqueles oriundos do comércio exterior, com os objetivos do desenvolvimento econômico e social.

Em 2005, a UNCTAD deverá nortear suas ações pelos dois documentos adotados em São Paulo, o que orientará suas atividades para os estudos analíticos, cooperação técnica, debates e formação de consensos com vistas a promover maior integração dos países em desenvolvimento (PED) à economia internacional, sobretudo no que tange às negociações multilaterais de comércio. Também caberá à UNCTAD prestar assistência técnica aos países em desenvolvimento que participem da Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), lançada durante a XI Conferência, e conhecida como a Rodada São Paulo, iniciativa para fortalecer e aprofundar o comércio sul-sul e conferir maior dinamismo às trocas comerciais no mundo em desenvolvimento.

11) Organização Mundial do Comércio (OMC)

A atuação do Brasil na OMC refletiu a prioridade dada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao êxito da Rodada Doha. Nesse período, ilustram a participação ativa do Brasil na Organização a atuação do G-20, os esforços para a aprovação do Pacote de Julho, especialmente desde a Conferência Ministerial de Cancun e, mais recentemente, o lançamento da candidatura de um representante do Brasil ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

A criação do G-20 representou um ponto fundamental de inflexão nas negociações na OMC. Constituído em agosto de 2003, pouco antes da V Conferência Ministerial de Cancun, o Grupo contribuiu, de maneira decisiva, para a revitalização da Rodada Doha e do multilateralismo. Por sua capacidade de articulação política assendada em sólidos argumentos técnicos, propiciou um veículo eficaz para a defesa de negociações genuinamente substantivas sobre agricultura, que melhor atendam aos interesses agrícolas do País e de muitos outros países em desenvolvimento. Sua atuação, coordenada pelo Brasil, foi central para a adoção do Pacote de Julho pelo Conselho da OMC, em 2004, que dá novo ímpeto às negociações.

Impulsionados pela atuação do G-20, os países em desenvolvimento alcançaram maior participação no processo negociador. O Brasil, junto com a Índia, passou a integrar grupo de cinco atores – ao lado dos Estados Unidos, União Europeia e Austrália – que desempenharam função preponderante no estabelecimento das bases sobre as quais se assentou a decisão final

do Pacote de Julho. Assim, países em desenvolvimento foram integrados, pela primeira vez, ao centro do processo decisório de uma rodada de negociações comerciais multilaterais.

O Pacote de Julho reúne acordos-quadro nos principais temas da Rodada. Em agricultura, vinculou avanços em outras áreas de negociação (acesso a mercados de bens industriais e serviços, por exemplo) a progressos proporcionais em matéria agrícola. Graças a isso, pode-se esperar um desfecho bem-sucedido da rodada Doha, em bases equilibradas e justas, na VI Conferência Ministerial, em Hong-Kong, no final de 2006.

Em 2005, o Brasil deverá trabalhar para manutenção da unidade do G-20 e, paralelamente, avançar nas discussões técnicas em todas as áreas negociadoras.

12) Contenciosos na OMC

O Brasil consolidou-se como um dos principais atores do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio, figurando como o País em desenvolvimento que mais vezes participou de procedimentos ao amparo do referido sistema. No período 2003-2004, o Brasil foi demandante em oito contenciosos e acompanhou, de forma ativa, como terceira parte, dezessis outros. Não houve demandas contra o Brasil no mesmo período.

Nos seis contenciosos que já foram objeto de decisão no âmbito da OMC, o Brasil obteve ganho de causa. No contencioso contra os EUA sobre suco de laranja, a solução alcançada – que exigiu alteração da legislação do Estado da Flórida prejudicial à citricultura brasileira – foi amplamente favorável aos interesses do País. Destacam-se ainda os resultados positivos obtidos nos contenciosos de algodão, com os Estados Unidos, e de açúcar, com as Comunidades Europeias. Em ambos os casos, que se encontram atualmente em etapa de apelação, o Brasil buscou essencialmente o cumprimento por parte de nossos parceiros comerciais, dos compromissos por eles assumidos na Rodada Uruguai.

Em 2005 o Brasil deverá continuar agindo pelo fortalecimento do sistema multilateral de comércio, utilizando o recurso ao órgão de solução de controvérsia de forma a defender os interesses econômicos brasileiros dentro de um marco legal previsível, transparente e não-discriminatório, consagrado nos acordos da OMC.

13) Promoção comercial

As visitas do Presidente da República ao exterior têm sido normalmente acompanhadas de programação empresarial, a exemplo dos seminários de investimentos realizados em Genebra, em janeiro, e Nova Iorque, em junho de 2004. Também foram organizados, em 2004, 48 missões e seminários com empresários no exterior e 13 eventos similares no Brasil. Em maio realizou-se a maior missão empresarial brasileira de que se tem registro, com cerca de 460 empresários, à China. No âmbito da visita do Vice-Presidente José Alencar à Rússia, Romênia e Portugal, em outubro de 2004, foram realizados, naqueles países, quatro seminários empresariais, também com significativa assistência.

As estatísticas demonstram aumento do comércio com os países visitados pelo Presidente Lula: mais 36% nas exportações brasileiras para os países da África Austral; com os países árabes, aumento de 63% e, com a América do Sul, as exportações cresceram mais de 60%, em 2004, sobre 2003.

Realizou-se, ainda, em janeiro de 2005, em Davos, por ocasião do World Economic Forum (WEF), seminário que reuniu, em torno do Presidente da República, cerca de 200 presidentes de grandes empresas. É provável que eventos com formatos semelhantes tenham lugar no Japão e na Coreia, em maio de 2005, por ocasião da visita presidencial àqueles países, bem como na Rússia, em setembro vindouro.

A integração com a América do Sul deve prever mecanismos que estimulem as exportações dos países vizinhos para o Brasil. O Presidente da República determinou ao Itamaraty que iniciasse um programa de substituição competitiva de importações, com informações sobre oportunidades objetivas de negócios e a promoção de contatos entre os setores empresariais sul-americanos – o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Em 2004 foram feitas apresentações sobre o Programa no Equador, Colômbia e Guiana, e realizada, em junho, em São Paulo, a I Macro-Rodada de Negócios, com a participação de cerca de 400 importadores brasileiros e exportadores sul-americanos.

No âmbito do MERCOSUL, já foram realizadas sete sessões da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPOCM), resultando na participação conjunta dos quatro países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em feiras como a Seoul Food 2004 e o Salão Internacional de Alimentação, em Paris, em outubro de 2004. Na Embaixada do Brasil em Berlim funciona o Centro de Promoção Comercial Conjunta dos quatro países.

Por sua vez, a BrazilTradeNet – mais importante instrumento disponível na Internet sobre oportunidade de negócios em comércio exterior e investimentos no Brasil – vem passando por sucessivas reprogramações, com vistas a melhorar seu desempenho. A mais recente, iniciada em 2003, possibilitará a expansão do sistema pelos próximos seis anos.

14) Cúpula América do Sul – Países Árabes

A Cúpula América do Sul – Países Árabes, prevista para maio, no Brasil, dará ocasião a um seminário empresarial e a uma feira de investimentos, nos quais os países sul-americanos poderão oferecer oportunidades de negócios a investidores e financistas dos países árabes. Ademais, encontra-se em elaboração o guia "Como Exportar", para 17 países árabes, e que também será publicado em língua espanhola.

No plano cultural, estão sendo programadas atividades que vão do cinema à fotografia, da literatura à gastronomia, sem omitir a música. No cinema, deverá ser realizada uma mostra de filmes árabes e outra de filmes sul-americanos. No campo da fotografia, fotógrafos de todos os países sul-americanos foram convidados a registrar a influência da cultura árabe em seus países, para uma exposição a ser sediada no Centro Cultural Banco do Brasil (Brasília).

15) MERCOSUL

Em 2004, o Governo buscou, juntamente com os demais sócios do MERCOSUL, avançar nos compromissos estabelecidos no Programa de Trabalho para 2004-2006, com o objetivo de reconstruir a união aduaneira do MERCOSUL e lançar as bases para o mercado comum. O Presidente da República determinou que o fortalecimento do MERCOSUL constitua a prioridade central da política externa, a partir de aliança estratégica com os demais países da região, e da construção de um espaço integrado da América do Sul.

O Brasil exerceu a Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL e organizou e conduziu aproximadamente 100 reuniões dos fóruns oficiais do MERCOSUL, culminando, em dezembro, na XXVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e na Reunião de Presidentes do MERCOSUL, realizadas, respectivamente, em Belo Horizonte e em Ouro Preto.

Já no âmbito das negociações comerciais extra-regionais, o MERCOSUL concluiu, em 2004, acordos de comércio preferencial com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral (SACU), que reúne a África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Os acordos constituem o primeiro passo para o livre comércio com os mencionados parceiros.

A ampliação dos relacionamentos comerciais do País incluiu, em 2004, o início de negociações de acordos de comércio preferencial do MERCOSUL com o Egito e com o Marrocos, bem como de entendimentos comerciais com os países em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe –, com vistas à celebração de acordos de livre comércio entre os países dos dois blocos (CPLP e MERCOSUL).

A meta para 2005 é dar continuidade à implementação do Programa de Trabalho 2004-2006, de forma a aprofundar o processo de integração regional, com plena colaboração ao Paraguai, que exercerá, no primeiro semestre, a presidência pro-tempore do MERCOSUL, e ao Uruguai, que a terá no segundo semestre. Sendo que as metas de negociações extra-regionais incluem a entrada em vigência dos acordos de comércio preferencial com a Índia e com a SAGU e seu aprofundamento; negociações comerciais com Egito, Marrocos e os países em desenvolvimento da CPLP; a continuidade do processo negociador para a conformação do Acordo de Associação Inter-Regional Mercosul-União Europeia e o prosseguimento dos mecanismos de diálogo comercial com diversos parceiros.

Também merece destaque a ativação, em 2004, das linhas do Correo Aéreo Nacional (CAN) e sua contribuição para a integração na área do MERCOSUL e para a aproximação dos países sul-americanos. Assim, foi reativada a primeira linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevideo.

16) Programa Calha Norte

No âmbito do Programa Calha Norte, que cobre uma área equivalente a 25% do território nacional, foram executadas obras de infra-estrutura voltadas para comunidades carentes nos Municípios da calha norte do Rio Amazonas. Ao todo, foram firmados 49 convênios com prefeituras da região no valor de R\$ 23,6 milhões, para realização de obras dessa natureza.

Ainda com relação ao Calha Norte, ressalta-se que a sua área de abrangência foi ampliada, passando a cobrir agora 151 Municípios, sendo 93 na faixa de fronteira, em seis Estados, com uma população de cerca de 5,3 milhões de pessoas, incluindo 30% da população indígena do Brasil. Em 2005, será intensificada a celebração de convênios com as prefeituras municipais da região, visando à execução de obras de infra-estrutura nas áreas de saneamento básico, educação, saúde e transporte.



Democracia a diálogo

2005

1) Articulação Federativa

A continuidade e o aperfeiçoamento do diálogo interfederativo entre a União e os Estados e os Municípios, estes por meio das entidades nacionais de representação de prefeitos, constituiu-se em uma ação permanente do Governo em 2004. No âmbito do Comitê de Articulação Federativa foram analisadas matérias fundamentais para o equilíbrio das relações federativas e adotadas importantes decisões, como a aprovação do texto do projeto de lei sobre comércios públicos; a apresentação pelo Governo Federal dos critérios gerais que nortearão a criação do FUNDEC; a ampliação do Programa Bolsa Família; e a discussão sobre o anteprojeto de lei sobre o marco regulatório para o setor de saneamento.

O Governo Federal mantém o relacionamento produtivo e aberto com os Municípios, acompanhando e participando ativamente dos eventos que consolidam as discussões e as posições desses entes, como a Marcha dos Prefeitos e o Encontro Nacional dos Prefeitos.

Na relação específica com os Estados e o Distrito Federal foi construída uma base sólida de relacionamento com as representações oficiais dessas unidades, em Brasília, e incentivado o diálogo federativo em diversas questões, como o papel dos entes federativos na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento econômico com equidade social, assim como a execução compartilhada de programas de investimento em infra-estrutura econômica e social de interesse mútuo, na qual os consensos são maiores do que os contenciosos.

Conhecer experiências que contribuam para a construção de um novo pacto federativo também constitui uma ação governamental. Assim, entre outras ações, foi iniciada a cooperação do Brasil com as Regiões Italianas da Emília Romana, Marche, Toscana e Umbria, que culminou, em 2004, com a realização do Seminário de Capacitação em Estratégias de Desenvolvimento Regional e Local, com a presença de vários Ministros do Estado, Governadores das Regiões Italianas e Prefeitos.

Em 2005, o Governo manterá o trabalho de permanente construção de um pacto federativo que contribua efetivamente para a sinergia das ações das três esferas governamentais, amplie o diálogo com as lideranças locais e que se torne um espaço privilegiado para a negociação e a pactuação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2) Relação com a sociedade civil

O Governo adotou, como método, o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem

dado consequência prática ao princípio da democracia participativa inscrito na Constituição Brasileira de 1988. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País.

Em 2004, a Secretaria-Geral da Presidência da República realizou 457 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil nacional e internacional. O Presidente da República tem participado diretamente desse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso, sendo que em 2004 foram realizados 133 encontros do Presidente da República com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil, nacional e internacional, como por exemplo: centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, organizações indígenas, ONGs, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

Alguns exemplos: os movimentos do campo se expressaram publicamente no Grão da Terra, na Marcha das Margaridas, na jornada pela Água e em Defesa da Vida, nas jornadas e na Conferência organizadas pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária, bem como nas mobilizações decorrentes da estiagem na região Sul. Por meio do diálogo e da negociação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FEITRAF), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, foi possível criar e consolidar o Plano Safra 2004/05, que já está em andamento e, no somatório final, terá destinado 7 bilhões de reais para a agricultura familiar.

A partir da instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal, avançou-se em pontos relevantes da política salarial para este setor, que se consubstanciaram ao longo de 2004 na assinatura de acordos com importantes entidades de representação do funcionalismo.

Em 2004, a Secretaria-Geral coordenou o Grupo Interministerial da Juventude, composto por 19 Ministérios. O trabalho desse Grupo possibilitou que fossem apontados os principais desafios de uma Política Nacional de Juventude, que será implementada a partir de 2005.

No caso do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), houve fortalecimento da co-gestão participativa por meio da criação, em 2004, de Conselhos de Previdência Social em nove Superintendências e 102 Gerências do INSS, aproximando trabalhadores, empregadores e aposentados da previdência e aumentando a transparência e democratização do setor.

O Plano Plurianual 2004-2007, em um processo inédito, foi amplamente discutido com a sociedade. Dando continuidade à iniciativa de participação social iniciada no ano de 2003, em 2004 foi dado seguimento ao processo com a discussão de mecanismos que permitam o acompanhamento de sua execução e a revisão periódica do Plano.

Também vem sendo debatido com a ABONG, com a Inter-Redes, com o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) e com outras organizações não-governamentais o novo marco legal e estatuto de relacionamento do Estado com as organizações do terceiro setor e associações da sociedade civil. Em 2004 já foi feito um levantamento da legislação existente e elaborado um relatório preliminar sobre essa matéria.

Outra iniciativa inédita que veio a fortalecer essa cultura democrática foi a constituição do Fórum Governamental de Participação Social. O Fórum, coordenado pela Secretaria-Geral, é formado pelos assessores responsáveis em todos os Ministérios pelo diálogo e articulação com a sociedade civil, e tem a tarefa de constituir um sistema de participação social no Governo, que permita à sociedade mecanismos de formulação, acompanhamento e definição das políticas públicas.

O diálogo do Governo com a sociedade civil internacional tem sido importante no esforço de construção de relações internacionais politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas. A sociedade civil internacional comprometida com a afirmação de uma globalização mais solidária tem recebido do Governo Brasileiro especial atenção, a exemplo das sucessivas edições do Fórum Social Mundial ou sua versão nacional, o Fórum Social Brasileiro realizado em Belo Horizonte. A convite do Governo, organizações da sociedade civil brasileira participaram de importantes fóruns internacionais, como ocorreu na Conferência sobre a Sociedade da Informação em Genebra, na Declaração Voluntária sobre Direito à Alimentação da ONU, nas negociações em Cancun da Organização Mundial do Comércio, bem como em iniciativas autônomas. A Secretaria-Geral iniciou também a articulação para as atividades referentes ao Ano do Brasil na França-2005. O próprio Presidente da República, em sua agenda internacional, tem realizado encontros com entidades da sociedade civil, do mundo do trabalho, das ONGs e das organizações religiosas, entre outros.

O Governo pretende, em 2005, aperfeiçoar os mecanismos da democracia participativa, ampliando os espaços de intervenção cidadã na formulação das políticas públicas e no controle democrático e fiscalização da gestão do Estado. As principais metas a serem alcançadas são:

3) Política Nacional para a Juventude

Seguindo as recomendações do Grupo de Interministerial da Juventude, o Governo pretende, em 2005, iniciar a implantação de uma inovadora Política Nacional para a Juventude. Com o objetivo de criar um referencial para o jovem no âmbito do Governo Federal, formular, coordenar e articular as políticas públicas para a juventude pretende-se implantar a Secretaria Nacional de Juventude. Vinculada a esta Secretaria estará o Conselho Nacional de Juventude, composto por representantes governamentais, organizações juvenis, organismos não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Terá como finalidade propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude.

Os dados estatísticos levantados no diagnóstico sobre a população jovem apontam o quanto este segmento vem sendo atingido pelo processo de exclusão. Por exemplo, quase 30% dos jovens de 18 a 24 anos não concluíram o Ensino Fundamental. Essa é a realidade que orienta o Presidente da República na proposição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro-Jovem), um dos principais eixos da Política Nacional de Juventude. O programa será coordenado pela Secretaria-Geral e terá como co-responsáveis os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social. Seu objetivo é beneficiar o segmento mais vulnerável da juventude, formado por pessoas entre 18 e 24 anos, que estejam fora do mercado formal de trabalho e da escola e que tenham concluído a 4ª série do Ensino Fundamental, mas não a 8ª. O Pro-Jovem será composto pelo tripé: educação, qualificação profissional e ação comunitária.

4) PPA Participativo

Tão importante quanto o conteúdo técnico do PPA foi a democratização do processo, que possibilitou pensar, juntos, Governo e sociedade, os caminhos para o desenvolvimento do País. A Secretaria-Geral, em parceria com o Ministério do Planejamento, coordenará a segunda etapa do PPA Participativo, com ampla consulta à sociedade civil brasileira. Essa nova fase prevê a constituição de um mecanismo permanente envolvendo Governo e sociedade civil no acompanhamento regular da execução do PPA, monitoramento e a sua revisão anual prevista em Lei.

5) Sistema de Participação Social

Em 2005, tendo como base as experiências de diálogo social desenvolvidas no primeiro biênio de Governo, a Secretaria-Geral pretende consolidar um sistema de participação social na formulação das políticas públicas. O sistema deverá articular o conjunto de mecanismos e iniciativas setoriais

de participação hoje existentes, como os conselhos, fóruns, conferências e mesas de negociação com os mais diversos setores da sociedade civil brasileira. Importante também será a articulação da participação do Governo nos conselhos setoriais, uma vez que estes são elementos fundamentais para a deliberação dos atores sociais e para o estabelecimento de mecanismos de formulação, acompanhamento e controle de políticas públicas. Para tanto, o Fórum Governamental de Participação Social, do qual participam representantes de todos os Ministérios, terá um papel fundamental na definição dos princípios e eixos de construção do sistema de participação.

6) Novo marco legal das ONGs

Uma das metas do próximo ano é concluir o processo de elaboração do novo marco legal das organizações não-governamentais, dando sequência aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interministerial que, ao longo de 2004, elaborou um diagnóstico da relação do Estado com essas entidades. Em 2005, com a participação da GIFFES, ABONG, Inter-Redes e outras entidades de representação nacional do setor, será concluído o diagnóstico e elaborada uma proposta de consolidação da legislação que será encaminhada à apreciação do Congresso Nacional, definidora do novo marco regulatório das ONGs.

7) Diálogos com a sociedade civil

Dando prosseguimento ao processo de consolidação do diálogo como método de relacionamento do Governo com a sociedade, a Secretaria-Geral deverá, ao longo de 2005, aprimorar a interlocução com os mais diversos setores da sociedade civil, seja em torno de temas gerais, seja no que se refere a eventuais mediações governamentais no encaminhamento de demandas das entidades e movimentos. A Secretaria-Geral, de acordo com suas atribuições legais, dará continuidade ao diálogo regular com representantes da sociedade civil, confirmando a disposição do Governo para análise das pautas apresentadas.

8) Diálogo com a sociedade civil internacional

A Secretaria-Geral ampliará seus esforços no sentido de promover um diálogo amplo e substantivo com as entidades da sociedade civil mundial e reforçar os canais de comunicação com a sociedade civil brasileira.

Faz parte desse empenho a coordenação pela Secretaria-Geral do apoio governamental ao V Fórum Social Mundial, que se realizou em janeiro de 2005 em Porto Alegre, a exemplo do que já ocorreu em

edições anteriores. E no âmbito do Ano Brasil-França, a Secretaria-Geral já articulou, e será realizado, em parceria com a ABONG, o Fórum da sociedade civil, e auxiliará a organização da Reunião dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social dos dois países, da Feira de Economia Solidária, bem como do Encontro Mundial de Software Livre. Também continuará a ser favorecido o intercâmbio e a cooperação da sociedade brasileira com a sociedade civil de outros países.

9) Encontros regionais para ampliação do ensino fundamental para nove anos

Em 2004, o Ministério da Educação realizou sete encontros regionais para debater a ampliação do ensino fundamental para nove anos, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e as secretarias estaduais e municipais de Educação. A realização desses eventos consolidou a elaboração do documento "Ensino Fundamental para Nove Anos – Orientações Gerais", contendo recomendações referentes à regulamentação do ensino fundamental a partir dos seis anos de idade. O ensino fundamental de nove anos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). A prática já é adotada por Estados como Goiás, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, com resultados positivos. Dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Américo Teixeira (INEP) apontam que 26.330 escolas com 7.373.596 alunos já utilizam o novo currículo.

10) Encontros de capacitação de Conselheiros Municipais

Foram realizados, em 2004, 13 encontros para capacitar conselheiros municipais e estimular a criação de novos Conselhos Municipais de Educação. Os Conselhos são esferas importantes e democráticas para a formulação e controle de políticas e ações para a melhoria da educação no Brasil.

11) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) alargou de forma inédita os espaços de interlocução do Governo com a sociedade. A perspectiva e a capacidade de definir os grandes rumos do País de forma compartilhada estão em franca evolução. O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade. No CDES, trabalhadores, empresários, movimentos sociais e personalidades de reconhecida competência e liderança nas suas áreas de atuação discutem em

posição de igualdade questões fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. O reconhecimento desse espaço se traduz na presença e compromisso dos Conselheiros nas atividades do CDES. A prática do diálogo, interlocução, cooperação – que distingue este espaço daqueles em que predomina a disputa – desafia a capacidade de escutar e aprender com o outro. Mais que ouvir e falar ao Governo, os Conselheiros ouvem uns aos outros, forjando novas sínteses, abrindo possibilidades de entendimento. O debate sincero, o processo de esclarecimento entre diferentes, o diálogo ativo em prol do interesse coletivo e a proposição legítima ao Presidente da República são a essência do CDES e o resultado maior que ele pode apresentar à sociedade.

Em 2004, o CDES realizou reuniões ordinárias tratando de temas relevantes sobre a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, sobre a Estratégia de Retomada do Crescimento, a Política Energética, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Política Macroeconômica. Além dessas reuniões foram organizados três Colóquios sobre Licenciamento Ambiental, Habitação e Reforma Universitária e criados ainda dois Grupos de Acompanhamento: de Política Social, que em sua última reunião discutiu a proposta orçamentária para 2005, e de Conjuntura Econômica. Foram instituídos também Grupos Temáticos (GT) para formular propostas de políticas que serão apresentadas ao Conselho, como o GT de Micro e Pequena Empresa, Auto-Gestão e Informalidade e o GT dedicado a formular os Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento. Nas atividades desses Grupos foram debatidos temas como Política Industrial; Política Social do Governo; Proposta Orçamentária de 2005; Estratégia e Prioridades da Política de Saúde; Projeto Brasil em Três Tempos; Políticas Públicas de Apoio a Trabalhadores por Conta Própria, Micro e Pequenos Empresários, Cooperativas e Associações de Trabalhadores de Baixa Renda; Formalização e Inclusão de Empreendedores de Baixa Renda e Linhas Gerais da Proposta de Regulamentação do Regime Tributário Simplificado para as Microempresas e para as Empresas de Pequeno Porte.

Internacionalmente, o CDES já é referência como espaço democrático de diálogo. O Conselho vem participando crescentemente na disseminação da cultura do diálogo para o desenvolvimento no mundo, com foco especial na América Latina, como ferramenta na defesa dos sistemas democráticos, de busca de equilíbrio entre a economia e o imperativo das necessidades do conjunto da sociedade. Nesse sentido foram realizados contatos e intercâmbios com instituições multilaterais tais como a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), OIT, BID, Banco Mundial, PNUD e Comitê Econômico e Social Europeu (CESE); e também com os Conselhos de Portugal, França, Bélgica, México e Argentina.

Em 2005, o CDES aprofundará o processo de aprendizagem sobre o diálogo social, sobre os mecanismos de negociação e pactuação, para construir viabilidade a um processo de desenvolvimento sustentado, inclusivo e equitativo. Nesse sentido, amplas perspectivas se abrem para o CDES, como locus privilegiado de aperfeiçoamento dos mecanismos de diálogo social, de tratamento hábil dos contraditórios, de construção de sínteses unificadoras que atendam aos interesses maiores do Governo e da sociedade brasileira.

12) Agricultura, pecuária e abastecimento

Consoante com as orientações do Governo Federal de se promover maior participação social, o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e o Conselho do Agronegócio atuam como elo entre os setores público e privado, articulando diretrizes e estratégias competitivas para as propostas de política agrícola e auxiliando na identificação de prioridades a serem estabelecidas na formulação de políticas públicas do setor.

Atualmente, o Conselho de Política Agrícola e o Conselho do Agronegócio contam com 22 Câmaras, sendo 19 Câmaras Setoriais de Cadeias Produtivas e 3 Câmaras Temáticas instaladas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tratam de temas que vão desde a Cadeia Produtiva de Carne Bovina até a Cadeia Produtiva da Cachaça.

13) Educação

a) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Após realizar, em 2004, um seminário nacional com gestores e funcionários para discutir essa política de valorização, 47 convênios, envolvendo Estados e Municípios, foram firmados para capacitar 44.083 funcionários de escola, com investimento de R\$ 6 milhões.

14) Saúde

A definição de prioridades para a redução das desigualdades e para o conjunto da área de saúde está baseada nas contribuições oriundas da participação popular – em especial aquelas expressas nas deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde –, no Plano Plurianual 2004-2007 e no planejamento estratégico conduzido pelo Ministério da Saúde, que resultou na elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS). O PNS – aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em agosto de 2004 – foi construído mediante ampla mobilização social e constitui instrumento de referência para o SUS.

a) Vigilância sanitária

O Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), concentrou esforços na consolidação dos marcos referenciais de garantia da qualidade de produtos e serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária, colocados à disposição da sociedade. Como instrumentos de aperfeiçoamento dessa estratégia, destaca-se o processo de pactuação com Estados e Municípios e a inovação dos mecanismos de financiamento da área, que buscam o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

b) Gestão, participação popular e educação em saúde

No que tange à participação social, será implementada a Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS (ParticipaSUS) que, entre outras metas, prevê a implantação de infraestrutura em 90% dos Conselhos Municipais de Saúde. Será também implementada a Política Nacional de Ouvidoria no SUS, com a implantação, inclusive, do Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde. Acresce-se ainda a implantação de Conselhos Gestores nos estabelecimentos de saúde do SUS.

15) Mulheres

Entre os eventos promovidos, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília/DF, foi, sem dúvida, o de maior relevância. Com a finalidade de colher subsídios junto à sociedade civil, para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Conferência mobilizou, nas suas fases estaduais, municipais e regionais, cerca de 120.000 mulheres, dentre as quais foram eleitas 2.000 delegadas para apresentar e debater as suas demandas e as diretrizes do Plano Nacional.

16) Previdência

a) Conselhos de Previdência Social

Vale destacar que o fato mais relevante relativo à gestão democrática e descentralizada da Previdência Social, em 2004, foi a instalação dos Conselhos de Previdência Social (CPS) junto às gerências-executivas e superintendências do INSS. Foram instalados ao todo 77 conselhos no decorrer do ano. Esse é um processo que aumenta os canais de participação de empregados, empregadores e aposentados na gestão da Previdência Social e permite que problemas relacionados a uma determinada localidade sejam resolvidos de uma forma mais imediata pela Previdência Social.

17) Esporte

a) Conferência Nacional do Esporte

Pela primeira vez, o Brasil debateu com profundidade e abrangência as questões do esporte e do lazer. Envolvendo setores da comunidade esportiva, movimentos sociais e sociedade civil em 873 Municípios, foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte que mobilizou 83 mil pessoas em todo o País. A etapa nacional, em Brasília, contou com a participação de 1.375 pessoas, distribuídas entre delegados eleitos em 176 conferências municipais e estaduais, e representantes do Governo Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, entidades nacionais de administração do esporte e a sociedade civil organizada.

18) Relações com a Sociedade Civil

a) Reforma Agrária

Fortalecer e integrar os programas vinculados ao desenvolvimento rural sustentável e, em especial, da agricultura familiar e da reforma agrária é o objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Em 2004, este importante espaço paritário de diálogo e participação social foi reestruturado para atuar de forma mais eficiente no acompanhamento, análise e proposição de alterações nas políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais órgãos vinculados à temática rural.

Com a participação, também, dos Conselhos Estaduais, o CONDRAF atua na incorporação de novos temas na agenda governamental, na análise e na elaboração de propostas referentes às políticas públicas de desenvolvimento rural. A nova regulamentação do Fundo de Terras, a Política Nacional de ATER, a Política Nacional de Saúde para as Populações do Campo e o Programa Nacional de Biodiesel exemplificam temas onde a atuação do CONDRAF foi fundamental para a definição de tais políticas.

b) Reforma Sindical

A Reforma Sindical e trabalhista está sendo negociada no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho. Instituído em 2003 e formado por representantes do Governo Federal e das entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores, o FNT já realizou mais de 60 reuniões oficiais, envolvendo diretamente mais de 500 pessoas nas negociações. Paralelamente, foram realizadas

as Conferências Estaduais do Trabalho, concebidas como espaços de debate da Reforma Sindical e Trabalhista, em todos os Estados e no Distrito Federal e contaram com a participação de mais de 10 mil pessoas, dentre representantes de trabalhadores, empregadores e entidades da área trabalhista. Contabilizados os eventos preparatórios às Conferências – seminários, oficinas, ciclos de debates –, a discussão em torno da Reforma Sindical e Trabalhista envolveu diretamente mais de 20 mil participantes.

O ENT é a primeira experiência brasileira de elaboração de proposta para Reforma Constitucional realizada por meio do diálogo e da negociação entre os atores sociais. Não se trata, portanto, de consulta pública ou discussão de um projeto do Governo, mas de sua construção pelos atores sociais.

19) Outras conferências nacionais

Realizadas em 2004:

- Conferência Nacional das Cidades e Criação do Conselho das Cidades.
- Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

A serem realizadas em 2005:

- Conferência Nacional do Meio Ambiente.
- Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial.
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas.
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

20) Outros encontros realizados em 2004:

1 Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária: promovido pela SENAES/MTE, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de 13 a 15 de agosto, com a participação de cerca de 2.300 participantes vindos de todas as regiões do País, incluindo, além dos empreendimentos, várias entidades de assessoria e fomento, movimentos sociais e representantes

de governos municipais e estaduais. Com o objetivo de fomentar a organização dos empreendimentos da Economia Solidária em articulações e cadeias produtivas, esse Encontro possibilitou uma primeira apreensão da força da Economia Solidária no Brasil. As reuniões estaduais, que o precederam, mobilizaram cerca de 10 mil empreendimentos em todo País.



Gestão de Estado e combate à corrupção

2005

A coordenação e a integração da ação governamental têm papel de fundamental relevância para o resultado das políticas públicas. Nesse sentido, a Casa Civil da Presidência da República, como principal órgão responsável por essa função, por delegação direta do Presidente da República e da Lei nº 10.683, de 2003, participa das diversas etapas do ciclo das políticas públicas, compreendendo a formulação, a implementação, o controle e a avaliação dessas políticas. Essa função coordenadora é executada em articulação com os órgãos integrantes da Administração Pública Federal e, especialmente, no âmbito das Câmaras do Conselho de Governo, bem assim dos conselhos setoriais.

Esse trabalho de coordenação tem contribuído efetivamente para a concretização de diversos programas prioritários, de que são exemplo o Plano BR-163 Sustentável, a Agenda Portos, o novo marco regulatório do setor elétrico, as leis de inovação, das PPPs, a nova legislação para os organismos geneticamente modificados, o Programa do Biodiesel, o Programa Universidade para Todos, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, entre outros.

Além da fundamental análise prévia do mérito e da constitucionalidade e juridicidade das matérias submetidas à Presidência da República, a Casa Civil participa também de projetos inovadores para a efetividade da ação do Governo, destacando-se:

1) Projeto Piloto de Investimento

Buscando estabelecer novos paradigmas para a gestão de projetos governamentais, especialmente na área de infra-estrutura e reestruturação institucional, o Governo executará a partir de 2005 o Projeto Piloto de Investimento (PPI). O objetivo básico é assegurar que projetos prioritários para o País tenham sua execução monitorada desde o início de sua implementação, assegurando-se que não haverá interrupção em sua implementação e que os resultados planejados serão alcançados, com o menor custo, no prazo estabelecido e com as funcionalidades planejadas.

Para definição dos projetos integrantes do PPI, serão priorizados os projetos que contribuam para a melhoria das condições de logística do País, favorecendo a circulação interna de mercadorias, com reflexos positivos no custo do frete e na favorecimento às exportações, e que tenham retorno fiscal no curto ou médio prazos. No exercício de 2005, deverão ser investidos recursos da ordem de R\$ 2,82 bilhões no âmbito do PPI.

2) Metas Presidenciais

A Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, definiu uma agenda estratégica em 2004, a qual foi confirmada a partir da continuidade das reformas constitucionais e da definição das Metas Presidenciais.

O monitoramento das Metas Presidenciais tem como objetivo fazer o acompanhamento dos resultados dessas ações prioritárias e apoiar os ministérios no equacionamento dos entraves à sua execução. O Governo optou por coordenar os instrumentos existentes de monitoramento com novos, que têm objetivos complementares. Com isso, se fortaleceu um espaço de ação sinérgica entre a Presidência da República e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão propiciando um processo de coordenação de Governo de maior qualidade.

Essa agenda estratégica está refletida nas prioridades estabelecidas pelo Governo para 2005, que estão sintetizadas na busca do crescimento econômico sustentável; na melhoria da qualidade do Ensino e na priorização do Ensino Médio; na viabilização do acesso da população a serviços de Saúde de qualidade; no incremento da Reforma Agrária; no Combate à Desigualdade Social e Regional; no fortalecimento da Segurança Pública; no aperfeiçoamento da Gestão e Combate à Corrupção; e no Compromisso Democrático do aprofundamento do diálogo com a Sociedade.

3) Gestão do Plano Plurianual

Em consonância com a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 – a Lei do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 –, o Governo constituiu o Sistema de Avaliação do Plano Plurianual, por meio do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, com o objetivo de assegurar a eficaz execução desse Plano, assim como subsidiar o encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório de avaliação do PPA.

Nesse sentido, foi criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, que, além de elaborar propostas de normas e de procedimentos gerais relativos ao monitoramento e à avaliação dos programas integrantes do PPA, deverá oferecer elementos técnicos que orientem o processo de alocação de recursos orçamentários e financeiros e de revisão dos programas, com vistas ao alcance dos resultados. Deverá, ainda, estabelecer diretrizes gerais para implementação de metodologias de avaliação dos programas e para aperfeiçoamento e integração de sistemas de informações gerenciais.

4) Grupos de Trabalho para Políticas Específicas

Como forma de intensificar a ação de coordenação de Governo, foram reestruturadas e revitalizadas as Câmaras do Conselho de Governo, que são espaços privilegiados para discussão e definição de iniciativas governamentais. Estão trabalhando ativamente a Câmara de Política Econômica; a Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico; a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX);

a Câmara de Política Cultural; a Câmara de Política de Recursos Naturais; a Câmara de Política Social; a Câmara de Políticas de Infra-Estrutura; a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos; a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e o Comitê Executivo do Governo Eletrônico. A Câmara de Política Econômica mantém reuniões semanais. Em 2004, foi criada a Câmara de Política de Desenvolvimento Econômico, sob coordenação da Casa Civil, com a meta clara de assegurar as condições para o crescimento sustentável do Brasil nos próximos anos.

Além disso, têm sido constituídos pelo Presidente da República diversos Grupos de Trabalho (GT) para elaborar diagnósticos e propor soluções para problemas específicos. Dentre estes Grupos, destacam-se o GT de Integração da Bacia do São Francisco, o GT de Combate ao Desmatamento da Amazônia, o GT da BR-163, o GT para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Alcântara-MA, o GT do Setor Sucroalcooleiro, o GT do Programa Nacional de Atividades Espaciais, o GT para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tais Grupos de Trabalho, coordenados pela Casa Civil, vêm contribuindo para, em curto prazo e de forma objetiva, promover a adoção das medidas necessárias à superação de gargalos para o desenvolvimento econômico e social, respeitando-se a sua complexidade e matricialidade.

5) Modernização da gestão

O Governo Federal, em 2004, continuou a empreender esforços com o intuito de modernizar sua gestão, melhorar a qualidade de seus gastos e obter maior eficiência e efetividade na implementação de políticas e programas públicos. Ao mesmo tempo aperfeiçoou seus mecanismos de controle e instituiu maior transparência de seus atos, com vistas a combater a corrupção de agentes públicos em suas relações com o setor privado, de forma ímpeccable e republicana.

A modernização do Estado foi conduzida por meio de ações visando à reestruturação das carreiras do serviço público, à valorização do servidor, à retomada do planejamento estratégico, às inovações administrativas e à otimização do uso dos recursos públicos.

Já o combate à corrupção foi implementado por meio de mecanismos de combate à omegação e às fraudes e do fortalecimento dos órgãos de controle e com poder de polícia, que, associados ao aumento da transparência e dos mecanismos de controle social, possibilitam melhoria significativa da gestão do Estado e aprimoramento da relação Estado-Sociedade.

6) Defesa Judicial da União

A atuação judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, na medida em que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União, na defesa das políticas governamentais. Destacam-se nesta atuação, por exemplo, as informações prestadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

Juntamente com essa atuação concentrada perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, a AGU tem obtido constantes e significativas vitórias na Justiça Federal de primeira e segunda instâncias de todo o País, gerando expressiva economia para os cofres do Tesouro.

Além da atuação interna, a AGU promoveu, em 28 de junho de 2004, a representação judicial do Estado brasileiro no primeiro caso de submissão do Brasil a um tribunal internacional de Direitos Humanos, que ficou conhecido como Caso Urso Branco, em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos convocou audiência pública para avaliar o efetivo cumprimento, pelo Brasil, de medidas provisionais expedidas no ano de 2002, as quais determinavam a garantia da vida e da integridade física dos detentos da Penitenciária Urso Branco, em Rorôndia. A AGU apresentou memoriais e fez sustentação oral na audiência, em San José da Costa Rica, conseguindo que o caso não se transformasse num processo em sentido estrito.

Uma das grandes inovações na gestão da AGU foi a criação de Comissões Temáticas, com o objetivo precípuo de assistir ao Advogado-Geral da União na atuação da Instituição quanto à representação judicial e extrajudicial da União e quanto ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República.

As Comissões cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, por meio da manifestação da área consultiva da Instituição, uniformizando o entendimento da Administração sobre determinado assunto, além de possibilitar a eventual resolução das demandas judiciais já existentes, por meio de edição de súmulas administrativas e orientações normativas que permitam a desistência de processos e a não-interposição de recursos.

Foram criadas e estão em funcionamento onze Comissões Temáticas, a saber: Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público (CPDP), Comissão de Infra-Estrutura (CIE),

Comissão de Assuntos de Servidores Públicos (CASP), Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Análise de Atos da Administração (CAPF), Comissão de Ações da Seguridade Social (CASEG), Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Urbano e Reforma Agrária (CDRA), Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública (CADESP), Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social (CADES), e Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais (CCAI), às quais cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, bem como possibilitar a eventual redução das demandas judiciais já existentes.

Ainda como mudança de paradigma na sua atuação institucional, foi alterada a redação dos enunciados de Súmulas da AGU, que passaram a ter caráter obrigatório para os órgãos da Instituição e para aqueles que lhe são vinculados, inclusive para a área consultiva, não mais ficando restritos aos responsáveis pela representação judicial. Com isso, é possível evitar que direitos já reconhecidos no âmbito dos tribunais superiores sejam negados na via administrativa, coibindo o surgimento de novas demandas judiciais sobre o mesmo tema, na medida em que se busca evitar que o cidadão tenha que buscar em juízo o direito que os Tribunais Superiores já reconheceram em casos análogos.

Para o ano de 2005, grandes desafios se colocam para a AGU na sua atribuição de representação judicial da União, suas autarquias e fundações. O primeiro desses desafios é a redução do estoque de ações judiciais, pela adoção de medidas que permitam a não-interposição ou a desistência de recursos interpostos, bem como pela apresentação de propostas à Administração Pública que tornem desnecessária a propositura de ações judiciais, pelos particulares, contra a União, suas autarquias e fundações.

Outro desafio é o acompanhamento diferenciado das ações relevantes, assim consideradas, por exemplo, as que têm grande repercussão nas finanças públicas e no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, as execuções fiscais relativas a grandes devedores, consoante critério adotado pelo Ministério, autarquia ou fundação pública federal responsável pela cobrança do crédito, além das ações que figurem como parte o Presidente ou o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado e Presidentes de Tribunais.

Ainda, a AGU atuará na busca da intensificação das impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos. Somente neste ano, dos R\$ 8,73 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$ 6,18 bilhões, o que representa 70% do total executado².

² Nesse montante não estão incluídos os valores referentes ao INSS, ao INCR, ao Banco Central e à Procuradoria da Fazenda Nacional. Fonte: Dep. de Cálculos e Perícias - PGL.

Em relação à sua área consultiva, os maiores desafios da Advocacia-Geral da União para 2005 são reforçar a consultoria e o assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, pela apresentação de soluções administrativas para questões que possam ser fonte de ações judiciais, e intensificar a instilação de núcleos de assessoramento jurídico, os quais são encarregados das atividades de assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal Direta localizados fora do Distrito Federal.

7) Gestão dos recursos públicos, cidadania e garantia do equilíbrio fiscal

A geração de recursos para o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal do Governo Federal é garantida pela atuação eficiente da Administração Tributária Federal.

O resultado da arrecadação bruta das Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal, em 2004, atingiu o valor de R\$ 300,5 milhões, o que representa um crescimento real de 10,5% em relação a 2003. Este resultado superou em 0,92% a meta estabelecida para o ano.

Além dos resultados globais de arrecadação, merecem destaque, ainda, as ações voltadas para um melhor atendimento ao contribuinte e a facilitação ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias; a ênfase, na fiscalização de tributos internos e do comércio exterior, ao combate à corrupção e à justiça fiscal; e o exercício do controle aduaneiro que, além de proporcionar condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio exterior, garante a necessária segurança para a sociedade em aspectos que transcendem as questões exclusivamente fiscais e de proteção econômica.

8) Combate à corrupção

A luta decidida e constante contra a corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais deste Governo. Os resultados positivos desse esforço são inegáveis e decorrem, sobretudo, de dois diferenciais básicos na forma de enfrentar o problema: a ação articulada entre os diversos organismos do Estado Democrático (potencializando resultados e evitando duplicidade de esforços) e a crescente participação da sociedade civil no controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Desde o início do atual Governo, os órgãos de fiscalização e controle vêm atuando de forma articulada, tornando mais efetiva e eficiente a prevenção e o combate à corrupção. Decorrem

dessa forma articulada de atuar inúmeras ações sob a forma de forças-tarefa, envolvendo órgãos como a Controladoria-Geral da União (CGU), Polícia Federal, Ministérios Públicos da União e dos Estados, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dentre outros, com resultados extremamente positivos no combate a fraudes e desvios e na punição de seus autores.

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, experiência inovadora implantada por este Governo em abril de 2003, teve sua abrangência ampliada. Atualmente, 60 áreas municipais são sorteadas todos os meses, de forma isenta e impessoal. Cresce a olhos vistos a participação das comunidades locais no controle dos gastos públicos, inibindo e dissuadindo a prática de desvios. Em 2004 foram sorteadas e fiscalizadas 400 áreas municipais (aumento de 42,3% em relação a 2003), com a identificação de uma variada tipologia de irregularidades. Os resultados dessas fiscalizações foram, todos eles, encaminhados ao Ministério Público – dos Estados e da União – com vistas ao ajuizamento das ações cabíveis, além do seu encaminhamento à AGU, ao TCU e ao Congresso Nacional.

Este Programa terá sua ação fiscalizadora estendida aos Estados, entes federativos responsáveis pela execução de inúmeros programas com recursos federais, em 2005. Aliás, ainda no final de 2004, foi desenvolvido um “piloto”, com o sorteio de cinco Estados, um de cada região geográfica do País, para testar a metodologia usada nessa nova fase de expansão do Programa.

Quanto aos Municípios, o Programa se intensificará, não apenas com foco no combate à impunidade, pelo encaminhamento dos indícios de ilícitos aos órgãos competentes para a aplicação das sanções legais, mas também com ênfase especial nas ações de capacitação de gestores e na orientação e mobilização de lideranças comunitárias para o exercício do dever cidadão de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. Isso envolverá a realização de cursos e seminários, além da distribuição de manuais (a gestores e integrantes de conselhos) e cartilhas (a lideranças comunitárias e ao povo, em geral) em todo o território nacional. Algumas dessas publicações já foram elaboradas e impressas.

Não obstante, grande parte desses problemas não configura fraude ou dolo, mas tem origem na falta de preparo dos agentes públicos municipais. Diante disso, o Governo desenvolveu um programa de capacitação para esses gestores, que já foi iniciado – com três cursos-piloto em três diferentes regiões, e um curso de formação de multiplicadores – e se intensificará em 2005, de modo a alcançar municípios de todas as regiões do País. Foi também produzido e distribuído um Manual para Agentes Públicos Municipais com instruções básicas de contabilidade pública e de gestão dos programas federais desenvolvidos no âmbito dos Municípios.

Outro programa de capacitação, também já iniciado, se dirige especificamente aos integrantes dos diversos Conselhos Locais encarregados de acompanhar os programas sociais executados nos Estados e Municípios com recursos federais. Atualmente, a imensa maioria desses conselhos tem atuação ineficaz, seja pela desinformação quanto a seu papel, seja em função da cooptação pelo poder político local.

A Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, dirigida, principalmente, às populações dos pequenos e médios municípios, também foi elaborada e está sendo distribuída. Além de incentivar a população a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos, a Cartilha ensina como identificar e onde denunciar os casos mais comuns de desvios de recursos públicos.

Outro importante instrumento de controle social dos gastos públicos criado em 2004 é o Portal da Transparência, por intermédio do qual o Governo disponibiliza, por meio da Internet (www.portaldatransparencia.gov.br), em linguagem acessível e navegação simples, a relação dos recursos federais transferidos a todos os recantos do País, para facilitar, a qualquer cidadão interessado, o acompanhamento da aplicação desses recursos. O Portal da Transparência deverá ser aprimorado e ampliado em 2005.

Na mesma linha de parceria com a sociedade, o Governo instituiu e instalou em 2004 o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão com participação paritária Governo-Sociedade, encarregado de discutir e sugerir medidas que levem ao aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

O Governo Federal está mobilizado para a preparação do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, megavento que reunirá em Brasília, em junho de 2005, delegações de mais de 100 países de todos os continentes, para discutir o aprimoramento dos métodos de combate à corrupção bem como a cooperação internacional nessa área. Em 2003, durante o III Fórum Global, realizado em Seul, na Coreia, o Brasil foi escolhido para sediar o IV Fórum, em reconhecimento aos esforços do Governo no combate a esse mal que aflige o mundo.

O combate à corrupção e o controle rigoroso do gasto público estão na essência do Governo Federal e na linha de frente dos seus compromissos. A CGU, como forma de corrigir o erro histórico dos órgãos encarregados desse combate agirem de forma desarticulada entre si e distante da sociedade, elegu como armas fundamentais nesse combate a articulação entre os diversos organismos de defesa do Estado Democrático e o fomento do controle social sobre os gastos públicos.

Diante disso, no ano de 2005, a CGU deverá atuar com tenacidade, acentuando ainda mais essas linhas de atuação. Assim, estreitar-se-á a articulação, já praticada nestes dois anos iniciais do Governo, com órgãos do próprio Governo e de defesa do Estado Democrático, a exemplo do Tribunal de Contas da União e dos Estados, do Ministério Público da União (e dos Estados), do Ministério da Justiça – por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, Polícia Federal e Departamento de Recuperação de Ativos –, da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda, por meio da Receita Federal, Banco Central e CDAE.

Sem descuidar de sua atribuição legal que envolve a auditoria regular e anual em cada um dos órgãos da administração federal, a Controladoria intensificará os esforços na linha da prevenção dos desvios, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos diversos programas, monitorando a gestão de cada um deles. O que se pretende é fazer a atividade de auditoria/fiscalização caminhar lado a lado com o monitoramento e a avaliação permanente da gestão pública em todas as suas fases.

A CGU vai trabalhar, em 2005, no aprimoramento do Sistema de Controle Interno do Governo Federal, e da mesma forma, proporá a estruturação do Sistema Nacional de Correição, dotando cada Ministério de uma Corregedoria Setorial, para tornar mais ágeis e efetivos os procedimentos de correção no serviço público. Prevê-se, também, a apresentação de Projeto de Lei sobre os conflitos de interesse, visando disciplinar o exercício de atividades privadas imediatamente após o afastamento da função pública, bem como durante o gozo de licenças e afastamentos temporários do servidor. Iniciada em 2004, será intensificada em 2005 a prática das sindicâncias patrimoniais, procedimento voltado à investigação do enriquecimento ilícito e da evolução patrimonial incompatível com a remuneração de agentes públicos federais.

Finalmente, a criação de um Sistema Nacional de Ouvidorias, com unidades, também, nos principais órgãos públicos federais que mantêm contato direto com a população e sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da União, também está inscrita entre as metas da CGU para 2005. O objetivo é assegurar uma prestação de serviço público de alto nível aos brasileiros.

9) Valorização do serviço público

O novo modelo de gestão pública adotado pelo Governo Federal observa a premissa de que a sociedade demanda um Estado cada vez mais moderno, ágil e eficiente e que isto só será possível se as suas estruturas e seus órgãos estiverem devidamente dotados de força de trabalho qualificada e adequadamente dimensionada aos desafios que lhe são impostos. Por esta razão, durante o exercício de 2004, foi dada ênfase especial aos projetos e ações direcionados à continuação dos esforços de redefinição de perfil e dimensionamento da força de trabalho.

Foi realizado, em 2004, um grande esforço no sentido de resgatar a capacidade operativa das organizações públicas, por meio da recomposição da sua força de trabalho, a reestruturação de carreiras e ampliação dos investimentos em capacitação de servidores. No que se refere à reestruturação de carreiras merecem destaque a do Ciclo de Gestão, do INCRA, das Instituições Federais e Ensino Superior (IFES), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), das Agências Reguladoras, da Perícia Médica do INSS, dos Auditores Fiscais e da AGE.

Quanto aos novos ingressos, houve provimento de mais de 12 mil vagas, por meio de concursos públicos realizados nas áreas de educação, segurança pública, previdência social, fiscalização e jurídica. Como resultado do provimento dessas vagas, destaca-se a substituição da força de trabalho terceirizada que exercia atividades inerentes a servidores públicos e a substituição de trabalhadores vinculados a organismos internacionais. Iniciou-se também a composição do quadro de pessoal das agências reguladoras.

Merece destaque especial a instalação das Mesas Setoriais de Negociação Permanente, a partir da criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente no Serviço Público Federal, representando uma medida inovadora e um grande avanço na construção de um modelo democrático, participativo e incluído de relações do trabalho no setor público brasileiro.

Com o intuito de contribuir para o debate, prospectando e sistematizando conhecimentos sobre a democratização das relações de trabalho e das experiências de negociação coletiva no setor público brasileiro, foram realizados eventos, seminários e publicações sobre negociação coletiva no setor público, estando prevista a realização de cursos relativos à negociação no setor público.

Em 2004, foram capacitados mais de 13.200 servidores em diversas modalidades de cursos. Merece destaque também a reformulação dos cursos de formação de carreiras típicas de Estado, como os de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental e os de Analistas de Planejamento e Orçamento. Configura-se como importante iniciativa o curso de Especialização em Gestão Pública para servidores de alto nível, que serão futuramente disseminadores de boas práticas de gestão nos órgãos da administração pública em que atuam.

Foram também capacitados 694 gerentes em novas metodologias e instrumentos de gestão pública e realizadas 26 Oficinas de Planejamento Estratégico, com 6-10 participantes de diversos órgãos da Administração Pública Federal. Foi também implantado o Projeto EuroBrasil 2000, de cooperação técnica da União Europeia, capacitando 434 servidores em curso básico de ética a distância pela Internet e realizando oficinas na área de planejamento estratégico para servidores lotados em todo o País.

O Governo buscou ampliar a abrangência de sua atuação, por meio de iniciativas como o fomento à Rede Escolas de Governo e o projeto Escolas Parceiras. Em 2004, por meio do programa de parcerias, foram capacitados 1.327 servidores públicos lotados em outros Estados.

Em 2005, o Governo contribuirá para a profissionalização do servidor federal com a oferta de cursos presenciais e a distância, formando 12.000 servidores. Continuará aperfeiçoando seu padrão de qualidade, buscando tornar-se a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos e disseminando conceitos e tecnologias inovadores por meio de produtos capazes de atender prontamente a problemas estratégicos de gestão. Para tanto, continuará investindo na articulação de uma política inovadora de capacitação do servidor público, assim como em análises e prospecções sobre governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

10) Inovação da gestão pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados

Para atender à natureza essencialmente intersetorial da ação de Governo – que exige a atuação conjunta e sinérgica dos órgãos e entidades públicos para a superação de problemas e atendimento às demandas sociais – encontram-se em funcionamento 11 Câmaras do Conselho de Governo, que possibilitaram a maior integração entre os diversos Ministérios, sobretudo na implementação de projetos de Governo de caráter estratégicos.

Com mesmo intuito, incentivou-se a adoção de mecanismos de maior articulação na execução de políticas e programas de natureza intersetorial nos diversos Ministérios. O Decreto nº 5.233, de 2004, que institui o modelo de gestão do PPA 2004-2007, definiu mecanismos colegiados de gestão de programas dessa natureza de forma a aumentar a sinergia e integração das ações de Governo e incrementar a eficiência do gasto.

No campo das ações de desenvolvimento institucional e otimização da gestão das organizações, o Governo Federal promoveu a análise e a implantação de readequação de estruturas, em órgãos e entidades federais, para alinhamento às orientações estratégicas do Governo, especialmente quanto à diminuição de níveis hierárquicos e redução de superposições e fragmentações e para a compatibilização com o modelo de gestão pública participativa.

Em 2004, concluiu-se a fase de desenvolvimento e teste da versão descentralizada do Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (SIOGF), importante instrumento responsável pelo registro, controle e monitoramento das estruturas organizacionais e ocupação de cargos e

funções de confiança do Executivo Federal. A partir do próximo ano, a nova versão desse sistema facilitará as tramitações de alteração de estruturas organizacionais e garantirá maior confiabilidade às informações relativas à estrutura organizacional do Governo Federal, tornando-se uma importante ferramenta gerencial nos órgãos da Administração Pública Federal.

Foram também implementadas ações de melhoria e integração de vários outros sistemas de informações existentes, tais como STAFI, SIDIOR, SIGPLAN, STAPE, SIASG e SIORG. Trata-se de sistemas de gestão administrativa, responsáveis por informações, rotinas e processos comuns a todos os órgãos e entidades da Administração Federal. No âmbito do Programa Governo Eletrônico verificam-se como principais realizações, a definição dos padrões de interoperabilidade brasileiros e o início de implantação da Infovia Brasil.

Os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), elaborados por meio de consulta pública, representam importante avanço para a integração entre sistemas, bancos de dados e serviços eletrônicos. Abrangem também o uso de especificações comuns para a aquisição de equipamentos e tecnologias, possibilitando que – em futuro próximo – os benefícios da integração alcancem o cidadão na forma de serviços eletrônicos integrados, de alto desempenho e com ampla facilidade de acesso.

O Projeto Infovia Brasil prevê a implantação de uma infra-estrutura integrada de comunicação de voz, dados e imagem, interligando todos os órgãos da administração pública em uma rede de telecomunicações mais ágil, confiável, segura e menos onerosa que a atual. A Infovia, em Brasília, deverá estar em pleno funcionamento em 2005.

No objetivo de aperfeiçoar o ciclo de gestão pública, o Governo Federal implantou, em 2004, uma agenda da eficiência fundamentada em dois grandes eixos ou conjuntos de ações voltados para a melhoria da qualidade do gesto público e para a qualidade e desburocratização dos serviços públicos.

Destacam-se, nessa agenda, os investimentos realizados nos mecanismos e instrumentos que favoreçam a política de alocação de recursos atrelada à fixação de metas de desempenho institucional, que privilegie a descentralização da atividade pública e o alinhamento dos órgãos e entidades às prioridades nacionais, estabelecidas pela conciliação de interesses entre os entes federados e a sociedade.

O Projeto sobre Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública, iniciado em 2004, visa construir um referencial normativo que oriente e padronize os processos de

acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e desempenho, quanto à execução física e financeira dos compromissos acordados, estabelecendo um modelo reavaliado de relacionamento entre os órgãos formuladores de políticas e as entidades responsáveis por implementá-las.

Dentro do Projeto, foi iniciado o processo de formulação de proposta de regulamentação da contratualização de desempenho institucional prevista no parágrafo 8º do art. 37 da Constituição Federal. Foi feito o acompanhamento dos contratos de gestão firmados entre órgãos do Poder Executivo e 11 entidades públicas e da sociedade civil, por meio da participação nas suas respectivas comissões de avaliação.

Além disso, foi realizado, em dezembro, o Seminário sobre Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública para promover o debate entre os órgãos e entidades com experiência já acumulada na aplicação de contratos de gestão, com vistas a levantar subsídios para o aprimoramento do modelo. Para dar continuidade aos debates iniciados, foi lançado fórum sobre o tema no Portal Governo, aberto à participação de dirigentes e técnicos do setor público federal, estadual e municipal, com experiência ou conhecimentos no tema.

Para o exercício de 2005, pretende-se instituir uma instância de debate específica entre os órgãos centrais dos sistemas de planejamento, orçamento e controle interno e externo da Administração Pública Federal para tratar o tema e, com base nas contribuições coletivas, elaborar um marco normativo para a contratualização de desempenho institucional na administração pública brasileira. Além disso, serão iniciadas as articulações com os órgãos e entidades de formação profissional para elaborar e disponibilizar curso específico sobre contratualização, destinado aos ministérios e entidades com interesse no assunto.

Para 2005, a Gestão do Atendimento, conjunto de práticas de gestão direcionadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, prevê a disseminação da metodologia de pesquisa de satisfação de usuário para 60% das organizações públicas federais e a negociação com 5 principais órgãos federais para garantirem a prestação de serviços nas Unidades de Atendimento Integrado.

O Ciclo 2005 da Avaliação Contínua da Gestão Pública mantém a meta anual de aumentar em 30% o número de avaliações da gestão, com ênfase nas organizações públicas que executam ações prioritária do Governo Federal e prevê a recertificação de 60% das organizações adesas ao ciclo de 2004.

No que se refere à qualidade e desburocratização dos serviços prestados aos cidadãos, o Governo orientou-se por três vertentes. A primeira buscou aumentar a capacidade de gestão das

organizações públicas, mediante a melhoria dos processos e práticas de gestão e, conseqüentemente, dos resultados produzidos para a sociedade. Importante mecanismo de disseminação de boas práticas com este intuito é o Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGP). Neste ano, 74 organizações candidataram-se ao Prêmio 2004 do PQGP, e dessas, 13 organizações foram reconhecidas nas faixas bronze, prata e ouro.

A segunda vertente atua na redução dos custos e da carga burocrática imposta pelo setor público ao cidadão e ao sistema competitivo do País mediante a simplificação de procedimentos e normas; e pela melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, que propicie um melhor atendimento. Observou-se nos dois últimos anos a adoção de cerca de 230 medidas de simplificação administrativa ou eliminação/revisão de normas nos órgãos públicos federais estaduais e municipais adesos ao Programa Nacional de Desburocratização.

A terceira vertente buscou o estímulo à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Nesse sentido, merece destaque o estímulo à auto-avaliação continuada da gestão e o apoio aos centros de atendimento integrado ao cidadão.

11) Otimização do uso dos recursos públicos

O Governo vem atuando fortemente, por um lado no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação tributária, e por outro, aperfeiçoando seus procedimentos de aquisição de bens e serviços, reduzindo os custos da ação governamental.

Além do incremento da arrecadação tributária formal e do combate à sonegação, merece destaque a significativa recuperação de créditos tributários inscritos na dívida ativa da União. Simplificação de procedimentos, redução da burocracia interna e foco na cobrança de grandes devedores possibilitaram números de arrecadação e vitórias na defesa da Fazenda Nacional em juízo crescentes e expressivos. O resultado foi uma arrecadação de cerca de R\$ 10 bilhões/ano.

Foram aprimorados os mecanismos de gestão do patrimônio da União. Cabendo destacar a cessão/doação de imóveis para diversos programas sociais, beneficiando milhares de famílias em todo o Brasil com a instalação de postos de saúde, escolas, núcleos de cultura e lazer, abrigos e centros de apoio a menores e idosos carentes.

Também se investiu no desenvolvimento de um sistema de informação para a gestão do patrimônio da União, aperfeiçoando os mecanismos de controle sobre os bens imóveis e possibilitando a diminuição da inadimplência na arrecadação de taxas, além de possibilitar a inscrição de mais de 80 mil processos na dívida ativa da União.

O Governo aprimorou seus mecanismos de captação de recursos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais, com o objetivo de adequar algumas carteiras de financiamento. Em 2004 foram aprovados cancelamentos no valor total de US\$ 870,5 milhões. Com isto o Brasil economiza com o não-pagamento das comissões de compromisso, cobrada pelos credores, sobre esses valores cancelados (em média 0,75% a.a) e que não vinham sendo executados pelos órgãos contratantes em função de problemas nos respectivos projetos ou falta de programação orçamentário-financeira.

Com vistas a otimizar a aplicação de recursos públicos, o Governo implantou medidas de priorização do uso do pregão eletrônico nas compras governamentais; criou o Cartão de Pagamento do Governo Federal; implantou um piloto do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e otimizou o processo de compras de medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde e Hospitais Federais, obtendo economia média de 30% na aquisição de medicamentos por estes órgãos.

Em 2005, a utilização do pregão eletrônico deverá ser consideravelmente ampliada com apoio nos aperfeiçoamentos normativos e nas ações já promovidas, de capacitação dos servidores e de melhoria do sistema de compras eletrônicas. O controle de passagens será disseminado para outros órgãos e a utilização do Cartão de Pagamentos interinstituída.

Foram implantadas pelo Governo Federal, no âmbito do MAPA, ações de racionalização no uso dos recursos públicos e otimização do uso da tecnologia da informação com a integração de informações – Sistema de Informações e Gerenciamento de Documentos (SIGID), Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (SIOR), Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), Sistema de Documentação (SIDOC), e o Sistema de Informação Agrícola Federal (SISIEGAS) que facilitam o acesso da sociedade às informações disponibilizadas à melhoria da gestão.

Em 2004, aquela Pasta passou por um processo de autodiagnóstico no qual contou com ampla discussão na sociedade. Foi identificada então a necessidade de reestruturação organizacional orientada para melhoria de processos e desenvolvimento e capacitação de colaboradores. A proposta resultante desse trabalho contempla a criação de um núcleo de Planejamento Estratégico, com o objetivo de fazer estudos de cenários e avaliações específicas que auxiliem o Ministro de Estado na tomada de decisões.

Tendo em vista a atuação da Administração Tributária como órgão estratégico de Estado, foi aprovado o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, dispositivo que favorece a integração e a cooperação entre os

diversos fisco nacionais, contribuindo para a simplificação, racionalização e facilitação do cumprimento das obrigações tributárias pelos cidadãos e para a maior efetividade do Sistema Tributário brasileiro.

Com o objetivo de viabilizar a atuação integrada das administrações tributárias, inclusive compartilhando informações fiscais e de cadastro, foram formalizados dois Protocolos de Cooperação entre a Secretaria da Receita Federal, as Secretarias de Fazenda, Finanças e Tributação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que buscam em um primeiro momento agilizar o registro das empresas e abolir a necessidade de inscrições múltiplas em cada nível de Governo, mediante a criação do cadastro sincronizado entre a Secretaria da Receita Federal, as administrações estaduais e municipais.

12) Valorização do planejamento

No ano de 2004, a preocupação maior foi com a institucionalização do modelo de gestão do Plano Plurianual 2004-2006, tendo sido publicado o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, que instituiu os princípios da gestão do Plano e de seus programas, aprofundando a integração entre plano e orçamento, aproximando a gestão dos programas às estruturas organizacionais e estimulando a gestão orientada por resultados.

Priorizou-se o estreitamento da articulação federativa e da cooperação técnica entre União, Estados e Municípios e o aperfeiçoamento dos mecanismos de escuta à sociedade, controle e de transparência no uso dos recursos públicos.

O estreitamento da articulação federativa e da cooperação técnica se consubstancia, dentre outras iniciativas, na implantação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF (PNAIG) e do Programa de Modernização dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Trata-se de programas com recursos externos destinados à modernização da gestão dos governos estaduais e respectivos Tribunais de Contas, incorporando sob uma mesma ótica a execução da ação governamental e os mecanismos de controle externo. Os programas estão em fase de negociação dos respectivos contratos, sendo que a execução está prevista para iniciar-se em 2005.

Reafirmando internacionalmente seu objetivo de erradicar a pobreza no Brasil e no mundo, o Governo brasileiro elaborou, sob a coordenação da Casa Civil, o primeiro Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apresentado pelo Presidente

na 59ª Assembleia Geral da ONU, ocorrida em Nova York, em setembro de 2004. Em setembro de 2005, será lançado o segundo Relatório, por meio do qual o Governo divulgará a evolução das condições de vida da população brasileira, bem como os compromissos assumidos com a comunidade internacional.

O Governo aprimorou seus mecanismos de coleta e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. Informações importantes do Atlas de Saneamento e o Atlas do Censo Demográfico 2000, concluídos em 2004, constituem um importante instrumento de planejamento e avaliação das ações de Governo.

O primeiro Atlas permite avaliação de eficiência dos serviços de saneamento básico prestados pelas diferentes esferas governamentais e o segundo aborda, de forma abrangente e inteligível, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população brasileira. Foram elaborados, ainda, os Mapas de Vegetação e Biomas do Brasil.

Em 2004, iniciou-se o desenvolvimento de metodologia de planejamento territorial associada à constituição de pactos de concertação integrando e qualificando as ações setoriais a partir da perspectiva do território nacional. Essa metodologia está sendo testada nos projetos-piloto do Baixo Jaguaribe, no Ceará, e São Joaquim, em Santa Catarina com o envolvimento dos parceiros fundamentais em sua implementação como os Governos Estaduais e Municipais e entidades da sociedade civil.

A atuação da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional e Integração, tendo por referência a convergência entre a Estratégia de Desenvolvimento que orienta o PPA 2004-2007, tem sido fundamental para esse processo permitindo o avanço na integração das políticas nacionais de base territorial (Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Rural Sustentável, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano) e atuação integrada de diversos órgãos federais no território.

Em paralelo, instrumentos importantes para o planejamento territorial foram definidos e implantados. A reativação do funcionamento da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), a definição do Novo Referencial do Sistema Geodésico e Cartográfico Nacional (Referencial Geocêntrico) e a implantação das Redes Estaduais de Sistema de Posicionamento Global (GPS) nos Estados da Bahia e parte do Ceará.

Em 2005, pretende-se dar continuidade aos pactos de concertação, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 10.933, que aprova o PPA, abrangendo as áreas das regiões metropolitanas e outras sub-regiões definidas a partir da análise de planos de desenvolvimento locais.

13) Projeto Brasil em 3 Tempos: 2007, 2015 e 2022

O Projeto está voltado para a definição de objetivos estratégicos nacionais de longo prazo que possam levar à construção de um pacto entre sociedade e o Estado brasileiro acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais.

O Projeto – iniciado em 2004 – visa oferecer subsídios conceituais e metodológicos para conformar um processo de planejamento estratégico governamental, com adequação dos instrumentos e meios à disposição do Estado para atingir um conjunto de objetivos desejáveis de desenvolvimento com inclusão social. Colocar-se na linha do estabelecimento e implementação dos PPA's, com uma visão temporal mais ampla e buscar realizar o alinhamento dos planejamentos macro-estatais e setoriais do Governo central com os demais esforços e iniciativas de planejamento regional, estadual e local, nos demais níveis da federação e das agências públicas encarregadas de programas de desenvolvimento regional.

Em 2004, foram recebidos os primeiros estudos setoriais dos grupos encarregados das dimensões e estabelecidas as bases para a integração desses esforços analíticos num documento-síntese, o que permitirá o início da fase de consultas internas e com a sociedade.

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NA FAMÍLIA MINION, PARA TEXTOS, E
CAPILLA, PARA TÍTULOS, E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
POLEN RUSTIC 80 G/M², EM FEVEREIRO DE 2005.